

**Plano Territorial**  
**Desenvolvimento Rural**  
**Sustentável**  
**Território**  
**SERRA DA IBIAPABA**



PRESIDENTE DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO  
Afonso Florence

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ  
Cid Ferreira Gomes

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL  
Jerônimo Rodrigues Souza

DELEGADO FEDERAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ  
Francisco Nelsieudes Sombra de Oliveira

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO  
José Nelson Martins de Sousa

INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ  
Francisco Celso Crisostomo Secundino

**GRUPO TÉCNICO PELA TERRITORIALIZAÇÃO DO CEARÁ - GTT**

Amelia Carmelita Gurgel dos Anjos	Técnica do Instituto Agropolos do Ceará
Antonio Lacerda Souto	Articulador Estadual da SDT/MDA
Cleber Leite Pereira	Coordenador – SDA/ Agropolos
Graça Duarte de Almeida	Coordenadora CODET/MDA
Josafa Martins	Coordenador Instituto Agropolos
Luis Carlos dos Santos	Agente Desenvolvimento Econômico - SDT/MDA
Marcos Antonio Vieira de Castro	Secretario CEDR
Maria de Fátima Costa Fernandes	Assessora EMATERCE
Olimpio Ferreira Queiroga Neto	Articulador Estadual da SDT/MDA
Raimundo Adolfo Gurgel do Amaral Filho	Assessor - CEDR

B823p Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário  
Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território  
Serra da Ibiapaba – MDA/SDT/Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará,  
2011.  
334p.:v 1. il

1. Territorialidade. 2. Desenvolvimento Sustentável I. Instituto  
Agropolos do Ceará II. Título

CDD: 304.2

Catálogo na fonte: Ruth Helena Linhares Leite, CRB<sub>3</sub>- 403.

**MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO  
TERRITORIO DE IDENTIDADE RURAL**

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E  
SUSTENTAVEL DO TERRITÓRIO SERRA DA IBIAPABA**

**CEARA  
2011**

## **COORDENAÇÃO NACIONAL**

Carlos Umberto Osório Castro - SDT/MDA  
Carleuza Andrade da Silva - SDT/MDA

## **COORDENAÇÃO TERRITORIAL**

Plenária Geral Territorial do Território Serra da Ibiapaba  
Núcleo Dirigente do Território Serra da Ibiapaba

## **EQUIPE PROPOSITIVA DOS COLEGIADOS TERRITORIAIS COMITÊS TEMÁTICOS**

Comitê da Cultura e Turismo  
Comitê da Educação  
Comitê da Gestão Territorial  
Comitê da Infraestrutura  
Comitê da Organização Sustentável da Produção  
Comitê da Saúde  
Comitê do Meio Ambiente  
Comitê dos Direitos e Desenvolvimento Social

## **ASSESSORA TÉCNICA TERRITORIAL**

Ana Cristina da Costa Feitosa Eng<sup>a</sup> Agrônoma

## **EQUIPE DE ELABORAÇÃO**

Amélia Carmelita Gurgel dos Anjos	Pedagoga
Antonio Lacerda Souto	Pedagogo
Aurélio Magno Lopes de Oliveira	Eng <sup>o</sup> Agrônomo
Carlos Alberto Campos do Araújo	Administrador
Catarina Maria Rabelo	Ms Sociologia
Elisângela Maria de Oliveira Sousa	Ms Políticas Públicas
Fabiola de Lima Gonçalves	Enfermeira
Florencia Furlotti	Pedagoga
Francisca Sinhá Moreira Evangelista	Ms Geografia
Francisco Eugênio de Oliveira Costa	Eng <sup>o</sup> Agrônomo
Geórgia Medeiros Paiva	Esp. Saúde da Família
Janaina Carla Farias	Turismóloga
Jefferson Gonçalves Américo Nóbrega	Ms Engenharia Agrônoma
Leilamara do Nascimento Andrade	Ms. Engenharia de Pesca
Maria Clara Gonçalves de Castro e Silva	Esp Saúde da Família
Maria Inês Mapurunga de Miranda	Geógrafa
Maria Lucia Vitoriano de Lima	Pedagoga
Mauricio Lima de Oliveira	Acadêmico de Agronomia
Nahyara Estevam Marinho	Ms Sociologia
Renato Araujo Bezerra	Administrador
Rosangela Maria Lucas Teixeira	Esp. Meio Ambiente
Ruth Helena Linhares Leite	Bibliotecária
Vânia Margareth Rodrigues Bonfim	Ms Políticas Públicas

## **A G R A D E C I M E N T O S**

A todos que participaram deste processo, que privilegia as práticas humanas, aprendizagens que contemplam os saberes sociais, com o ideal de criar as condições sócio ambientais para conhecer, avaliar e agir sobre a realidade e ao mesmo tempo possibilitar as mudanças de comportamentos e transformações na construção de um plano territorial participativo nascido de uma nova concepção de gestão social.

E neste processo registramos aqueles e aquelas que foram precursores desta estratégia territorial em especial

*Luiz Inácio Lula da Silva*

*Guilherme Cassel*

*Jose Humberto Oliveira*

*Camilo Sobreira de Santanna*

*Antonio Rodrigues Amorim*

*Marcelo Souza Pinheiro*

*José Bartolomeu Cavalcante*



## LISTA DE SIGLAS

<b>APA</b>	Área de Proteção Ambiental
<b>ADAGRI</b>	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará
<b>APRECE</b>	Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará
<b>ASA</b>	Articulação do Semiárido
<b>BB</b>	Banco do Brasil
<b>BNB</b>	Banco do Nordeste
<b>CAGECE</b>	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
<b>CEF</b>	Caixa Econômica Federal
<b>CEU</b>	Condomínio Espiritual Uirapuru
<b>CMDS</b>	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável
<b>CODET</b>	Coordenadoria de Desenvolvimento Territorial e Combate a Pobreza
<b>COFINS</b>	Contribuição Financeira para a Seguridade Social
<b>COGERH</b>	Companhia de Gestão de Recursos Hídricos
<b>CONAB</b>	Companhia Nacional de Abastecimento
<b>CONPAM</b>	Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente
<b>COOPANEI</b>	Cooperativa de Produção, Assistência Técnica, Comercialização e Núcleo.
<b>COOTAP</b>	Cooperativa Tecnológica de Assessoria e Projetos
<b>CVT</b>	Centro Vocacional Tecnológico
<b>DER</b>	Departamento de Estradas de Rodagem
<b>DETR</b>	Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes.
<b>DNOCS</b>	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
<b>EE</b>	Escolas Estaduais
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>EM</b>	Escolas Municipais
<b>EMATERCE</b>	Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Ceará
<b>EMBRAPA</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>FAFIDAM</b>	Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos
<b>FETRAECE</b>	Federação dos trabalhadores e trabalhadoras na agricultura do estado do ceará
<b>FME</b>	Fundação Municipal de Educação
<b>FNDE</b>	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
<b>FPM</b>	Fundo de Participação dos Municípios
<b>FUNCEME</b>	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
<b>FUNDEB</b>	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
<b>IAC</b>	Instituto Agropolos do Ceará
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICMbio</b>	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
<b>IDACE</b>	Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará
<b>IDEB</b>	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
<b>IDHM</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>IFCE</b>	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<b>IPECE</b>	Instituto de Pesquisas, Estudos, Cultura e Educação.
<b>MDA</b>	Ministério do Desenvolvimento Agrário
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores sem Terra
<b>NIT</b>	Núcleo de Informação Tecnológica
<b>ONG</b>	Organização não governamental
<b>pH</b>	Potencial Hidrogênico
<b>PM</b>	Prefeituras Municipais
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

## LISTA DE SIGLAS

<b>PTDRS</b>	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
<b>REP</b>	Reserva Ecológica Particular
<b>R.H</b>	Recursos Hídricos
<b>SAEB</b>	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
<b>DAS</b>	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
<b>SDT</b>	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
<b>SEBRAE</b>	Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
<b>SEESP</b>	Secretaria de Educação Especial
<b>SEMACE</b>	Superintendência Estadual do Meio Ambiente
<b>SINE</b>	Sistema Nacional de Emprego
<b>SPE</b>	Saúde e Proteção nas Escolas
<b>SUDEC</b>	Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceara

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b>	Representação do Mapa do Território Serra da Ibiapaba	<b>35</b>
<b>FIGURA 2</b>	Mortalidade por Grupos de Causas no Território Ibiapaba e do Ceará em 2008.	<b>96</b>
<b>FIGURA 3</b>	Situação de nascimento no Território Ibiapaba ( percentual de nascidos com baixo peso, prematuros e mães adolescentes(10-19 anos) em 2008	<b>95</b>
<b>FIGURA 4</b>	Representação gráfica do mapa do território Serra da Ibiapaba apresentando a compartimentação geoambiental	<b>104</b>
<b>FIGURA 5</b>	Precipitação média por municípios do micro território I	<b>157</b>
<b>FIGURA 6</b>	Precipitação media por municípios do micro território II	<b>158</b>
<b>FIGURA 7</b>	Representação gráfica do mapa do território Serra da Ibiapaba apresentando os principais tipos de clima	<b>160</b>
<b>FIGURA 8</b>	Representação gráfica do mapa do território Serra da Ibiapaba apresentando as bacias hidrográficas que compõem o território	<b>164</b>
<b>FIGURA 9</b>	Representação gráfica dos tipos de solos encontrados no Território Serra da Ibiapaba	<b>169</b>
<b>FIGURA 10</b>	Representação gráfica do mapa do território Serra da Ibiapaba apresentando as principais unidades fitoecológicas	<b>171</b>
<b>FIGURA 11</b>	Taxa de crescimento da dimensão IDH-Global, período de 1991-2000.	<b>190</b>
<b>FIGURA 12</b>	Taxa de crescimento da dimensão IDH-Educação, período de 1991-2000	<b>190</b>
<b>FIGURA 13</b>	Taxa de crescimento da dimensão IDH-Longevidade, período de 1991/2000	<b>191</b>
<b>FIGURA 14</b>	Taxa de crescimento da dimensão IDH-Renda, período de 1991-2000.	<b>191</b>
<b>FIGURA 15</b>	Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)-Global, período de 2006-2008.	<b>197</b>
<b>FIGURA 16</b>	Distribuição percentual do Produto Interno Bruto do Território Serra da Ibiapaba, 2008	<b>202</b>
<b>FIGURA 17</b>	Distribuição percentual do valor da produção de lavouras temporárias e permanentes do Território Serra da Ibiapaba, 2010.	<b>216</b>
<b>FIGURA 18</b>	Distribuição percentual do número de propriedades por classificação de áreas do Território Serra da Ibiapaba, 2005.	<b>228</b>
<b>FIGURA 19</b>	Distribuição percentual da área ocupada pelas propriedades por classificação de áreas do Território Serra da Ibiapaba, 2005	
<b>FIGURA 20</b>	Comparativos entre os partidos e entre os gestores homens e mulheres.	<b>260</b>
<b>FIGURA 21</b>	Consolidado dos mandatos de vereadores 1997/2012	<b>266</b>
<b>FIGURA 22</b>	Comparativo entre os micros territórios do Resumo das transferências governamentais anos 2004 a 2009 (FPM + FUNDEF (até 2006) e FUNDEB + ICMS COTA-PARTE)	<b>279</b>
<b>FIGURA 23</b>	Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 – 2009	<b>282</b>
<b>FIGURA 24</b>	Arrecadação Orçamentária dos Municípios	<b>284</b>
<b>FIGURA 25</b>	Elementos do Processo da Gestão Social	<b>296</b>
<b>FIGURA 26</b>	Composição do Colegiado Territorial	<b>297</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1</b>	Distribuição da população do Território Serra da Ibiapaba por micro território, série histórica dos anos de 2007 a 2010 e a taxa de crescimento	<b>25</b>
<b>TABELA 2</b>	População residente, por grupos de idade e sexo (0 a 14 anos), segundo o micro território e municípios do Território Serra da Ibiapaba - 2010	<b>26</b>
<b>TABELA 2.1</b>	População residente, por grupos de idade e sexo (15 a 29 anos), segundo o micro território e municípios do Território Serra da Ibiapaba – 2010	<b>27</b>
<b>TABELA 2.2</b>	População residente, por grupos de idade e sexo (30 a 44 anos), segundo o micro território e municípios do Território Serra da Ibiapaba - 2010	<b>28</b>
<b>TABELA 2.3</b>	População residente, por grupos de idade e sexo (45 a 59 anos), segundo o micro território e municípios do Território Serra da Ibiapaba - 2010	<b>29</b>
<b>TABELA 2.4</b>	População residente, por grupos de idade e sexo (60 a 74 anos), segundo o micro território e municípios do Território Serra da Ibiapaba - 2010	<b>30</b>
<b>TABELA 2.5</b>	População residente, por grupos de idade e sexo (75 a 80 anos), segundo o micro território e municípios do Território Serra da Ibiapaba – 2010	<b>31</b>
<b>TABELA 3</b>	População Total, Urbana e Rural, Densidade Demográfica, Percentual da População do Território Serra da Ibiapaba, 2010.	<b>32</b>
<b>TABELA 4</b>	Taxa Geométrica Total (urbana e rural) do Território Serra da Ibiapaba, 2010	<b>33</b>
<b>TABELA 5</b>	Morbidade Proporcional por Doenças Crônicas Território Serra da Ibiapaba no Ano de Maior Número de Cadastros	<b>83</b>
<b>TABELA 6</b>	Morbidade Proporcional Por Doenças Transmissíveis No Território Ibiapaba Em 2009.	<b>84</b>
<b>TABELA 7</b>	Distribuição Percentual das Internações causas externas e doenças respiratórias- CID10(Código Internacional de Doenças) em 2009	<b>86</b>
<b>TABELA 8</b>	Mortalidade Proporcional Por Grupos De Causas No Território Do Serra Da Ibiapaba Em 2008	<b>93</b>
<b>TABELA 9</b>	Informações Sobre As Condições De Nascimento No Território Ibiapaba Em 2008.	<b>95</b>
<b>TABELA 10</b>	Tipos de Estabelecimentos Atenção Básica e Especializada no Território Ibiapaba Dados de 2008, 2009 e 2010.	<b>108</b>
<b>TABELA 11</b>	Oferta de Profissionais Médicos por Especialidade/ 1000 Habitantes No Território da Serra da Ibiapaba em 2008.	<b>109</b>
<b>TABELA 12</b>	Oferta De Profissionais De Saúde Por Categoria Profissional/ 1000 Habitantes No Território Ibiapaba Em 2008.	<b>112</b>
<b>TABELA 13</b>	Percentual de Domicílios com Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Território Serra da Ibiapaba em 2008	<b>114</b>
<b>TABELA 14</b>	Educação Infantil: Total de Matrículas por Redes de Ensino e Zonas de Localização	<b>118</b>
<b>TABELA 15</b>	Educação Infantil: Caracterização dos Estabelecimentos Escolares	<b>120</b>
<b>TABELA 16</b>	Ensino Fundamental: Total de Matrículas por Redes de Ensino e Zonas de Localização	<b>122</b>
<b>TABELA 17</b>	Ensino Fundamental: Caracterização dos Estabelecimentos Escolares	<b>123</b>
<b>TABELA 18</b>	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: IDEB do Ensino Fundamental	<b>126</b>
<b>TABELA 19</b>	Docentes do Ensino Fundamental por Grau de Formação	<b>127</b>
<b>TABELA 20</b>	Ensino Médio: Total de Matrículas por Redes de Ensino e Zonas de Localização	<b>128</b>
<b>TABELA 21</b>	Ensino Médio: Caracterização dos Estabelecimentos Escolares	<b>130</b>
<b>TABELA 22</b>	Educação de Jovens e Adultos (EJA): Total de Matrículas por Redes de Ensino e Zonas de Localização	<b>132</b>
<b>TABELA 23</b>	Educação Especial: Total de Matrículas por Redes de Ensino e Zonas de Localização	<b>134</b>
<b>TABELA 24</b>	Equipamentos Culturais do Território Serra da Ibiapaba	<b>136</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 25</b>	Obras de abastecimento do Projeto São José nos municípios no período de 2000 a 2009	<b>163</b>
<b>TABELA 26</b>	Participação dos municípios na etapa regional do Pacto das águas	<b>164</b>
<b>TABELA 27</b>	Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).	<b>186</b>
<b>TABELA 28</b>	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Global e dimensão-educação do estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 1991-2000.	<b>187</b>
<b>TABELA 29</b>	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dimensão-longevidade e renda do estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 1991-2000.	<b>187</b>
<b>TABELA 30</b>	Classificação da tendência de recuo de posições no <i>ranking</i> estadual referente ao Índice de Desenvolvimento Humano.	<b>189</b>
<b>TABELA 31</b>	Taxas de crescimento dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)-Global/Educação/Longevidade/Renda e tendências de recuo de posições no <i>ranking</i> estadual referente ao IDH do estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, para o período de 1991-2000.	<b>190</b>
<b>TABELA 32</b>	Índices de Desenvolvimento Municipal (IDM), por grupos de indicadores, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2006-2008	<b>196</b>
<b>TABELA 33</b>	Índices de Desenvolvimento Municipal (IDM), por grupos de indicadores, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2006-2008.	<b>197</b>
<b>TABELA 34</b>	Produto Interno Bruto a preços de mercado, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2004-2008.	<b>200</b>
<b>TABELA 35</b>	Produto Interno Bruto por setores produtivos, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2007-2008.	<b>202</b>
<b>TABELA 36</b>	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> , segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2004-2008.	<b>204</b>
<b>TABELA 37</b>	População Economicamente Ativa (PEA), segundo o Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 1991-2000.	<b>205</b>
<b>TABELA 38</b>	Taxa de Participação da PEA em relação a população total, segundo o Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, em 2000.	<b>206</b>
<b>TABELA 39</b>	Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2009	<b>208</b>
<b>TABELA 40</b>	Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2009.	<b>209</b>
<b>TABELA 41</b>	Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2009.	<b>210</b>
<b>TABELA 42</b>	Renda <i>per capita</i> e taxa de crescimento da renda <i>per capita</i> , segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 1991-2000.	<b>211</b>
<b>TABELA 43</b>	Evolução de área, produção e valor das principais culturas das lavouras temporárias e permanentes, segundo o Território Serra da Ibiapaba, 2006-2009.	<b>215</b>
<b>TABELA 44</b>	Efetivo dos rebanhos bovinos e suínos, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008-2009.	<b>219</b>
<b>TABELA 45</b>	Efetivo dos rebanhos caprinos e ovinos, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008-2009	<b>221</b>
<b>TABELA 46</b>	Efetivo de aves, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008-2009.	<b>219</b>
<b>TABELA 47</b>	Número de vacas ordenhadas, produção de leite e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008-2009.	<b>221</b>
<b>TABELA 48</b>	Produção de ovos e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008-2009.	<b>223</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 49</b>	Produção de mel e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008-2009.	<b>223</b>
<b>TABELA 50</b>	Produção e valor da produção dos principais produtos extrativos, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008-2009	<b>223</b>
<b>TABELA 51</b>	Número e área dos imóveis rurais, por tamanho do imóvel e classificação das áreas, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, em 2005.	<b>229</b>
<b>TABELA 52</b>	Cadastro técnico e regularização fundiária de imóveis rurais, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008-2009	<b>230</b>
<b>TABELA 53</b>	Assentamento de trabalhadores rurais, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, implantados em 2008 e 2009	<b>231</b>
<b>TABELA 54</b>	Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária, por finalidade, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008.	<b>234</b>
<b>TABELA 55</b>	Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária, por finalidade, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2009.	<b>236</b>
<b>TABELA 56</b>	Empresas de serviços, por atividade econômica, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008.	<b>237</b>
<b>TABELA 57</b>	Empresas de serviços, por atividade econômica, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2009.	<b>238</b>
<b>TABELA 58</b>	Cooperativas ativas, por classes, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008-2009.	<b>237</b>
<b>TABELA 59</b>	Oferta nos meios de hospedagem, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008-2009.	<b>240</b>
<b>TABELA 60</b>	Atrativos turísticos, segundo o Território Serra da Ibiapaba e seus municípios.	<b>241</b>
<b>TABELA 61</b>	Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008-2009	<b>242</b>
<b>TABELA 62</b>	Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008-2009.	<b>242</b>
<b>TABELA 63</b>	Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008-2009	<b>243</b>
<b>TABELA 64</b>	Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008-2009.	<b>243</b>
<b>TABELA 65</b>	Empresas industriais ativas, por tipo, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008-2009.	<b>245</b>
<b>TABELA 66</b>	Consumo medido de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008.	<b>246</b>
<b>TABELA 67</b>	Consumo medido de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2009.	<b>247</b>
<b>TABELA 68</b>	Consumidores de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008.	<b>247</b>
<b>TABELA 69</b>	Consumidores de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2009.	<b>248</b>
<b>TABELA 70</b>	Capacidade, cota e volume dos principais açudes monitorados pelo Programa de Gerenciamento de Águas Territoriais, segundo as bacias hidrográficas/açude do Território Serra da Ibiapaba, agosto de 2010.	<b>249</b>
<b>TABELA 71</b>	Aduadoras construídas, em construção e projetadas no Território Serra da Ibiapaba, 1996-2008.	<b>250</b>
<b>TABELA 72</b>	Poços construídos pela SOHIDRA no Território Serra da Ibiapaba, 2009.	<b>250</b>
<b>TABELA 73</b>	Vias de acesso de Fortaleza aos municípios do Território Serra da Ibiapaba	<b>251</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b>	Principais rodovias e distâncias entre os municípios do Território Serra da Ibiapaba à capital Fortaleza	<b>12</b>
<b>QUADRO 2</b>	Número de cisternas construídas através das parcerias ASA/MDS/ESPAF e SDA/MDS/CEALTRU- Ano 2010	<b>55</b>
<b>QUADRO 3</b>	Número de famílias beneficiárias e repasses do Programa Bolsa Família- Ano 2010	<b>58</b>
<b>QUADRO 4</b>	Estimativa de famílias pobres no CadÚNICO e famílias pobres enquadradas no perfil do Programa Bolsa Família (PBF)	<b>58</b>
<b>QUADRO 5</b>	Programas Complementares articulados em nível federal	<b>60</b>
<b>QUADRO 6</b>	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	<b>63</b>
<b>QUADRO 7</b>	Ações, beneficiários e repasses da Assistência Social – Ano base 2010	<b>65</b>
<b>QUADRO 8</b>	Comparativo entre benefícios sociais com cobertura via Assistência Social(BPC e PETI) e bolsa Família com repasse direto aos beneficiários- 2010	<b>68</b>
<b>QUADRO 9</b>	Quantidade de benefícios emitidos pelo INSS – 2000 a 2009	<b>6</b>
<b>QUADRO 10</b>	Valor dos Benefícios emitidos pelo INSS – 2000 a 2009	<b>71</b>
<b>QUADRO 11</b>	Quantidade e Valor dos Benefícios emitidos pelo INSS –Urbano e Rural 2007 e 2008	<b>72</b>
<b>QUADRO 12</b>	Número de promotores de justiça, Delegacias de Polícia e Defensores Públicos nos municípios – 2010	<b>75</b>
<b>QUADRO 13</b>	Ensino Fundamental no Brasil	<b>122</b>
<b>QUADRO 14</b>	Levantamento dos Eventos Culturais do Território Serra da Ibiapaba	<b>139</b>
<b>QUADRO 15</b>	Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Sociocultural Educacional	<b>147</b>
<b>QUADRO 16</b>	Distribuição dos solos e tipos de vegetação do Território da Ibiapaba	<b>169</b>
<b>QUADRO 17</b>	Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Ambiental	<b>182</b>
<b>QUADRO 18</b>	Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 1993-1996	<b>260</b>
<b>QUADRO 19</b>	Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 1997 – 2000	<b>260</b>
<b>QUADRO 20</b>	Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 2001 – 2004	<b>260</b>
<b>QUADRO 21</b>	Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 2005 – 2008	<b>259</b>
<b>QUADRO 22</b>	Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 2009 - 2012	<b>261</b>
<b>QUADRO 23</b>	Predominância de mandatos dos partidos, período 1993 a 2012	<b>261</b>
<b>QUADRO 24</b>	Representação nas Câmaras Municipais – legislatura 1997 – 2000	<b>264</b>
<b>QUADRO 25</b>	Representação nas Câmaras Municipais – legislatura 2001 – 2004	<b>265</b>
<b>QUADRO 26</b>	Representação nas Câmaras Municipais – legislatura 2005 – 2008	<b>266</b>
<b>QUADRO 27</b>	Representação nas Câmaras Municipais – legislatura 2009 – 2012	<b>267</b>
<b>QUADRO 28</b>	Consolidação dos quatro mandatos de vereadores período 1997 – 2012	<b>268</b>
<b>QUADRO 29</b>	Serviços Prestados pelas Instituições com Potencial de Integração	<b>272</b>
<b>QUADRO 30</b>	Tipos de Serviços Prestados pelos Municípios no Território	<b>272</b>
<b>QUADRO 31</b>	Tipos de Ações e Serviços Prestados por Entidades e Organizações da Sociedade Civil com Potencial de Integração	<b>276</b>
<b>QUADRO 32</b>	Transferências governamentais FPM	<b>279</b>
<b>QUADRO 33</b>	Transferências governamentais ICMS - COTA DO FUNDEF (até 2006) e FUNDEB	<b>279</b>
<b>QUADRO 34</b>	Transferências governamentais ICMS COTA-PARTE	<b>279</b>
<b>QUADRO 35</b>	Resumo das transferências governamentais anos 2004 a 2009 (FPM + FUNDEF (até 2006) e FUNDEB + ICMS COTA-PARTE)	<b>280</b>
<b>QUADRO 36</b>	Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 -2009	<b>282</b>
<b>QUADRO 37</b>	Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 – 2009	<b>283</b>
<b>QUADRO 38</b>	Arrecadação Orçamentária dos Municípios	<b>284</b>
<b>QUADRO 39</b>	Resumo da Arrecadação Orçamentária dos Municípios	<b>284</b>
<b>QUADRO 40</b>	Plano Plurianual – PAA	<b>290</b>
<b>QUADRO 41</b>	Instituições e Entidades com Atuação Regionalizada	<b>293</b>
<b>QUADRO 42</b>	Composição do Colegiado Territorial	<b>299</b>
<b>QUADRO 43</b>	Composição do Colegiado Territorial	<b>300</b>
<b>QUADRO 44</b>	Composição do Colegiado Territorial	<b>301</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 45</b>	Composição do Colegiado Territorial	<b>302</b>
<b>QUADRO 46</b>	Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Político Institucional	<b>304</b>
<b>QUADRO 47</b>	Objetivos Estratégicos	<b>310</b>
<b>QUADRO 48</b>	Eixo Educação	<b>313</b>
<b>QUADRO 49</b>	Eixo Cultura	<b>314</b>
<b>QUADRO 50</b>	Eixo Saúde, Saneamento e Acesso a Água	<b>315</b>
<b>QUADRO 51</b>	Eixo Gênero, Geração, Raça e Etnia e Desenvolvimento Social	<b>317</b>
<b>QUADRO 52</b>	Eixo Meio Ambiente	<b>318</b>
<b>QUADRO 53</b>	Eixo Organização Sustentável da Produção	<b>320</b>
<b>QUADRO 54</b>	Eixo Ações Fundiárias	<b>320</b>
<b>QUADRO 55</b>	Eixo Infraestrutura	<b>321</b>
<b>QUADRO 56</b>	Eixo Turismo	<b>322</b>
<b>QUADRO 57</b>	Eixo Gestão Político Institucional	<b>323</b>
<b>QUADRO 58</b>	Projetos Estratégicos priorizados pelo Território	<b>324</b>

## SUMÁRIO

	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>PROCESSO HISTÓRICO E METODOLÓGICO DE QUALIFICAÇÃO DO PLANO</b>	<b>17</b>
<b>PARTE I</b>	<b>O TERRITÓRIO</b>	<b>19</b>
<b>3</b>	Aspectos Sociodemográficos	<b>23</b>
<b>4</b>	Características Estratégicas	<b>34</b>
<b>5</b>	Formação Histórica	<b>37</b>
<b>PARTE II</b>	<b>O DIAGNÓSTICO</b>	<b>43</b>
<b>PARTE II a</b>	<b>DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL</b>	<b>47</b>
<b>6</b>	Aspectos Sociais	<b>49</b>
<b>7</b>	Aspectos da Saúde	<b>78</b>
<b>8</b>	Aspectos Educacionais	<b>113</b>
<b>9</b>	Aspectos Culturais	<b>138</b>
<b>10</b>	Análise Territorial da Dimensão Sociocultural Educacional	<b>140</b>
<b>PARTE II b</b>	<b>DIMENSÃO AMBIENTAL</b>	<b>145</b>
<b>11</b>	Aspectos Geoambientais	<b>147</b>
<b>12</b>	Aspectos Antrópicos	<b>172</b>
<b>13</b>	Análise Territorial da Dimensão Ambiental	<b>178</b>
<b>PARTE II c</b>	<b>DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA</b>	<b>179</b>
<b>14</b>	Aspectos Socioeconômicos	<b>181</b>
<b>15</b>	Aspectos do Setor Produtivo	<b>209</b>
<b>16</b>	Situação Fundiária	<b>224</b>
<b>17</b>	Financiamento e Comercialização	<b>229</b>
<b>18</b>	Serviços, Turismo Comércio e Indústria	<b>233</b>
<b>19</b>	Infraestrutura Elétrica, Hídrica e de Estradas	<b>242</b>
<b>20</b>	Análise Territorial da Dimensão Socioeconômica	<b>248</b>
<b>PARTE II d</b>	<b>DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL</b>	<b>251</b>
<b>21</b>	Territorialização e Gestão Pública	<b>253</b>
<b>22</b>	Infraestrutura Institucional	<b>273</b>
<b>23</b>	Governabilidade e Gestão Social	<b>297</b>
<b>24</b>	Análise Territorial da Dimensão Político Institucional	<b>298</b>
<b>PARTE III</b>	<b>PLANEJAMENTO</b>	<b>301</b>
<b>25</b>	Visão de Futuro	<b>304</b>
<b>26</b>	Objetivos Estratégicos	<b>305</b>
<b>27</b>	Diretrizes Principais	<b>307</b>
<b>28</b>	Eixos do Desenvolvimento, Programas e Projetos	<b>308</b>
<b>29</b>	Projetos Estratégicos Priorizados pelo Território	<b>320</b>
<b>PARTE IV</b>	<b>GESTÃO DO PLANO</b>	<b>321</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>327</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>329</b>



## APRESENTAÇÃO

As últimas décadas repercutem, até os dias de hoje, a centralização das políticas públicas implementadas pelo governo federal, que tratou sempre o Brasil como um todo homogêneo, impedindo com que essas políticas atingissem os objetivos esperados no que diz respeito à busca de um desenvolvimento de forma sustentável. Essa prática gerou limitações à participação, à articulação e à integração das esferas regionais e locais aos processos decisórios.

Nesse contexto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, no início desse século XXI, através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável – Condrap apresenta uma nova concepção do rural brasileiro e de uma abordagem territorial através de três características básicas: o espaço de produção, o espaço de relação com a natureza e o espaço de (re) produção de modos de vida diferenciados. Portanto, um novo projeto, uma nova abordagem territorial ancorada no desenvolvimento sustentável que busca entre outras diretrizes estratégicas, uma gestão social, o fortalecimento do estado e o protagonismo dos atores institucionais, constituída a partir de instâncias colegiadas que possam nesses espaços exercer o controle e a gestão das políticas públicas.

O desenvolvimento dessa gestão social é articulada no âmbito federal pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial – SDT e no âmbito estadual pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA em parceria com o Instituto Agropolos do Ceará. Esta gestão vem se caracterizando como um modelo de planejamento que caminha de forma democrática nos processos construídos nos colegiados dos treze territórios cearenses.

O principal instrumento de apoio a gestão social que estimula a construção do modelo de desenvolvimento sustentável é o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS elaborado com base na experiência de planos já existentes ou em implementação em cada território.

O PTDRS tem entre outros objetivos ser um documento de negociação e concertação da diversidade de pensamentos, interesses, práticas e sonhos

existentes no território; um instrumento que possibilita o acesso qualificado as políticas públicas, a inclusão dos diversos públicos existentes no território, enfim proporciona condições necessárias para a ampliação e o fortalecimento da coesão social dos territórios.

## 1 INTRODUÇÃO

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS consiste em apoiar a gestão social sustentável, baseado na experiência de um planejamento participativo do território. Este planejamento é desenvolvido através das etapas: elaboração, execução, monitoramento e avaliação contínua de forma reflexiva, crítica e criativa, da gestão, do diagnóstico e de seus programas, projetos e ações, no exercício do controle social realizado através de um sistema de gestão comprometido com a eficiência e eficácia das atividades.

O PTDRS reúne as informações coletadas e organizadas do Território referenciadas pelo documento Guia de Planejamento Territorial: Orientações Gerais para Elaboração e Qualificação do PTDRS (MDA, Janeiro 2010) que possibilitou estruturar a partir da negociação e concertação os interesses, práticas e sonhos existentes, os saberes, os sentimentos, as imagens, culturas, histórias, os anseios e a realidade das pessoas e os dados objetivos que se materializaram neste plano.

Os principais componentes do Plano Territorial são expressos a partir dos aspectos gerais do território, de um diagnóstico territorial em suas múltiplas dimensões da sustentabilidade: sociocultural e educacional, ambiental, socioeconômica e política institucional, da prospecção desta realidade direcionada pela visão de futuro, dos objetivos estratégicos, das diretrizes e eixos de desenvolvimento que reúnem os programas, projetos e ações e o sistema de gestão do plano para o desenvolvimento rural e sustentável deste espaço.

O sistema de gestão do plano encontra-se nesse documento como uma proposição ainda preliminar, dado que precisa ser discutido, aprofundado e concretizado como um instrumento de gestão propriamente dito, já que as instancias colegiadas ainda se encontram em processo de construção em caráter provisório.

O PTDRS do Território do Vales do Curu Aracatiaçu não é um documento estático, mas um plano em constante busca de aperfeiçoamento,

de atualização permanente em espaços de tempo programados, dada a dinâmica global do mundo em que se insere.

## **2 PROCESSO HISTÓRICO E METODOLOGICO DE ELABORAÇÃO DO PLANO**

A construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Serra da Ibiapaba, utilizou-se da metodologia participativa, cuja premissa assegura a participação de todos os atores institucionais do território, para que sejam ouvidos, tenham as suas opiniões respeitadas e os dados sejam o mais aproximado possível da realidade.

Os passos metodológicos para a construção do plano seguiram as orientações estabelecidas pelo MDA. A primeira etapa consistiu em cinco fases: a primeira na preparação da ambiência de planejamento que teve como marco inicial a disseminação da estratégia de desenvolvimento territorial que culminou com a realização de um Seminário Territorial no período de dezembro de 2008 em cada Território.

A segunda fase consistiu na sensibilização dos atores estaduais realizada na Oficina Estadual onde foi firmado o Pacto Social pela territorialização do Ceará em fevereiro de 2009.

A terceira fase, em julho de 2009, resultou na mobilização dos atores territoriais em Plenárias Territoriais para constituição dos Colegiados.

A quarta fase objetivou a implantação do Colegiado, a Posse da Plenária, a Eleição do Núcleo Dirigente e a contextualização do Plano Territorial, em outubro de 2009 durante as Oficinas Territoriais.

Na quinta fase ocorre a formação de duas equipes: a primeira de ordem multi institucional responsável pelo acompanhamento técnico da elaboração do PTDRS, constituída de técnicos entre as instituições parceiras: SDT, SDA e Instituto Agropolos do Ceará; a segunda equipe formada por três consultores e o assessor técnico territorial, responsáveis por todos os elementos constituintes do plano, ou seja, desde o diagnóstico até a visão de futuro, eixos territoriais, programas e projetos estratégicos; o primeiro consultor residente no território e os outros dois no município da sede do Instituto Agropolos do Ceará (Fortaleza) e ainda com a atuação do Assessor Técnico Territorial (antigo articulador territorial) responsáveis pela elaboração do PTDRS.

A 2ª etapa teve como objetivo a construção do diagnóstico territorial fruto de pesquisas realizadas por meio da sistematização de dados secundários provenientes de livros, sites oficiais de informações, documentos acadêmicos, artigos, pesquisas e outros, numa primeira fase. Como segunda fase foi realizado o levantamento de dados primários, coletados nos municípios, oriundos das respostas ao instrumento elaborado, fundamentado no documentador do MDA, para discussão dos dados nas diversas reuniões realizadas nos territórios, através da matriz de planejamento denominada FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) e de outras metodologias de Diagnóstico Rápido Participativo. A apresentação e debate no Colegiado territorial consistiu na 3ª fase onde foi apresentado o diagnóstico territorial através do relatório contendo a versão do diagnóstico; A 4ª e última fase foi a sistematização das contribuições da oficina em documento contendo a versão do diagnóstico para preparação do planejamento.

A 3ª etapa consistiu na elaboração dos demais elementos do plano: visão de futuro, eixos territoriais, programas, projetos estratégicos, cuja síntese foi apresentada ao Colegiado e validada e posteriormente sistematizada na versão de Resumo Executivo Preliminar divulgado no início de julho de 2010.

A 4ª etapa ocorre a reformulação da equipe técnica para a elaboração do plano, constituindo-se em uma equipe, de caráter multidisciplinar, dividida em duplas, cada qual responsável por um dos seis eixos temáticos: educação e cultura, saúde saneamento e água, ações sociais, meio ambiente, organização sustentável da produção e comercialização e gestão territorial, dos treze territórios. Esta etapa consistiu na apresentação da versão preliminar do PTDRS em Plenária Territorial para inserção de novas contribuições e priorização dos projetos estratégicos de todos os eixos com a eleição dos três primeiros a serem executados, bem como a validação deste documento como versão final do PTDRS.

Cabe ressaltar que a gestão social do plano ainda está em fase de maturação para que na implementação deste plano possa ser definida a forma que servirá de base ao acompanhamento e monitoramento dos programas, projetos e ações a serem executadas ao longo do período de curto, médio e longo prazo firmado pelo Colegiado.

**Parte I**  
**O TERRITORIO**

**Aspectos Sociodemográficos**  
**Características Estratégicas**  
**Formação Histórica**



## O TERRITORIO

O Território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade/identidade entre pessoas, grupos sociais e instituições é mediador entre a dimensão do município considerando suas especificidades, a dimensão micro territorial e a dimensão territorial. É visto como uma área que sintetiza e materializa num determinado espaço geográfico um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo, em interação com outros espaços diferenciados.

No âmbito territorial o enfoque de planejamento, e, sobretudo para uma política que vislumbra o Brasil como espaço urbano e rural, permite uma visão mais integrada de espaços, agentes, mercados e das políticas públicas.

Esta política de planejamento prevê cooperação entre os territórios, micro territórios e seus municípios, uma estratégia comum de desenvolvimento sustentável para a construção de arranjos sócio-produtivos locais, com ações e projetos viáveis, uma iniciativa que possibilita reconhecer territórios, constituídos nestas bases para articularem-se em torno de projetos comuns. O fortalecimento da coesão social de seu espaço, portanto é ampliado e cria-se as condições necessárias para melhor resolver seus problemas em torno do desenvolvimento territorial.

A missão de promover o planejamento territorial para fomentar iniciativas locais de desenvolvimento sustentável a partir da participação efetiva dos atores locais na definição, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, vem sendo desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde o ano de 2003, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial através do Programa Territórios da Cidadania. A coordenação dessa estratégia esta sintonizada pelo governo federal em parceria com o governo estadual através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário e a execução das ações é realizada pelo Instituto Agropolos do Ceará.

As orientações estratégicas de descentralizar as políticas públicas no governo do estado do Ceará nortearam a SDA a adotar os territórios como Território Rural de Identidade como referência estratégica no apoio a

organização dos atores na gestão participativa do desenvolvimento rural sustentável e solidário, respeitando as potencialidades locais e valorizando a diversidade.

É importante ressaltar que o conceito de ruralidade adotado pelo MDA para os municípios reside no fato desses possuírem menos de 50.000 habitantes e uma densidade demográfica de até 80 hab/km<sup>2</sup>.

A estratégia de planejamento e acompanhamento ocorre desde o ano de 2003, em seis territórios, inseridos no Programa iniciados pelo MDA/SDT: Cariri, Inhamuns/Crateus, Sertão Central, Sertões de Canindé, Sobral, Vales do Curu e Aracatiaçu e os sete outros em processo de implantação pela SDA: Centro Sul Vale do Salgado, Litoral Extremo Oeste, Litoral Leste, Maciço do Baturité, Metropolitano Jose de Alencar, Serra da Ibiapaba e Vale do Jaguaribe, conforme acordado durante o Encontro Estadual de Construção participativa do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) realizado em 2007 e reforçado durante a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário (I CNDRRA) em 2008.

Nesse contexto de “Território Rural de Identidade” a SDA assumiu o compromisso de acompanhar conjuntamente com o MDA/SDT a implantação integrada de políticas públicas em 13 Territórios, incluindo os territórios participantes no âmbito federal acompanhados pelo Programa Territórios da Cidadania.

### 3 ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS

O conhecimento dos aspectos sociodemográficos de uma população é um instrumento que subsidia processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de alcance social, bem como tomadas de decisão no planejamento e desenvolvimento do PTDRS, tornando possível a prospecção futura.

Para tanto, selecionou-se informações relativas à distribuição da população do território, outras relativas à estrutura da população residente, ou seja, a repartição geográfica da população por área rural e urbana considerando-se gênero, faixa etária, zona de moradia, a densidade demográfica e percentual urbano-rural e a taxa geométrica total distribuída nos espaços urbanos e rurais.

Na tabela 1, os dados demográficos do Território Serra da Ibiapaba correspondem à população total nos quatro últimos anos: 2007 a 2010 (com a taxa de crescimento, calculada entre os anos de 2007 e 2010 – anos censitários). Esses dados possibilitam a gestão e controle social de municípios que têm um crescimento demográfico positivo ou negativo de sua população, que a partir desta constatação podem servir de investigação quanto às ações e serviços que colaboram ou não com este crescimento.

**Tabela 1:** Distribuição da população do Território Serra da Ibiapaba por micro território, série histórica dos anos de 2007 a 2010 e a taxa de crescimento

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DA SERRA DA IBIAPABA 2007 - 2010					
MICRO I					
Municípios/ ano	2007	2008	2009	2010	Taxa Crescimento (%)
Ibiapina	23088	23961	24125	23810	3,1
Tianguá	64612	67663	68588	68901	6,6
Ubajara	29569	30885	31247	31792	7,5
Viçosa do Ceará	52855	55670	56673	54961	4,0
<b>TOTAL</b>	<b>117269</b>	<b>178179</b>	<b>180633</b>	<b>179464</b>	<b>53,0</b>
MICRO II					
Carnaubal	16001	16626	16755	16746	4,7

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DA SERRA DA IBIAPABA 2007 - 2010					
Croatá	17317	18057	18246	17077	-1,4
Guaraciaba do Norte	36705	38123	38406	37777	2,9
São Benedito	43077	44929	45407	44186	2,6
<b>TOTAL</b>	<b>113100</b>	<b>117735</b>	<b>118814</b>	<b>115786</b>	<b>2,4</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

As informações selecionadas sobre os dados demográficos e indicadores populacionais do Território Serra da Ibiapaba destacam a população residente fracionada segundo a faixa etária e gênero, dados importantes para a elaboração de políticas públicas voltadas para as necessidades específicas segundo as especificidades de cada faixa etária.

A Tabela 2 e as tabelas subseqüentes fracionadas por faixa etária apresentam o número total de pessoas residentes e sua estrutura relativa, em cada espaço geográfico, seja por micro território ou por município. Possibilitam dimensionar a população-alvo de ações e serviços, analisar variações geográficas e temporais na distribuição de idades e ainda, contribuir para o planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas relacionadas à saúde, educação, trabalho, previdência e assistência social, para os diversos segmentos de idade.

A Tabela 2 apresenta o fracionamento relativo a faixa infanto-juvenil do Território Serra da Ibiapaba.

**Tabela 2:** População residente, por grupos de idade e sexo (0 a 14 anos), segundo o micro território e municípios do Território Serra da Ibiapaba - 2010

Municípios	População residente								
	0 a 4 anos			5 a 9 anos			10 a 14 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>MICRO I</b>									
Ibiapina U	876	440	436	894	475	419	1161	596	565
Ibiapina R	1160	608	552	1188	616	572	1537	786	751
Tianguá U	4051	2035	2016	4175	2110	2065	4817	2467	2350
Tianguá R	2126	1049	1077	2327	1161	1166	2794	1436	1358
Ubajara U	1313	665	648	1385	713	672	1494	729	765
Ubajara R	1500	739	761	1571	801	770	1754	901	853
Viçosa do Ceará U	1460	769	691	1688	884	804	2033	1013	1020
Viçosa do Ceará R	3366	1707	1659	3830	1960	1870	4772	2389	2383

Municípios	População residente								
	0 a 4 anos			5 a 9 anos			10 a 14 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
TOTAL U	7700	3909	3791	8142	4182	3960	9505	4805	4700
TOTAL R	8152	4103	4049	8916	4538	4378	10857	5512	5345
<b>MICRO II</b>									
Carnaubal U	653	339	314	747	375	372	830	421	409
Carnaubal R	753	394	359	933	502	431	1165	581	584
Croatá U	668	320	348	910	473	437	1100	536	564
Croatá R	642	342	300	771	425	346	1009	508	501
Guaraciaba do Norte U	1390	658	732	1622	791	831	1981	1015	966
Guaraciaba do Norte R	1807	898	909	2091	1042	1049	2621	1330	1291
São Benedito U	2191	1105	1086	2263	1127	1136	2655	1296	1359
São Benedito R	1729	890	839	1851	951	900	2406	1266	1140
TOTAL U	4902	2422	2480	5542	2766	2776	6566	3268	3298
TOTAL R	4931	2524	2407	5646	2920	2726	7201	3685	3516
<b>TOTAL URBANO TERRITORIO</b>	<b>12602</b>	<b>6331</b>	<b>6271</b>	<b>13684</b>	<b>6948</b>	<b>6736</b>	<b>16071</b>	<b>8073</b>	<b>7998</b>
<b>TOTAL RURAL TERRITORIO</b>	<b>13083</b>	<b>6627</b>	<b>6456</b>	<b>14562</b>	<b>7458</b>	<b>7104</b>	<b>18058</b>	<b>9197</b>	<b>8861</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.1 apresenta o fracionamento relativo a faixa dos jovens do Território Serra da Ibiapaba.

**Tabela 2.1:** População residente, por grupos de idade e sexo (15 a 29 anos), segundo o micro território e municípios do Território Serra da Ibiapaba – 2010

Municípios	População residente								
	15 a 19 anos			20 a 24 anos			25 a 29 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>MICRO I</b>									
Ibiapina U	1136	545	591	1015	504	511	871	435	436
Ibiapina R	1571	831	740	1104	575	529	839	439	400
Tianguá U	5031	2469	2562	4663	2259	2404	4148	2016	2132
Tianguá R	2653	1377	1276	2153	1129	1024	1866	950	916
Ubajara U	1573	801	772	1428	698	730	1307	598	709
Ubajara R	1764	920	844	1561	773	788	1405	712	693
Viçosa do Ceará U	2064	1028	1036	1634	754	880	1549	753	796
Viçosa do Ceará R	4582	2349	2233	3301	1732	1569	2903	1514	1389
TOTAL U	9804	4843	4961	8740	4215	4525	7875	3802	4073

Municípios	População residente								
	15 a 19 anos			20 a 24 anos			25 a 29 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
TOTAL R	10570	5477	5093	8119	4209	3910	7013	3615	3398
MICRO II									
Carnaubal U	826	425	401	668	303	365	588	276	312
Carnaubal R	1022	526	496	638	325	313	587	294	293
Croatá U	1022	500	522	669	303	366	626	296	330
Croatá R	911	449	462	632	306	326	527	270	257
Guaraciaba do Norte U	1845	899	946	1443	670	773	1296	617	679
Guaraciaba do Norte R	2256	1172	1084	1660	833	827	1363	714	649
São Benedito U	2552	1227	1325	2195	1102	1093	1961	951	1010
São Benedito R	2293	1224	1069	1592	792	800	1423	730	693
TOTAL U	6245	3051	3194	4975	2378	2597	4471	2140	2331
TOTAL R	6482	3371	3111	4522	2256	2266	3900	2008	1892
<b>TOTAL URBANO TERRITORIO</b>	<b>16049</b>	<b>7894</b>	<b>8155</b>	<b>13715</b>	<b>6593</b>	<b>7122</b>	<b>12346</b>	<b>5942</b>	<b>6404</b>
<b>TOTAL RURAL TERRITORIO</b>	<b>17052</b>	<b>8848</b>	<b>8204</b>	<b>12641</b>	<b>6465</b>	<b>6176</b>	<b>10913</b>	<b>5623</b>	<b>5290</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.2 apresenta o primeiro fracionamento relativo a faixa dos adultos do Território Serra da Ibiapaba.

**Tabela 2.2:** População residente, por grupos de idade e sexo (30 a 44 anos), segundo o micro território e municípios do Território Serra da Ibiapaba - 2010

Municípios	População residente								
	30 a 34 anos			35 a 39 anos			40 a 44 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I									
Ibiapina U	723	344	379	627	322	305	633	297	336
Ibiapina R	800	423	377	707	374	333	702	340	362
Tianguá U	3482	1689	1793	3027	1465	1562	2683	1254	1429
Tianguá R	1650	888	762	1373	703	670	1209	633	576
Ubajara U	1209	605	604	1024	491	533	889	425	464
Ubajara R	1232	657	575	964	509	455	882	460	422
Viçosa do Ceará U	1286	652	634	1170	540	630	999	499	500
Viçosa do Ceará R	2438	1308	1130	2073	1084	989	1968	1014	954
TOTAL U	6700	3290	3410	5848	2818	3030	5204	2475	2729
TOTAL R	6120	3276	2844	5117	2670	2447	4761	2447	2314
MICRO II									

Municípios	População residente								
	30 a 34 anos			35 a 39 anos			40 a 44 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Carnaubal U	602	291	311	499	241	258	462	223	239
Carnaubal R	540	281	259	497	255	242	480	250	230
Croatá U	551	259	292	567	260	307	525	237	288
Croatá R	443	231	212	469	228	241	462	231	231
Guaraciaba do Norte U	1190	568	622	1038	514	524	1075	532	543
Guaraciaba do Norte R	1339	682	657	1163	587	576	1099	579	520
São Benedito U	1773	865	908	1501	696	805	1506	744	762
São Benedito R	1298	657	641	1046	514	532	1008	529	479
<b>TOTAL U</b>	<b>4116</b>	<b>1983</b>	<b>2133</b>	<b>3605</b>	<b>1711</b>	<b>1894</b>	<b>3568</b>	<b>1736</b>	<b>1832</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>3620</b>	<b>1851</b>	<b>1769</b>	<b>3175</b>	<b>1584</b>	<b>1591</b>	<b>3049</b>	<b>1589</b>	<b>1460</b>
<b>TOTAL URBANO TERRITORIO</b>	<b>10816</b>	<b>5273</b>	<b>5543</b>	<b>9453</b>	<b>4529</b>	<b>4924</b>	<b>8772</b>	<b>4211</b>	<b>4561</b>
<b>TOTAL RURAL TERRITORIO</b>	<b>9740</b>	<b>5127</b>	<b>4613</b>	<b>8292</b>	<b>4254</b>	<b>4038</b>	<b>7810</b>	<b>4036</b>	<b>3774</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.3 apresenta o segundo fracionamento relativo a faixa dos adultos do Território Serra da Ibiapaba.

**Tabela 2.3:** População residente, por grupos de idade e sexo (45 a 59 anos), segundo o micro território e municípios do Território Serra da Ibiapaba - 2010

Municípios	População residente								
	45 a 49 anos			50 a 54 anos			55 a 59 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>MICRO I</b>									
Ibiapina U	584	260	324	508	253	255	400	181	219
Ibiapina R	709	363	346	593	309	284	514	275	239
Tianguá U	2348	1125	1223	1894	915	979	1551	746	805
Tianguá R	1069	558	511	816	397	419	727	382	345
Ubajara U	794	383	411	688	310	378	556	256	300
Ubajara R	797	403	394	672	357	315	584	297	287
Viçosa do Ceará U	846	391	455	652	309	343	547	242	305
Viçosa do Ceará R	1646	821	825	1296	663	633	1157	570	587
<b>TOTAL U</b>	<b>4572</b>	<b>2159</b>	<b>2413</b>	<b>3742</b>	<b>1787</b>	<b>1955</b>	<b>3054</b>	<b>1425</b>	<b>1629</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>4221</b>	<b>2145</b>	<b>2076</b>	<b>3377</b>	<b>1726</b>	<b>1651</b>	<b>2982</b>	<b>1524</b>	<b>1458</b>
<b>MICRO II</b>									
Carnaubal U	441	203	238	367	153	214	288	143	145
Carnaubal R	446	215	231	382	205	177	321	178	143
Croatá U	470	216	254	396	178	218	360	176	184

Municípios	População residente								
	45 a 49 anos			50 a 54 anos			55 a 59 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Croatá R	426	209	217	353	184	169	297	137	160
Guaraciaba do Norte U	967	468	499	801	400	401	648	306	342
Guaraciaba do Norte R	928	469	459	848	427	421	810	403	407
São Benedito U	1277	630	647	1072	509	563	905	433	472
São Benedito R	977	481	496	802	399	403	799	410	389
TOTAL U	3155	1517	1638	2636	1240	1396	2201	1058	1143
TOTAL R	2777	1374	1403	2385	1215	1170	2227	1128	1099
<b>TOTAL URBANO TERRITORIO</b>	<b>7727</b>	<b>3676</b>	<b>4051</b>	<b>6378</b>	<b>3027</b>	<b>3351</b>	<b>5255</b>	<b>2483</b>	<b>2772</b>
<b>TOTAL RURAL TERRITORIO</b>	<b>6998</b>	<b>3519</b>	<b>3479</b>	<b>5762</b>	<b>2941</b>	<b>2821</b>	<b>5209</b>	<b>2652</b>	<b>2557</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.4 apresenta o fracionamento relativo a faixa final da idade adulta e início da faixa considerada como início (65) etário representativo da idade considerada para fins de aposentadoria do Território Serra da Ibiapaba.

**Tabela 2.4:** População residente, por grupos de idade e sexo (60 a 74 anos), segundo o micro território e municípios do Território Serra da Ibiapaba - 2010

Municípios	População residente								
	60 a 64 anos			65 a 69 anos			70 a 74 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>MICRO I</b>									
Ibiapina U	351	177	174	274	114	160	245	107	138
Ibiapina R	427	214	213	326	149	177	321	132	189
Tianguá U	1162	532	630	902	433	469	693	297	396
Tianguá R	648	347	301	554	290	264	443	218	225
Ubajara U	467	209	258	382	166	216	288	120	168
Ubajara R	481	238	243	356	164	192	348	169	179
Viçosa do Ceará U	515	234	281	435	201	234	368	157	211
Viçosa do Ceará R	1035	524	511	892	443	449	724	365	359
TOTAL U	2495	1152	1343	1993	914	1079	1594	681	913
TOTAL R	2591	1323	1268	2128	1046	1082	1836	884	952
<b>MICRO II</b>									
Carnaubal U	264	121	143	220	99	121	184	90	94
Carnaubal R	249	117	132	268	121	147	202	99	103
Croatá U	325	148	177	255	123	132	221	85	136

Municípios	População residente								
	60 a 64 anos			65 a 69 anos			70 a 74 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Croatá R	287	144	143	262	130	132	223	107	116
Guaraciaba do Norte U	505	233	272	458	225	233	436	181	255
Guaraciaba do Norte R	720	353	367	517	261	256	421	191	230
São Benedito U	782	360	422	622	261	361	480	222	258
São Benedito R	680	324	356	486	232	254	435	198	237
TOTAL U	1876	862	1014	1555	708	847	1321	578	743
TOTAL R	1936	938	998	1533	744	789	1281	595	686
<b>TOTAL URBANO TERRITORIO</b>	<b>4371</b>	<b>2014</b>	<b>2357</b>	<b>3548</b>	<b>1622</b>	<b>1926</b>	<b>2915</b>	<b>1259</b>	<b>1656</b>
<b>TOTAL RURAL TERRITORIO</b>	<b>4527</b>	<b>2261</b>	<b>2266</b>	<b>3661</b>	<b>1790</b>	<b>1871</b>	<b>3117</b>	<b>1479</b>	<b>1638</b>

**Fonte:** Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.5 apresenta o fracionamento relativo a faixa de idade considerada com atenção especial aos idosos existentes no Território Serra da Ibiapaba e que por sua vez merecem políticas públicas específicas voltadas para a qualidade de vida e estudos que possibilitem verificar como vivem esta faixa da população e quais os fatores que possibilitam sua existência com saúde e longevidade.

**Tabela 2.5:** População residente, por grupos de idade e sexo (75 a 80 anos), segundo o micro território e municípios do Território Serra da Ibiapaba – 2010

Municípios	População residente					
	75 a 79 anos			80 anos ou mais		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>MICRO I</b>						
Ibiapina U	197	80	117	248	99	149
Ibiapina R	245	116	129	322	154	168
Tianguá U	526	226	300	666	278	388
Tianguá R	333	181	152	332	160	172
Ubajara U	258	115	143	295	118	177
Ubajara R	258	121	137	308	137	171
Viçosa do Ceará U	259	100	159	322	134	188
Viçosa do Ceará R	508	236	272	637	324	313
TOTAL U	1240	521	719	1531	629	902
TOTAL R	1344	654	690	1599	775	824
<b>MICRO II</b>						
Carnaubal U	151	65	86	170	78	92

Municípios	População residente					
	75 a 79 anos			80 anos ou mais		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Carnaubal R	141	67	74	162	91	71
Croatá U	165	79	86	208	94	114
Croatá R	131	59	72	186	85	101
Guaraciaba do Norte U	323	129	194	385	173	212
Guaraciaba do Norte R	297	140	157	432	200	232
São Benedito U	315	129	186	504	216	288
São Benedito R	348	160	188	451	199	252
TOTAL U	954	402	552	1267	561	706
TOTAL R	917	426	491	1231	575	656
<b>TOTAL URBANO TERRITÓRIO</b>	<b>2194</b>	<b>923</b>	<b>1271</b>	<b>2798</b>	<b>1190</b>	<b>1608</b>
<b>TOTAL RURAL TERRITÓRIO</b>	<b>2261</b>	<b>1080</b>	<b>1181</b>	<b>2830</b>	<b>1350</b>	<b>1480</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 3 apresenta as informações relativas a população rural e urbana, a densidade populacional, a taxa de urbanização e a taxa de ruralidade que permitem orientar a alocação de recursos públicos, como, por exemplo, o financiamento de serviços em base per capita; perceber o processo migratório da população, subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas, para adequação e funcionamento da rede de serviços sociais e da infraestrutura urbano e rural.

**Tabela 3:** População Total, Urbana e Rural, Densidade Demográfica, Percentual da População do Território Serra da Ibiapaba, 2010.

Municípios	População Total	Urbana	Rural	Densidade Demográfica	% Urbano	% Rural
MICRO I						
Ibiapina	23810	10743	13067	57,4	45,1	54,9
Tianguá	68901	45828	23073	75,8	66,5	33,5
Ubajara	31792	15350	16442	75,5	48,3	51,7
Viçosa do Ceará	54961	17827	37134	41,9	32,4	67,6
TOTAL	179464	89748	89716		32,4	67,6
MICRO II						
Carnaubal	16746	7960	8786	45,9	47,5	52,5
Croatá	17077	9038	8039	24,4	52,9	47,1
Guaraciaba do Norte	37777	17405	20372	61,8	46,1	53,9
São Benedito	44186	24556	19630	130,7	55,6	44,4

Municípios	População Total	Urbana	Rural	Densidade Demográfica	% Urbano	% Rural
TOTAL	115786	58959	56827		32,4	67,6
TOTAL/MEDIA DO TERRITÓRIO	295250	148707	146543		50,4	49,6

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 4 apresenta a taxa geométrica total, tanto a urbana quanto a rural no ano de 2010 que expressam em termos percentuais o crescimento médio da população em um determinado espaço e período de tempo. Considera-se que a população experimenta um crescimento exponencial também denominado como geométrico.

**Tabela 4:** Taxa Geométrica Total (urbana e rural) do Território Serra da Ibiapaba, 2010.

Municípios	Taxa Geométrica Total 2010	Taxa Geométrica Urbana 2010	Taxa Geométrica Rural 2010
MICRO I			
Ibiapina	0,7	2,7	-0,6
Tianguá	1,7	2,1	1,1
Ubajara	1,6	2,1	1,2
Viçosa do Ceará	1,9	2,1	1,8
MICRO II			
Carnaubal	0,7	2,7	-0,6
Croatá	1,7	2,1	1,1
Guaraciaba do Norte	1,6	2,1	1,2
São Benedito	1,9	2,1	1,8

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

Outros indicadores de análise importantes segundo órgãos como o IBGE e o IPECE, à gestão, planejamento e avaliação do Território podem ser extraídos e considerados a partir dos dados acima explicitados, em estudos e projetos futuros que considerem em seu delineamento a análise da/o:

## RAZÃO DE DEPENDENCIA

Considera a razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade e os de 60 e mais anos de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 59 anos de idade), na população residente em determinado espaço. Mede a participação relativa do contingente populacional potencialmente inativo, que deveria ser sustentado pela parcela da população potencialmente produtiva geográfico, no ano considerado. A razão de dependência pode ser calculada, separadamente, para as duas faixas etárias identificadas como população dependentes. Valores elevados indicam que a população em idade produtiva deve sustentar uma grande proporção de dependentes, o que significa consideráveis encargos assistenciais para a sociedade.

Sinalizam como indicadores utilizados para acompanhar a evolução do grau de dependência econômica em uma determinada população; sinalizar o processo de rejuvenescimento ou envelhecimento populacional e subsidiar a formulação de políticas nas áreas de saúde e de previdência social.

## TAXA DE FECUNDIDADE

Considera o número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final do seu período reprodutivo, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A taxa é estimada para um ano calendário determinado, a partir de informações retrospectivas obtidas em censos e inquéritos demográficos. Ressalte-se que no mundo, no final do século XX, a taxa de fecundidade era de 2,9 filhos por mulher, Nos países mais desenvolvidos esta taxa era de 1,5, e nos países menos desenvolvidos, em torno de 3,2.

A taxa de fecundidade total é obtida pelo somatório das taxas específicas de fecundidade para as mulheres residentes de 49 anos de idade.

As taxas específicas de fecundidade expressam o número de filhos nascidos vivos, por mulher, para cada ano de idade do período reprodutivo. O cálculo das taxas específicas de fecundidade é feito diretamente, relacionando,

para cada faixa etária da população feminina, os filhos nascidos vivos. Indiretamente, as taxas específicas de fecundidade por idade são obtidas por meio de metodologias demográficas aplicadas a dados censitários e a pesquisas especiais. Adota-se o método direto para as Unidades da Federação onde o número de nascidos vivos informado no Sinasc é igual ou superior a 90% do número de nascidos vivos estimado por métodos demográficos. Sendo inferior, recomenda-se adotar o número estimado.

### INDICE DE ENVELHECIMENTO

Considera o número de pessoas de 60 e mais anos de idade, para cada 100 pessoas menores de 15 anos de idade, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Razão entre os componentes etários extremos da população, representados por idosos e jovens. Os valores elevados desse índice indicam que a transição demográfica encontra-se em estágio avançado.

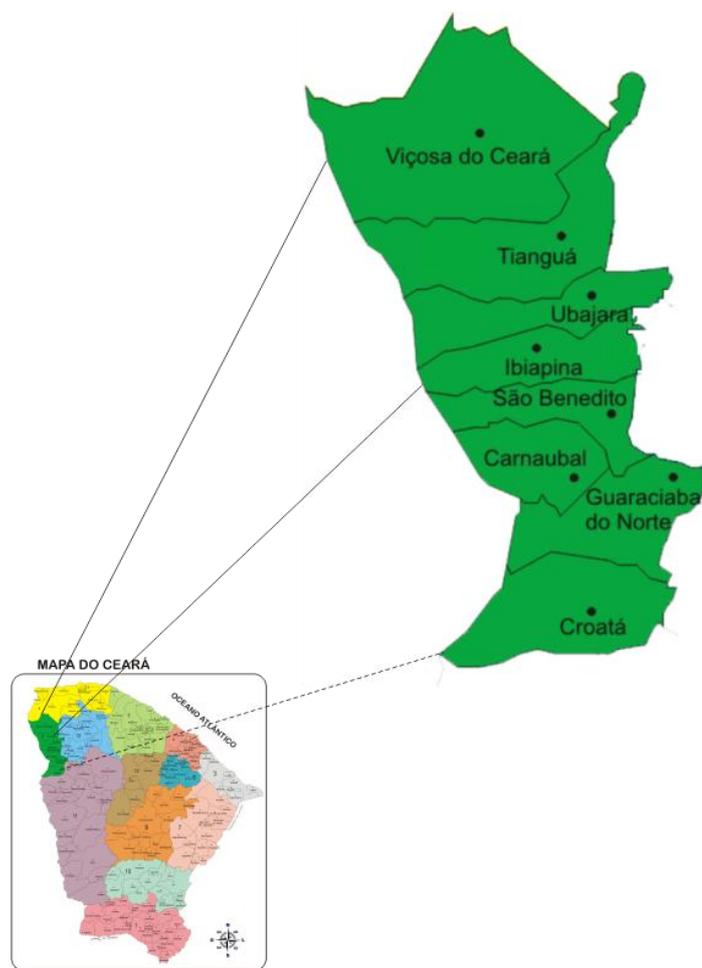
#### **4 CARACTERÍSTICAS ESTRATÉGICAS**

O conjunto de municípios que formam a Serra da Ibiapaba está inserido na política de territorialização do governo do Estado do Ceará. Dentre as quatro dimensões do desenvolvimento sustentável, a dimensão sociocultural e educacional procura identificar e resgatar a história da formação dos territórios cearenses, suas características sociodemográficas, a diversidade sociocultural, relacionando-os aos direitos da educação, da saúde e o fortalecimento da identidade cultural, visando à construção da sustentabilidade democrática do desenvolvimento territorial. Quanto à educação, deve ser vista como mecanismo sistêmico de reprodução e construção social e cultural dos novos valores, comportamentos imaginários e simbólicos.

O Instituto de Pesquisa e Estratégia do Ceará (IPECE) com o objetivo de atender às políticas públicas e obter um planejamento mais eficaz e um maior aperfeiçoamento na aplicação dos recursos destinados aos territórios elaborou uma nova regionalização para o Estado do Ceará, sendo esta composta por 13 regiões territoriais.

O Território Serra da Ibiapaba está localizado na Mesorregião Noroeste cearense, tendo o Estado do Piauí como divisa e limites: ao norte, o município de Granja; ao sul, os municípios de Ipu e Ipueiras; ao leste, os municípios de Coreau, Frecheirinha, Mucambo e Graça; e ao Oeste, o Estado do Piauí. Neste território, existe a Área de Proteção Ambiental – APA da Serra da Ibiapaba criada por Decreto Federal.

A Figura 1 ilustra o Território Serra da Ibiapaba e os municípios que o compõem, conforme se observa:



**Figura 1** – Representação do Mapa do Território Serra da Ibiapaba  
Fonte: Adaptação do IPECE, 2010.

O Território Serra da Ibiapaba divide-se em dois microterritórios, quais sejam:

- Microterritório I: constituído pelos municípios de Ibiapina, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará;
- Microterritório II: formado pelos municípios de Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte e São Benedito.

O Território Serra da Ibiapaba está distante cerca de 300Km de Fortaleza. O acesso entre os municípios além da BR-222 é feito pelas CE-183, CE-187, CE- 257, CE-323, CE-327, CE-366 e BR-020.

O Quadro 1 mostra, em seguida, as distâncias entre os municípios do Território Serra da Ibiapaba e entre eles e a capital Fortaleza. Ademais, constam as principais vias de acesso para o tráfego da população e do escoamento da produção local e regional:

Microterritório	Municípios	Vias de Acesso	Distância de Fortaleza (em Km)
1	Ibiapina	BR-222 – CE-187	319,30
	Tianguá	BR-222 – CE-187	335,80
	Ubajara	BR-222 – CE-187	329,30
	Viçosa do Ceará	BR-222 – CE-187	365,80
2	Carnaubal	BR-020>CE-257>187>323	338,20
	Croatá	BR-222>CE-183>366>327	355,20
	Guaraciaba do Norte	BR-020>CE-257>187	320,20
	São Benedito	BR-222 – CE-187	332,40

**Quadro 1-** Principais rodovias e distâncias entre os municípios do Território Serra da Ibiapaba à capital Fortaleza

Fonte: IPECE, 2009

O Território Serra da Ibiapaba é conhecido nacionalmente pela produção de hortaliças, com destaque para a cultura de tomate nos municípios de Guaraciaba do Norte e Tianguá e a cana de açúcar cultivada em todos os municípios, representando a segunda maior produção do Estado do Ceará.

O Território Serra da Ibiapaba possui forte potencial para o turismo, sendo que os municípios de Ubajara e Viçosa do Ceará se apresentam como os principais pólos turísticos, sobretudo devido ao Parque Nacional de Ubajara que, atrai muitos turistas para a visitação da gruta e do teleférico.

Mas, de modo geral, todos os municípios do Território apresentam potencial turístico com diversos tipos de atrativos naturais, históricos e culturais que podem ser explorados, além do turismo rural e de aventura também relevante.

## 5 FORMAÇÃO HISTÓRICA

Em seguida será apresentada uma breve descrição a cerca da constituição histórica dos municípios que compõem o Território Serra da Ibiapaba:

### a) Tianguá

Em tempos remotos, Tianguá era Distrito de Paz da Vila Viçosa Real do Ceará, sob a jurisdição de Pernambuco, o município foi criado em 31 de julho de 1890, pelo Decreto Nº 33, sendo instalado em 12 de agosto de 1890 e recebendo a atual denominação de Tianguá. Mas, foi somente através do Decreto Nº 443, de 20 de dezembro de 1938, que foi elevado definitivamente à condição de cidade.

Sua toponímia deriva do tupi significando *“boqueirão do bico de papagaio”*. Porém, o significado mais aceito é *“gancho que agarra as águas”*, pois Tianguá localiza-se entre duas bifurcações de rios devido ao costume do povo indígena da época delimitar territórios por limites naturais, tais como: árvores, depressões, rios, etc.

Tem-se registro de que o antigo povoado recebeu distintas denominações, como: Mocozal, Chapadinha e finalmente Barrocão. Este último nome foi criado, em 1887, pela resolução provincial nº. 1882 e quer dizer *“lugar de muitos aclives”*. Contudo em 9 de setembro de 1890, a denominação muda para Vila de Tianguá.

As primeiras terras pertencentes ao município de Tianguá foram habitadas pelos índios Tabajaras no século XVII com a chegada de um fazendeiro vindo da então Vila Viçosa.

Entre os anos de 1852 e 1883, a primeira capela foi construída. Uma imagem de Nossa Senhora Sant'Ana (com 69 cm de altura), que era sua protetora, veio de Portugal. Com o passar dos tempos, a imagem foi substituída por outra de tamanho maior. No ano de 1957 um jovem padre assumiu a paróquia, mandando demolir uma parede da igreja para reformá-la. Na ocasião, foi encontrada ali a santa que havia sido substituída pela maior. Em 1971 foi

ciada a Diocese de Tianguá, tomando posse no dia 20 de agosto, o seu primeiro bispo, Dom Francisco Timóteo Nemésio Pereira Cordeiro.

#### **b) Ubajara**

A palavra Ubajara é de origem indígena cuja origem está relacionada com a gruta de mesmo nome. Dentre as suas diversas traduções para a língua portuguesa a que prevalece é “*senhor da canoa*”, de Ubá = canoa e Jara = Senhor. O nome teria surgido da lenda de um cacique que, vindo do litoral, teria habitado a gruta por muitos anos, inclusive na bandeira do município consta a imagem de um cacique remando uma canoa.

#### **c) São Benedito**

Em tempos remotos, São Benedito era conhecido por “rio Arabê” ou “rio das baratas” segundo versão tupi. Nessa época, esta comunidade primitiva era habitada pelos índios da etnia dos Tapuias, se constituindo em um dos principais agregamentos indígenas.

No ano de 1604, Pero Coelho de Souza dominou os índios Tabajaras da Ibiapaba, estendendo seu domínio ao longo da Grande Serra da Ibiapaba, montando ali seu quartel-general. Exigia obediência, fidelidade, além de aprisionar duzentos índios, torná-los escravos e remetê-los algemados para Pernambuco.

Cessado o terrorismo aventureiro, cada agrupamento indígena procurou fixar o seu domicílio, ficando no *Arabê* os nativos que lhe eram vinculados. Pouco mais de um século se passou. Em 1759, quando da expulsão dos Jesuítas da Ibiapaba, coube ao Índio Jacob reunir o contingente de sua obediência e buscar refúgio no rio Arabê. Lá instalou sua aldeia. Nascia então um novo povoamento.

Criou-se inicialmente o Distrito Policial consoante Lei Provincial nº 527, de 6 de dezembro de 1850, modificando o locativo para São Benedito da Ibiapaba. Em seguida era criada a primeira escola, conforme Lei nº 685, de 20 de outubro de 1854 e abriram por essa réstia de sabedoria os luminares que iriam marcar o primeiro estágio evolutivo do reduto.

Sua elevação à categoria de Vila provém de Lei Provincial nº 1.470, de 18 de novembro de 1872, tendo sido instalada a 25 de novembro do ano seguinte, simplificando a denominação para São Benedito. Instalou-se

igualmente nessa data a Câmara Municipal de São Benedito. A elevação da Vila à categoria de Cidade provêm da Lei nº 1.850, de 30 de agosto de 1921.

As primeiras manifestações de apoio eclesial têm como precedente o Índio Jacob, devoto de São Benedito e a quem recorria em seus monumentos de abertura. O primitivo templo, construído em taipa, chão batido e cobertura de palhas, teve por colaboradores os próprios nativos (1759). Cerca de oito décadas se passaram. Em 1841, erigiu-se em termos modernos a primeira casa de oração, tendo como assistente o pároco de Viçosa do Ceará, padre Filipe Benício. Muitos anos depois, o padre João Crisóstomo de Oliveira Freire, teve a ideia de construir a Igreja-Matriz, cujas obras se iniciaram no dia 23 de agosto de 1850. Os trabalhos de conclusão datam de 21 de dezembro de 1851.

#### d) Carnaubal

O topônimo Carnaubal faz alusão a vegetação predominante na região especialmente composta por densas várzeas de carnaúbas. Sua denominação original era *Olho D'água da Cruz*, e depois *Carnaubal dos Estógios* e, desde 1936, *Carnaubal*.

O território no qual Carnaubal está localizado era habitados por nações indígenas sobretudo tupis, tabajaras, tupinambás e tapuias (cararijus). Os primeiros contatos dos nativos com os portugueses, aconteceram via Pero Coelho de Sousa em 1603/1604 e depois com os Padres Padre Francisco Pinto e Padre Luiz Figueira no ano de 1607.

O núcleo habitacional do qual surgiu a cidade sede, deve-se a um aldeamento no século XVIII e à construção da Capela de Nossa Senhora do Rosário no século XIX.

Em 1947, tornou-se município, desmenbrando-se de São Benedito, quando a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará aprovou a Lei Nº3.072, de 22 de julho de 1957. Em 03 de outubro de 1958, Francisco Horácio Brito foi eleito primeiro Prefeito de Carnaubal.

#### e) Croatá

O topônimo *Croatá* vem do tupi-guarani e tem vários significados, destacando-se:

- *caruá*: *cará* (espinhento); *uá* (talo, caule) e *atá* (forte, duro), significando *talo com espinhos*;

- Para Von Martius, *croatá* é uma contração de *caragoatá*: *caranhe* (arranhar) e *oatá* (o que anda por causa dos espinhos), significando *erva que arranha o viajante*;

- Para Theodoro Sampaio deriva o termo de *carauá-tá*, traduzindo-o como o *o carauá duro*.

O topônimo *Croatá* é uma alusão à planta silvestre da família das bromélias, também chamada gravatá, corocatá, caruá, coroá, crauá, croá, caroá, que é abundante na região e que tem diversas utilidades. Das folhas retira-se fibra sedosa que serve para fazer cordas, linhas de pesca, capacho, e até alimento.

Sua denominação original era *Croatá*, depois Presidente Kennedy e, desde 1965, *Croatá*. As terras da serra dos Cocos, localizado no lado sul da Chapada da Ibiapaba na divisa com as terras do Sertão de Cratêus, era habitados por nações indígenas como os Tupi (Tabajara, Tupinambá) e Tapuia (Calabaça, Carariju, Kariri, Inhamun, Karati, Jaburu, Javanbé). Ao redor da primitiva Capela de Nossa Senhora das Dores, desenvolveu-se o atual centro urbano.

#### f) Ibiapina

O topônimo *Ibiapina* vem do tupi-guarani *ybyá* (terra, chão, solo), *pina* (pelada, sem vegetação, tosqueada) e significa *terra tosqueada, terra limpa*. Sua denominação original era São Pedro, depois São Pedro da Baepina ou Baiapina, São Pedro de Ibiapina e, desde 1938, Ibiapina.

O atual território de Ibiapina, localizado no centro da Chapada da Ibiapaba era habitado por nações indígenas como os Tupi (Tabajara, Tupinambá) e Tapuia como os Carariju. Existiam mais de 70 aldeias, sendo conhecidos os chefes dos clãs dos Tuxaua (clãs vinculados à nação Tabajara): *Irapuã* (Mel Redondo) e o irmão *Jurupariçu* (Demônio Grande).

Em 1656, vieram os Jesuítas do Maranhão com a catequização ao longo da Grande-Serra, deste período formou-se o aldeamento a que se denominou de *Baepina*. Até 1741 pertenceu à Capitania do Piauí, quando então passou à jurisdição do Ceará e, até aos dias de hoje, ainda existe um litígio entre os dois estados sobre as divisas territoriais.

#### g) Guaraciaba do Norte

Guaraciaba do Norte teve durante sua vida política e administrativa, várias denominações todas ligadas à sua formação. O seu mais antigo nome era “*Rua Nova*”, originário da formação da principal vila formada por casas de beira e bica surgidas a partir do promissor arraial da Serra de Ibiapaba, ainda no curso do século XVIII.

No decorrer dos anos, o povo reclamou a criação do município, conseguindo a tão desejada emancipação política a 12 de maio de 1791. Na mesma data e pelo mesmo alvará, a povoação foi elevada à categoria de Vila com o nome de “*Vila Nova El Rei*”, extinta várias vezes e definitivamente restaurada, já com o nome de “*Campo Grande*”, aos 9 de janeiro de 1883, e o município com o mesmo topônimo, conforme a lei nº 1.798 de 10 de janeiro de 1879, desmembrando-o definitivamente do município de Ipu.

#### h) Viçosa do Ceará

Primeira cidade do Território Serra da Ibiapaba. Era habitada pelos índios Tabajaras pertencentes ao ramo Tupi. A antiga aldeia de índios era dirigida por padres da Companhia de Jesus. Os franceses estiveram nessa região entre 1590 e 1604, data em que foram expulsos por Pero Coelho de Sousa, quando este fazia tentativas de colonização portuguesa no Ceará.

Ainda em 1607, os padres Luís Figueira e Francisco Pinto da companhia de Jesus se fixaram na região com o objetivo de catequizar os índios. Há indícios históricos de que o missionário Francisco Pinto fora trucidado por índios Tucurujus.

As missões da Companhia de Jesus, no entanto, não foram contínuas, não havendo conseqüentemente, uma colonização regular na Ibiapaba. Em 1660, o emérito Padre Antônio Vieira esteve na Serra Grande, como Visitador e Superior da Missão da Ibiapaba, deixando registrados relatos de sua presença na futura aldeia.

No ano de 1693, os padres Ascenso Gago e Manoel Pedroso chegaram à Ibiapaba. Em 1697, noticiam-se ao Superior da Companhia de Jesus relatos da região da Ibiapaba, na localidade onde hoje se encontra Viçosa do Ceará.

O aldeamento na Ibiapaba ia aos poucos se estruturando com a presença das moradias indígenas próximas a residência dos padres.

As principais tribos que se agrupavam na então aldeia da Ibiapaba, à época de sua fundação, foram: os Camucins, Anacés, Arariús da raça Tapuia, além dos Tabajaras, do grupo Guarani.

Marco importante da história de Viçosa do Ceará foi a construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção. Conforme informações do Padre Ascenso Gago, sua fundação data do ano de 1695. Naquela ocasião foi colocada a imagem de Nossa Senhora da Assunção, havendo naquele dia procissão, missa, danças e brincadeiras, além de exibição de lutas entre índios.



# **Parte II**

## **O DIAGNÓSTICO**



## O DIAGNÓSTICO

O diagnóstico, componente fundamental na elaboração e qualificação do PTDRS, retrata a leitura participativa da realidade na amplitude territorial, composto a partir de quatro dimensões de sustentabilidade: sociocultural educacional, ambiental, socioeconômica e política institucional, que analisadas a partir da matriz de planejamento FOFA geram o instrumento força motriz do desenvolvimento territorial.

A Dimensão Sociocultural Educacional procura identificar e resgatar a história da formação dos territórios a partir dos aspectos sociodemográficos, da diversidade sociocultural, bem como as suas relações com os direitos à educação, saúde e o fortalecimento da identidade cultural, visando à construção da sustentabilidade do desenvolvimento dos territórios.

A Dimensão Ambiental consiste na valorização e avaliação da situação dos aspectos geoambientais e as influências antrópicas sobre o meio ambiente dos territórios e seu bioma, assim como a diminuição dos passivos ambientais visando o resgate socioterritorial e cultural de seu equilíbrio para a sustentabilidade.

A Dimensão Socioeconômica procura a organização social e econômica dos territórios segundo suas potencialidades, capazes de se tornarem dinamizadoras do desenvolvimento e geradoras das competências sistêmicas para a sustentabilidade. Caracteriza-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes, a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e o desenvolvimento constante da produtividade e da intersectorialidade socioproductiva.

A Dimensão Político Institucional consiste na análise das estruturas de poder nos territórios, visando o fortalecimento das novas institucionalidades e sua governabilidade sócio-territorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública ampliada e democrática.



**Parte II a**

**DIMENSÃO SOCIOCULTURAL**

**EDUCACIONAL**

**Aspectos Sociais**

**Aspectos da Saúde**

**Aspectos Educacionais**

**Aspectos Culturais**



## 6 ASPECTOS SOCIAIS

A Constituição Federal de 2008, no Título II, dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I – dos Direitos Sociais, art. 6º consigna como direitos a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Estabelece, ainda, no artigo 7º (inciso IV), o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais dos trabalhadores. Mais importante, foi que se determinou o princípio da vinculação entre o salário mínimo e o piso dos benefícios previdenciários e assistenciais permanentes. Na parte de financiamento, reconhece a importância da Educação (artigo 205), da saúde (art. 196) e da Assistência Social (art. 203) ao aumentar a vinculação de recursos federais para estas áreas.

No caso da Assistência Social, o inciso V, do art. 203, estabelece “a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família”.

A legislação complementar à CF/88 é formada por um conjunto de leis orgânicas – da Previdência Social (RGPS), da Assistência Social (LOAS), da Função Social da Propriedade Fundiária, Seguro Desemprego (FAT), Ensino Fundamental (FUNDEB), Benefícios da Prestação continuada (BPC), da Lei orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Este formato das principais políticas sociais de vinculação de impostos para a Educação e à seguridade social funciona como salvaguardas jurídicas porque protegem o gasto público vinculado a direitos sociais contra cortes orçamentários.

É importante destacar, que esse arcabouço jurídico da proteção social e que constitui o núcleo central da política social brasileira, fundamentada em direitos da cidadania, precisa realmente estar amparado constitucionalmente, no sistema das vinculações de impostos e das contribuições sociais e no princípio do salário mínimo como piso dos benefícios e não em leis ordinárias. Este formato funciona como uma espécie de blindagem e proporciona segurança jurídica/institucional contra cortes

orçamentários, não ficando à mercê da vontade de governos, que poderia ser substituído a qualquer momento, até mesmo, por medida provisória.

## **6.1 Direitos Fundamentais E Ações Sociais Públicas**

### **6.1.1 Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)**

O acesso à alimentação é um dos direitos fundamentais consignados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. Como direito fundamental do ser humano e, segundo a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), cabe ao poder público assegurá-lo.

Dentro desse propósito, as políticas públicas implantadas nos territórios devem garantir o acesso regular e permanente a alimentos (inclusive a água) de qualidade e em quantidade suficiente para uma vida saudável. Essas políticas estão voltadas a todos os cidadãos, particularmente a população em situação de vulnerabilidade social e aos povos de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas.

Algumas iniciativas estão sendo desenvolvidas no Território com o intuito de garantir às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional o acesso à alimentação adequada e água de qualidade. Citamos como exemplos:

#### *6 1.1.1 Programa de Cisternas de Placas para Captação de Água da Chuva – P1MC*

Resultado da parceria iniciada entre julho de 2003 entre o ministério do Desenvolvimento Social - MDS do Governo Federal e a Articulação do Semi-Árido (ASA), organização que reúne 750 entidades sociais no nordeste e a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) esse programa tem como meta construir no final de cinco anos um milhão de reservatórios de água no semi-árido assegurando dessa forma, condições básicas de saúde e higiene, de aprendizagem e cidadania para milhares de famílias.

A construção de cisternas visa a captar água da chuva que irá servir para o consumo próprio. São necessários editais para que estados e municípios firmem convênios com o MDS para a construção dessas unidades. Além de instalá-las, o MDS financia a formação da mão-de-obra para a construção e também a qualificação das famílias beneficiadas para a manutenção das cisternas.

A atuação do MDS também se estende ao acesso à água para produção de alimentos com o Programa Segunda Água. Tecnologias de captação de água da chuva são construídas para possibilitar ao sertanejo a criação de pequenos animais e o cultivo de quintais produtivos.

Unindo os acessos à água para beber e para produzir, o MDS desenvolveu o Programa Cisternas nas Escolas. O projeto-piloto foi realizado em parceria com o Governo da Bahia. A partir desse projeto-piloto, o Ministério firmou termo de parceria com a Associação Programa 1 Milhão de Cisternas (AP1MC) para a construção de 110 cisternas nas escolas.

O público beneficiado pela ação Acesso à Água, além de morar no Semiárido, precisa estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais.

Municípios	Parceria ASA/MDS/ESPAF	Parceria SDA/MDS/ CEALTRU	Total	Repasse em R\$ MDS
Carnaubal	184	200	384	565.662,72
Croata	187	104	291	428.666,28
Guaraciaba do Norte	105	160	265	390.366,20
Ibiapina	213	200	413	608.382,04
São Benedito	194	150	344	506.739,52
Tianguá	620		620	913.309,60
Ubajara	370		370	545.039,60
Viçosa do Ceará	541		541	796.936,28
<b>Total</b>	<b>2.414</b>	<b>814</b>	<b>3.228</b>	<b>4.755.102,24</b>
<b>Total do Estado</b>	<b>56.402</b>			<b>83.084.656</b>

**Quadro 2** :Número de cisternas construídas através das parcerias ASA/MDS/ESPAF e SDA/MDS/CEALTRU- Ano 2010

Fonte: Informações confirmadas no Território pela ESPAFA

No território já foram construídas três mil e duzentas e vinte e oito cisternas via Articulação do Semiárido (ASA), em parceria com DAS/MDS/ESPAF/CEALTRU beneficiando milhares de famílias em várias comunidades rurais, tendo sido repassados mais de 4 milhões e setecentos mil reais, conforme Quadro 1.

Em todo o Estado do Ceará foram construídas 56.402 cisternas, cujos repasses do MDS ultrapassaram 83 milhões de reais. Fazendo a relação com o Estado do Ceará, no Território em termos percentuais, estão 5,72% das cisternas construídas. Em valores repassados pelo MDS significa, em termos percentuais, 5,72%.

A análise do Comitê Direitos e Desenvolvimento Social chama a atenção para o ônus que recai sobre os pobres na garantia desse direito (acesso à água), já que as famílias tem que se responsabilizar pelas contrapartidas, a exemplo do custeio com alimentação dos pedreiros e o serviço do servente, bem como com o cuidado com a água, onde a higiene (passar a cal) e monitoramento e gestão da água, apesar do Governo considerar essas ações como educativas.

#### *6.1.1.2 Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição*

A Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição compõe uma ação estratégica da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e contribui para a redução dos índices de insegurança alimentar da população. Ela conta com uma estrutura operacional composta por Restaurantes Populares e Bancos de Alimentos (em centros urbanos com mais de 100 mil habitantes), Cozinhas Comunitárias, Feiras e Mercados Populares. Desenvolve, ainda, ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

Sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Rede atua estrategicamente no estímulo e na promoção da alimentação, produzindo e ofertando refeições gratuitas ou a preços acessíveis e combatendo o desperdício. Estimula, ainda, a comercialização da produção dos agricultores familiares e a adoção de hábitos

alimentares regionais saudáveis, visando ao consumo seguro de alimentos e à melhoria das condições gerais de saúde da população.

No Território foram instaladas cozinhas comunitárias nos municípios de Carnaubal (1), Ibiapina (1) e Tianguá (1) cujos repasses do MDS somaram R\$ 1 milhão de reais. Em Carnaubal foi instalada 1 projeto de feira/mercado popular com repasse de R\$ 107.854,00.

Não foram repassadas informações acerca do funcionamento destes equipamentos; quantas pessoas atendem por dia e que público é beneficiado; a relação destes com a agricultura familiar (no sentido de fortalecê-la); se há integração com os produtos da agricultura familiar para o abastecimento (cereais frutas e verduras oriundas da AF).

#### *6.1.1.3 Programa Bolsa Família (PBF)*

Tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome.

O Bolsa Família atende mais de 12 milhões de famílias em todo território nacional. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 22 a R\$ 200. Diversos estudos apontam para a contribuição do Programa na redução das desigualdades sociais e da pobreza.

O Bolsa família associa a transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos – saúde, alimentação, educação e assistência social para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 140/mês.

O Programa possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

O PBF está desenhado da seguinte forma no Território, conforme número de famílias beneficiárias e volume de recursos repassados às famílias:

MUNICÍPIO	Nº DE FAMÍLIAS	REPASSE MENSAL	REPASSE ATÉ NOV/2010
Carnaubal	2.222	233.128,	2.486.770,
Croatá	2.729	282.954,	3.119.653,
Guaraciaba do Norte	6.180	656.516,	7.087.033,
Ibiapina	3.226	335.370,	3.703.867,
São Benedito	5.801	614.038,	6.777.589,
Tianguá	10.258	1.084.280,	11.713.520,
Ubajara	2.894	310.726,	4.211.355,
Viçosa do Ceará	8.413	947.202,	10.244.481,
<b>Total do Território</b>	<b>41.723</b>	<b>4.464.214,00</b>	<b>49.344.268,00</b>
<b>Total do Estado</b>	<b>1.022.259</b>	<b>101.079.328</b>	<b>1.174.401.644</b>

**Quadro 3** :Número de famílias beneficiárias e repasses do Programa Bolsa Família- Ano 2010

Fonte: MDS em números – Relatório de Informações Sintético - 2010

O volume de recursos do PBF repassados ao Território no ano de 2010 considerando o mês de referência novembro de 2010 ultrapassou R\$ 49 milhões de reais. Somente no mês de novembro/2010 esses repasses giraram em torno de mais de R\$ 4 milhões de reais. Para a grande maioria das famílias que são atendidas pelo programa, esse benefício tem um significado especial, pois representa a única fonte de renda que tem garantido o sustento e a sobrevivência delas, principalmente no meio rural. No Território, o número de famílias atendidas com o benefício aproxima-se de 42 mil beneficiários.

Mas o benefício está longe de atender às famílias do Território em situação de pobreza e de insegurança alimentar e nutricional inscritas no CadÚnico, conforme se vê no Quadro 4:

Município	Estimativa de famílias pobres- Cadastro Único		Estimativa de famílias pobres no perfil do Bolsa Família		
	Nº	Cobertura em %	Nº no perfil	Nº atendidas	Cobertura em %
Carnaubal	3.220	69,01	2.388	2.222	93,05
Croatá	3.633	75,12	2.741	2.729	99,56
Guaraciaba do Norte	7.160	86,31	5.316	6.180	116,25
Ibiapina	4.377	73,70	3.172	3.226	101,7
São Benedito	8.245	70,36	5.953	5.801	97,45
Tianguá	12.298	83,41	8.940	10.258	114,74
Ubajara	6.027	48,02	4.431	2.894	65,31
Viçosa do Ceará	9.795	85,89	7.359	8.413	114,32
<b>Total do Território</b>	<b>54.755</b>	<b>73,97</b>	<b>40.300</b>	<b>41.723</b>	<b>100,25</b>

Município	Estimativa de famílias pobres- Cadastro Único		Estimativa de famílias pobres no perfil do Bolsa Família		
	Nº	Cobertura em %	Nº no perfil	Nº atendidas	Cobertura em %
<b>Total do Estado do Ceará</b>	<b>1.376.048</b>	<b>74,21</b>	<b>960.379</b>	<b>1.021.127</b>	<b>106,33</b>

**Quadro 4:** Estimativa de famílias pobres no CadÚNICO e famílias pobres enquadradas no perfil do Programa Bolsa Família (PBF)

**Fonte:** MDS em números – Relatório de Informações Sintético, 2010.

No CadÚnico devem ser cadastradas as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Famílias com renda superior a esse critério poderão ser incluídas no CadÚnico, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados pela União, estados ou municípios.

No CadÚnico devem constar as informações das famílias cadastradas sobre características do domicílio (número de cômodos, tipo de construção, tratamento da água, esgoto e lixo); composição familiar (número de componentes, existência de pessoas com, deficiência); identificação e documentação de cada componente da família; qualificação escolar dos componentes da família; qualificação profissional e situação no mercado de trabalho; remuneração; e despesas familiares (aluguel, transporte, alimentação e outros).

No território há uma estimativa de mais de cinquenta e quatro mil famílias pobres cadastradas com cobertura de atendimento em programas sociais em média de 74%. Sendo que destas famílias que constam do CadÚnico, mais de quarenta mil, ou seja 73,60% estão enquadradas no perfil do bolsa família. Mas, o número de famílias atendidas é bem maior, ou seja a cobertura do PBF ultrapassa os 100%, em torno de 6%.

O Estado do Ceará tem uma estimativa de 1.376.048 famílias pobres cadastradas, com cobertura de 74,21%. Comparando-se estes dados com o Território, observa-se que no Território estão 4% destas famílias cadastradas de todo o Estado.

Com relação ao Bolsa Família o Estado do Ceará tem uma estimativa de 960.379 famílias pobres no perfil do Bolsa Família, mas atende a 1.021.127, com cobertura de 106.33%.

Programas que utilizam o CadÚnico: Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Carteira do idoso, Tarifa Social e Minha Casa Minha Vida, Carteira de Habilitação Popular (CHP) e Pro-Jovem, identificados através do NIS – Número de Identificação Social.

Essas famílias pobres, na estimativa do CadÚnico, apesar de não enquadradas no perfil do PBF enfrentam dificuldades no acesso aos bens de toda natureza e precisam ter a cobertura de outros programas sociais, que atendam às suas necessidades Essenciais.

Para oferecer programas complementares às famílias beneficiárias do PBF a Coordenação Geral do Programa Bolsa Família em nível federal desenvolve uma estratégia de articulação com diversos órgãos dos governos federal, estaduais e municipais para atender as necessidades das famílias em áreas como acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho e renda e melhoria das condições habitacionais.

Essa articulação leva em conta o perfil das famílias atendidas pelo PBF, suas vulnerabilidades e potencialidades, e as ações e serviços já existentes. Outro ponto fundamental é o desenvolvimento de ações que explorem as potencialidades econômicas, culturais e naturais específicas de cada localidade.

No que se refere à articulação de programas complementares em nível federal, a Coordenação Geral do Programa Bolsa Família apresenta contribuições em diferentes fases de cada programa, como mostra o Quadro 5:

<b>Programa</b>	<b>Categoria</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Agente Executor</b>
Programa Brasil Alfabetizado	Acesso a conhecimento	Alfabetização	MEC
Próximo Passo	Acesso a trabalho e renda	Qualificação profissional nas áreas da construção civil e turismo	TEM
Programa de Qualificação Profissional Continuada – Acreditar	Acesso a trabalho e renda	Qualificação e inserção profissional em obras da construtora	Construtora Norberto Odebrecht
PROMINP	Acesso a trabalho e renda	Reforço escolar para seleção para cursos de qualificação profissional	Governos estaduais e municipais
Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF B)	Acesso a trabalho e renda	Desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar	MDA
Crediamigo e	Acesso a	Concessão de crédito orientado e	BNB

Programa	Categoria	Objetivo	Agente Executor
Agroamigo	trabalho e renda	acompanhado para população rural	
Programa Nacional de Microcrédito orientado	Acesso a trabalho e renda	Concessão de crédito orientado e acompanhado	TEM
Territórios da Cidadania	Acesso a cidadania	Promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania	Casa Civil e Ministérios
Assentamentos rurais	Acesso a cidadania	Promover a inscrição de famílias assentadas no Cadastro Único e priorizar inserção no PBF	MDA INCRA

**Quadro 5:** Programas Complementares articulados em nível federal

Fonte: Mds *on line*, 2010

Essas iniciativas complementares são importantes e precisam ser colocadas em prática pelos gestores e em cooperação pelas esferas governamentais, no sentido de se caminhar para a busca da autonomia dessas famílias, porque passam a ter capacidade através de políticas de acesso à cidadania, ao conhecimento e acesso ao trabalho e renda de trilharem sozinhas o seu próprio caminho.

#### 6. 1.1.4 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em suas cinco modalidades, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) adquire alimentos da agricultura familiar. Os alimentos são disponibilizados para o atendimento de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional assistidas pela Rede de Proteção e Promoção e Social.

A ação Distribuição de Alimentos a grupos populacionais específicos é outra forma de garantir o direito humano à alimentação adequada. Política pública de caráter emergencial e complementar, a ação beneficia grupos sociais que apresentam mais dificuldades para produzir ou obter alimentos.

Uma parte significativa dos alimentos disponibilizados a esses grupos é originada da agricultura familiar por meio do PAA. Entre os grupos assistidos, estão indígenas, quilombolas, comunidades de terreiros, atingidos por barragens, acampados e pescadoras artesanais.

### *6 1.1.5 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. O referido Programa tem caráter complementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando coloca que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII).

As ações de SAN no PNAE possibilitam assegurar aspectos importantes, entre eles, destacam-se (1) a promoção do crescimento e desenvolvimento das crianças; (2) a dinamização da economia local e fortalecimento da agricultura familiar, onde 30% dos produtos da alimentação escolar são oriundos dos agricultores e agricultoras familiares e (3) o respeito aos hábitos alimentares e à cultura alimentar da localidade.

Outro elemento a considerar refere-se ao exercício do controle social por parte da comunidade escolar e instituições por meio do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que tem caráter deliberativo e autônomo, composto por representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade, professores e pais de alunos, com mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos conforme indicação dos seus respectivos segmentos. O principal objetivo do CAE é fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos e zelar pela qualidade dos produtos, desde a compra até a distribuição nas escolas, prestando sempre atenção às boas práticas sanitárias e de higiene.

O Quadro 6 indica que o Território recebeu 3,63% do montante dos recursos do Programa destinados ao estado do Ceará, no valor total de R\$ 97.542.324,00. Em relação aos 30% do repasse do FNDE para a agricultura familiar, o Território recebeu 3,6 do valor total destinado ao Estado, beneficiando diretamente a 21.493 agricultores/as familiares, o que representa 6,29% do total de agricultores/as do Estado do Ceará.

Município	Valor do Repasse do FNDE(1)	Alunado(2)	30% do repasse do FNDE***	Nº de Agricultores Familiares <sup>(3)</sup>	Nº de DAPs <sup>(4)</sup>	Tipo de acesso ao PAA	Quantidade de AF necessários para atender os 30% <sup>(5)</sup>
Carnaubal	184.448	4.192	55.334	1.158	1.335	PAA Leite	6
Croatá	211.024	4.796	63.307	1.702	1.140	PAA Leite	7
Guaraciaba do Norte	470.492	10.693	141.148	1.890	2.356	PAA Leite/CDLAF	16
Ibiapina	263.296	5.984	78.989	2.031	936		9
São Benedito	501.952	11.408	150.586	3.779	2.895	DS	17
Tianguá	790.724	17.971	237.217	3.515	1.760		26
Ubajara	381.788	8.677	114.536	2.063	955	PAA Leite	13
Viçosa do Ceará	745.668	16.947	223.700	5.355	3.628	PAA Leite	25
<b>Total do Território</b>	<b>3.549.392</b>	<b>80.668</b>	<b>1.064.818</b>	<b>21.493</b>	<b>15.005</b>		<b>118</b>
<b>Total do Estado</b>	<b>97.542.324</b>	<b>2.209.826</b>	<b>29.262.697</b>	<b>341.510</b>	<b>167.337</b>		<b>3.251</b>

**Quadro 6:** Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Fonte: FNDE e SAF/MDA – Organização das informações SAF/MDA 2009

\*\*\* Valor correspondente ao percentual mínimo de aquisição de acordo com o Art. 14 da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009

(1) 2010 com base no censo escolar de 2009

(2) Total de alunos em 2010 com base no censo escolar de 2009

(3) Censo da Agricultura Familiar 2006 – IBGE.

(4) Declaração de Aptidão ao PRONAF de 14/07/2010.

(5) A base utilizada para o cálculo foi o limite de R\$ 9.000

DS: Doação Simultânea

CDLAF: Compra Direta Local da Agricultura Familiar

FE: Formação de Estoques pela Agricultura Familiar

CD: Compra Direta da Agricultura Familiar

Leite: Programa de Incentivo ao Consumo do Leite

## 6.2 Seguridade Social

A instituição da Seguridade Social pela Constituição de 1988 produziu importantes efeitos de transferência de renda para indivíduos e famílias. Neste sentido, o texto constitucional ampliou consideravelmente a cobertura previdenciária para os trabalhadores rurais, consignando-lhes benefícios iguais aos dos trabalhadores urbanos; estabeleceu um piso para os benefícios previdenciários, no valor de um salário mínimo; e garantiu a cobertura via assistência social do Benefício da prestação Continuada (BPC), que destina um benefício monetário no valor de um salário mínimo a idosos (65 anos ou mais) e pessoas com deficiência que vivem em famílias com renda *per capita* de até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo. Compõem a Seguridade Social a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde.

### 6.2.1 Assistência Social

Política pública não contributiva, sendo dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. Marco legal: CF/88 e LOAS.

#### 6.2.1.1 Proteção Básica

- Centros de Referência Social (CRAS) – responsável pela organização e oferta de serviços de proteção básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.

- Centros de Atendimento à criança e ao adolescente, juventude e ao idoso.

#### 6.2.1.2 Proteção Especial

- Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS)

A Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono,

rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida.

Diferentemente da Proteção Social Básica que tem um caráter preventivo, a PSE atua com natureza protetiva. Os serviços de PSE atuam diretamente ligados com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo.

- Benefício da prestação Continuada (BPC)
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

MUNICÍPIO	CRAS	CREAS	REPASSE MENSAL AÇÕES ATÉ NOV/2010	REPASSE TOTAL AÇÕES ATÉ NOV/2010
Carnaubal	3	0	205.871,31	2.263.953,81
Croatá	2	0	131.053,97	1.427.283,52
Guaraciaba do Norte	2	1	357.124,26	3.886.909,26
Ibiapina	1	1	226.490,59	2.606.858,79
São Benedito	2	1	695.136,86	7.642.311,36
Tianguá	2	1	546.568,01	6.069.245,14
Ubajara	2	1	304.207,67	3.370.722,52
Viçosa do Ceará	2	1	582.355,90	6.565.004,09
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>6</b>	<b>3.048.808,57</b>	<b>33.832.288,49</b>
<b>Total do Estado do Ceará</b>	<b>349</b>	<b>105</b>	<b>104.825.581,37</b>	<b>1.145.425.113,37</b>

**Quadro 7:** Ações, beneficiários e repasses da Assistência Social – Ano base 2010  
Fonte: MDS em números – Relatório de Informações Sintético – 2010

No território, todos os municípios oferecem atendimento de proteção básica aos grupos e/ou pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, através dos CRAS. Quanto à oferta de serviços de proteção especial somente os municípios de Carnaubal e Croatá ainda não implantaram os Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) . Relacionando estas informações com o Estado do Ceará, no Território estão 4,5% dos CRAS e 6% dos CREAS.

Com relação ao funcionamento dos CRAS e dos CREAS alguns municípios têm boa infraestrutura, mas em outros funcionam em péssimas condições físicas e com poucos profissionais para desempenhar as ações. Ainda há o problema da alta rotatividade dos profissionais, em razão dos baixos salários e das condições de trabalho. Todos os municípios adotam programas como o Projovem , PETI, Idoso e em alguns municípios, há programas específicos para trabalhar o artesanato com grupos de mulheres e ou grupos de gestantes.

Para o atendimento de serviços/ações como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas portadoras de deficiência; Serviços Específicos de Proteção Social Básica (Idosos e/ou Crianças de 0 a 6 anos); Projovem Adolescente Serviço de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias; Ações Sócio-educativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho (PETI) e Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Sócio-educativa até novembro de 2010, foram repassados ao Território mais de R\$ 33 milhões de reais. Relacionando esses repasses para o Território com o total do Estado do Ceará, verifica-se que até nov/2010 significou em termos percentuais, cerca de 2%.

A participação das transferências têm tido rebatimentos significativos na vida das famílias e produzido efeitos, sobretudo, nos rendimentos familiares, segundo estudos do IPEA (2010). A ampliação de benefícios e beneficiários e no volume total das transferências Monetárias da previdência e assistência social têm repercutido na vida destas pessoas, principalmente entre os idosos, graças às políticas previdenciárias (aposentadoria rural - na condição de segurado especial) e ao Benefício da prestação Continuada (BPC).

No Território, para o BPC foram destinados mais de 27 milhões de reais para o atendimento a 5.048 idosos e pessoas com deficiência que comprovarem não ter condições e nem a sua família de prover o seu sustento. O PETI destina pouco mais de 227 mil reais para a retirada de crianças e adolescentes que de qualquer forma foram submetidas a algum tipo de trabalho degradante. Não foram encontrados números de crianças e adolescentes atendidos pelo PETI no Território. Quando juntamos com o PBF, estes recursos juntos chegam a mais de 76 milhões de reais (Quadro 6), o que

pode significar que estas transferências, mesmo que consideradas assistencialistas por alguns analistas da política social brasileira, como é o caso do PBF sejam responsáveis pela diminuição da pobreza e da desigualdade.

Comparando as informações relativas ao Território com o total do Estado do Ceará, verifica-se que para o PETI foram destinados em termos percentuais 2,9%; atende 1,83% de idosos do BPC, cujos valores de repasses significam 1,83%; enquanto pessoas com deficiência são atendidas 3,6% e os repasses chegam a 3,6%.

MUNICÍPIO	PETI		BPC				BOLSA FAMÍLIA	
			IDOSO		PESSOA COM DEFICIÊNCIA			
	Nº	REPASSE	Nº	REPASSE	Nº	REPASSE	Nº	REPASSE
Carnaubal	-	-	79	429.419,31	291	1.572.432,00	2.222	2.486.770,00
Croatá	-	48.500,	36	193.545,00	179	971.548,97	2.729	3.119.653,00
Guaraciaba do Norte	-	59.500,	179	946.508,93	403	2.152.182,09	6.180	7.087.033,00
Ibiapina	-	-	77	412.583,67	288	1.576.912,52	3.226	3.703.867,00
São Benedito	-	40.500,	247	1.367.305,03	926	4.998.743,59	5.801	6.777.589,00
Tianguá	-	49.500,	255	1.385.664,07	666	3.630.660,26	10.258	11.713.520,00
Ubajara	-	-	119	665.039,45	354	1.920.148,66	2.894	4.211.355,00
Viçosa do Ceará	-	29.500	265	1.515.204,80	684	3.665.391,52	8.413	10.244.481,00
<b>Total do Território</b>	-	<b>227.500</b>	<b>1.257</b>	<b>6.915.270,26</b>	<b>3.791</b>	<b>20.488.019,61</b>	<b>41.723</b>	<b>49.344.268,00</b>
<b>Total do Estado do Ceará</b>	-	<b>7.861.500,00</b>	<b>68.620</b>	<b>373.676.544,56</b>	<b>105.218</b>	<b>563.387.384,48</b>	<b>1.022.259</b>	<b>1.174.401.644</b>

**Quadro 8:** Comparativo entre benefícios sociais com cobertura via Assistência Social(BPC e PETI) e bolsa Família com repasse direto aos beneficiários- 2010

Fonte: MDS em números – Relatório de Informações Sintético – 2010

### 1.2.2 Previdência Social

A previdência social, juntamente com a saúde e a assistência social, compõe a Seguridade Social, que é a política de proteção integrada da cidadania. É uma espécie de seguro público coletivo para aqueles que contribuem com a previdência; visa cobrir riscos sociais como acidentes, morte, velhice, deficiência, maternidade, reclusão e desemprego. Tem como leis básicas: a Constituição Federal de 1988, Leis N.º 8.212/91 e N.º 8.213/91 e Decreto N.º 3.048/99.

É uma instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceder direitos aos seus segurados.

Os benefícios oferecidos hoje pela previdência são: aposentadoria por idade; aposentadoria por invalidez; aposentadoria por tempo de contribuição; aposentadoria especial; auxílio-doença; auxílio-reclusão; pensão por morte; salário-maternidade; salário-família; auxílio Acidente.

O Quadro 9 trata da quantidade de benefícios emitidos que corresponde a quantidade de créditos emitidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social - INSS para pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, Encargos Previdenciários da União e Amparos Assistenciais previstos na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, classificados de acordo com o município do órgão pagador e clientela (urbana ou rural). Dos anos de 2000 a 2009 aumentou o número de benefícios no Território em cerca de 15.643 mil, significando em termos percentuais, 32%.

MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Carnaubal	763	854	964	872	892	967	1.027	1.362	1.536	1.688
Croatá	933	1.079	1.252	1.515	1.799	1.979	2.072	2.220	2.389	2.561
Guaraciaba do Norte	6.006	6.127	6.373	6.410	6.394	6.527	6.656	6.859	7.102	7.318
Ibiapina	2.993	3.058	3.236	3.340	3.418	3.477	3.691	3.899	4.136	4.273
São Benedito	7.191	7.347	7.668	8.121	8.659	8.791	9.023	9.247	9.640	10.063
Tianguá	6.021	6.324	6.881	7.022	7.334	7.587	7.710	8.028	8.421	8.760
Ubajara	3.725	3.852	4.103	4.156	4.293	4.347	4.521	4.770	5.010	5.175
Viçosa do Ceará	5.613	6.207	6.898	7.155	7.507	7.781	8.012	8.339	8.694	9.050
<b>Total</b>	<b>33.245</b>	<b>34.848</b>	<b>37.375</b>	<b>38.591</b>	<b>40.296</b>	<b>41.456</b>	<b>42.712</b>	<b>44.724</b>	<b>46.928</b>	<b>48.888</b>

**Quadro 9:** Quantidade de benefícios emitidos pelo INSS – 2000 a 2009

**Fonte:** Ministério da Previdência Social – Estatísticas Municipais 2000 a 2009.

O Valor dos benefícios emitidos corresponde ao valor líquido (diferença entre valor bruto e descontos) dos créditos emitidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social - INSS para pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, Encargos Previdenciários da União e Amparos Assistenciais, classificados de acordo com o município do órgão pagador e clientela. Em percentuais, houve um aumento significativo de 77% e em recursos atingiu os 277 milhões de reais, conforme mostra o Quadro 10

MUNICÍPIO	VALOR DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELO INSS NOS ANOS 2000 -2009									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Carnaubal	1.410.735	1.808.715	2.315.085	2.946.621	2.874.244	3.530.740	4.261.135	5.698.564	7.440.168	9.296.352
Croatá	1.712.112	2.373.296	3.028.269	4.069.020	5.821.754	7.163.964	8.528.140	9.928.983	11.625.604	14.160.166
Guaraciaba do Norte	11.848.120	14.144.765	16.420.614	20.042.715	21.513.674	24.523.490	28.241.983	31.426.754	35.432.402	41.359.214
Ibiapina	5.765.509	7.033.087	8.265.364	10.165.323	11.450.592	13.167.705	15.618.721	18.008.500	20.947.993	24.608.372
São Benedito	14.110.801	17.172.600	19.838.849	24.599.935	29.096.274	33.673.142	39.321.171	43.256.203	48.670.939	57.229.896
Tianguá	12.069.495	14.961.338	17.905.365	22.175.127	25.128.637	28.933.787	33.741.008	37.245.483	42.449.891	50.272.534
Ubajara	7.415.687	9.095.052	10.698.349	13.057.566	14.592.427	16.578.391	19.376.086	22.009.051	25.165.526	29.537.382
Viçosa do Ceará	10.357.567	13.836.395	17.431.304	21.792.855	25.044.495	29.027.205	33.679.180	37.759.587	43.148.881	51.179.071
<b>Total</b>	<b>64.692.027</b>	<b>80.427.250</b>	<b>95.905.201</b>	<b>118.851.165</b>	<b>135.524.101</b>	<b>156.600.427</b>	<b>182.769.431</b>	<b>205.335.131</b>	<b>234.883.412</b>	<b>277.644.995</b>

**Quadro 10:** Valor dos Benefícios emitidos pelo INSS – 2000 a 2009

Fonte: Ministério da Previdência Social – Estatísticas Municipais 2000 a 2009.

Municípios	Quantidade (1)						Valor acumulado (R\$ 1.000)					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Carnaubal	1.362	1.536	384	472	978	1.064	5.699	7.440	1.821	2.385	3.878	5.055
Croatá	2.220	2.389	315	342	1.905	2.047	9.929	11.626	1.593	1.864	8.336	9.762
Guaraciaba do Norte	6.859	7.102	1.380	1.462	5.479	5.640	31.427	35.432	7.154	8.127	24.273	27.305
Ibiapina	3.899	4.136	778	868	3.121	3.268	18.008	20.948	3.946	4.829	14.062	16.119
São Benedito	9.247	9.640	2.265	2.446	6.982	7.194	43.256	48.671	12.048	13.825	31.209	34.846
Tianguá	8.028	8.421	1.976	2.184	6.052	6.237	37.245	42.450	10.907	12.825	26.339	29.624
Ubajara	4.770	5.010	1.152	1.251	3.618	3.759	22.009	25.166	6.284	7.326	15.725	17.840
Viçosa do Ceará	8.339	8.694	1.851	1.964	6.488	6.730	37.760	43.149	9.543	10.927	28.217	32.222
<b>Total</b>	<b>44.724</b>	<b>46.928</b>	<b>10.101</b>	<b>10.989</b>	<b>34.623</b>	<b>35.93</b>	<b>205.333</b>	<b>234.881</b>	<b>53.295</b>	<b>62.108</b>	<b>152.038</b>	<b>172.773</b>

**Quadro 11:** Quantidade e Valor dos Benefícios emitidos pelo INSS –Urbano e Rural 2007 e 2008

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará - 2008

Pesquisas mostram que a garantia desses direitos aos trabalhadores, principalmente aos trabalhadores rurais e urbanos contribuiu para a elevação importante elevação do nível de renda no meio rural e conseqüente melhoria no bem estar e na forma de produzir da população que vive no campo. A universalização previdenciária tem refletido sobre o bem-estar da população rural, que pode ser observado na melhoria das condições de moradia das famílias; no acesso a bens de consumo e liberação da mão-de-obra infantil do trabalho para a freqüência à escola (essa realidade tem mudado também, graças à implementação de outros programas sociais – Bolsa família, PETI...).

De todos os impactos da universalização da previdência social rural, a mais animadora é de que ela tem sido responsável pela redução da pobreza rural e da desigualdade na distribuição de renda. A previdência social rural permitiu a inclusão das mulheres rurais como beneficiárias (direito à aposentadoria por idade e salário-maternidade).

Para termos uma idéia do impacto gerado na economia dos pequenos municípios, basta verificar o montante dos recursos repassados ao território no ano de 2008 que se aproximou dos R\$ 235 milhões de reais. Somente para as aposentadorias rurais, os benefícios ultrapassaram os valores de R\$ 172 milhões de reais.

### **6.3 Direito à Segurança Pública**

A Constituição Federal, no art. 144, se refere aos municípios apenas para lhes atribuir competência para constituírem *guardas municipais* destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações. A Guarda Municipal tem a função de *guarda patrimonial*. Não se trata de órgão policial. Não é atribuição das guardas municipais, segundo a Constituição Federal, realizar nem investigação criminal nem policiamento ostensivo

Além dessa prerrogativa de instituírem guardas municipais, os municípios podem atuar na segurança pública através da imposição de restrições administrativas a direitos e liberdades. O município pode, por exemplo, delimitar o horário de funcionamento de bares e restaurantes, ou os

locais da venda de bebidas alcoólicas. Tais restrições, de caráter administrativo, exercem importante função na segurança pública, prevenindo a prática de delitos.

A CF/88, ao caracterizar a segurança pública como “direito e responsabilidade de todos” e ao positivar o princípio democrático, estabelece o fundamento jurídico dos arranjos institucionais que permitem a participação popular na formulação e no controle da gestão das políticas de segurança. É o que ocorre, por exemplo, nas experiências de *policciamento comunitário* ou, ainda, na dos *conselhos de segurança pública*. Tais experiências, particulares ao campo da segurança pública, se inserem no contexto atual de ampliação dos espaços de participação popular, no sentido da superação dos limites da democracia meramente representativa.

Sabe-se que alguns municípios têm problemas relacionados com drogas, principalmente entre o público mais jovem. Há adoção de políticas educativas nas escolas, no sentido de ajudar esse público mais vulnerável, mas no âmbito preventivo. Mas, não tem em nenhum município equipamentos públicos para atendimento aos usuários que necessitam de tratamento e recuperação de drogados.

No Território, há necessidade da criação de um CAPS-AD para tratamento de pacientes com distúrbios psiquiátricos e usuários de drogas, funcionando tanto para tratamento, como para internação.

#### **6.4 Direito ao Acesso à Justiça**

Do ponto de vista da **Justiça Global**, o acesso à justiça não se resume a que a população chegue às instâncias jurisdicionais do Estado, mas também diz respeito ao direito à investigação adequada, às garantias judiciais e a um julgamento imparcial. O alto índice de impunidade no Brasil é um fator determinante para a continuidade das violações de direitos humanos no país. Dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública indicam que somente 7,8% de aproximadamente 49.000 (quarenta e nove mil) homicídios cometidos no Brasil a cada ano são investigados e processados com êxito, fato que

demonstra uma evidente falha do Estado em exercer a devida diligência no funcionamento da justiça.

Isto pressupõe, que os municípios para garantir esse direito consagrado constitucionalmente, devam ter uma polícia judiciária/investigativa qualificada e de alto nível; defensores públicos para assegurar que aqueles que não tem condições para contratar um advogado e nem arcar com as custas judiciais possam litigar com equilíbrio na relação processual e serem asseguradas as garantias judiciais do devido processo legal, do contraditório e ampla defesa, bem como a presença de promotores de justiça para acompanhar os casos envolvendo família, criança e adolescentes, idosos, populações indígenas. O Ministério Público, no Brasil, é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

É fundamental a existência de instituições e/ou órgãos municipais de defesa dos direitos humanos e exercício da cidadania, a exemplo do direito do consumidor onde a população tenha informações sobre os seus direitos/ conhecimento da lei.

MUNICÍPIO	PROMOTORES DE JUSTIÇA	DELEGACIAS	DEFENSORES PÚBLICOS
Carnaubal	1	-	-
Croatá	-	-	-
Guaraciaba do Norte	1	-	1
Ibiapina	1	-	1
São Benedito	1	1 Municipal	1
Tianguá	2	1 Regional	2
Ubajara	1	1 Municipal	1
Viçosa do Ceará	1	1 Municipal	1
Total	8	4	7

**Quadro 12:** Número de promotores de justiça, Delegacias de Polícia e Defensores Públicos nos municípios - 2010

**Fonte:** sites oficiais Ministério Público do Ceará, Defensoria Pública Geral do Ceará e Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) - 2010

No Território são oito promotores de justiça para o atendimento nos oito municípios. Somente o município de Croatá não tem promotor público. O município de Tianguá possui duas promotorias públicas.

A defensoria pública está presente em seis municípios, sendo eles: Guaraciaba do Norte, Ibiapina, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará. No caso do município de Tianguá são dois defensores públicos para atender ao território. O que significa a impossibilidade do acesso à justiça dos declarados pobres que necessitam da tutela jurisdicional.

Todos os municípios têm cadeia pública, mas a grande maioria está mal equipada e com suas estruturas físicas comprometidas. Há três delegacias municipais em São Benedito, Viçosa do Ceará e Ubajara e uma regional em Tianguá onde estão concentradas as investigações dos crimes da região.

O município de Tianguá ainda não instalou a Delegacia de Defesa da Mulher, apesar da obrigatoriedade da lei (municípios com mais de 60 mil habitantes) e do aumento dos casos de violência contra a mulher, como tem sido constatado no Território.

A não criação da Delegacia de Defesa da Mulher traz conseqüências no âmbito da violência contra a mulher, principalmente a violência doméstica porque acaba não obrigando aos municípios a instalar outros equipamentos públicos, como casas abrigo; centros de referência e não formação de profissionais multidisciplinares para o atendimento às mulheres vítimas de violência.

A não existência de estatísticas do número e tipologia dos crimes praticados contra as mulheres favorece a impunidade porque os casos de violência contra a mulher não são denunciados, e, portanto, não computados, o que acaba não revelando a real situação da violência contra as mulheres.

Não há estatísticas da tipologia dos crimes praticados no Território (n<sup>o</sup> de homicídios, violência contra a mulher, exploração de crianças e adolescentes e outros).

Existem Centros de Referência em Tianguá e Viçosa. Não existem casas abrigos e as lideranças desconhecem sobre a adesão dos municípios ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

## 6.5 Direito à Moradia

O Estatuto das Cidades criou uma série de instrumentos para que o administrador pudesse buscar o desenvolvimento urbano, sendo o principal o plano diretor. O Estatuto atribuiu aos municípios a implementação de planos diretores participativos, definindo uma série de instrumentos urbanísticos que têm no combate à especulação imobiliária na regularização fundiária dos imóveis urbanos seus principais objetivos.

Além de definir uma nova regulamentação para o uso do solo urbano, o Estatuto prevê a cobrança de IPTU progressivo até 15% para terrenos ociosos, a simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a aumentar a oferta de lotes, e a proteção e a recuperação do meio ambiente urbano.

De acordo com a própria lei, o Plano Diretor é "*o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana*", obrigatório para municípios:

- Com mais de vinte mil habitantes ou conurbados;
- Integrantes de "área de especial interesse turístico" ou área em que haja atividades com significativo impacto ambiental;
- Que queiram utilizar de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios de imóvel.

Em virtude da complexidade da tarefa, dentre outros motivos, muitos municípios deixaram de cumprir o prazo original de cinco anos dado pelo Estatuto para criarem seus planos diretores. Diante dessa situação, foi promulgada a lei 11.673 em 2008, adiando o fim do prazo para 30 de junho de 2008.

A maioria dos municípios não elaboraram seus planos diretores, adotando em alguns casos, as regras do Código de obras e Postura do Município. A obrigatoriedade da lei chama os municípios de Guaraciaba do Norte, Ibiapina, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará para instituir este instrumento importante de política urbana.

Os municípios não possuem órgãos específicos de atuação no setor habitacional, nem possuem programas na área de habitação, apenas fazem o

cadastro de famílias sem moradias para solicitar recursos federais e incluir essas famílias em programas habitacionais de moradia popular.

Na maioria dos municípios as secretarias municipais são as de Obras e Infraestrutura e existem programas de habitação para casas populares, tanto em nível federal e estadual, sendo que os municípios precisam fazer a adesão aos programas e apresentarem contrapartidas.

Em Viçosa do Ceará as casas estão sendo construídas nas encostas da serra e de forma desordenada.

Em Tianguá está havendo a expulsão de moradores de suas terras por conta da instalação de um parque de energia eólica, onde a empresa responsável arrendou a área por um período de 40 anos, área onde famílias tem a marca de sua descendência há várias gerações. E essas famílias denunciam que esse projeto não traz benefícios, pois toda a energia é transportada para fora.

## **6.6 Direito à Acessibilidade**

A Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana – SeMob foi instituída no Ministério das Cidades com a finalidade de formular e implementar a política de mobilidade urbana sustentável, entendida como “a reunião das políticas de transporte e de circulação, e integrada com a política de desenvolvimento urbano, com a finalidade de proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, priorizando os modos de transporte coletivo e os não-motorizados, de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável”. As atuais condições de mobilidade e dos serviços de transporte público no Brasil direcionam a atuação da SeMob em três eixos estratégicos que agrupam as questões a serem enfrentadas, quais sejam:

1. Promover a cidadania e a inclusão social por meio da universalização do acesso aos serviços públicos de transporte coletivo e do aumento da mobilidade urbana;
2. Promover o aperfeiçoamento institucional, regulatório e da gestão no setor; e

3. Coordenar ações para a integração das políticas da mobilidade e destas com as demais políticas de desenvolvimento urbano e de proteção ao meio ambiente.

4. A Acessibilidade se configura então, como o direito de eliminação de barreiras arquitetônicas, de disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos, mas também de acessar a rede de informações.

Dizem as Leis n°s 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade que formulação, implementação e manutenção das ações de acessibilidade atenderão às seguintes premissas básicas:

I - a priorização das necessidades, a programação em cronograma e a reserva de recursos para a implantação das ações e

II - o planejamento, de forma continuada e articulada, entre os setores envolvidos.

Não há informações do número de deficientes nos municípios e com relação às políticas de acessibilidade, algumas escolas construíram rampas e adaptaram as portas dos banheiros. Mas, isso é pouco diante da necessidade de adequação que as pessoas precisam, principalmente dos prédios públicos. Nas ruas de algumas cidades, foi constatada a dificuldade de andar pelas calçadas, porque são altas e com batentes.

## **6.7 Direitos Humanos das Mulheres**

O Brasil no âmbito internacional assumiu diversos compromissos, tendo sido a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres - /CEDAW(ONU) de 1979 o primeiro instrumento internacional de direitos humanos voltado para as demandas das mulheres. Essa convenção define o que se constitui discriminação contra a mulher e estabelece uma ampla agenda de ações a fim de acabar com a discriminação. Outros instrumentos se somaram a esse no sentido de se garantir os direitos das mulheres: Programa de Ação da Conferência Mundial

de Direitos Humanos (Conferência de Viena) (ONU); Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção Belém do Pará) (OEA); Declaração e Plataforma de Ação da Conferência Mundial Sobre População e Desenvolvimento (Cairo) (ONU); Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher (Beijing) (ONU).

Esses instrumentos representam a luta histórica dos movimentos feminista e de mulheres para incluir na agenda internacional os direitos das mulheres como direitos humanos. Estes devem ser garantidos pelo Estado e observados pela sociedade, sendo de competência dos Estados e governos implementar políticas públicas orientadas por estes instrumentos internacionais, e da sociedade através de suas organizações e instituições acompanhar seu cumprimento e colaborar com sua reflexão e crítica para seu aprimoramento.

No sentido, de se garantir a efetivação dos direitos humanos das mulheres, promovendo a inserção das mulheres urbanas e rurais no contexto do desenvolvimento territorial e sustentável, algumas iniciativas//ações/projetos estão sendo desenvolvidos, a exemplo:

#### 6.7.1 Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)

Promoção da cidadania e autonomia das mulheres do campo com a realização de mutirões para a emissão gratuita de documentação civil. Sem contar sequer com uma certidão de nascimento, muitas mulheres não são reconhecidas como cidadãs perante o Estado. Portanto, estão impedidas de acessar direitos básicos da cidadania: a aposentadoria rural e auxílio maternidade; o crédito e outras políticas de apoio à agricultura familiar; os programas sociais como o Bolsa Família e programas de apoio à reforma agrária.

Quem executa: MDA/DFDA, INCRA, INSS, SECRETARIAS ESTADUAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA, SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DO TRABALHO E EMPREGO, CEF, BNB, MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, em articulação com os movimentos locais de mulheres e STTRS. (articulação/integração de políticas públicas)

### 6.7.2 Programa Nacional da Agricultura Familiar – Pronaf Mulher

As mulheres trabalhadoras rurais têm acessado o crédito do Pronaf, principalmente na modalidade B, e para elas foi destinado um crédito especial, o Pronaf Mulher. No entanto, não se têm os dados oficiais do número de mulheres que acessaram o crédito e para qual atividade produtiva foi destinado, porque não foram fornecidas as informações pelas instituições de crédito.

### 6.7.3 Participação das Mulheres em Programas de Formação/Capacitação – Educação não Formal

No Território tem a experiência da Feira das Mulheres Produtoras Agroecológicas que teve início em 2008 pela iniciativa do Movimento Ibiapabano de Mulheres- MIM, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Viçosa do Ceará e da Fundação Cepema que articulou e participou das primeiras reuniões para organizar o grupo de mulheres. No começo as feiras eram realizadas num sábado a cada mês. Nesse mesmo intervalo aconteciam reuniões para avaliar, planejar e tratar de temas específicos ligados aos direitos das mulheres e à agroecologia. Hoje são 17 mulheres que participam da Feira e das reuniões semanais.

Depois de dois anos consecutivos de feiras mensais, o grupo de mulheres resolveu enfrentar o desafio de realizar as feiras todos os sábados. Durante o ano de 2010 essa iniciativa vem consolidando com mais intensidade a organização das mulheres em torno da produção agroecológica, da comercialização e da autonomia e consciência dos seus direitos.

Os produtos da feira são frutas, verduras, hortaliças, plantas medicinais produzidas em mandalas, através das cisternas calçadão e dos quintais produtivos. Também são comercializados alimentos da culinária tradicional como: caldo de cana, pé de moleque, beiju, tapioca, bolos de milho, macaxeira, batata, puba, rosca, tapiocão, sucos variados, caldo de carne... O MIM realiza um bazar a cada feira para contribuir com a sustentabilidade político-econômica do movimento.

## 7 ASPECTOS DA SAUDE

A avaliação sobre a saúde do território requer o conhecimento de variáveis além daquelas que são específicas da saúde, dentre os quais estão dados que vão desde a população, a escolaridade e o nível socioeconômico. Estes são exemplos de informações imprescindíveis no processo de planejamento, pois as informações interferem diretamente na formulação de Políticas Públicas propositivas com um forte substrato na equidade e na inclusão social. É importante perceber que o território é um espaço vivo e que se expressa na busca do equilíbrio entre seus diversos interesses e contrastes.

O planejamento participativo, discutido e vivenciado é uma planificação da democracia política. Ressalta-se aqui a importância do caráter do Plano Territorial do Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, que institui um marco no Estado pela proposta de construção e elaboração com os diversos olhares e atores que constroem essa história. Portanto, pensar uma nova atitude de desenvolvimento sustentável em saúde é pensar em um PTDRS ascendente, dialogando com as especificidades do território e sua realidade.

O conceito de território tem sua importância na concepção dos sistemas públicos de saúde desde sua origem na primeira metade do século XX no intuito de se organizar as redes regionais de atenção à saúde, essas redes e definições dos territórios das Coordenadorias Regionais de Saúde são concebidas em uma lógica diferente da configuração dos territórios trabalhados no PTDRS, tornando-se, portanto, um desafio avaliar a situação de saúde a partir da organização dos territórios discutidos.

Faz-se necessária uma colocação sobre algumas dificuldades encontradas, como a de especificar os dados relacionados à saúde da população rural, diferenciando e comparando às condições de saúde da população urbana, portanto os dados apresentados referem-se a situação de saúde dos municípios que perfazem o Território Ibiapaba.

Os indicadores estão agrupados em seis subconjuntos temáticos morbidade, mortalidade, condições de nascimento e seus fatores de risco, infra estrutura, disponibilidade de profissionais de saúde médicos por especialidade

e demais categorias de profissionais de saúde, saneamento e acesso à água – e são apresentados, na matriz, segundo a sua denominação, conceituação, método de cálculo, categorias de análise e fontes de dados. A produção de cada indicador é de responsabilidade da instituição-fonte a qual fornece anualmente os dados brutos utilizados no cálculo, em planilha eletrônica padronizada, preparada pelo DATASUS.

### **7.1 Morbidades Crônicas**

Avaliou-se as informações referentes à morbidade onde priorizamos alguns dados do território, primeiro sobre as duas doenças crônicas que mais se correlacionam às causas de mortalidade geral, que são as doenças do aparelho circulatório. Quando pesquisou-se os dados nos sites referidos, observamos que estes estavam disponíveis desde o ano de 2002 ao ano de 2009. Como não há alimentação freqüente das informações decidiu-se por utilizar para avaliação o ano de maior número de cadastros.

Outro fato preocupante é que as pessoas portadoras de uma doença crônica geralmente desenvolvem outras morbidades associadas, como doenças oculares, cardíacas, circulatórias, renais e obesidade. Estas morbidades demandam demasiado gasto público para seu controle, tratamento e reabilitação, pois causam várias e sérias complicações e limitações que vão interferir diretamente na qualidade de vida das pessoas.

A prevalência estimada de hipertensão no Brasil atualmente é de 35% da população acima de 40 anos. Isso representa em números absolutos um total de 17 milhões de portadores da doença, segundo estimativa de 2004 do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Cerca de 75% dessas pessoas recorrem ao Sistema Único de Saúde (SUS) para receber atendimento na Atenção Básica.

Para atender os portadores de hipertensão, o Ministério da Saúde possui o Programa Nacional de Atenção a Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus (HIPERDIA). O programa compreende um conjunto de ações de promoção de saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento dos agravos da hipertensão. O objetivo do Programa é reduzir o número de internações, a procura por pronto

atendimento, os gastos com tratamentos de complicações, aposentadorias precoces e mortalidade cardiovascular, com a conseqüente melhoria da qualidade de vida dos portadores.

**Tabela 5** - Morbidade Proporcional por Doenças Crônicas Território Serra da Ibiapaba no Ano de Maior Número de Cadastros

<b>Nº DE PESSOAS ACOMETIDAS POR MORBIDADES CRÔNICAS</b>			
<b>Municípios</b>	<b>Ano</b>	<b>Hipertensão Arterial *</b>	<b>Diabetes*</b>
<b>MICRO TERRITORIO I</b>			
Ibiapina	2007	762	205
Tianguá	2002	1459	346
Ubajara	2003	524	177
Viçosa do Ceará	2010	3304	169
<b>TOTAL</b>		<b>3722</b>	<b>897</b>
<b>MICRO TERRITORIO II</b>			
Carnaubal	2002	735	104
Croatá	2010	319	65
Guaraciaba do Norte	2007	2837	479
São Benedito	2005	1356	244
<b>TOTAL</b>		<b>5247</b>	<b>892</b>
<b>TOTAL DO TERRITORIO</b>		<b>8969</b>	<b>1789</b>

Fonte: CADERNOS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE - MS

\*Portadores de hipertensão arterial e diabetes mellitus cadastrados no Hiperdia no ano de maior número absoluto

Observou-se na Tabela 5 que os municípios que tem maior número de pessoas com hipertensão e diabetes são: Guaraciaba do Norte, Tianguá e São Benedito. Apesar dos numeros elevados, estes índices encontram-se bem abaixo da estimativa esperada, comparando-se ao Brasil pois, estima-se que 35% da população acima de 40 anos é hipertensa, ao calcularmos este percentual médio encontramos apenas no município de Guaraciaba do Norte este valor aproximado , os demais municípios possivelmente não tem cadastro da população que tem hipertensão e diabetes atualizado. Vale ressaltar que estas informações foram extraídas dos cadastros do Sistema Nacional de Hipertensão e Diabetes – HIPERDIA, neste sistema os cadastros realizados devem ser permanentemente atualizados para que haja melhor planejamento

de insumos como medicamentos e demais despesas para os portadores dessas doenças crônicas.

Quanto a situação da atualização dos cadastros do programa HIPERDIA, o comitê de saúde informou que apenas dois municípios estavam visivelmente atualizados, com Viçosa e Croatá e sobre a situação da falta de exames e medicamentos para o controle e monitoramento da diabetes e hipertensão todos afirmaram que é uma situação rotineira nos municípios, ocasionando a descontinuidade do tratamento e possivelmente o aumento das complicações.

## 7.2 Morbidades Transmissíveis

Outras morbidades analisadas foram relacionadas a doenças infectocontagiosas como a dengue, por ser uma zoonose diretamente relacionada com o manejo ambiental, a tuberculose por ter relação com as condições sócio econômicas e existirem várias iniciativas para o controle do avanço desta doença com pouco êxito e por fim avaliou-se a sífilis em gestantes que é uma morbidade de notificação compulsória e está intimamente ligada ao processo de trabalho das equipes de saúde, sua resolutividade e na qualidade da atenção ao pré-natal, também por ter implicações severas após o nascimento. E a hanseníase, outra morbidade relevante para a avaliação em saúde, os dados podem ser visualizados na Tabela 6:

**Tabela 6** - Morbidade Proporcional Por Doenças Transmissíveis No Território Ibiapaba Em 2009.

Nº DE PESSOAS ACOMETIDAS POR MORBIDADES TRANSMISSÍVEIS					
Municípios	Dengue	Tuberculose	Sífilis Congênita *	Leishmaniose Tegumentar	Hanseníase
MICRO TERRITÓRIO I					
Ibiapina	3	2	2		1
Tianguá	2	11	3		2
Ubajara	2	6	0		3
Viçosa do Ceará	7	9	0		2
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>28</b>	<b>5</b>		<b>8</b>

Nº DE PESSOAS ACOMETIDAS POR MORBIDADES TRANSMISSÍVEIS					
Municípios	Dengue	Tuberculose	Sífilis Congênita*	Leishmaniose Tegumentar	Hanseníase
MICRO TERRITÓRIO II					
Carnaubal	0	13	0		1
Croatá	0	9	0		1
Guaraciaba do Norte	3	8	1		1
São Benedito	1	12	0		0
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>42</b>	<b>1</b>		<b>3</b>
<b>TOTAL DO TERITÓRIO</b>	<b>18</b>	<b>70</b>	<b>6</b>		<b>11</b>

Fonte: CADERNOS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE - MS 2009

\*Sífilis Congênita em gestantes

Avaliou-se os índices das doenças transmissíveis nos municípios, observou-se quanto aos dados da dengue na Tabela 6 observou-se que os casos de dengue dentro do período totalizaram apenas 18, portanto uma situação onde não se caracteriza uma endemia de maior preocupação para as autoridades de saúde. Destacamos que um fator que contribui para o reduzido número de casos é o fator ambiental, pois devido ao clima não favorável para a proliferação do mosquito transmissor da doença, esta se mantém sob controle.

Sobre a tuberculose, o total de casos no território é de 70. Os maiores números de casos da doença destacamos os municípios de Carnaubal, Tianguá e São Benedito. Taxas elevadas de incidência de tuberculose estão geralmente associadas a baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico.

Sobre as informações acerca da situação da busca ativa para os sintomáticos respiratórios todos do comitê de saúde unanimemente afirmaram que existem campanhas rotineiramente nos municípios para aumentar o diagnóstico da tuberculose, sobre a dificuldade no tratamento a situação é pior quando se trata de pacientes alcoolistas onde há uma resistência ao tomar a medicação devido a contra-indicação do uso do álcool durante o tratamento para a tuberculose.

Outro fator a ser considerado é a cobertura de vacinação pelo BCG que protege contra as formas graves da doença e a infecção concomitante pelo HIV

que pode resultar em aumento da morbidade por tuberculose, apesar de não ter sido pesquisado, o número de casos de AIDS.

Observou-se na Tabela 2 que a sífilis em gestantes no território totaliza seis casos notificados, em destaque o município de Tianguá concentrando metade do total de casos descritos. Este indicador pode nos revelar as deficiências na atenção à saúde da mulher, especialmente no período pré-natal, quando as gestantes infectadas poderiam ser oportunamente identificadas e tratadas. acesso a exames, consultas e tratamento, necessários para um atendimento resolutivo, pois a sífilis trata-se de uma doença sexualmente transmissível – DST, portanto envolve uma abordagem ampla estendendo-se ao(s) parceiro(s) e a sensibilização sobre as diversas complicações que podem ser acarretadas se não for tratada adequadamente e caso não seja possível deverá ser feito o acompanhamento das crianças após o nascimento.

Com relação as dificuldades da entrega dos exames de rotina para as gestantes os participantes do comitê de saúde afirmaram que todos são realizados e entregues em tempo hábil para que haja o tratamento de alguma enfermidade, contudo quando se trata da abordagem aos parceiros é que existe resistência de tratamento para a sífilis, possivelmente devendo-se as questões de gênero, do posicionamento machista da sociedade.

A eliminação da sífilis congênita como problema de saúde pública requer a redução de sua incidência a menos de um caso por mil nascidos vivos, meta a ser alcançada mediante a busca ativa de casos de sífilis materna e congênita, em serviços de pré-natal e em maternidades, paralelamente a ações de prevenção e tratamento.

Com relação à hanseníase observou-se na Tabela 2 que o Território apresenta 11 casos, apesar de um número reduzido esta doença deve ter controle permanente devido as características de sua transmissão, podendo chegar até cinco anos para apresentar os primeiros sintomas e manifestações clínicas.

O comitê de saúde informou que quanto a busca de casos de hanseníase viu-se que praticamente não existem, aparecendo apenas de maneira pontual, como não existem muitos casos questionamos sobre a

capacitação dos profissionais para o diagnóstico que por vezes é difícil e se confunde com outros problemas de saúde, no entanto o comitê está convencido de que os profissionais de saúde são devidamente capacitados para diagnosticar e tratar esta doença e também tem o apoio do centro de referência estadual que é o Centro de Saúde Dona Libânia.

### 7.3 Internamentos:

**Tabela 7** - Distribuição Percentual das Internações causas externas e doenças respiratórias- CID10(Código Internacional de Doenças) em 2009

Municípios	Causas externas de morbidade e mortalidade	Lesões envenenamento e outras consequências causas externas	Doenças do aparelho respiratório
<b>MICROTERRITORIO I</b>			
Ibiapina	0,1	8,1	14,6
Tianguá	0,3	9,4	8,8
Ubajara	0,0	6,1	14,0
Viçosa do Ceará	0,1	7,9	14,5
<b>TOTAL/media</b>	<b>0,1</b>	<b>7,9</b>	<b>13,0</b>
<b>MICROTERRITORIO II</b>			
Carnaubal	0,1	6,8	9,9
Croatá	0,1	6,1	15,2
Guaraciaba do Norte	-	7,3	13,2
São Benedito	0,0	6,3	18,8
<b>TOTAL/media</b>	<b>0,1</b>	<b>6,6</b>	<b>14,3</b>
<b>MEDIA DO TERRITORIO</b>	<b>0,1</b>	<b>7,3</b>	<b>13,6</b>

Fonte: SIH/SUS. Situação da base de dados nacional em 03/05/2010.

A partir da sugestão dos participantes dos comitês, incluí-se na tabela com os percentuais correspondentes as doenças do aparelho respiratório e as causadas por causas externas. Observamos que há uma significativa importância nas causas de internamentos por doenças do aparelho respiratório neste território, o município que tem maior expressividade é São Benedito chegando ao percentual de quase 20 % dentre todas as causas, o município que se encontra em segundo lugar está Croata com 15%, este resultado no ano de 2009 torna a segunda principal causa de internamentos no território. Geralmente as faixas etárias mais propensas a esta ocorrência são as crianças

de 1 a 5 anos e os idosos com mais de 60 anos. Porém percentuais dentro a população economicamente ativa foram observados, bem como há um percentual considerável entre os adolescentes.

Sobre o percentual de internamentos por causas externas de morbidade e mortalidade não há um percentual representativo, o município de maior resultado percentual foi Tianguá com 0,3% das causas. Para as lesões por envenenamento e outras conseqüências de causas externas o percentual varia entre 6,1 a 9,4 % com média de 7,3%. De acordo com os participantes do comitê, este é um problema relevante para o território, sendo uma preocupação das autoridades de saúde e de segurança.

### **7.3 Mortalidade Proporcional**

#### **7.3.1 Taxa de mortalidade infantil**

A taxa de mortalidade infantil é o número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. É a estimativa do risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. As taxas de mortalidade infantil são geralmente classificadas em *altas* (50 por mil ou mais), *médias* (20-49) e *baixas* (menos de 20). Esses parâmetros devem ser periodicamente ajustados às mudanças verificadas no perfil epidemiológico. Atualmente, vários países apresentam valores abaixo de 10 óbitos por mil nascidos. No território, a taxa média de mortalidade infantil no ano de 2008 foi de 23,2 óbitos infantis por 1000 nascidos vivos, conforme podemos observar na Tabela 3. Avaliando a partir do parâmetro referido anteriormente, constatou-se que o território classifica-se em relação a mortalidade infantil como uma taxa média, cabendo aos municípios que fazem parte deste território o empenho de criar condições que favoreçam minimamente a manutenção e melhoria do resultado alcançado.

Três municípios do território tem uma situação preocupante principalmente o município de Carnaubal (48,2), um resultado limite para uma classificação alta, Croatá (28,5) e Ibiapina (24,3), portanto é necessária a

intensificação de estratégias de monitoramento e busca das causas para mudança desses resultados.

Quando a taxa de mortalidade infantil é alta, o componente pós-neonatal é predominante. Quando a taxa é baixa, o seu principal componente é a mortalidade neonatal (0 a 28 dias de nascido), com predomínio da mortalidade neonatal precoce (0 a 07 dias de nascido). Altas taxas de mortalidade infantil refletem, de maneira geral, baixos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico. As taxas reduzidas também podem encobrir más condições de vida em segmentos sociais específicos. Este indicador, portanto é útil para contribuir na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população, bem como subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção pré-natal e ao parto, bem como para a proteção da saúde infantil.

De 1991 a 2007 o Ceará teve redução de 58,23% na taxa de mortalidade infantil. Foi o Estado com a maior queda do país, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 1991, a média de mortes de crianças com até um ano de idade era de 71,1% e, em 2007, a taxa ficou em 29,7% por mil nascidos vivos. No ano de 2009, segundo a Secretaria da Saúde do Estado, foi ainda menor. Ainda sujeita a revisão, está em 16,2% por mil nascidos vivos um resultado bem inferior ao encontrado no Território da Serra da Ibiapaba (23,2) Enfatiza-se que este indicador está diretamente conectado às condições de nascimento e qualidade da saúde de uma população, intimamente ligado ao desenvolvimento e perfil sócio econômico, além de estar relacionado aos níveis de saneamento os quais serão abordados mais adiante neste documento. É relevante considerar as causas de mortalidade em menores de um ano para avaliar a consolidação da mudança no padrão da mortalidade infantil.

Vale ressaltar que a redução das mortes por doenças parasitárias e infecciosas ocorridas nas Regiões Nordeste e Norte atingiram proporções inferiores a 8%, em 2008. Portanto, é importante o acompanhamento pré-natal, após o nascimento como a visita de puerpério, o acompanhamento da criança nos dois primeiros anos de vida, observando seu crescimento e desenvolvimento. Segundo Sucupira (2003), na Estratégia Saúde da Família,

toda criança deve ser visitada pela enfermeira nos primeiros sete dias de vida após a alta hospitalar. A ênfase nesses atendimentos deve ser o processo de acolhimento da mãe e criança, orientações sobre o aleitamento materno e cuidados com a mãe e o recém-nascido.

Sobre as visitas que fazem parte do acompanhamento da gestante os participantes do comitê de saúde informaram que ha visita de puerperio, porem os participantes não conseguiram responder no momento da discussão em grupo, nem também sobre a situação da cobertura de consultas de pré-natal.

### 7.3.2 Mortalidade proporcional por grupos de causas

A mortalidade proporcional é a distribuição percentual de óbitos por grupos de causas definidas, o indicador mede a participação relativa dos principais grupos de causas de morte no total de óbitos com causa definida. De modo geral é influenciado pela participação de fatores que contribuem para aumentar ou diminuir determinadas causas, alterando a distribuição proporcional das demais: condições socioeconômicas, perfil demográfico, infraestrutura de serviços públicos, acesso e qualidade dos serviços de saúde.

Com a avaliação deste indicador podemos contribuir no conhecimento dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população, além de subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas visando à adoção de medidas preventivas e assistenciais relativas a cada grupo de causas.

Avaliou-se as causas relativas a mortalidade pelos grandes grupos de causas no anos de 2008: doenças infecciosas e parasitárias, neoplasias, doenças do aparelho circulatório, doenças do aparelho respiratório, doenças do período perinatal, as causas externas onde são incluídos os acidentes e violências, e por fim, as demais causas.

Outro indicador avaliado foi o número de óbitos por 1000 habitantes, que é calculado através da taxa bruta de mortalidade: Número total de óbitos, por mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Este indicador expressa a frequência anual de mortes, taxas elevadas podem estar associadas a baixas condições socioeconômicas ou

refletir elevada proporção de pessoas idosas na população total, além de contribuir para estimar o componente migratório da variação demográfica, correlacionando-se o crescimento vegetativo com o crescimento total da população.

O uso de dados de mortalidade derivados de sistemas de registro contínuo está condicionado a correções da sub notificação de óbitos, que é freqüente em áreas menos desenvolvidas.

**Tabela 8 - Mortalidade Proporcional Por Grupos De Causas No Território Do Serra Da Ibiapaba Em 2008**

Municípios	MORTALIDADE PROPORCIONAL GERAL 2008									
	Total 2008	Nº Óbitos P/ 1000 Habitantes	Mortalidade Infantil P/ 1000 Nascidos Vivos	% Doenças Infecciosas	% Neoplasia	% Aparelho Circulatorio	% Aparelho Respiratório	% Período Perinatal	% Causas Externas	% Demais Causas
<b>MICRO TERRITORIO I</b>										
Ibiapina	138	5,8	24,3	2,2	13,0	31,9	12,3	5,1	13,8	21,7
Tianguá	312	4,6	19,0	1,9	12,8	31,1	10,9	6,1	13,8	23,4
Ubajara	162	5,2	12,3	1,9	15,4	28,4	11,7	2,2	14,8	25,3
Viçosa do Ceará	283	5,1	19,6	4,3	13,4	33,0	10,1	6,9	13,8	18,5
<b>TOTAL/MEDIA</b>	<b>895</b>	<b>5,2</b>	<b>18,8</b>	<b>2,6</b>	<b>13,7</b>	<b>31,1</b>	<b>11,3</b>	<b>5,1</b>	<b>14,1</b>	<b>22,2</b>
<b>MICRO TERRITORIO II</b>										
Carnaubal	92	5,5	48,2	4,3	9,8	31,5	7,6	6,5	6,5	33,7
Croatá	103	5,7	28,5	3,9	6,8	41,7	11,7	6,8	10,7	18,4
Guaraciaba do Norte	204	5,4	11,1	1,5	15,7	44,6	2,9	2	14,7	18,6
São Benedito	293	6,5	22,9	2,1	11,3	37,3	8,2	4,5	19,5	17,1
<b>TOTAL/MEDIA</b>	<b>692</b>	<b>5,8</b>	<b>27,7</b>	<b>3,0</b>	<b>10,9</b>	<b>38,8</b>	<b>7,6</b>	<b>5,0</b>	<b>12,9</b>	<b>22,0</b>
<b>TOTAL/ MEDIA DO TERRITORIO</b>	<b>1587</b>	<b>5,5</b>	<b>23,2</b>	<b>2,8</b>	<b>12,3</b>	<b>34,9</b>	<b>9,4</b>	<b>5,0</b>	<b>13,5</b>	<b>22,1</b>

**Fonte:** SIM - Sistema de Informação de Mortalidade situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

\* Considerando óbitos coletados no SIM e SINASC.

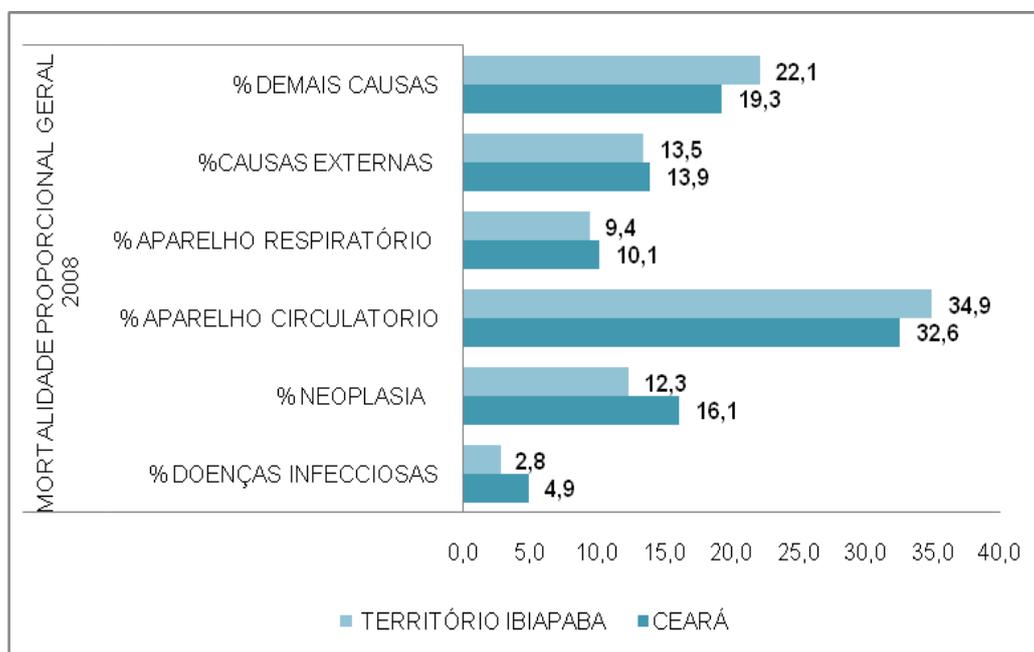
Com relação às causas de mortalidade obtivemos a informação de que os municípios que tem maior número de mortes por doenças neoplásicas são alguns dos principais produtores de produtos como frutas, verduras e legumes,

que são Ubajara e Guaraciaba do Norte, levando-nos a crer que a utilização de produtos agrotóxicos podem estar relacionados a este indicador, sendo necessária uma pesquisa mais detalhada e minuciosa a respeito da situação a impressão sobre este indicador e que podem até ter chegado a aumentar significativamente nos dois últimos anos.

Sobre a situação da mortalidade por causas externas temos que é uma situação preocupante das autoridades de saúde e de segurança nos municípios, pois segundo os membros do comitê há diversas situações que podem ter aumentado o número de acidentes nas vias e rodovias que fazem parte do território, constantemente ocorrem acidentes tanto de motocicleta como de carros particulares e de caminhões causando muitos transtornos às famílias, foi apontado que há fiscalização apenas nas sedes dos municípios e nos distritos não há, as pessoas trafegam sem capacetes, sem cinto de segurança e principalmente sem habilitação sendo estes os principais locais de destaque para a ocorrência de acidentes tornando, portanto a situação pior.

Sobre as iniciativas para controle das doenças cardiovasculares que são a principal causa de morte, alguns municípios encontram-se bastante avançados alguns chegando até a disponibilizar equipamentos de exercício físico para o público nas praças e academia para os usuários do SUS, outros realizam projetos que trabalham a atividade física e a promoção da saúde de SUS municipais, junto aos NASF e PSF.

No território de Serra da Ibiapaba e no Estado do Ceará, avaliou-se a mortalidade proporcional por causas definidas encontrou-se no ano de 2008 a seguinte distribuição, apresentada no Figura 2:



**Figura 2** - Mortalidade por Grupos de Causas no Território Ibiapaba e do Ceará em 2008.

**Fonte:** Sistema de Informação de Mortalidade-SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009 dados de 2008.

As doenças cardiovasculares são as principais causas de morte em todo o mundo. No Brasil (29,5%), as doenças do aparelho circulatório são também as principais causas de óbito para todas as idades em ambos os sexos, fato que se repete no Ceará (32,6%) e no Território Ibiapaba (30,3%), mesmo concentrando um percentual um pouco inferior.

Ressalta-se a importância deste indicador especificando as grandes causas de morte na comunidade rural o que direciona atenção nas proposições a serem apontadas no Plano – PTDRS, a partir desta situação de mortalidade para este segmento da população.

Podemos observar na Tabela 3, que a média das mortes relacionadas as doenças infecciosas (2,8%) tem menos impacto diante das causas, seguidas das referentes ao período Perinatal (5,0%). Já as causas com maior representatividade estão relacionadas ao aparelho circulatório (34,9%) das causas de morte neste território, superior ao resultado encontrado para o

Estado (32,6%). Alguns municípios apresentam uma situação preocupante e um resultado bem acima da média do Território, como Guaraciaba do Norte (44,6%) em que quase metade dos óbitos para o período são por doenças do aparelho circulatório, seguido de Croatá (41,7%) e São Benedito (37,3%). Este resultado está associado a vários fatores que contribuem para as complicações e por vezes levam ao óbito como: o sedentarismo, o tabagismo, a hipertensão arterial, ao acesso e consumo de produtos industrializados e a outra característica demográfica que é a tendência ao envelhecimento da população, conseqüentemente o aumento da expectativa de vida gerando mais problemas crônicos de saúde e próprios da idade avançada. De acordo com a Tabela 2, o percentual de óbitos por doenças do aparelho respiratório no território (9,4%) está um pouco abaixo da média do Estado (10,1%). Alguns municípios têm contribuído com este resultado como Ibiapina (12,5%), seguido de Croatá e Ubajara (11,7%). Estes municípios tem demonstrado um percentual acima da média do território e do resultado do Estado do Ceará. Um resultado bem abaixo da média do território encontramos em Guaraciaba do Norte (2,9), praticamente um terço do maior resultado entre os municípios. Uma recomendação necessária é a investigação mais detalhada sobre os tipos de doenças respiratórias que tem atingido estas comunidades, situações como alguns tipos de trabalho e industrialização podem acarretar esse incremento.

Uma alteração nas causas de mortalidade no território é a substituição progressiva de óbitos por doenças infecciosas e transmissíveis por doenças crônicas, degenerativas e causas externas ligadas a acidentes e a violência. Em destaque percebemos na Tabela 3 o resultado do município de Guaraciaba do Norte (1,5%) o que condiz com o perfil tanto do Estado do Ceará como do Brasil atualmente.

Com relação às causas externas para o percentual de mortalidade dentre as causas gerais temos que do total de óbitos 13,5% estão ligadas a acidentes e violências, já no Estado do Ceará temos um percentual similar de acordo com a Tabela 3 que corresponde a 13,9% em 2008. Segundo o estudo do IBGE, a mortalidade masculina por causas externas afetam um segmento populacional em fase produtiva, reduzindo, em termos de anos de vida, os ganhos obtidos com a redução da mortalidade ocorrida na infância. Destaca-se

o percentual do município de São Benedito com quase 20% das causas de óbitos por causas externas.

#### 7.4. Condições de Nascimento

As variáveis sobre as condições de nascimento trabalhadas inicialmente foram o total de nascidos, o percentual de partos vaginais e cesáreos, o percentual de crianças nascidas com baixo peso, o percentual de prematuros e o percentual de mães adolescentes que compreendem a faixa etária de 10 a 19 anos, de acordo com a Tabela 9:

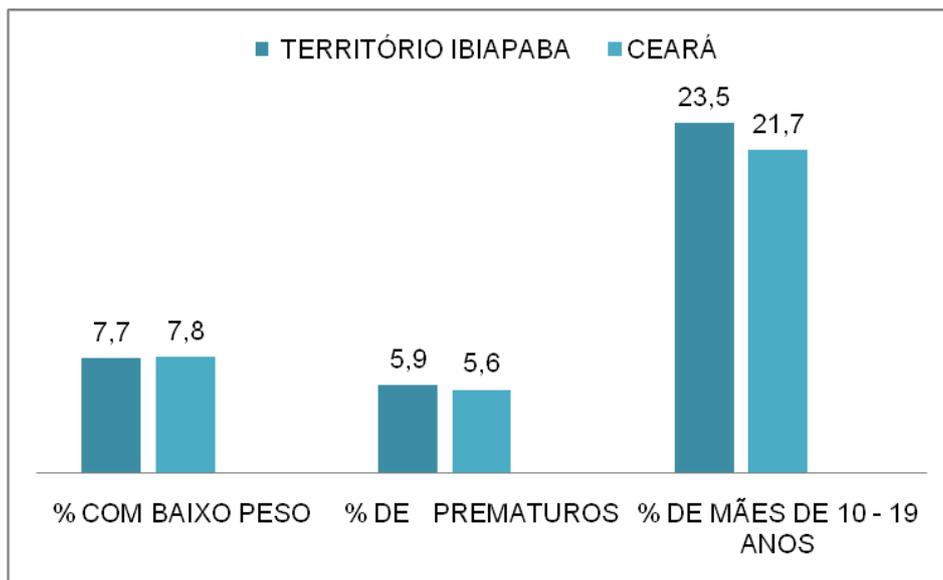
**Tabela 9** – Informações Sobre As Condições De Nascimento No Território Ibiapaba Em 2008.

Municípios	INFORMAÇÕES SOBRE CONDIÇÕES DE NASCIMENTO					
	Total Nascidos	% De Partos Cesareos	% De Partos Vaginais	% Com Baixo Peso	% De Prematuros	% De Mães De 10 - 19 Anos
<b>MICRO TERRITORIO I</b>						
Ibiapina	412	29,1	70,9	8,0	5,3	25,1
Tianguá	1315	36,7	63,3	6,8	4,2	22,3
Ubajara	571	30,9	69,1	6,5	4,9	21,5
Viçosa do Ceará	1070	30,9	69,1	8,4	5,5	24,9
<b>TOTAL</b>	<b>3368</b>	<b>31,9</b>	<b>68,1</b>	<b>7,4</b>	<b>5,0</b>	<b>23,5</b>
<b>MICRO TERRITORIO II</b>						
Carnaubal	249	24,5	75,5	7,2	11,6	21,7
Croatá	281	25,6	74,4	10,0	6,8	22,4
Guaraciaba do Norte	629	28,1	71,9	8,0	5,1	24,5
São Benedito	831	30,0	70,0	6,9	4,0	25,2
<b>TOTAL</b>	<b>1990</b>	<b>27,1</b>	<b>73,0</b>	<b>8,0</b>	<b>6,9</b>	<b>23,5</b>
<b>TOTAL/ MEDIA DO TERITORIO</b>	<b>5358</b>	<b>29,5</b>	<b>70,5</b>	<b>7,7</b>	<b>5,9</b>	<b>23,5</b>

Fonte: SINASC. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

Ao avaliarmos os índices da Tabela 9 , percebemos que o percentual de partos cesáreos em relação aos partos vaginais está dentro do que é recomendado pelo Pacto pela Saúde no Estado que é de 30% em todos os municípios. O percentual alcançado pelo Ceará em 2008, foi de 42,7 % de partos cesáreos, do total geral. Praticamente metade dos municípios encontram-se acima da média do território e da meta estabelecida, sendo o município de Tianguá o que obteve um resultado acima da meta estabelecida (36,7%). Percentuais elevados podem significar, entre outros fatores, a concentração de partos considerados de alto risco, em municípios onde existem unidades de referência para a assistência ao parto. Este indicador é útil para subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção à saúde da mulher e da criança. Devido às restrições impostas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) limitando os partos cesáreos ao máximo de 30% do total de partos financiados, os excessos que sejam encontrados podem estar relacionados principalmente aos partos não-SUS (por planos de saúde ou privados). De fato, pequena amplitude e variabilidade desse indicador são observadas entre os partos SUS.

Sobre a maternidade entre as mães adolescentes (10 a 19 anos), se atesta que 23,5% das mulheres que pariram em 2008 (Figura 2) eram adolescentes, o objetivo de conhecer esta variável é que esta se propõe a contribuir na avaliação dos níveis de saúde infantil e dos fatores socioeconômicos e culturais que intervêm na ocorrência da gravidez.



**Figura 3**– Situação de nascimento no Território Ibiapaba ( percentual de nascidos com baixo peso, prematuros e mães adolescentes(10-19 anos) em 2008  
**Fonte:** SINASC. Situação da base de dados nacional em 14/12/2010.

Metade dos municípios apresentam um percentual acima da média encontrada dos que fazem parte do Território, são eles: São Benedito (25,2%), Ibiapina (25,1%), Viçosa do Ceará (24,9%) e Guaraciaba do Norte (24,5%). Relaciona-se este indicador a uma condição sócio educacional que é a escolaridade destas mães, o acesso ao mercado de trabalho, ao padrão familiar entre outros fatores importantes.

O objetivo de conhecer esta variável é que a mesma se propõe a contribuir na avaliação dos níveis de saúde infantil e dos fatores socioeconômicos e culturais que intervêm na ocorrência da gravidez.

Sobre a prematuridade e o baixo peso ao nascer encontramos que a média do Território Ibiapaba foi de 5,6,% dos nascidos vivos foram prematuros, este percentual encontrado, foi matematicamente o mesmo para o Estado do Ceará (5,6%).

Sobre o baixo peso ao nascer temos que em média, 7,8 % dos partos são de crianças que nascem nesta situação. Destaca-se aqui o município de Croatá onde 10% das crianças nascem com baixo peso, percentual acima da média do território.

O indicador serve como preditor da sobrevivência infantil: quanto menor o peso ao nascer, maior a probabilidade de morte precoce. Valores de baixo

peso ao nascer em torno de 5 a 6% são encontrados em países desenvolvidos. Convenções internacionais estabelecem que essa proporção não deve ultrapassar 10%.

Proporções elevadas de nascidos vivos de baixo peso estão associadas, em geral, a baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico e de assistência materno infantil.

A idade materna pode estar associada a condições de risco para o recém-nascido, tais como a prematuridade e o baixo peso ao nascer, que tendem a ser mais frequentes nos nascidos de mães adolescentes e idosas.

A respeito da situação da maternidade na adolescência, os participantes citaram casos de aliciamento de menores, adolescentes e exploração sexual muitas vezes com apoio dos pais o que é uma situação preocupante. Além deste fato citado, há também muita resistência das adolescentes frequentarem os centros de saúde em busca de informações a respeito da prevenção da gravidez não planejada e de doenças sexualmente transmissíveis.

## **7.5 Infraestrutura**

### **7.5.1 Atenção Básica**

#### *7.5.1.1 Numero de equipes de saúde da família e cobertura*

Sobre o total de Equipes de saúde da Família e a cobertura do percentual da população temos que o território tem 63 equipes e um percentual de cobertura que corresponde a 77,8. Existem alguns municípios que tem um percentual de cobertura de atenção básica bem abaixo da media do território como Guaraciaba do Norte (45,3%), Viçosa do Ceará (49,6%) e Tianguá (56%). Enquanto a cobertura não corresponder ao total da população os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS, Universalidade, Equidade e Integralidade não estarão sendo cumpridos.

### *7.5.1.2 Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF*

Percebemos uma boa cobertura no que se refere aos núcleos de apoio à Saúde da Família – NASF que totalizam cinco dentre os oito municípios que fazem parte deste Território, estão fora deste rol os municípios de Croatá, Tianguá e Carnaubal. Existe uma situação de possível equívoco sobre o papel desta estrutura representada nos municípios, pois atualmente os NASF se ligam às Equipes de Saúde da Família completas com o objetivo de apoiar estas equipes em suas limitações da especificidade das profissões que fazem parte da equipe mínima (Enfermeiros, Dentistas e Médicos, além dos Agentes Comunitários de Saúde). Atualmente o que deve haver é uma parceria de atendimento em conjunto, de planejamento de ações entre as equipes do NASF e de Saúde da Família, um atendimento diferenciado para casos específicos, não pelo encaminhamento como se a atenção dispensada pelo profissional do NASF fosse em outro nível, mas compartilhada e discutida pela equipe de atenção básica. Descrevemos a seguir as modalidades e os tipos de núcleos possíveis para atuação.

**Modalidades** - Os núcleos são divididos em duas modalidades, de acordo com o número de equipes de saúde da família atuantes em cada estado. O NASF 1 é voltado para os municípios com equipes de até cinco profissionais de nível superior. Eles recebem R\$ 20 mil por mês para manutenção a partir do início de suas atividades. O NASF 2 funciona em cidades com equipes de até três profissionais e recebem R\$ 6 mil mensais para custeio. Todos os NASF autorizados no Ceará são do tipo I.

De acordo com o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, as cidades têm como proposta a implementar os núcleos. Cada cidade beneficiada é responsável por escolher os profissionais que irão compor o núcleo, de acordo com a realidade de suas comunidades. No entanto, a recomendação é para que os municípios do Nordeste e da Amazônia Legal, cujo objetivo é priorizar ações dos núcleos para a redução da mortalidade infantil, como parte do Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Infantil nos municípios prioritários.

Com a nova liberação, o país passa a contar com 1.126 Núcleos de Apoio à Saúde da Família credenciados. Até o próximo ano, serão mais 113 núcleos autorizados. Os núcleos têm, no mínimo, cinco profissionais que trabalham em parceria com as equipes de saúde da família em cada região. O NASF inclui as áreas de atendimento não contempladas na equipe de saúde da família e amplia a abrangência e os resultados da atenção prestada à população.

**Núcleo** - Para implantar o NASF, o município deve elaborar um projeto, informando o território de atuação e as atividades que serão desenvolvidas. Além disso, é preciso especificar os profissionais e sua forma de contratação com número de carga horária, identificação das equipes da saúde da família vinculadas ao NASF e a unidade de saúde onde os núcleos serão credenciados. Esse projeto deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e pelas Comissões Intergestoras do Estado.

#### 7.5.2 Atenção Especializada

##### *7.5.2.1 Número de leitos hospitalares por habitante*

Número de leitos hospitalares conveniados ou contratados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por mil habitantes residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Este indicador mede a relação entre a oferta de leitos hospitalares conveniados ou contratados pelo SUS, por tipo de vínculo (público, privado e universitário), e a população residente na mesma área geográfica. Não inclui os leitos privados sem vínculo com o SUS.

O indicador é influenciado pelas condições socioeconômicas, epidemiológicas e demográficas da população, bem como pelas políticas de atenção à saúde no SUS. Entre essas últimas, destacam-se a oferta de serviços especializados (doenças crônico-degenerativas, agravos à saúde mental etc.) e a cobertura da atenção básica à saúde.

Este Indicador serve para analisar variações geográficas e temporais da oferta de leitos hospitalares pelo SUS (públicos, privados e universitários), identificando situações de desequilíbrio que podem demandar a realização de

estudos especiais, além de subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para a assistência médico-hospitalar de responsabilidade do SUS.

Encontramos que no Território Ibiapaba uma média de 1,4 leitos para 1000 habitantes. Quando compararmos este dado com o resultado do Estado do Ceará para o ano de 2008, temos que existem 1,7 leitos-SUS para cada 1000 habitantes e 2,2 leitos em geral.

#### *7.5.2.2 Centro de Apoio Psicossocial – CAPS*

Seu objetivo é oferecer atendimento à população, realizar o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. Os CAPS, entre todos os dispositivos de atenção à saúde mental, têm valor estratégico para a Reforma Psiquiátrica Brasileira. Com a criação desses centros, possibilita-se a organização de uma rede substitutiva ao Hospital Psiquiátrico no país. Os CAPS são serviços de saúde municipais, abertos, comunitários que oferecem atendimento diário.

Função dos CAPS: prestar atendimento clínico em regime de atenção diária, evitando as internações em hospitais psiquiátricos; acolher e atender as pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, procurando preservar e fortalecer os laços sociais do usuário em seu território; promover a inserção social das pessoas com transtornos mentais por meio de ações inter setoriais; regular a porta de entrada da rede de assistência em saúde mental na sua área de atuação; dar suporte a atenção à saúde mental na rede básica; organizar a rede de atenção às pessoas com transtornos mentais nos municípios; articular estrategicamente a rede e a política de saúde mental num determinado território; promover a reinserção social do indivíduo através do acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários.

Destacamos que as situações que interferem diretamente do processo de adoecimento da população devem ser identificadas e prevenidas pelos Profissionais da Estratégia de Saúde da Família, pelos profissionais que atuam

nos Núcleos de apoio à Saúde da Família - NASF e pelos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS. Estas estruturas devem tanto identificar agravos e morbidades impactantes na situação de saúde e social do Território, bem como prevenir estas diversas situações. No caso de tratamento e reabilitação de pessoas drogaditas/ usuárias de drogas, o CAPS-AD (álcool e drogas) é a referência para acompanhar as pessoas usuárias de drogas que desejam uma nova perspectiva de vida. Vale ressaltar que existem algumas limitações para instalação deste serviço, por necessitar de especialistas na área de saúde mental, além de aprovação nas Comissões Intergestoras Regionais e Estaduais.

O perfil populacional dos municípios é sem dúvida um dos principais critérios para o planejamento da rede de atenção à saúde mental nas cidades, e para a implantação de centros de Atenção Psicossocial. O critério populacional, no entanto, deve ser compreendido apenas como um orientador para o planejamento das ações de saúde. De fato, é o gestor local, articulado com as outras instâncias de gestão do SUS, que terá as condições mais adequadas para definir os equipamentos que melhor respondem às demandas de saúde mental de seu município.

No Território encontrou-se quatro Centro de Atenção Psicossocial dois em cada Micro território. Apenas na modalidade geral. Possivelmente os pacientes na faixa etária que compreende a infância podem estar sendo encaminhados aos municípios de maior suporte técnico e de referência no São Sobral.

Ao perguntarmos sobre as práticas de saúde que envolvem a promoção da saúde os participantes informaram que estas em sua maioria são realizadas pelos profissionais do NASF, assistentes sociais, fonoaudiólogos, educadores físicos, nutricionistas, terapeutas ocupacionais entre outros.

Sobre o número de Centros de apoio psicossocial todos afirmaram que não é suficiente para a demanda que cresce a cada dia, devido ao aumento de usuários de drogas, no território não existe um CAPS AD que trate as pessoas com dependência química relativa ao álcool e outras drogas.

### *7.5.2.3 Centro Especialidade Odontológicas – CEO*

Os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) são estabelecimentos de saúde, participantes do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, classificadas como Clínica Especializada ou Ambulatório de Especialidade. Os Centros de especialidades Odontológicas estão preparados para oferecer à população, no mínimo, os seguintes serviços: Diagnóstico bucal, com ênfase no diagnóstico e detecção do câncer de boca; Periodontia especializada; Cirurgia oral menor dos tecidos moles e duros; Endodontia e Atendimento a portadores de necessidades especiais

Os centros são uma das frentes de atuação do Brasil Sorridente. O tratamento oferecido nos Centros de Especialidades Odontológicas é uma continuidade do trabalho realizado pela rede de atenção básica e no caso dos municípios que estão na Estratégia Saúde da Família, pelas equipes de saúde bucal. Os profissionais da atenção básica são responsáveis pelo primeiro atendimento ao paciente e pelo encaminhamento aos centros especializados apenas casos mais complexos. Além da implantação de CEO's, há também a implantação de Laboratórios Regionais de Prótese Dentária – LRPD – que são unidades próprias do município ou unidades terceirizadas credenciadas para confecção de próteses totais, próteses parciais removíveis e prótese coronária/ intrarradiculares e fixas/ adesivas.

No Território da Serra da Ibiapaba existem dois Centros de Especialidades Odontológicas – CEO, em um município de cada Micro Território, Ubajara e Guaraciaba do Norte. É necessário ampliar o acesso dos outros municípios que fazem parte do território a este serviço especializado. Uma proposta de bom impacto partindo do pressuposto do planejamento seria um levantamento epidemiológico e das principais necessidades de saúde bucal da comunidade, para a eficiência deste serviço especializado. Os CEO são estabelecimentos de saúde, participantes do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, classificadas como Clínica Especializada ou Ambulatório de Especialidade. Os Centros de especialidades Odontológicas estão preparados para oferecer à população, no mínimo, os seguintes serviços:

- >|Diagnóstico bucal, com ênfase no diagnóstico e detecção do câncer de boca.
- >|Periodontia especializada
- >|Cirurgia oral menor dos tecidos moles e duros
- >|Endodontia
- >|Atendimento a portadores de necessidades especiais

O funcionamento de cada Centro de Especialidade Odontológica é feito por um credenciamento passando a receber recursos do Ministério da saúde, de acordo com o que está definido pela Portaria Nº 599/GM de 23 de março de 2006. A implantação de Centros de especialidades funciona por meio de parceria entre estados, municípios e o governo federal, isto é o Ministério da Saúde faz o repasse de uma parte dos recursos e Estados e municípios contribuem cada um com outra parcela.

De acordo com as Portarias Nº 599/GM de 23 de março de 2006 que define critérios, normas e requisitos para implantação e credenciamento de Centros de Especialidades Odontológicas e a Portaria Nº600/GM de mesma data que institui o financiamento dos Centros de Especialidades Odontológicas: para os CEOs tipo I, aqueles com três cadeiras odontológicas, são destinados mensalmente R\$ 6,6mil para custeio e R\$ 40 mil em parcela única para implantação - correspondente à custa com reformas, ampliação do espaço físico e aquisição de equipamentos; CEOs tipo II, com quatro ou mais cadeiras, o valor mensal é de R\$ 8,8 mil e R\$ 50 mil para implantação CEOs tipo III, que possuem no mínimo de 7 cadeiras, o recurso de custeio é no valor de R\$ 15.400,00 e o de implantação R\$ 80 mil reais.

Além da implantação de CEOs, há também a implantação de Laboratórios Regionais de Prótese Dentária – LRPD – que são unidades próprias do município ou unidades terceirizadas credenciadas para confecção de próteses totais, próteses parciais removíveis e prótese coronária/intrarradiculares e fixas/adesivas.

Ao lado do câncer de boca, a ausência de dentes é um dos mais graves problemas da saúde bucal no Brasil. Hoje 75% dos idosos são desdentados. Entre adultos com idade de 30 a 44 anos esse índice é de 30%. O Ministério da Saúde registra, ainda, um total de 5 mil adolescentes desdentados sem prótese

na boca. Estima-se que 8 milhões de pessoa precisam de prótese dentária no país.

De acordo com as portarias N.º 2.374 e 2.375 GM/MS de 07 de outubro de 2009 que alteram o pagamento de próteses dentárias em Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias - LRPD no valor de R\$ 30,00 para R\$ 60,00 para prótese total; de R\$ 40,00 para R\$ 60,00 para prótese parcial removível; e R\$ 60,00 para Próteses Coronárias/ Intrarradiculares Fixas/Adesivas (por elemento).

Agora o financiamento está incluído no Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) e a forma de pagamento mudou. O Município/Estado passa a receber mensalmente de acordo com sua produção, sendo os valores repassados:

>|Até 50 próteses/mês: R\$ 3.000,00 mensais

>|Entre 51 e 150 próteses/mês: R\$ 9.000,00 mensais

>|Acima de 151 próteses/ mês: R\$ 12.000,00 mensais

Esta produção será acompanhada de acordo com as informações prestadas pelos municípios através do Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SIA/SUS). Serão feitas avaliações trimestrais destes dados para redefinir a distribuição dos recursos. Estes recursos são repassados diretamente do Ministério da Saúde para os municípios ou estados que possuem laboratórios credenciados não comprometendo seus recursos de saúde já existentes, ou seja, recursos extra teto.

O município que não tem serviço especializado de atendimento odontológico tem que buscar este serviço em Ubajara, onde existe um CEO que é referencia para a região, apesar deste serviços implantado alguns municípios ainda sentem dificuldade de encaminhamento, pois tem que enviar o paciente, além da demora para alguns serviços como o de prótese.

#### *7.5.2.4 Farmácia Popular do Brasil*

No Território observou-se que existem apenas duas unidades de farmácia popular, nos municípios de Guaraciaba do Norte e São Benedito,

possivelmente apenas estes municípios se adéquam as exigências do Governo.

Em junho de 2004, o Governo Federal criou o Programa Farmácia Popular do Brasil, com o objetivo de levar medicamentos essenciais a um baixo custo para mais perto da população, melhorando o acesso e beneficiando uma maior quantidade de pessoas. O Programa atua sobre dois eixos de ação: as UNIDADES PRÓPRIAS, em funcionamento desde junho de 2004, que são desenvolvidas em parceria com Municípios e Estados e o SISTEMA DE COPAGAMENTO, lançado em março de 2006, desenvolvido em parceria com farmácias e drogarias privadas.

As UNIDADES PRÓPRIAS são operacionalizadas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que coordena a estruturação das unidades e executa a compra dos medicamentos, o abastecimento das unidades e a capacitação dos profissionais. Contam, atualmente, com um elenco de 108 medicamentos mais o preservativo masculino, os quais são dispensados pelo seu valor de custo representando uma redução de até 90% do valor comparando-se com farmácias e drogarias privadas. A única condição para a aquisição dos medicamentos disponíveis nas unidades, neste caso, é a apresentação de receita médica ou odontológica. Já no SISTEMA DE CO-PAGAMENTO, o Governo Federal paga uma parte do valor dos medicamentos e o cidadão paga o restante. O valor pago pelo Governo é fixo e equivale a 90% do Valor de Referência (consulte os valores na legislação do Programa). Por esse motivo, o cidadão pode pagar menos para alguns medicamentos do que para outros, de acordo com a marca e o preço praticado pelo estabelecimento. Para ter acesso a essa economia, basta que a pessoa procure uma drogaria com a marca “Aqui tem Farmácia Popular” e apresente a receita médica acompanhada do seu CPF e documento com foto. Atualmente, o Sistema de Copagamento está trabalhando com medicamentos para hipertensão, diabetes, colesterol e anticoncepcionais.

#### *7.5.2.5 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU*

Neste Território não há serviço de atendimento móvel de Urgência, existem apenas municípios de médio a pequeno porte o que inviabiliza um município de implementar um serviço deste nível por sua conta, uma estratégia interessante é a criação de consórcios entre os municípios para um atendimento de qualidade para as necessidades de urgências.

O SAMU/192 faz parte da Política Nacional de Urgências e Emergências e ajuda a organizar o atendimento na rede pública prestando socorro à população em casos de emergência. Com o SAMU 192, o governo federal está reduzindo o número de óbitos, o tempo de internação em hospitais e as seqüelas decorrentes da falta de socorro precoce. O serviço funciona 24 horas por dia com equipes de profissionais de saúde, como médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e socorristas que atendem às urgências de natureza traumática, clínica, pediátrica, cirúrgica, gineco-obstétrica e de saúde mental da população.

Realiza o atendimento de urgência e emergência em qualquer lugar: residências, locais de trabalho e vias públicas, contando com as Centrais de Regulação, profissionais e veículos de salvamento. As Centrais de Regulação tem um papel primeiro e indispensável para o resultado positivo do atendimento, sendo o socorro feito depois da chamada gratuita, para o telefone 192.

#### *7.5.2.6 Unidades de Pronto Atendimento – UPA*

No Território apenas o município de Ubajara que faz parte do MicroTerritorio I, tem registro de implantação de uma Unidade de Pronto atendimento.

As Unidades de Pronto Atendimento - UPA 24h são estruturas de complexidade intermediária entre as Unidades Básicas de Saúde e as portas de urgência hospitalares, onde em conjunto com estas compõe uma rede organizada de Atenção às Urgências. São integrantes do componente pré-hospitalar fixo e devem ser implantadas em locais/unidades estratégicos para a

configuração das redes de atenção à urgência, com acolhimento e classificação de risco em todas as unidades, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências. A estratégia de atendimento está diretamente relacionada ao trabalho do Serviço Móvel de Urgência – SAMU que organiza o fluxo de atendimento e encaminha o paciente ao serviço de saúde adequado à situação.

No Território da Serra da Ibiapaba as UPAS ainda não estão funcionando sendo esta uma promessa de algum tempo, há muitas reclamações e todos afirmam que há necessidade deste serviço de pronto atendimento no território.

## 7.6 Tipos de Estabelecimento

**Tabela 10** - Tipos de Estabelecimentos Atenção Básica e Especializada no Território Ibiapaba Dados de 2008, 2009 e 2010.

Municípios	Tipo de Estabelecimento Sus / Outros													
	Atenção Básica						Atenção Especializada							
	Centro De Saúde/ Unid. Básica De Saúde	POSTO DE SAÚDE	NASF	FARMACIA POPULAR	% COBERTURA Eqsf	Nº ESF	CEO	CAPS	UNIDADE MISTA /PARTO NORMAL	SAMU	UPA	POLICLINICA/ CLINICA ESPECIALIZADA	HOSPITAL	Nº DE LEITOS POR 1000 HAB
<b>MICRO TERRITORIO I</b>														
Ibiapina	3	9,0	1	0	100,0	9	0	1	0	0	0	2	1	1,5
Tianguá	20	-	-	0	56,0	11	0	0		0	0	3	1	0,9
Ubajara	3	6,0	1	0	101,0	10	1	0	1	0	1	0	1	1,6
Viçosa do Ceará	10	11,0	1	0	49,6	8	0	1	0	0	0	0	1	1,2
<b>TOTAL</b>	<b>36</b>	<b>26,0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>76,7</b>	<b>38</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>1,3</b>
<b>MICRO TERRITORIO II</b>														
Carnaubal	2	10	0	0	100,0	5	0	0	0	0	0	3	1	1,0
Croatá	5	2	0	0	101,0	6	0	0	0	0	0	0	1	1,9
Guaraciaba do Norte	6	9	1	1	45,3	5	1	1	0	0	0	0	0	1,2
São Benedito	11	2	1	1	69,1	9	0	1	0	0	0	0	2	1,9
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>23,0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>78,9</b>	<b>25</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>1,5</b>
<b>TOTAL DO TERRITORIO</b>	<b>60</b>	<b>49</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>77,8</b>	<b>63</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>1,4</b>

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

No município de Viçosa do Ceara, existe um laboratório de produção de medicamentos fototerápicos. A representante desse município, na oficina afirma que os produtos são de boa qualidade e de grande aceitação por parte da população, pois se trata de um resgate da cultura local e da valorização do conhecimento popular.

Quando perguntamos se os serviços especializados são suficientes para atender a toda demanda do território os participantes do comitê afirmam que com relação aos encaminhamentos para especialistas sim, apenas para o serviço de ortopedia há grande déficit devido ao numero elevado de acidentes no território. Quando se trata de encaminhamento para a realização de exames mais complexos há grande dificuldade.

Sobre a situação dos municípios de baixa cobertura de ESF, foi relatado que em alguns municípios há uma unidade localizada no centro da cidade que atende as referencias das unidades em medico, fazendo o pronto atendimento, em outros municípios, os usuários são encaminhados para o hospital do município, gerando muita demanda para um serviço que não é o local adequado para melhor resolutividade dos problemas de saúde da atenção básica, portando há uma sobrecarga para os profissionais médicos que atendem na emergência dos hospitais.

## 7.7 Recursos Humanos

### 7.7.1. Ofertas de Profissionais Médicos por Especialidades por 1.000 Habitantes

**Tabela 11** – Oferta de Profissionais Médicos por Especialidade/ 1000 Habitantes No Território da Serra da Ibiapaba em 2008.

Municípios	OFERTA DE PROFISSIONAIS MEDICOS POR ESPECIALIDADE								
	Anestesista	Cirurgião Geral	Clinico Geral	Gineco Obstetra	Medico De Família	Pediatra	Psiquiatra	Radio Logista	Nº De Medicos Total
<b>MICRO TERRITORIO I</b>									
Ibiapina	0,1	0,1	1,0	0,2	0,4	0,1	0,1	0,0	2,3
Tianguá	0,1	0,1	0,3	0,2	0,2	0,1	-	0,0	1,3

Municípios	OFERTA DE PROFISSIONAIS MEDICOS POR ESPECIALIDADE								
	Anestesista	Cirurgião Geral	Clinico Geral	Gineco Obstetra	Medico De Família	Pediatra	Psiquiatra	Radio Logista	Nº De Medicos Total
Ubajara	0,1	0,1	0,3	0,1	0,1	0,0	-	0,1	1,0
Viçosa do Ceará	0,1	0,1	0,3	0,1	0,2	0,3	-	0,1	1,3
<b>TOTAL</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>0,5</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>1,5</b>
<b>MICRO TERRITORIO II</b>									
Carnaubal	0,1	0,1	0,4	0,2	0,6	0,1	0,1	0,1	1,7
Croatá	-	-	0,3	-	0,5	-	-	0,1	0,9
Guaraciaba do Norte	0,1	0,1	0,4	0,2	0,2	0,0	0,0	0,1	1,2
São Benedito	0,4	0,4	0,4	0,4	0,2	-	0,0	0,0	2,0
<b>TOTAL</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>0,4</b>	<b>0,3</b>	<b>0,4</b>	<b>0,05</b>	<b>0,03</b>	<b>0,08</b>	<b>1,5</b>
<b>TOTAL DO TERRITORIO</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>0,4</b>	<b>0,2</b>	<b>0,3</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>1,5</b>

Fonte: CNES- Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - situação da base de dados nacional em

No Território Ibiapaba encontramos várias deficiências no que diz respeito às especialidades médicas os números que mais chamam a atenção são os de apenas 30 pediatras para cada 1000 habitantes (0,1), quatro psiquiatras para cada 1000 habitantes (0,1) e 17 radiologistas para cada 1000 habitantes (0,1). Entretanto, quando calculamos o total de profissionais por 1000 habitantes percebemos que o Território está dentro das recomendações da Organização Mundial de Saúde – OMS, que recomenda que haja pelo menos um profissional médico para cada 1000 habitantes. A disponibilidade de médicos atualmente no território no geral é 1,5 de profissionais por 1000 habitantes, ou seja, 384 médicos para toda a população, isto pode acontecer devido a possibilidade de termos mais de um profissional sendo contado como especialista e como clinico geral ou medico de família o que é normalmente encontrado, o especialista atende em ambulatório e atua como plantonista de acordo com a especialidade médica.

Percebe-se na Tabela 5 que a disponibilidade com relação a estes profissionais praticamente concentra-se nos município de Ibiapina com 55

médicos ou 2,3 profissionais para cada 1000 habitantes, São Benedito com 90 médicos ou, 2,0 médicos para cada 1000 habitantes e Carnaubal com 29 médicos ou 1,7 médicos para cada 1000 habitantes. Com o novo modelo proposto pelo Ministério da Saúde recomenda-se a atuação em redes e linhas de cuidados para que se priorize a presença primordial de alguns especialistas garantindo que a integralidade da atenção seja atendida em todos os níveis de atenção à saúde.

Sobre a Atenção Básica, temos em média que o número de profissionais atuando como médico de família é de 0,3 para cada 1000 habitantes no Território, o que compreende a uma média de 8 a 10 profissionais por município. A inserção e fixação desta categoria em pequenos municípios e nesta proposta de atuação tem sido uma dificuldade enfrentada pelos gestores da saúde nas mais diversas regiões. Faz-se necessária uma investigação mais detalhada sobre as causas para que se possa intervir diretamente no intuito de reverter a situação.

Há um amplo consenso sobre a necessidade de superar entraves e limitações dos processos gerenciais de recursos humanos tradicionalmente adotados pelas instituições de saúde. Para isso, torna-se indispensável elaborar propostas e trabalhar sua viabilidade, buscando sempre a inovação e o aperfeiçoamento das práticas de administração do trabalho nos serviços de saúde.

Sobre os problemas com relação a contratação de especialistas há dificuldades devido o território ser distante da capital, o valor pago pelo plantão ou serviços ambulatoriais além dos atrasos e da organização do serviço.

#### 7.7.2 Ofertas de Outros Profissionais de Saúde por 1.000 Habitantes

Este indicador mede a disponibilidade de profissionais de saúde, por categorias selecionadas, segundo a sua localização geográfica é fortemente influenciado pelas condições socioeconômicas da população e pelas políticas públicas de atenção à saúde.

Ao analisarmos variações da situação da distribuição de profissionais de saúde de acordo com a Tabela 6 identificamos situações de carência em

algumas categorias principalmente entre fonoaudiólogo onde temos apenas sete profissionais em todo o território ou seja 0,0 para cada 1000 habitantes, nutricionista 0,1/ a cada 100 habitantes, 12 nutricionistas em todo o território, psicólogo (0,1) ou seja 16 profissionais para o território e assistente social 0,1 para cada 100 habitantes/17 profissionais para o território. Nas categorias enfermeiro e dentista ainda encontramos um déficit, apesar de termos um maior numero de profissionais para a população, respectivamente 1985 e 127 profissionais para o território. A identificação destas deficiências de profissionais é fundamental para subsidiar políticas de incentivo à interiorização de profissionais de saúde e contribuir nos processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações voltadas para a formação nas profissões de saúde e sua inserção no mercado de trabalho, pois existe um amplo espaço a ser ocupado por cada categoria que tem a sua pratica já concretizada na área da saúde, principalmente na prevenção de agravos relacionados a saúde mental, uso de drogas, como é o caso do serviço social e a psicologia.

**Tabela 12 – Oferta De Profissionais De Saúde Por Categoria Profissional/ 1000 Habitantes No Território Ibiapaba Em 2008.**

MUNICIPIOS	OFERTA DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE POR CATEGORIA							
	ENFERMEIRO	DENTISTA	FISIOTERAPEUTA	NUTRICIONISTA	FARMACÊUTICO	ASSISTENTE SOCIAL	PSICOLOGO	FONOAUDIÓLOGO
<b>MICRO TERRITORIO I</b>								
Ibiapina	1,1	0,6	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0
Tianguá	0,5	0,3	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
Ubajara	0,6	0,7	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
Viçosa do Ceará	0,5	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	-
<b>TOTAL</b>	<b>0,7</b>	<b>0,5</b>	<b>0,2</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>0,0</b>
<b>MICRO TERRITORIO II</b>								
Carnaubal	1,0	1,0	0,1	0,1	0,3	0,5	0,4	0,1
Croatá	0,8	0,4	0,1	0,1	0,1	-	-	-
Guaraciaba do Norte	0,6	0,4	0,1	-	0,1	-	-	-
São Benedito	0,7	0,3	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0

TOTAL	0,8	0,5	0,1	0,1	0,2	0,3	0,2	0,1
<b>TOTAL DO TERITORIO</b>	<b>0,7</b>	<b>0,5</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>0,2</b>	<b>0,1</b>	<b>0,0</b>

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010

Com relação a deficiências de categorias profissionais as principais dificuldades apontadas foram relatadas pelo comitê de saúde algumas a falta de concurso publico, a falta de reconhecimento da importância do trabalho destas categorias na saúde e a distancia da capital, além dos salários não muito atraentes.

## 7.8 Saneamento Básico

### 7.8.1 Cobertura de Redes de Abastecimento de Água

A cobertura de redes de abastecimento de água é o percentual da população residente servida por rede geral de abastecimento, com ou sem canalização domiciliar, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Considera-se a cobertura de rede de abastecimento de água<sup>1</sup>: (i) com canalização interna, quando o domicílio possui canalização em pelo menos um cômodo e a água utilizada for proveniente de rede geral de distribuição; e (ii) sem canalização, quando a água utilizada no domicílio for proveniente de rede geral de distribuição canalizada para o terreno ou propriedade onde está localizado o domicílio.

Este indicador mede a cobertura de serviços de abastecimento adequado de água à população, através de rede geral de distribuição. Baixas coberturas favorecem a proliferação de doenças transmissíveis decorrentes de contaminação ambiental.

Sabe-se que o acesso a água potável é imprescindível para garantir a saúde de uma população, pois todo o processo de higienização, limpeza, desinfecção dos alimentos requer disponibilidade de água limpa, livre de possíveis contaminações. Outro fator que interfere na situação de saúde de uma população, principalmente na incidência de doenças infecto-contagiosas é

o saneamento básico, tratamento do esgoto e uma rede de abastecimento segura.

No Território Serra da Ibiapaba, encontrou-se uma situação de boa cobertura no que diz respeito ao abastecimento de água nos domicílios, em média mais de 90% deles tem acesso a água tratada em sua casa. O municípios de Guaraciaba do Norte e Croatá estão com menos cobertura, porém, um percentual satisfatório. Já quando avaliou-se o percentual de cobertura de domicílios com cobertura de esgotamento sanitário percebeu-se uma disparidade expressiva. No Micro Território I uma média de 3,0% de cobertura e no Micro Território II uma média um pouco superior 8,6%. O maior percentual de cobertura de esgotamento sanitário encontrou-se no município de Croatá com 38,9%, mesmo destacando-se dentre os demais municípios este percentual de cobertura está aquém da necessidade de saúde da população.

Quando este percentual corresponde a insuficiência, pode indicar medidas de intervenção, fornecer elementos para a análise de riscos para a saúde associados a fatores ambientais, contribuir na análise da situação socioeconômica da população e subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para o saneamento básico, especialmente as relacionadas ao abastecimento de água.

**Tabela 13** - Percentual de Domicílios com Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Território Serra da Ibiapaba em 2008

Municípios	% domicílios com abastecimento de água	% domicílios com esgotamento sanitário
<b>MICROTERRITORIO I</b>		
Ibiapina	84,8	0
Tianguá	98,2	4,9
Ubajara	96,6	7,2
Viçosa do Ceará	87,9	0
<b>TOTAL/media</b>	<b>91,9</b>	<b>3,0</b>
<b>MICROTERRITORIO II</b>		
Carnaubal	99,7	0
Croatá	82,3	38,9
Guaraciaba do Norte	76,4	0
São Benedito	95,9	17,5

<b>Municípios</b>	<b>% domicílios com abastecimento de água</b>	<b>% domicílios com esgotamento sanitário</b>
TOTAL/media	88,6	14,1
<b>MEDIA DO TERRITORIO</b>	<b>90,2</b>	<b>8,6</b>

Fonte: IPECE – Anuário Estatístico do Ceará 2008;

O comitê de saúde informou a respeito da situação do abastecimento de água nos municípios, entre outras situações, que há falta de água freqüentemente nos bairros mais distantes do centro, não há um planejamento adequado do serviço de abastecimento de água e esgoto, o relevo impede um bom abastecimento, muitos não tem caixa d'água, há muitos casos de armazenamento de água nos domicílios podendo este ser um problema cultural ou financeiro, pois os valores cobrados por este serviço são considerados elevados.

## 8 ASPECTOS EDUCACIONAIS

“A análise dos aspectos educacionais de um território deverá ser abordada em sua multidimensionalidade. O que significa uma incursão para além da mera descrição de indicadores estatísticos, mas, que, sobretudo considere o cotidiano das relações sociais na(s) escola(s), no seu entorno, sua relação com a comunidade e impactos na implementação e gestão social de políticas públicas.

Neste sentido, a ênfase a essa dimensão do Território Serra da Ibiapaba se pautará na possibilidade de construção coletiva de alternativas para uma educação pública e universal de qualidade mediante políticas educacionais democraticamente decididas e elaboradas.

No Território, os aspectos educacionais foram abordados segundo as especificidades e modalidades de ensino relativos à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e Médio, à Educação de Jovens e Adultos, à Educação Especial e ao Ensino Superior.

Os aspectos analisados na abordagem do diagnóstico referem-se ao nível de escolaridade, à infraestrutura, ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB e à Formação Docente dos professores, esses dois últimos em relação ao Ensino Fundamental. Quanto ao Ensino Superior, foram abordadas as instituições que atuam no Território.

Em resumo, serão apresentados indicadores sobre a população alfabetizada por faixa etária no Estado do Ceará e quantitativo de matrículas nos diversos níveis de ensino e modalidades, redes de ensino e localização por Coordenação Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE) e município. Em seguida, serão feitas discussões a cerca da qualidade do ensino.

O Território Serra da Ibiapaba é constituído por 08 municípios, sendo: Ibiapina, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará (Microterritório I) e Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte e São Benedito (Microterritório II) todos atendidos pela CREDE 05.

## 8.1 Níveis de escolaridade

Em conformidade com o Artigo 21 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os níveis escolares compõem-se de:

*I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;*

*II - educação superior.*

Entende-se por educação básica, o aprendizado necessário ao desenvolvimento do(a) educando(a), de modo a assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhes o conhecimento de meios para a progressão em estudos posteriores e no trabalho.

### 8.1.1 Educação Infantil

Corresponde à creche e pré-escola, que atendem respectivamente, crianças de 0 a 3 anos e 4-5 anos, devendo ser oferecida, prioritariamente, pelos municípios, desde que atendido, primeiro, o Ensino Fundamental. Todavia, em termos financeiros e técnicos, tal responsabilidade deve ser compartilhada pelo município com a União e os Estados (*Art. 30, Inciso VI da LDB 9.394/96 e Art. 211, Parágrafo 1º, Constituição Federal de 1988*).

A Educação Infantil é, portanto, a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Segundo a LDB, a educação infantil é ofertada em 02 (duas) fases da infância, a primeira para crianças de até 03 (três) anos de idade em creches ou entidades equivalentes, a segunda para as crianças com idade de 04 (quatro) a 06 (seis) anos de idade em pré-escolas. A avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança sem, contudo, implicar na promoção para o acesso ao ensino fundamental.

Esse nível de escolaridade será analisado levando-se em consideração 03 (três) variáveis, quais sejam: quantitativo de matrículas, redes de ensino, zonas de localização e, posteriormente, disponibilidade de alimentação escolar, caracterização dos equipamentos escolares (bibliotecas, laboratórios, quadra

de esportes e salas de aula) e grau de formação de docentes. Conforme se percebe a Tabela 14 ilustra o total de matrículas por redes de ensino e zonas de localização:

**Tabela 14** – Educação Infantil: Total de Matrículas por Redes de Ensino e Zonas de Localização

CREDE 05/ Território/ Município	Escolas		Educação Infantil		Total
	Rede	Zona	Creche	Pré-escola	
<b>MICROTERRITÓRIO I</b>					
Ibiapina	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	41	564	605
		<i>Urbana</i>	20	252	272
	Total		61	816	877
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	-	154	154
<b>Total</b>			<b>61</b>	<b>970</b>	<b>1.031</b>
Tanguá	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	593	676	1.269
		<i>Urbana</i>	956	1.393	2.349
	Total		1.549	2.069	3.618
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	133	393	526
<b>Total</b>			<b>1.682</b>	<b>2.462</b>	<b>4.144</b>
Ubajara	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	293	610	903
		<i>Urbana</i>	117	407	524
	Total		410	1.017	1.427
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	49	267	316
<b>Total</b>			<b>459</b>	<b>1.284</b>	<b>1.743</b>
Viçosa do Ceará	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	482	861	1.343
		<i>Urbana</i>	224	454	678
	Total		706	1.315	2.021
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	25	143	168
<b>Total</b>			<b>731</b>	<b>1.458</b>	<b>2.189</b>
<b>Total Microterritório I</b>			<b>2.933</b>	<b>6.174</b>	<b>9.107</b>
<b>MICROTERRITÓRIO II</b>					
Carnaubal	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	143	317	460
		<i>Urbana</i>	69	198	267
	Total		212	515	727
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	22	37	59
<b>Total</b>			<b>234</b>	<b>552</b>	<b>786</b>
Croatá	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	15	246	261
		<i>Urbana</i>	200	391	591
<b>Total</b>			<b>215</b>	<b>637</b>	<b>852</b>
Guaraciaba do Norte	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	418	715	1.133
		<i>Urbana</i>	264	624	888
	Total		682	1.339	2.021
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	84	127	211
<b>Total</b>			<b>766</b>	<b>1.466</b>	<b>2.232</b>
São Benedito	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	529	780	1.309
		<i>Urbana</i>	275	542	817
	Total		804	1.322	2.126
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	28	249	277
<b>Total</b>			<b>832</b>	<b>1.571</b>	<b>2.403</b>
<b>Total Microterritório II</b>			<b>2.047</b>	<b>4.226</b>	<b>6.273</b>
<b>Total CREDE 05</b>			<b>4.980</b>	<b>10.400</b>	<b>15.380</b>

Fonte: Secretária da Educação Básica – SEDUC, 2009.

No Microterritório I, são atendidas 9.107 crianças, sendo 2.933 matriculadas em creches e 6.174 em pré-escolas. Das matrículas em creches, mais da metade delas estão localizadas na zona urbana, representando o montante de 1.524 (matrículas). Por conseguinte, pode-se afirmar que há necessidade de ampliação da oferta de creches na zona rural em conformidade com os relatos dos participantes de oficinas anteriores. Pode-se afirmar o mesmo quando se trata da pré-escola, pois mais da metade das matrículas ofertadas também se situam na zona urbana.

No Microterritório II, são atendidas 6.273 crianças, sendo 2.047 matriculadas em creches e 4.226 em pré-escolas. No caso específico das matrículas em creches, elas se concentram na zona rural e representam 54% do total (ou 1.105). As salas da pré-escola na zona rural representam 46,49% (ou 2.058) do total das matrículas e, portanto, 53,51% (2.168) referem-se às pré-escolas localizadas na sede urbana dos municípios.

Os participantes do *Comitê de Educação* lembraram a existência de um novo marco legal que trata do funcionamento das creches, ressaltando que dificilmente as creches em funcionamento nos municípios do Território Serra da Ibiapaba se adequem a essa regulamentação. É oportuno ressaltar que para esse nível de ensino é de fundamental importância a existência de infraestrutura adequada, salas de aula arejadas e com boa iluminação, material didático e de apoio didático específico e em quantidade suficiente, ambientes de recreação e professores com formação continuada.

Segundo os participantes da Oficina é indispensável que haja a ampliação do número de creches (públicas), pois muitas mães inseridas no mercado de trabalho confiarão à guarda, a formação pré-escolar e o desenvolvimento social, físico, psicológico e intelectual de seus filhos a estas instituições.

Percebeu-se dos relatos feitos, que existe crescente demanda para o funcionamento das creches em tempo integral, oferecendo às crianças instalações adequadas e apropriadas, alimentação de boa qualidade e em quantidade suficiente, pois seus familiares têm dificuldades para buscá-las ao final da manhã e, de modo geral, não têm com quem deixá-las durante o restante do dia.

Em seguida, têm-se características quantitativas e qualitativas dos estabelecimentos escolares que ofertam vagas em creches e pré-escolas, equipamentos existentes e disponibilidade da merenda escolar, em conformidade com a Tabela 15:

**Tabela 15 – Educação Infantil: Caracterização dos Estabelecimentos Escolares**

Município	Escolas		Total	Estabelecimentos Escolares				
	Rede	Zona		Biblioteca	Lab. Informática	Lab. Ciências	Quadra Esporte	Recebe Merenda Escolar
<b>MICROTERRITÓRIO I</b>								
Ibiapina	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	23	02	02	-	-	22
		<i>Urbana</i>	05	03	02	-	02	05
	<i>Total</i>		28	05	04	-	02	27
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	02	02	01	01	02	00
<b>Total</b>			<b>30</b>	<b>07</b>	<b>05</b>	<b>01</b>	<b>04</b>	<b>27</b>
Tianguá	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	32	05	-	-	-	32
		<i>Urbana</i>	22	09	05	-	03	22
	<i>Total</i>		54	14	05	-	03	54
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	05	04	02	01	05	00
<b>Total</b>			<b>59</b>	<b>18</b>	<b>07</b>	<b>01</b>	<b>08</b>	<b>54</b>
Ubajara	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	31	05	01	-	01	31
		<i>Urbana</i>	08	04	01	-	01	08
	<i>Total</i>		39	09	02	-	02	39
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	05	03	01	01	03	03
<b>Total</b>			<b>44</b>	<b>12</b>	<b>03</b>	<b>01</b>	<b>05</b>	<b>42</b>
Viçosa do Ceará	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	26	-	-	-	-	26
		<i>Urbana</i>	04	-	-	-	-	04
	<i>Total</i>		30	-	-	-	-	30
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	02	01	-	-	01	01
		<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>01</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>31</b>
<b>Total Microterritório I</b>			<b>165</b>	<b>38</b>	<b>15</b>	<b>03</b>	<b>18</b>	<b>154</b>
<b>Microterritório II</b>								
Carnaubal	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	27	-	01	-	01	27
		<i>Urbana</i>	02	-	-	-	01	02
	<i>Total</i>		01	01	01	-	01	00
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	01	01	01	00	03	29
<b>Total</b>			<b>30</b>	<b>01</b>	<b>02</b>	<b>00</b>	<b>03</b>	<b>29</b>
Croatá	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	19	-	-	-	-	19
		<i>Urbana</i>	07	02	01	-	01	07
	<b>Total</b>		<b>26</b>	<b>02</b>	<b>01</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>26</b>
Guaraciaba do Norte	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	41	01	08	-	-	41
		<i>Urbana</i>	06	02	01	-	02	06
	<i>Total</i>		47	03	09	00	02	47
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	02	02	02	02	02	01
		<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>05</b>	<b>11</b>	<b>02</b>	<b>04</b>	<b>48</b>
São Benedito	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	50	01	-	-	01	50
		<i>Urbana</i>	10	01	-	-	-	10
	<i>Total</i>		60	02	00	00	01	60
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	04	04	03	03	03	01
		<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>06</b>	<b>03</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>61</b>
<b>Total Microterritório II</b>			<b>169</b>	<b>14</b>	<b>17</b>	<b>05</b>	<b>12</b>	<b>164</b>

Fonte: Secretária da Educação Básica – SEDUC, 2009.

As informações da Tabela 15 apenas reforça as reivindicações feitas pelos representantes do *Comitê de Educação do Território Serra da Ibiapaba* da premente necessidade de melhoria e ampliação do material pedagógico e tecnológico dessas escolas, como: ampliação do número de bibliotecas, brinquedotecas e laboratórios, além de espaços reservados às práticas de recreação infantil.

### 8.1.2 Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental – ofertado prioritariamente pelo município – tem sua obrigatoriedade e gratuidade dispostas pela CF 1988 e reiteradas pela LDB 9.394/96, inicialmente com duração de 08 (oito) anos (7 a 14 anos). Seu objetivo mais amplo é apresentado no Artigo 32 dessa lei, e consiste em oportunizar a formação básica do indivíduo (Incisos I, II, III e IV). Todavia, em 17 de maio de 2005, foi aprovada a Lei 11.114/2005 que alterou os Artigos 6º, 30 e 87 da lei, tornando obrigatório esse nível de ensino com uma duração de nove anos.

Dessa forma, sua oferta passou a ser também para crianças a partir dos 6 anos de idade, e facultativa a partir dos 5 anos. Na mesma direção, a Resolução N° 3, de 03 de agosto de 2005, do Conselho Nacional de Educação (CNE), define que o Ensino Fundamental de 9 anos e a Educação Infantil passarão a ser organizados conforme mostrado no quadro abaixo:

ETAPA DE ENSINO	FAIXA ETÁRIA PREVISTA	DURAÇÃO
<b>Educação Infantil</b>	<b>Até 5 anos de idade</b>	-
Creche	Até 3 anos de idade	-
Pré-escola	4 e 5 anos de idade	-
<b>Ensino Fundamental</b>	<b>Até 14 nos de idade</b>	<b>9 anos</b>
Anos iniciais	De 6 a 10 anos de idade	5 anos
Anos finais	De 11 a 14 anos de idade	4 anos

**Quadro 13:** Ensino Fundamental no Brasil

Fonte: Resolução 3/2005 – CNE/CEB.

O Ensino Fundamental ofertado no Território Serra da Ibiapaba será analisado levando-se em consideração o quantitativo de matrículas, redes de ensino, zonas de localização disponibilidade de alimentação escolar, caracterização dos equipamentos escolares (bibliotecas, laboratórios, quadra de esportes e salas de aula) e grau de formação de docentes. Também será

estudado o *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)* e aspectos relacionados à Formação de Professores da Educação Básica que, regulamentada pela Resolução CNE/CP Nº 01/2002 instituiu as *Diretrizes Curriculares Nacionais* para esta formação em Curso de Licenciatura ou de Graduação Plena.

Inicialmente, será apresentada uma breve caracterização do ensino fundamental em especial, o total de matrículas por redes de ensino e zonas de localização, conforme se observa na Tabela 16:

**Tabela 16** – Ensino Fundamental: Total de Matrículas por Redes de Ensino e Zonas de Localização

CREDE 05/ Território/ Município	Escolas		Educação Fundamental		Total
	Rede	Zona	1º. ao 5º.	6º. ao 9º	
<b>MICROTERRITÓRIO I</b>					
Ibiapina	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	-	67	67
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	1.281	793	2.074
		<i>Urbana</i>	958	1.257	2.215
	<b>Total</b>		<b>2.239</b>	<b>2.117</b>	<b>4.356</b>
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	292	221	513
<b>Total</b>		<b>2.531</b>	<b>2.338</b>	<b>4.869</b>	
Tanguá	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	-	-	00
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	2.363	1.117	3.480
		<i>Urbana</i>	4.378	4.372	8.750
	<b>Total</b>		<b>6.741</b>	<b>5.489</b>	<b>12.230</b>
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	920	528	1.448
<b>Total</b>		<b>7.661</b>	<b>6.017</b>	<b>13.678</b>	
Ubajara	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	-	218	218
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	1.867	1.172	3.039
		<i>Urbana</i>	1.462	1.224	2.686
	<b>Total</b>		<b>3.329</b>	<b>2.614</b>	<b>5.943</b>
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	360	245	605
<b>Total</b>		<b>3.689</b>	<b>2.859</b>	<b>6.548</b>	
Viçosa do Ceará	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	-	153	153
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	4.718	2.762	7.480
		<i>Urbana</i>	2.870	2.749	5.619
	<b>Total</b>		<b>7.588</b>	<b>5.664</b>	<b>13.252</b>
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	220	127	347
<b>Total</b>		<b>7.808</b>	<b>5.791</b>	<b>13.599</b>	
<b>Total Microterritório I</b>			<b>21.689</b>	<b>17.005</b>	<b>38.694</b>
<b>MICROTERRITÓRIO II</b>					
Carnaubal	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	-	184	184
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	971	699	1.670
		<i>Urbana</i>	759	688	1.447
	<b>Total</b>		<b>1.730</b>	<b>1.571</b>	<b>3.301</b>
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	87	-	87
<b>Total Geral</b>		<b>1.817</b>	<b>1.571</b>	<b>3.388</b>	
Croatá	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	-	-	00
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	566	38	604
		<i>Urbana</i>	1.241	1.542	2.783

CREDE 05/ Território/ Município	Escolas		Educação Fundamental		Total
	Rede	Zona	1º. ao 5º.	6º. ao 9º	
<b>Total</b>			<b>1.807</b>	<b>1.580</b>	<b>3.387</b>
Guaraciaba do Norte	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	-	41	41
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	2.412	1.141	3.553
		<i>Urbana</i>	2.179	2.556	4.735
	Total		4.591	3.738	8.329
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	340	243	583
<b>Total</b>			<b>4.931</b>	<b>3.981</b>	<b>8.912</b>
São Benedito	<i>Estadual</i>	<i>Rural</i>	-	136	136
		<i>Urbana</i>	-	979	979
	Total		00	1.115	1.115
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	2.984	1.694	4.678
		<i>Urbana</i>	2.313	1.118	3.431
	Total		5.297	3.927	9.224
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	770	348	1.118
<b>Total</b>			<b>6.067</b>	<b>4.275</b>	<b>10.342</b>
<b>Total Microterritório II</b>			<b>14.622</b>	<b>11.407</b>	<b>26.029</b>

Fonte: Secretária da Educação Básica – SEDUC, 2009.

O número de estabelecimentos de ensino fundamental I e II por dependências existentes, redes de ensino, zonas de localização, equipamentos escolares instalados e condições de alimentação escolar serão apresentados em seguida como é possível visualizar na Tabela 17.

**Tabela 17 – Ensino Fundamental: Caracterização dos Estabelecimentos Escolares**

Municípios	Escolas		Total	Estabelecimentos Escolares				
	Rede	Zona		Biblioteca	Lab. Informática	Lab. Ciências	Quadra Esporte	Recebe Merenda Escolar
<b>MICROTERRITÓRIO I</b>								
Ibiapina	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	02	02	02	01	-	02
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	22	02	02	-	-	21
		<i>Urbana</i>	07	05	03	-	02	07
	Total		30	07	05	00	02	29
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	02	02	01	01	02	00
<b>Total</b>			<b>32</b>	<b>09</b>	<b>06</b>	<b>01</b>	<b>04</b>	<b>29</b>
Tanguá	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	33	06	-	-	-	33
		<i>Urbana</i>	25	14	09	-	04	25
	Total		58	20	09	00	04	58
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	05	04	02	01	05	00
<b>Total</b>			<b>63</b>	<b>24</b>	<b>11</b>	<b>01</b>	<b>09</b>	<b>58</b>
Ubajara	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	02	02	02	01	02	02
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	29	05	01	-	02	29
		<i>Urbana</i>	08	05	02	-	02	08
	Total		39	12	05	00	06	39
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	03	03	01	01	03	01
<b>Total</b>			<b>42</b>	<b>15</b>	<b>06</b>	<b>02</b>	<b>09</b>	<b>40</b>
Viçosa do Ceará	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	02	02	02	01	02	02
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	78	08	05	-	02	77
		<i>Urbana</i>	22	04	10	-	01	22
	Total		100	14	17	01	05	101
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	02	02	-	-	01	01

Municípios	Escolas		Total	Estabelecimentos Escolares				
	Rede	Zona		Biblioteca	Lab. Informática	Lab. Ciências	Quadra Esporte	Recebe Merenda Escolar
<b>Total</b>			<b>102</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>01</b>	<b>06</b>	<b>102</b>
<b>Total Microterritório I</b>			<b>239</b>	<b>64</b>	<b>40</b>	<b>05</b>	<b>28</b>	<b>229</b>
<b>MICROTERRITÓRIO II</b>								
Carnaubal	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	02	02	02	-	01	02
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	28	-	02	-	01	28
		<i>Urbana</i>	04	02	02	-	02	04
	<b>Total</b>		34	04	06	00	04	34
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	01	01	01	-	01	00
<b>Total</b>			<b>35</b>	<b>05</b>	<b>07</b>	<b>00</b>	<b>05</b>	<b>34</b>
Croatá	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	16	-	-	-	-	16
		<i>Urbana</i>	01	06	03	-	05	01
<b>Total</b>			<b>17</b>	<b>06</b>	<b>03</b>	<b>00</b>	<b>05</b>	<b>17</b>
Guaraciaba do Norte	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	01	01	01	-	01	00
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	41	01	08	-	-	41
		<i>Urbana</i>	07	04	01	-	03	07
	<b>Total</b>		49	06	10	00	04	48
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	02	02	02	02	02	01
<b>Total</b>			<b>51</b>	<b>08</b>	<b>12</b>	<b>02</b>	<b>06</b>	<b>49</b>
São Benedito	<i>Estadual</i>	<i>Rural</i>	01	01	01	-	-	01
		<i>Urbana</i>	03	02	03	03	02	03
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	44	06	01	-	01	44
		<i>Urbana</i>	08	02	01	-	02	08
	<b>Total</b>		56	11	06	03	05	55
<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	04	04	03	03	03	01	
<b>Total</b>			<b>60</b>	<b>15</b>	<b>09</b>	<b>06</b>	<b>08</b>	<b>56</b>
<b>Total CREDE 05</b>			<b>168</b>	<b>34</b>	<b>31</b>	<b>09</b>	<b>24</b>	<b>156</b>

Fonte: Secretária da Educação Básica – SEDUC, 2009.

Da observação da Tabela 17, no que se refere aos equipamentos e alimentação escolar dos municípios do Microterritório I, é possível inferir que das 239 escolas de ensino fundamental, existem apenas 64 bibliotecas, 40 laboratórios de informática, somente 05 laboratórios de ciências, 28 quadras de esportes embora 229 distribuam entre os seus alunos merenda escolar.

A situação encontrada no Microterritório II não é muito diferente, existem 163 escolas, 34 bibliotecas, 31 laboratórios de informática, somente 09 laboratórios de ciências, 24 quadras de esportes e em 156 escolas há distribuição de merenda escolar.

Uma questão que merece discussão detalhada ainda no que concerne a oferta do Ensino Fundamental na zona rural desse Território, diz respeito à Resolução CNE/CEB Nº. 1 de 03/04/2002 que institui diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e, também, ao Decreto Nº. 7.352, de 04/11/2010 que dispõe sobre a política de educação do campo.

Trata-se de uma questão pertinente tendo em vista a existência do marco regulatório que enfatiza princípios e procedimentos metodológicos que visam adequar o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, Indígena, Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal, de um lado.

E, por outro lado, há a tematização das questões cotidianas e inerentes à realidade dos/as alunos/as das escolas do campo: saberes, memória coletiva, movimentos sociais, desenvolvimento pessoal e social, cidadania, etc.. Portanto, é premente a necessidade de investimentos visando à observância das diretrizes da educação no campo e do campo e a permanência das famílias no campo, no seu território de origem.

Na análise da qualidade do Ensino Fundamental, convém considerar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o IDEB mede a qualidade do ensino público no País, reunindo dois importantes conceitos para a qualidade da educação, quais sejam: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações.

Nesse sentido, o IDEB revela a eficiência do aprendizado dos(as) alunos(as), atribuindo notas às escolas da rede pública de ensino, pois cada uma recebe uma nota que varia de 0 a 10. Por conseguinte, quanto maior a nota, melhor a qualidade do ensino. O ideal seria que toda escola (pública) obtenha nota igual ou superior a 6.

A Tabela 18 traz o *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)* do Ensino Fundamental nas escolas da rede pública das séries iniciais e finais, dos municípios do Território Serra da Ibiapaba, conforme se percebe em seguida:

**Tabela 18 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: IDEB do Ensino Fundamental**

MUNICIPIOS	ENSINO FUNDAMENTAL	IDEB 2005	IDEB 2007	IDEB 2009	PROJEÇÕES							
					2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
IBIAPINA	<i>Anos Iniciais</i>	2,8	3,4	4,1	2,9	3,2	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1
	<i>Anos Finais</i>	2,8	3,3	3,4	2,9	3,0	3,3	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9
TIANGUA	<i>Anos Iniciais</i>	3,1	3,7	4,5	3,2	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
	<i>Anos Finais</i>	3,2	3,2	3,9	3,2	3,3	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9	5,2
UBAJARA	<i>Anos Iniciais</i>	3,6	3,3	4,5	3,7	4,0	4,4	4,7	5,0	5,3	5,6	5,9
	<i>Anos Finais</i>	3,6	3,3	4,1	3,6	3,8	4,1	4,5	4,8	5,1	5,3	5,6
VICOSA DO CEARA	<i>Anos Iniciais</i>	3,1	3,2	4,1	3,1	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
	<i>Anos Finais</i>	2,8	3,4	3,9	2,9	3,0	3,3	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9
CARNAUBAL	<i>Anos Iniciais</i>	3,3	3,0	4,0	3,3	3,7	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3	5,5
	<i>Anos Finais</i>	3,1	3,3	4,0	3,2	3,3	3,6	4,0	4,4	4,6	4,9	5,2
CROATA	<i>Anos Iniciais</i>	3,6	3,7	4,1	3,7	4,0	4,4	4,7	5,0	5,3	5,6	5,9
	<i>Anos Finais</i>	3,3	3,5	3,4	3,3	3,5	3,7	4,1	4,5	4,8	5,0	5,3
GUARACIABA DO NORTE	<i>Anos Iniciais</i>	3,3	3,3	3,9	3,3	3,7	4,1	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
	<i>Anos Finais</i>	3,1	3,5	3,5	3,1	3,2	3,5	3,9	4,3	4,6	4,8	5,1
SAO BENEDITO	<i>Anos Iniciais</i>	3,0	3,7	4,1	3,1	3,4	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
	<i>Anos Finais</i>	3,0	3,5	4,0	3,0	3,1	3,4	3,8	4,2	4,4	4,7	5,0

Fonte: MEC/INEP, 2010.

Para a formação de Professores da Educação Básica, é exigido que o mesmo tenha nível superior que é regulamentada pela Resolução CNE/CP Nº1/2002, ao instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para esta formação em curso de licenciatura ou de graduação plena. Esta Formação Docente é apoiada pelo Ministério da Educação que em conformidade a Lei 9.394/1996 (LDB). Os professores já deveriam estar ao menos matriculados nestes cursos para garantir a qualidade desejada no ensino.

Um fator preponderante que está muito ligado aos resultados do desempenho escolar dos alunos é a competência e qualificação do corpo docente em sala de aula. A legislação promulgada desde 2002 a este respeito e que a partir do ano de 2004 teria que estar funcionando para o professor atuar em sala de aula com a devida formação.

A Tabela 19 apresenta o grau de formação dos docentes do Ensino Fundamental, onde a realidade aponta que ainda existem fragilidades em relação à qualificação dos professores, e que programas de apoio devem ser ministrados pela gerência do PAIC, acompanhamento e reciclagem das

técnicas pedagógicas pelas secretarias municipais de educação, em benefício do fortalecimento de suas práticas pedagógicas.

**Tabela 19 – Docentes do Ensino Fundamental por Grau de Formação**

MUNICÍPIOS	DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL													
	TOTAL		GRAU DE FORMAÇÃO											
			FUNDAMENTAL				MÉDIO				SUPERIOR			
	2007	2008	INCOMPLETO		COMPLETO		MAGISTÉRIO COMPLETO		OUTRA FORMAÇÃO COMPLETA		LICENCIATURA COMPLETA		COMPLETO SEM LICENCIATURA	
2007			2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	
<b>IBIAPINA</b>	246	276	01	-	01	07	66	50	32	65	126	154	20	-
<b>TIANGUÁ</b>	476	508	-	-	03	-	48	49	19	15	368	444	38	-
<b>UBAJARA</b>	298	335	-	-	04	03	112	111	12	19	157	202	13	-
<b>VIÇOSA DO CEARÁ</b>	540	554	-	-	02	02	107	97	53	139	351	316	27	-
<b>CARNAUBAL</b>	199	205	-	-	-	-	26	23	14	12	153	170	06	-
<b>CROATÁ</b>	120	154	-	-	03	03	45	55	13	31	56	65	03	-
<b>GUARACIABA DO NORTE</b>	388	431	-	-	02	-	112	126	46	59	213	246	15	-
<b>SÃO BENEDITO</b>	494	473	-	-	-	-	100	92	06	03	346	378	42	-

Fonte: Secretária da Educação Básica – SEDUC, 2007-2008.

Da análise da Tabela 19, tem-se: (i) Dos 2.761 professores do ensino fundamental, apenas 164 não tem licenciatura, em termos percentuais implica em 5,93% sem licenciatura, no ano de 2007; (ii) 1.975 já cursaram cursos de licenciatura em área específica de ensino em 2008. Então, os índices apontam que 94,07% dos professores estão habilitados para o ensino fundamental nas escolas do Território Serra da Ibiapaba.

### 8.1.3 Ensino Médio

Conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o Ensino Médio é a etapa final da educação básica e deve ter uma duração, de no mínimo, 03 (três) anos e 2.400 horas. Embora tenha sido concebido pela CF 88 como gratuito e também obrigatório, sofreu significativas alterações com a Emenda Constitucional 14/96, quando se tornou “progressivamente obrigatório”.

Seu atendimento prioritário é de responsabilidade dos Estados, segundo estabelece o Artigo 211 da Constituição Federal de 1988. Por sua vez, a LDB define as finalidades mais amplas desse nível de ensino nos seguintes termos:

I – A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos;

II – A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática no ensino de cada disciplina.

De acordo com um recente levantamento da Célula de Avaliação Institucional – CEAVI da SEDUC, a expansão desse nível de ensino é de aproximadamente 12,4%. Dois fatores explicam essa expansão, quais sejam: o aumento da demanda em função do processo de universalização do Ensino Fundamental e a maior valorização do Ensino Médio visando à inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Atualmente, pode-se inferir que o maior desafio posto às escolas e pais ou responsáveis dos educandos é a permanência e, posteriormente, a conclusão da educação básica, possibilitando, sobretudo, o desenvolvimento pessoal e social desses jovens no mercado de trabalho e na vida societária.

Conforme indica a Tabela 20, percebe-se uma descrição do total de matrículas feitas nesse nível escolar por redes de ensino e zonas de localização:

**Tabela 20 – Ensino Médio: Total de Matrículas por Redes de Ensino e Zonas de Localização**

Território / Município	Escolas		Ensino Médio Regular			Total
	Rede	Zona	Médio	Integrado a EP	Normal	
<b>MICROTERRITÓRIO I</b>						
Ibiapina	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	1.058	-	-	1.058
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	98	-	-	98
<b>Total</b>			<b>1.156</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>1.156</b>
Tanguá	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	3.427	-	-	3.427
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	224	-	-	224
<b>Total</b>			<b>3.651</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>3.651</b>
Ubajara	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	1.420	180	-	1.600
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	98	-	-	98
	<b>Total</b>		<b>1.518</b>	<b>180</b>	<b>00</b>	<b>1.698</b>
Viçosa do Ceará	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	2.646	-	-	2.646

Território / Município	Escolas		Ensino Médio Regular			Total
	Rede	Zona	Médio	Integrado a EP	Normal	
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	47	-	-	47
	<b>Total</b>		<b>2.693</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>2.693</b>
<b>MICROTERRITÓRIO II</b>						
<b>Carnaubal</b>	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	865	-	-	865
<b>Total</b>			<b>865</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>865</b>
<b>Croatá</b>	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	1.241	-	-	1.241
<b>Total</b>			<b>1.241</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>1.241</b>
<b>Guaraciaba do Norte</b>	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	1.801	-	211	2.012
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	110	-	-	110
<b>Total</b>			<b>1.911</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>1.911</b>
<b>São Benedito</b>	<i>Estadual</i>	<i>Rural</i>	186	-	-	186
		<i>Urbana</i>	1.621	204	400	2.225
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	150	-	-	150
	<b>Total</b>		<b>1.957</b>	<b>204</b>	<b>400</b>	<b>2.561</b>

Fonte: Secretária da Educação Básica – SEDUC, 2009.

Registrou-se o total de 14.992 jovens matriculados no Ensino Médio em todo o Território Serra da Ibiapaba. As escolas em sua ampla maioria localizam-se na zona urbana dos municípios. Desse total, somente 186 matrículas foram feitas na zona rural de São Benedito. Já o Ensino Médio integrado à Educação Profissional, registrou 180 matrículas em Ubajara e 204 em São Benedito.

No tocante a possíveis explicações sobre a caracterização atribuída a esse nível escolar pela SEDUC, os presentes não se sentiram apropriados para fazerem quaisquer considerações. Eles ressaltaram a importância da adoção de ações que visem a melhoria da qualidade do Ensino Médio e de uma melhor preparação dos jovens para o ENEM e para o mercado de trabalho.

Ainda no que concerne a Educação Profissional, a Tabela 8 retrata a baixa oferta de cursos profissionalizantes, pois em somente dois municípios (Ubajara e São Benedito), registrou-se matrículas. Do exposto, pode-se afirmar que existe uma grande demanda por cursos de educação profissional no Território, mas que sejam focados no mercado de trabalho, nas novas demandas do trabalho e que permitam a atualização e o aperfeiçoamento técnico visando o acesso permanente às novas tecnologias, aos novos processos de produção e às novas formas de organização.

Em se tratando ainda da Educação Profissional como modalidade de educação, pode-se afirmar, de maneira abrangente, que seus objetivos estão voltados para os seguintes níveis:

- **Básico:** modalidade de educação não formal, de duração variável, livre de regulamentação curricular e que independe do nível de escolarização que o aluno já possui;
- **Técnico:** com organização curricular própria, porém independente do Ensino Médio, sendo admitida sua oferta de forma concomitante ou seqüencialmente a esse nível de ensino;
- **Tecnológico:** curso de nível superior, que pode ter a duração de dois a dois anos e meio, e destinado a estudantes egressos do ensino médio ou técnico.

Em seguida, tem-se as características das escolas que ofertam o Ensino Médio no Território Serra da Ibiapaba, em concordância com a Tabela 21:

**Tabela 21 – Ensino Médio: Caracterização dos Estabelecimentos Escolares**

Municípios	Escolas		Total	Estabelecimentos Escolares				
	Rede	Zona		Biblioteca	Lab. Informática	Lab. Ciências	Quadra Esporte	Recebe Merenda Escolar
<b>MICROTERRITÓRIO I</b>								
Ibiapina	Estadual	Urbana	02	01	01	01	-	02
	Particular	Urbana	01	01	01	01	01	00
	<b>Total</b>		<b>03</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>01</b>	<b>02</b>
Tianguá	Estadual	Urbana	03	03	03	03	03	01
	Particular	Urbana	01	01	-	-	01	01
	<b>Total</b>		<b>04</b>	<b>04</b>	<b>03</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>02</b>
Ubajara	Estadual	Urbana	03	03	03	02	03	03
	Particular	Urbana	01	01	01	01	01	01
	<b>Total</b>		<b>04</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>04</b>
Viçosa do Ceará	Estadual	Urbana	03	03	03	01	03	03
	Particular	Urbana	01	01	-	-	01	01
	<b>Total</b>		<b>04</b>	<b>04</b>	<b>03</b>	<b>01</b>	<b>04</b>	<b>04</b>
<b>Total Microterritório I</b>			<b>16</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>09</b>	<b>13</b>	<b>12</b>
<b>MICROTERRITÓRIO II</b>								
Carnaubal	Estadual	Urbana	02	02	02	-	01	01
	<b>Total</b>		<b>02</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
Croatá	Estadual	Urbana	01	01	01	-	01	-
	<b>Total</b>		<b>01</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>00</b>
Guaraciaba do Norte	Estadual	Urbana	02	02	02	01	01	00
	Particular	Urbana	02	02	02	02	02	01
	<b>Total</b>		<b>04</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>03</b>	<b>03</b>	<b>01</b>
São Benedito	Estadual	Rural	01	01	01	-	-	01
		Urbana	05	04	05	05	03	04
	Particular	Urbana	02	02	02	02	02	01
	<b>Total</b>		<b>08</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>07</b>	<b>05</b>	<b>06</b>
<b>Total Microterritório II</b>			<b>15</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>08</b>

Fonte: Secretária da Educação Básica – SEDUC, 2009.

Os representantes do Comitê de Educação relataram algumas situações observadas nos municípios do Território Serra da Ibiapaba:

- Houveram relatos de que os ônibus trafegam lotados e que há necessidade de qualificação dos condutores de transporte escolar aliada a ampliação do número de motoristas devidamente habilitados para o exercício da profissão. Foi sugerido que fosse respeitado a faixa etária dos educandos de acordo com o nível de escolaridade no transporte escolar, ou seja, que não haja estudantes de várias idades distintas e diferentes níveis escolares em um único transporte escolar.
- Devido a geografia do Território da Serra da Ibiapaba, em algumas rotas a distância entre a residência e a escola frequentada pelos alunos é muito significativa, ocasionando frequentes atrasos dos transportes escolares e, conseqüentemente, dos alunos nas primeiras aulas.
- Foi dito que o Programa Caminhos da Escola tem proporcionado a ampliação e a modernização do transporte escolar. Contudo, foi afirmado que ainda é usado carro inapropriado para o transporte escolar. Alguns participantes disseram que o uso de D-20 se dá em função das próprias condições de intrafegabilidade das estradas da serra.
- Em se tratando de infraestrutura escolar, houve consenso de que faltam bibliotecas, laboratórios de informática e de ciências.
- Houve comentários sobre os resultados e benefícios oriundos do Projeto AGRINHO (SENAR-AR-CE) desenvolvido em parceria com as secretarias municipais de educação e SEDUC.

#### 8.1.4 Educação de Jovens e Adultos

Com a LDB 9.394/96, a Educação de Jovens e Adultos – EJA constitui modalidade de Educação Básica, nos seguintes termos:

*Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.*

*§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades*

educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Pode-se concluir que embora enfatize a EJA em apenas dois dos seus artigos (Art. 37 e 38), a referida lei representa avanços em relação a essa modalidade de educação, ao afirmar que ela pode voltar-se para o Ensino Fundamental (maiores de 15 anos) e para o Ensino Médio (alunos com idade superior a 18 anos de idade).

A Tabela 22 descreve o número de matrículas da EJA, nos tipos presencial e semipresencial, por dependência administrativa e zona de localização, conforme se verifica:

**Tabela 22** – Educação de Jovens e Adultos (EJA): Total de Matrículas por Redes de Ensino e Zonas de Localização

Território / Município	Escolas		EJA			Total
	Rede	Zona	Presencial	Semipresencial	Integrado a EP	
<b>MICROTERRITÓRIO I</b>						
Ibiapina	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	312	-	-	312
		<i>Urbana</i>	69	-	-	69
	<i>Particular</i>	<i>Urbana</i>	109	-	-	109
	<b>Total</b>		<b>490</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>490</b>
Tianguá	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	173	1.266	-	1.439
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	753	-	-	753
		<i>Urbana</i>	1.172	-	-	1.172
	<b>Total</b>		<b>2.098</b>	<b>1.266</b>	<b>00</b>	<b>3.364</b>
Ubajara	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	-	14	-	14
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	426	-	-	426
		<i>Urbana</i>	368	-	-	368
	<b>Total</b>		<b>794</b>	<b>14</b>	<b>00</b>	<b>808</b>
Viçosa do Ceará	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	712	-	-	712
		<i>Urbana</i>	258	418	-	676
	<b>Total</b>		<b>970</b>	<b>418</b>	<b>00</b>	<b>1.388</b>
<b>MICROTERRITÓRIO II</b>						
Carnaubal	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	202	-	-	202
		<i>Urbana</i>	200	-	-	200
	<b>Total</b>		<b>402</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>402</b>
Croatá	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	81	-	-	81
		<i>Urbana</i>	99	-	-	99
	<b>Total</b>		<b>180</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>180</b>
Guaraciaba do Norte	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	69	-	-	69
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	489	-	-	489
		<i>Urbana</i>	380	165	-	545
<b>Total</b>		<b>938</b>	<b>165</b>	<b>00</b>	<b>1.103</b>	
São Benedito	<i>Estadual</i>	<i>Urbana</i>	15	21	-	36
	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	829	29	-	858
		<i>Urbana</i>	385	328	-	713
<b>Total</b>		<b>1.229</b>	<b>378</b>	<b>00</b>	<b>1.607</b>	
<b>Total Microterritório II</b>		<b>2.749</b>	<b>543</b>	<b>00</b>	<b>3.292</b>	

Fonte: Secretária da Educação Básica – SEDUC, 2009.

No Território Serra da Ibiapaba, existem 7.644 matrículas na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), dentre os quais 7.101 são presenciais e 543 semipresenciais. A Tabela 10 ilustra que as matrículas estão concentradas na zona urbana dos municípios, sem exceções. Quanto à modalidade, os estudos se desenvolvem por meio de aulas presenciais, predominantemente.

Na condição da EJA integrar-se à Educação Profissional, não houve matrículas no Território Serra da Ibiapaba. Mas, seria oportuno investir na estruturação dessa categoria na EJA, para que jovens e adultos que não tiveram a oportunidade da formação básica na faixa etária ideal possam também ter a opção de acesso à educação profissionalizante.

#### 8.1.5 Educação Especial

Destacada na LDB nos artigos 58, 59 e 60, pode ser conceituada como modalidade de educação escolar, destinada aos educandos portadores de necessidades especiais, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, sendo também ofertada em instituições especializadas.

A lei estabelece o papel dos sistemas de ensino visando a garantir aos estudantes com necessidades especiais o pleno atendimento aos seus direitos, o que fica evidenciado no seguinte artigo:

*Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:*

*I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;*

*II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.*

As matrículas nessa modalidade de educação por dependência administrativa e zona de localização, são apresentadas na Tabela 23:

**Tabela 23** – Educação Especial: Total de Matrículas por Redes de Ensino e Zonas de Localização

Território / Município	Escolas		Educação Especial	Total
	Rede	Zona		
<b>Microterritório I</b>				
<b>Viçosa do Ceará</b>	<i>Municipal</i>	<i>Urbana</i>	12	12
<b>Total Microterritório I</b>				<b>12</b>
<b>Microterritório II</b>				
<b>Guaraciaba do Norte</b>	<i>Municipal</i>	<i>Rural</i>	07	07
<b>São Benedito</b>	<i>Municipal</i>	<i>Urbana</i>	40	40
<b>Total Microterritório II</b>				<b>47</b>

Fonte: Secretária da Educação Básica – SEDUC, 2009

Como pode ser observada na Tabela 23, do total de 59 matrículas da Educação Especial, apenas 07 foram ofertadas em comunidades rurais, mais precisamente, no município de Guaraciaba do Norte. Uma escola municipal na sede do município de São Benedito matriculou 40 alunos.

Ressalte-se que os representantes dos municípios do Território Serra da Ibiapaba apesar de contestarem essas informações, não atualizaram a tabela da SEDUC e, tampouco, trouxeram dados (atualizados) referente ao Censo Escolar de 2010 e 2011.

Porém, deduz-se que é premente a necessidade de criação de programas que visem ao incentivo e à garantia às vagas assistidas pela Educação Especial. É salutar salientar ainda que, para a educação inclusiva pretendida pelo governo brasileiro, são necessárias condições e infraestrutura adequadas, como laboratórios voltados para a Educação Especial, além de formação continuada para professores.

#### 8.1.6 Educação Superior

A LDB 9.394/96 trata da educação superior em vários dos seus Artigos (43 ao 57). No Artigo 43, explicita as finalidades desse nível de educação e no Artigo 44 descreve os diferentes cursos e programas que poderão ser ofertados:

- Seqüenciais;
- Graduação;

- Pós-Graduação (mestrado, doutorado, especialização, aperfeiçoamento, etc.);
- Extensão.

Posteriormente, o Decreto 3.860/2001 especificou a classificação das instituições de educação superior no País, por organização acadêmica: universidades; centros universitários; faculdades integradas; faculdades, institutos superiores ou escolas superiores; institutos superiores de educação.

A oferta de educação superior no Território Serra da Ibiapaba foi considerada pelos representantes dos Comitês, um *ponto fraco*, porque a oferta nesta modalidade de ensino se dá somente por meio de cursos de extensão da Universidade Vale do Acaraú – UVA nos municípios de Guaraciaba do Norte e Tianguá.

Foi dito que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCe, antigo CEFET-CE, inaugurará campi em dos municípios: Tianguá e Ubajara. Também a Universidade Aberta do Brasil irá inaugurar suas instalações brevemente no município de Ubajara.

Os participantes presentes na oficina de grupo focal informaram que o *Conselho de Desenvolvimento da Região da Ibiapaba – CONDERI* está pleiteando recursos para a instalação de uma universidade federal e de pólos de educação contextualizada em todo o Território Serra da Ibiapaba.

## 9 ASPECTOS CULTURAIS

Um dos principais destaques da cultura do Território Serra da Ibiapaba é a *Área de Preservação Ambiental da Serra da Ibiapaba – APA* com rica biodiversidade da flora e fauna típicas da Mata Atlântica.

Quanto aos aspectos da formação étnica e cultural, ganha destaque a influência francesa nos anos de 1590 a 1604. Mas, conforme registros históricos, a partir de meados de 1604, os franceses foram expulsos por Pero Coelho de Sousa por ocasião da colonização portuguesa. Neste contexto, também os índios *tabajaras* foram expulsos de suas terras.

Nos dias atuais, os *tabajaras* – também conhecidos como índios migratórios – estão divididos em 07 (sete) comunidades. Recentemente, um grupo de 15 (quinze) famílias mudaram e fixaram residência no município de Quiterianópolis na tentativa de buscar melhores condições de vida e de trabalho. Este grupo é conhecido como os *tabajaras de Fidélis*.

Em Quiterianópolis, já existiam 03 (três) comunidades habitadas por índios *tabajaras*, conhecidas por Vila Nova, Croatá e Vila Alegre todas localizadas na zona rural. Há registro de outras comunidades de índios *tabajaras* em outros municípios cearenses, são eles: Crateús, Ipueiras e Poranga. E, de acordo com a FUNAI, em 2010 registrou-se a presença de 2.982 índios em território cearense.

Merece destaque o patrimônio arquitetônico colonial de Viçosa do Ceará, sobretudo a construção da Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção fundada no ano de 1695. Ali, ainda no século XVII, se instalou a *Aldeia da Ibiapaba* – local em que se fixou uma das mais importantes missões jesuíticas do País.

O município de Viçosa do Ceará está encravado em um “*rico*” santuário ecológico – situado a 740 metros de altitude –, cercado por vegetação nativa e inúmeras fontes de água cristalina. Sua paisagem de exótico relevo está em perfeita harmonia com o clima serrano e, por este motivo, foi declarado oficialmente patrimônio histórico nacional pelo IPHAN, no dia 14 de agosto de 2003.

Viçosa do Ceará é a terra natal de vários cearenses ilustres, como: o jurista Clóvis Beviláqua; o militar General Tibúrcio, que se destacou na Guerra do Paraguai, tornando-se um símbolo do patriotismo nacional e o marechal Bezerril que, atuando na política cearense, se destacou nacionalmente por ocasião da instalação da República brasileira.

No tocante ao turismo na Serra da Ibiapaba, grande parte dos turistas é procedente do Estado do Piauí. Ressalte-se que partes dos hortifrutigranjeiros produzidos destinam-se aos Estados do Piauí, Maranhão e ao longínquo Estado do Pará.

Em seguida, são apresentados os eventos culturais realizados nos municípios do Território Serra da Ibiapaba de acordo com os relatos dos representantes dos Comitês de Infraestrutura, Mulheres, Jovens, Educação e Cultura:

MUNICÍPIOS	EVENTOS CULTURAIS
<b>IBIAPINA</b>	Festas Juninas (Rastapé de Ibiapina); Curso de Iniciação a Prática Musical; Projeto na Ponta do Lápis; Cursos Permanentes de Teclado e Violão; Realização da Conferência Municipal de Cultura; Semana Cultural do Município; Ibiafolia (Micareta); Festas dos padroeiros das comunidades e distritos; FEMUSI (Festival de Músicas e Mensagens da Serra da Ibiapaba); IBIARTI (Semana de Arte e Cultura de Ibiapina) e Semana de Comemoração da Emancipação Política do Município de Ibiapina; Natal de Luz.
<b>TIANGUÁ</b>	Carnaval, Paixão de Cristo, Festas Juninas, Semana de Comemoração da Emancipação Política do Município de Tianguá, Festa de Nossa Senhora de Santana e de São José (Padroeiro), Cortejo Brincante, Natal e Ano Novo.
<b>UBAJARA</b>	FEMUQ (Festival Municipal de Quadrilhas Juninas); Comemoração da Emancipação Política do Município de Ubajara; Festa de São José (Padroeiro); Cortejo Brincante; Natal de Luz; Ano Novo; Comemoração dos Padroeiros das comunidades; FEPAI (Feira de Produtos do Artesanato e Produtos Industrializados); Exposição Agropecuária e Semana da Agricultura Familiar; Carnaval; Festival Flor de Maracujá; Paixão de Cristo.
<b>VIÇOSA DO CEARÁ</b>	Círculo Junino da Ibiapaba (evento anual), Festival de Ritmos e de Música de Ibiapaba, Semana de Comemoração da Emancipação Política do Município de Viçosa do Ceará
<b>CARNAUBAL</b>	Festa de São Sebastião, Carnaval, Paixão de Cristo, Festas Juninas, Semana de Comemoração da Emancipação Política do Município de Carnaubal, Natal e Ano Novo.
<b>CROATÁ</b>	Semana da Mulher; Paixão de Cristo; Semana de Comemoração da Emancipação Política do Município de Croatá; QUADRIFEST; Circuito Junino Croatá Serra e Sertão; Feira Cultural; Reisados; Festa da Padroeira Nossa Senhora das Dores e Pastoril.
<b>GUARACIABA DO NORTE</b>	Micareta GUARAFOLIA, Festas Juninas, Festival de Inverno.
<b>SÃO BENEDITO</b>	Festival das Flores; BENEFOLIA (Micareta); Carnaval; Comemoração dos Padroeiros(as) da Igreja Católica (zona urbana e comunidades rurais); Santuário Nossa Senhora de Fátima; Festas

MUNICÍPIOS	EVENTOS CULTURAIS
	Juninas; Feira dos Produtos da Agricultura Familiar; Natal de Luz; Comemoração da Emancipação Política do Município de São Benedito; Festival do Caju; Festivais da Cultura Afro; Festival de Talentos; Dia das Mães e das Crianças; <i>Feira Popular Shopping-chão</i> .

**Quadro 14** – Levantamento dos Eventos Culturais do Território Serra da Ibiapaba

Fonte: Dados Primários, 2010.

No que concerne à infraestrutura cultural, é possível identificar alguns equipamentos culturais, em conformidade com a Tabela 24:

**Tabela 24** – Equipamentos Culturais do Território Serra da Ibiapaba

Território / Município	Bandas de Música 2007 /2008	Projeto Pró-Bandas	Bibliotecas Públicas Municipais	Teatros	Museus
<b>MICROTERRITÓRIO I</b>					
Ibiapina	02	-	01	-	-
Tianguá	03	-	01	-	01
Ubajara	04	-	01	-	-
Viçosa do Ceará	02	-	02	02	-
<b>MICROTERRITÓRIO II</b>					
Carnaubal	02	-	02	-	-
Croatá	04	-	01	-	00
Guaraciaba do Norte	02	-	02	01	-
São Benedito	04	-	02	-	-

Fonte: IPECE, Anuário Estatístico do Ceará (2009), atualizadas pelos Comitês de Educação e Cultura do Território Serra da Ibiapaba (2011).

Ainda é necessário, conforme se percebe na tabela, investimento para o setor da infraestrutura cultural dos municípios do Território Serra da Ibiapaba que, associados às manifestações populares existentes, sem dúvida, permitirá o resgate e a reprodução social da cultura local e territorial.

Os participantes exporam o que é considerado “forte” nos municípios em se tratando das potencialidades naturais e culturais, destacando-se:

#### **Tianguá:**

- Paredões do Janeiro: corredores originados de formações rochosas com inúmeras cachoeiras e bicas naturais, um cenário de indescritível beleza.

- Cachoeira Cana Verde: queda d'água que se desprende a 30mts de altura, abrigando um mirante, proporcionando uma visão espetacular do sertão.
- Cachoeira São Gonçalo (Sete Quedas): encontro das cachoeiras, devido à formação em batentes compondo um cenário exuberante, onde o caminho das águas se mistura com a fauna e flora.
- Reserva Ecológica Cachoeira da Floresta: reserva particular, com natureza exuberante, destacando-se as várias cachoeiras. Possui seis trilhas e um pesque-não-pague. É permitido o banho; podem ser praticadas as atividades de rappel e tirolesa. São 250 hectares de área preservada (de propriedade do Serra Grande hotel).
- Trilha da Cachoeira da Mangabeira: fica no mirante chamado de Espelho da Vida, pois tem uma visão geral da serra. Do mirante até a cachoeira, o acesso é difícil, pois se passa entre dois paredões bastante estreitos. São duas quedas d'água, com vegetação de mata úmida e tropical. A fauna é bastante rica, com gatos do mato, onças, canários, bem-te-vis, macacos prego etc. Situada a 5 km da sede do município.
- Trilha da Espia: localizada na encosta da Serra, caracteriza-se pelas formações rochosas. Possui uma cachoeira que cai entre dois paredões de pedra, chamada Rocha da Rosa. A trilha é de 1 km e 70% dela é plana. A vegetação de serra úmida. Na cachoeira que existe na trilha, a água não é perene; existe afluência do mês de outubro a julho.
- Trilha do Pinga: possui quedas d'água que se assemelham a degraus. A vegetação é de mata úmida. A trilha é como uma espécie de funil.
- Trilha da Cachoeira do Marinema de Baixo: existem duas trilhas, uma mais leve, adequada para turistas de todas as idades, e outra mais pesada, com descida de cordas. Durante o percurso da trilha, pode-se encontrar quedas d'água, encontro de rios e árvores centenárias (babaçu, etc.)
- Cabeça da Nega: formação rochosa, em cujo caminho pode-se encontrar olhos d'água, um mirante de onde se pode avistar a cidade de Viçosa do Ceará. Presença de engenho, casas de farinha e uma capelinha, onde se realizam novenários.

- Balneário da Santa Rosa (*barragem*): formação rochosa, com uma entrada como se fosse uma gruta. Tem uma cachoeira pequena, propícia ao banho.
- Açude Jaburu: o açude forma uma prainha, utilizada pela população para lazer nos finais de semanas, chegando a receber dezenas de pessoas oriunda das mais diferentes e distantes cidades da região. O local oferece uma excelente opção para a prática da pesca esportiva contando com variadas espécies de peixes, destacando-se o tucunaré.
- Cascata: a cascata é uma queda d'água que cai em uma piscina natural, onde é represada.
- Trilha da Transumância: caminho que liga a serra ao sertão, feito em pedras e utilizado pelos primeiros colonizadores. A trilha abriga a cachoeira do Pinga, ao longo do caminho podemos encontrar diversos engenhos e alambiques.
- Convento (Seminário São José): 1º Seminário do município e de toda região composto por um casarão, uma capela e um imenso bosque de área verde. Local calmo e silencioso, com belos jardins e pátios internos, cujo prédio, de bonita estrutura arquitetônica e fachada de pedras. Foi construído pelos franciscanos na primeira metade do século XX, tendo por muito tempo funcionado como internato para meninos. Atualmente funciona como seminário São José, Centro de Treinamento da Diocese de Tianguá e abriga também a residência episcopal, cujas instalações datam da década de 90.
- Catedral (Paróquia de Santana): inaugurada em 13 de maio de 1882. Com a criação da Diocese em 13 de maio de 1971, ficando Tianguá como sede do bispado, e a antiga Matriz foi elevada a categoria de Catedral.
- Igreja São Francisco: é uma igreja modesta, com imagens sacras simples, de gesso e madeira.
- Biblioteca e Pólo Municipal Deputado Leôncio de Aguiar Vasconcelos: com um grande acervo, a biblioteca propõe-se a pesquisa, incentivando estudantes, professores e população em geral ao hábito da leitura, possui internet e diversos recursos didáticos para o público infantil. Possui um acervo de aproximadamente 2.200 livros.

- Casa da Memória José Evangelista de Vasconcelos: pequeno museu com acervo mobiliário, fotografias e objetos das famílias ilustres do município. Este projeto se deu na década de 90 através de um ato do poder público municipal. O objetivo principal é o resgate da história, dos costumes, e das tradições culturais de nossa cidade.

**São Benedito:**

- Igreja Matriz de São Benedito datada de 1841.
- Evento do Dia do Município (25 de novembro).
- Festa de São Francisco (4 de outubro)
- Festa do Padroeiro São Benedito (17 de julho)
- Festa de Nossa Senhora da Conceição (8 de dezembro)
- Festa de Nossa Senhora de Fátima (13 de maio)

**Carnaubal:**

- Cachoeira Parque das águas (*Cachoeira dos Espanhóis*)
- Balneário Municipal
- Cachoeira Parque
- Mirante de Santo Antonio
- Festa de São Sebastião (20 de janeiro)
- Dia do Município (22 de julho)
- Independência do Brasil (7 de setembro)
- Festa da padroeira Nossa Senhora Auxiliadora (8 de setembro)
- Festa de São Francisco (4 de outubro)
- Arraiá Municipal
- Carnaval (O maior carnaval diurno da Zona Norte)
- Revellion Municipal

**Croatá:**

- Dia do Município (03 de Maio)
- Dia da Padroeira Nossa Senhora das Dores (15 de Setembro)

**biapina:**

- Festa de São Sebastião (20 de Janeiro)
- Festa de São José (19 de Março)
- Mês Mariano (Maio)
- Festa de Santo Antônio (13 de Junho)

- Festa de São Pedro - Padroeiro (29 de Junho)
- Semana da Pátria (Setembro)
- Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (15 de Agosto)
- Festa de São Francisco (4 de Outubro)
- Dia do Município (23 de Novembro)
- Festa de Santa Luzia (13 de Dezembro)

**Guaraciaba do Norte:**

- Cachoeira de Morrinhos Novos
- Buraco dos Flamingos
- Bica do Chuvisco e do Urubu
- Cachoeira da Mata Fresca
- Cidade de Pedras
- Casa do Escravos (casarão antigo construído no Século XVIII)

**Viçosa do Ceará:**

- Viçofolia (Carnaval de rua)
- Festejo do Bairro São José (19 de Março)
- Encenação da Paixão de Cristo (Semana Santa)
- Festa do Trabalhador (01 de Maio)
- Festas Juninas
- Festa do Município FEMUV (11 a 14 de Agosto)
- Festa da Padroeira do Município (15 de Agosto)
- Semana da Pátria (Setembro)
- Campeonato de Vôo Livre
- Olimpíadas Estudantis
- Festa da Padroeira dos Distritos
- Natal e Réveillon com queima de fogos
- Pólo Turístico e Artesanal Igreja do Céu: Capela Nossa Senhora

das Vitórias e Cristo Redentor

## 9 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOEDUCACIONAL E CULTURAL DO TERRITÓRIO SERRA DA IBIAPABA

O diagnóstico da Dimensão Sociocultural Educacional possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: aspectos sociais, aspectos da saúde, aspectos educacionais e culturais, que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

<b>ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL</b>	
<b>PONTOS FORTES</b>	<b>PONTOS FRACOS</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Qualidade técnica dos professores</li> <li>2. Existência do Programa Bolsa Família</li> <li>3. Diversificação do patrimônio histórico cultural</li> <li>4. Existência dos festivais culturais e religiosos</li> <li>5. Presença de comunidades tradicionais, sobretudo índios (São Benedito e Viçosa) e remanescentes de quilombolas (Croatá)</li> <li>6. Disponibilização de informações no âmbito municipal de indicadores da educação e da cultura</li> <li>7. Mapeamento cultural da cultura das comunidades quilombolas (Croatá)</li> <li>8. Existência e funcionamento dos conselhos setoriais municipais</li> <li>9. Existência de artesãos com potencial produtivo</li> <li>10. Potencial turístico (rural e ecológico)</li> <li>11. Capacitações promovidas pelo SEBRAE para a área do artesanato de palha da carnaúba, da bananeira, fibras, cerâmica e madeira</li> <li>12. Escola Arte e Cultura a ser instalada em Ubajara com recursos do Programa Territórios da Cidadania</li> <li>13. Implantação em Ubajara de uma galeria de arte e História</li> <li>14. Existência de Pontos de Cultura em Tianguá, Guaraciaba do Norte, Viçosa e Ubajara.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ausência de universidades federais no Território da Serra da Ibiapaba</li> <li>2. Baixa remuneração dos (as) professores (as) em desacordo com a lei do piso salarial</li> <li>3. Evasão provocada pela precariedade do transporte escolar</li> <li>4. Ausência de cursos profissionalizantes</li> <li>5. Estudantes sendo transportados em carros conhecidos como <i>pau-de-arara</i></li> <li>6. Ausência de Planos de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS para os profissionais de apoio</li> <li>7. Falta incentivo, infraestrutura e logística adequadas e apropriadas no processo de produção e comercialização de produtos do artesanato local</li> <li>8. Baixa participação de mulheres, jovens e negros nos espaços de representatividade política</li> <li>9. Desvalorização do patrimônio cultural</li> <li>10. Ausência de projetos visando à captação de recursos que contribuem para o desenvolvimento da cultura nos municípios do Território</li> <li>11. Inexistência de feiras culturais nos municípios do Território</li> <li>12. Insuficiência e precariedade de espaços (públicos) culturais</li> <li>13. Defasagens no processo ensino-aprendizagem</li> <li>14. Falta infraestrutura predial e logística para o desenvolvimento do turismo rural (ecológico)</li> </ol>

## ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL

15. Proximidade dos municípios,
16. Acessos viários aos distritos municipais, Cisterna de placa,
17. Rede de abastecimento de água, Existência da central de abastecimento
18. Existência de Estrutura Hospitalar para atendimento de média complexidade, segundo comitê da saúde.
19. Algumas associações tem papel relevante na qualidade de vida de seus sócios. Quantidade de famílias atendidas pelo programa P1MC.
20. Programas sociais criados nos municípios.
21. Sociedade civil organizada
22. Comunidades tradicionais (povos indígenas e quilombolas).
23. Acesso a documentação civil nos municípios de Viçosa do Ceará, Croatá.
24. Organização dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Existência de artesãos com potencial de produção.

15. Insuficiência de colônia de férias
16. Carência de mais profissionais atuando no turismo em geral
17. Parte dos profissionais do turismo com baixa qualificação técnica
18. Falta infraestrutura adequada para as práticas do esporte e áreas destinadas ao entretenimento (lazer) da população dos municípios do Território
19. O Território Serra da Ibiapaba não se apropriou do calendário de manifestações culturais elaborado em 2005 pela SECULT e SETUR (governo do Estado do Ceará)
20. Faltam casas de cultura nos municípios do Território, pois só existe uma em Ubajara
21. Necessidade de apoio financeiro e recursos humanos para a modalidade de ensino *EJA*, visando reduzir o analfabetismo
22. Insipiente aplicação da metodologia contextualizada em escolas da zona rural
23. Precariedade da educação infantil: faltam vagas em creches
24. Salas de aula do ensino fundamental (I e II) e ensino médio superlotadas
25. Baixa qualidade do ensino da educação especial que funciona em infraestrutura precária
26. Carência de profissionais qualificados e com formação exigida para a educação especial
27. Bibliotecas públicas municipais com infraestrutura precária
28. Ampliação do número de bibliotecas, laboratórios de informática e de ciências nas escolas do ensino básico
29. Déficit de computadores com recurso da Internet nas escolas
30. PNAE com dificuldades na organização da produção agrícola e nas atividades de beneficiamento
31. Escolas sem estrutura adequada para práticas de esporte e lazer.
32. Baixa taxa de saneamento básico na zona rural e urbana,
33. Defesa Civil sem estrutura nos municípios,
34. Uso indiscriminado de agrotóxicos, Queima da cana de açúcar.
35. Pactuação para exames de media e alta complexidade.

## ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL

	<p><b>36.</b> Ausência de especialidades médicas.</p> <p><b>37.</b> Ausência de núcleos de promoção a saúde.</p> <p><b>38.</b> Má qualidade da „água em várias comunidades</p> <p><b>39.</b> Destino inadequado do lixo.</p> <p><b>40.</b> A população é negligente quanto aos cuidados com as fontes de água.</p> <p><b>41.</b> Grande quantidade de carne consumida sem controle sanitário.</p> <p><b>42.</b> No geral não há controle sanitário dos animais domésticos.</p> <p><b>43.</b> Difícil acesso de água tratado nas comunidades isoladas.</p> <p><b>44.</b> Estrutura física deficiente das unidades básica de saúde da família e carência de equipamentos.</p> <p><b>45.</b> Há um uso indiscriminado de agrotóxicos, e uma má destinação de suas embalagens e comercialização descontrolada.</p> <p><b>46.</b> Pouco interesse dos médicos para trabalhar no território.</p> <p><b>47.</b> Pouca oferta de exames para a grande demanda no território baixa eficácia do hospital pólo.</p> <p><b>48.</b> Falta de plano de cargos, carreira e salários (PCCS).</p> <p><b>49.</b> Ausência do Comitê de Bacias.</p> <p><b>50.</b> Ausência de uma delegacia de Proteção a Mulher.</p> <p><b>51.</b> Dificuldade de acesso à documentação nos demais municípios.</p> <p><b>52.</b> Falta de centros especializados no atendimento à Saúde da mulher, especificamente na questão do aborto.</p> <p><b>53.</b> Ausência de centros de detenção para mulheres e centros de reeducação para os jovens. Ausência de acessibilidade para pessoas com deficiência e idosos.</p> <p><b>54.</b> Falta de centros de reabilitação para dependentes químicos.</p> <p><b>55.</b> Existência de trabalho infantil (com predominância no trabalho doméstico (feminino).</p> <p><b>56.</b> A inexpressiva participação das mulheres, jovens, negros e negras nos espaços de poder.</p> <p><b>57.</b> Instalações precárias das escolas públicas municipais</p> <p><b>58.</b> Contratação temporária dos profissionais da educação</p>
--	--

<b>ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL</b>	
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Programa Caminhos da Escola</li> <li>2. Parcerias entre as esferas federal, estadual e municipais</li> <li>3. Diversidade dos produtos agrícolas (PNAE) destinados à merenda escolar</li> <li>4. Desenvolvimento de projetos com temas transversais e atividades extracurriculares nas comunidades atendidas pelas escolas (públicas)</li> <li>5. Resgate das manifestações culturais (locais)</li> <li>6. Fortalecimento do Fórum de Turismo e Cultura da Serra da Ibiapaba</li> <li>7. Criação de calendário territorial das manifestações culturais</li> <li>8. Projeto de criação de uma escola de música sediada em Viçosa</li> <li>9. Boa utilização dos meios de comunicação disponíveis</li> <li>10. Existência de programas governamentais de apoio à educação</li> <li>11. Proposta de um portal eletrônico (<i>Internet</i>) que dará visibilidade e divulgará o potencial cultural e turístico da Serra da Ibiapaba.</li> <li>12. Parcerias existentes entre as três esferas do poder público.</li> <li>13. Proposta de construção da policlínica.</li> <li>14. Atuação do P1MC e P1+2 nas comunidades rurais.</li> <li>15. PAA de incentivo à agricultura familiar.</li> <li>16. Ampliação da meta P1MC ASA, com 600 cisternas para o semiárido e 780 pelo governo estadual.</li> <li>17. Quantidade de programas, projetos e serviços sociais que atuam nas diversas áreas e públicos.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Acesso limitado aos benefícios do Programa Caminhos da Escola</li> <li>2. Consumo e tráfico de substâncias ilícitas (drogas)</li> <li>3. Desvalorização do patrimônio histórico cultural</li> <li>4. Morosidade nos processos de tombamento de prédios históricos e do patrimônio cultural</li> <li>5. Multiplicação de cursos (privados) de educação superior com baixa qualidade</li> <li>6. Incorporação de “cultura musical externa” desvalorizando a cultura local</li> <li>7. Forte presença do tráfico de drogas nas escolas</li> <li>8. Turista do tipo “degradador”, pois traz consigo prostituição, violência contra as mulheres e degradação do meio ambiente</li> <li>9. Falta de investimentos na rede hoteleira e no turismo ecológico em geral.</li> <li>10. Turismo sexual;</li> <li>11. Aumento do uso de drogas.</li> <li>12. Aumento da violência,</li> <li>13. Açude Jaburu como a única fonte de abastecimento de água das maiorias das cidades.</li> <li>14. Acidentes de trânsito.</li> <li>15. Evasão dos professores. Defasagem de aprendizagem dos alunos.</li> <li>16. Deficiência de mão-de-obra qualificada (turismo).</li> <li>17. Dificuldade de serviço de saúde especializado existentes fora do território.</li> <li>18. Especulação imobiliária urbana e rural que afeta a classe mais pobre da população (mulheres negras chefes de família) e os povos indígenas.</li> <li>19. Turismo degradador que muitas vezes trazem consigo a prostituição, exploração sexual, violência contra as mulheres e desrespeito ao meio ambiente.</li> <li>20. Multiplicação de cursos privados sem qualidade.</li> <li>21. Inoperância do Ministério Público</li> </ol>

**Quadro 15:** Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Sociocultural Educacional

**Fonte:** Oficinas Territoriais, 2011.



**Parte II b**  
**DIMENSÃO AMBIENTAL**

**Aspectos Geoambientais**  
**Aspectos Antrópicos**



## 11 ASPECTOS GEOAMBIENTAIS

O diagnóstico a seguir traz uma série de informações sobre as características ambientais visando à preservação de espaços naturais ainda não conservados e a manutenção de espaços já considerados de preservação ambiental garantidos por lei, como as unidades de conservação existentes e as áreas de preservação permanente. Tal diagnóstico ainda tem por objetivo apontar as potencialidades do território para que o mesmo tenha um desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável.

Fazem parte da chapada da Ibiapaba às cidades de: Carnaubal, Croata, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará.

O território possui como Bioma predominante a Caatinga, mas apresenta também mata úmida e uma vegetação serrana. O território apresenta inúmeras cachoeiras, bicas, mirantes naturais e grutas, sendo a Gruta de Ubajara, no Parque Nacional de Ubajara a mais extensa.

O território possui um clima tropical quente semi-árido brando nas regiões de menor altitude e tropical quente úmido nas regiões mais altas.

De acordo com Tabarelli & Santos (2004), no nordeste brasileiro encontramos os “Brejos de Altitude” que são encaves da Mata Atlântica, formando ilhas de floresta úmida em plena região semi-árida cercadas por vegetação de caatinga, tendo uma condição climática bastante atípica com relação à umidade, temperatura e vegetação. O Planalto Sedimentar da Serra da Ibiapaba enquadra-se nestas características, por isso são considerados Brejos de Altitude, como uma ilha de refúgio considerada como serra úmida, diante disso esse território apresenta características diferentes do restante do Ceará, com 110 km de serra e altitudes que variam de 800 a 1.100m. Nos períodos quentes do ano, quando todo o Nordeste e o Ceará estão com temperaturas em torno de 34 a 40°C , a temperatura da Serra da Ibiapaba apresenta temperaturas que variam dos 19 °C aos 30 °C.

## 11.1 Unidades de Conservação por Grupo

Entende-se por unidades de conservação, o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Constituição Federal, 1988).

As unidades de conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação dividem-se em dois grupos, com características específicas, sendo elas as Unidades de Proteção integral e Unidades de Uso Sustentável.

As unidades de Proteção integral é composta pelas seguintes categorias de unidades de conservação: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Monumento Natural, Parque Nacional e Refúgio de Vida Silvestre.

As Unidades de Uso Sustentável apresentam as seguintes categorias de Unidades de Conservação: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular de Patrimônio Natural.

O território apresenta Unidades de Conservação dos dois grupos criados pela SNUC. Dentre as Unidades de Conservação de Proteção Integral apresenta-se:

O Parque Nacional de Ubajara possui 62,7122 km<sup>2</sup> de polígono, situa-se a 3 km da cidade de Ubajara e fica a 847m acima do nível mar. O parque foi criado para preservar o ecossistema natural, o mesmo possibilita ainda a pesquisa científica e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e o desenvolvimento do turismo.

Como UC de proteção integral também se encontra no território o Parque Estadual das Carnaúbas criado pelo decreto N°. 28.154, de 15 de fevereiro de 2006 e localizado nos municípios de Granja e Viçosa do Ceará, o mesmo apresenta uma extensão de 10.005,0483 hectares e um perímetro de 122.863 m.

Já como Unidade de conservação de Uso Sustentável encontramos a APA da serra da Ibiapaba localizada nos estados do Ceará e Piauí, na situação noroeste da ecorregião, a mesma é mantido pelo ICMBio, e foi criada em 26 de Novembro de 1996, situada na biorregião do complexo da Serra Grande, localizada em 20 municípios do estado do Piauí e 6 municípios do Estado do Ceará. A mesma foi criada com o objetivo de garantir a conservação dos remanescentes de cerrado e caatinga arbórea, proteger os recursos hídricos, a fauna e a flora silvestres, melhorar a qualidade de vida das populações residentes, ordenar o turismo ecológico, fomentar a educação ambiental e preservar as culturas e tradições locais. Os solos sobre a chapada, principalmente latos solos, são profundos, de fertilidade natural baixa, em geral arenosos e muito bem drenados, a ponto de haver pouca água de superfície. A água infiltrada pelo topo da chapada corre por baixo do solo, emergindo em sua maioria na “cuesta” voltada para o Estado do Piauí.

Ainda encontra-se no território uma reserva particular de patrimônio Natural – RPPN, localizada no município de Tianguá com uma área de 120,19 hectares, a mesma é conhecida como RPPN Paulino Veloso Camêlo.

## **11.2 Áreas Prioritárias para a Conservação**

Por se tratar de uma área de exceção no contexto do semi-árido, o território da Ibiapaba apresenta inúmeras limitações em relação ao uso. A maioria dos seus municípios encontra-se em áreas com declividades superiores a 45° o que já os torna áreas de proteção permanente. As áreas de mata ciliar e de floresta subperenifolia tropical plúvio nebuloso (mata úmida) também são áreas prioritárias para conservação ambiental. Apesar de apresentar algumas unidades de conservação, é registrado nesse território um descumprimento da legislação através de ações de desmatamento, queimadas, uso abusivo de agrotóxicos e defensivos agrícolas, bem como outras práticas agrícolas inadequadas.

### **11.3 Terras Indígenas**

No território encontra-se a presença dos índios Tabajara, que possuem uma história de sucessivas migrações, devido a constantes conflitos de terras. Os Tabajara que vivem atualmente em Crateús são provenientes das serras vizinhas, principalmente a Serra da Ibiapaba, e tiveram que migrar para a periferia da cidade, foragidos da opressão exercida pelos fazendeiros que invadiram suas terras. Dividem-se em sete comunidades. Recentemente, um grupo composto por quinze famílias, conhecidos como “os Lira”, migrou para a cidade de Quiterianópolis, onde encontraram melhores condições para viver, de acordo com seus costumes indígenas. Ficaram conhecidos como os Tabajara de Fidélis. Nesta mesma cidade encontram-se mais três comunidades Tabajara: Vila Nova, Croatá e Vila Alegre, todas na área rural. São reconhecidas comunidades nos municípios de Crateús, Quiterianópolis, Ipueiras e Poranga, segundo a FUNAI, somam 2.982 indígenas.

Ainda existem no território a etnia Tapuia Kariri, localizada no município de São Benedito, a comunidade é conhecida como Carnaúba II, tal comunidade aguarda identificação e demarcação de suas terras (IPECE, 2010).

### **11.4 Comunidades Remanescentes de Quilombolas no Território**

Tais comunidades são protegidas pelo decreto N° 4.887 de 20 de Novembro de 2003. Tal decreto apresenta os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes de quilombolas.

No território existe uma comunidade remanescente de quilombolas, conhecida como Três Irmãos, localizada no município de Croatá. A mesma não se encontra dentro de nenhuma unidade de conservação. O processo para reconhecimento da mesma pelo INCRA, encontra-se em fase de estudo.

## 11.5 Biomas

O bioma predominante no território da Ibiapaba é o da Caatinga, ele é o mais negligenciado dos biomas brasileiros, nos mais diversos aspectos, embora sempre tenha sido um dos mais ameaçados devido às centenas de anos de uso inadequado e insustentável dos solos e recursos naturais. Apenas recentemente houve um despertar de diversos setores governamentais e não-governamentais para a grave situação em que se encontra este bioma, pois além da grande necessidade de conservação dos seus sistemas naturais, ainda existe uma séria insuficiência de conhecimento científico.

O termo Caatinga é originário do tupi-guarani e significa “mata branca”. É um bioma único, pois, apesar de estar localizado em área de clima semiárido, apresenta grande variedade de paisagens, relativa riqueza biológica e endemismo. A ocorrência de secas estacionais e periódicas estabelece regimes intermitentes aos rios e deixa a vegetação sem folhas. A folhagem das plantas volta a brotar e fica verde nos curtos períodos de chuvas.

A Caatinga é dominada por tipos de vegetação com características xerofíticas – formações vegetais secas, que compõem uma paisagem cálida e espinhosa – com estratos compostos por gramíneas, arbustos e árvores de porte baixo ou médio (3 a 7 metros de altura), caducifólias (folhas que caem), com grande quantidade de plantas espinhosas (exemplo: leguminosas), entremeadas de outras espécies como as cactáceas e as bromeliáceas.

No território ainda podemos encontrar resquícios de mata atlântica, apesar de que para os órgãos classificadores a mesma só comece no Rio Grande do Norte. A fauna característica de tal bioma pode ser exemplificada pela presença de espécies como o Tatu-peludo, jaguatirica, cachorro-do-mato, cobra coral e diversas espécies de aves.

Ainda existe no território a Floresta Subcaducifólia amazônica, onde encontramos espécies como o cedro, o babaçu e o pau-d’arco.

Tal território devido a suas características únicas apresenta ainda espécies como tamanduá-mirim, mocó, macaco prego, mico estrela, cotia e nas grutas existentes nos paredões da chapada diversas espécies de morcegos.

O parque Nacional de Ubajara também já foi palco de uma pesquisa de levantamento das populações remanescentes de macacos guaribas, também conhecidos como bugio ou macaco roncador, tais animais possuem grande porte podendo pesar mais de 6 kg e possuem como principal característica a capacidade de emitir potentes vocalizações, que podem ser ouvidas a grandes distâncias.

## **11.6 Características Geomorfológicas**

O Planalto Sedimentar da Ibiapaba compreende a área abrangida pela porção oriental da Bacia Sedimentar do Parnaíba. Esta unidade geomorfológica é composta de rochas sedimentares da formação Serra Grande com litologia arenítica. Constitui-se um planalto sedimentar do tipo cuestiforme. O relevo é dessimétrico constituído por uma sucessão alternada das camadas com diferentes resistências ao desgaste e que se inclinam numa direção, formando um declive suave no reverso, e um corte abrupto ou íngreme na chamada frente de cuesta.

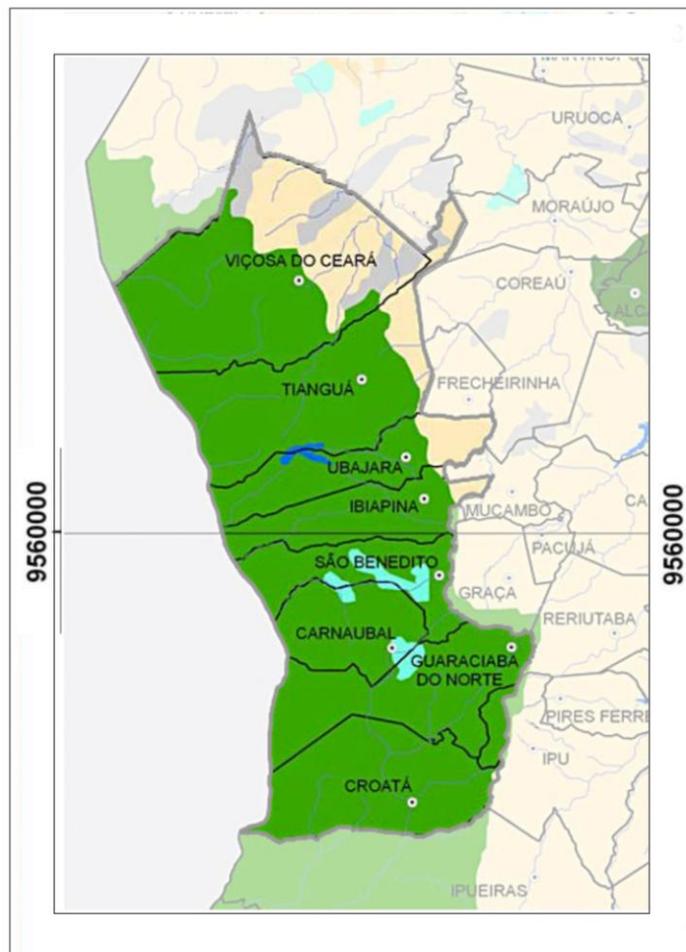
Os compartimentos geomorfológicos identificados correspondem ao front da Serra da Ibiapaba, cuja escarpa apresenta-se na forma de glint, serras cristalinas e depressões periféricas, que se estendem em direção ao litoral, a norte. Essas características tornam a área muito acidentada do ponto de vista geomorfológico. Trata-se de um relevo montanhoso chegando a alcançar 900m de altitudes em algumas áreas, apresentando ocorrência de relevos em rochas sedimentares e rochas cristalinas, seccionadas por corredores deprimidos, onde dominam características climáticas úmidas.

No domínio Planalto da Ibiapaba, o relevo é caracterizado pelo front norte da Ibiapaba, mostrando-se como um bom exemplo do processo de erosão diferencial, já que lá é encontrada uma grande diversidade de matérias. Para ocorrer este tipo de erosão, são necessários os seguintes fatores: a consistência da rocha; estado de fraturamento da rocha; sistema de diaclasamento e o grau de permeabilidade da mesma. As áreas intensamente fraturadas, quando situadas nas imediações de corpos rochosos não fraturados, respondem, em geral, como áreas deprimidas. O intenso

fraturamento colabora para que haja uma maior infiltração das águas e, conseqüentemente, uma maior intemperização química dos materiais rochosos. Esses materiais, assim alterados, tornam-se presas fáceis para os processos erosivos subseqüentes (SOUZA, 1981).

De Tianguá para Viçosa do Ceará, percebe-se um adedamento da cornija e, em alguns pontos, a exumação de rochas do embasamento cristalino. O relevo é dissecado em lombadas, cristas e colinas rasas. Esta escarpa perde altura na parte norte, o que deixa um front dissimulado (SOUZA e MORAES, 2000). Notadamente na escarpa onde está localizado o município de Viçosa do Ceará, ocorre uma irregularidade, com numerosas reentrâncias e anfiteatros de erosão (DNPM, 1979). Tal fato é condicionado por diferentes litologias, que produziram diferenças nos processos erosivos. A figura 1 apresenta as compartimentação geoambiental do território.

## Ceará Território Serra da Ibiapaba Compartimentação Geoambiental



### Localização no Estado



### Legendas

- ⊙ Sede municipal
- Corpos d' água
- Drenagens
- Unidade Geoambiental**
- Tabuleiros interiores
- Planície flúvio marinha
- Chapada do Apodi
- Chapada do Araripe
- Glaciais de acumulação
- Planalto da Ibiapaba
- Planície litorânea
- Planície ribeirinha
- Serres secas
- Serres úmidas
- Sertão ocidental Ibiapaba
- Sertão centro ocidental
- Sertão pré litorâneo
- Sertão sul ocidental

### Escala



PROJEÇÃO UTM, ZONA 24 SUL, DATUM SAD 69.

### Orientação



Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

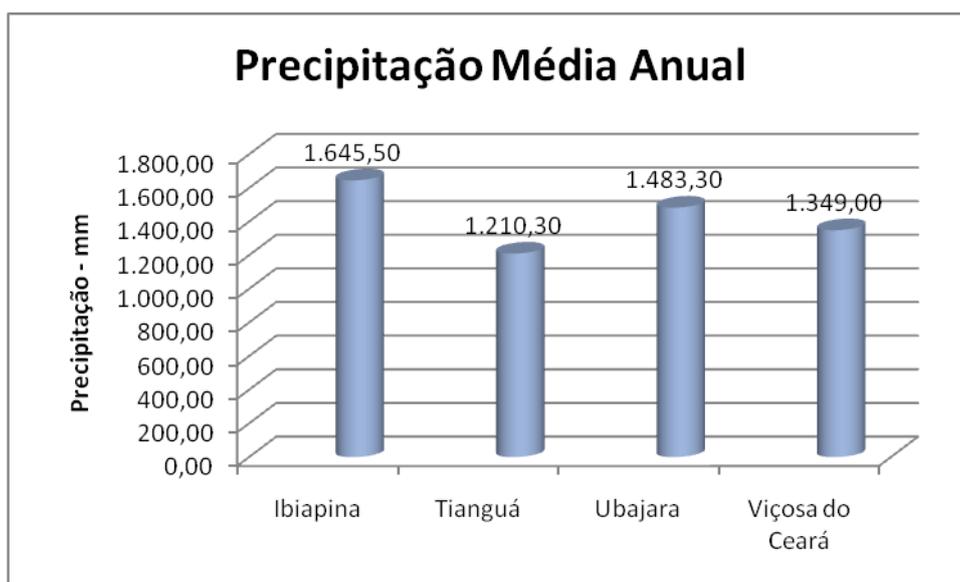
Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

**Figura 4:** Representação gráfica do mapa do território Serra da Ibiapaba apresentando a compartimentação geoambiental  
Fonte: Adaptado do IPECE, 2010.

## 11.7 Características Geoclimáticas

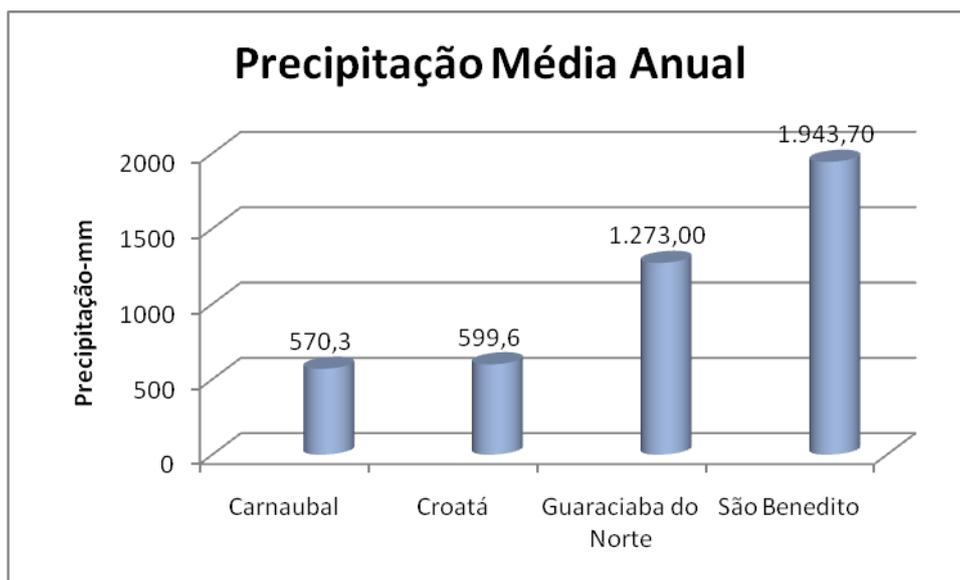
No Planalto da Ibiapaba, as condições climáticas englobam características diversificadas em relação ao quadro geral do resto do estado. A pluviometria média anual é superior a 1200 mm nos municípios situados a barlavento (lado a favor do vento). As temperaturas médias anuais variam em torno de 22° e 24°. As temperaturas mais baixas diminuem sensivelmente a evapotranspiração, o que conserva a umidade local. Tais diferenças em relação ao sertão são explicadas pela compartimentação topográfica, que condiciona o comportamento da temperatura e da pluviosidade, índices que contrastam com o sertão semiárido.

Os municípios do território encontram-se quase que totalmente na área úmida, tendo seu clima classificado como Tropical Quente Úmido (SILVA E CAVALCANTE, 2000). O mesmo apresenta temperaturas médias entre 19°C nos meses de chuva, e 29°C nos meses secos, com precipitação média anual próxima dos 1600 mm como pode ser observado na figura 2. Uma pequena área do território está na parte sub-úmida, que compreende ao pé-de-serra da Ibiapaba. Como pode ser visto na figura 3 a pluviometria média anual é variável entre 500 e 700 mm. As temperaturas médias anuais oscilam entre 23°C e 28°C. As condições climáticas se refletem nas características ecológicas, dando características individualizadas a certos setores.



**Figura 5:** Precipitação média por municípios do micro território I  
Fonte: FUNCEME, 2008.

Observando a Figura 5 pode-se concluir que a medida que a altitude aumenta a média pluviométrica é bem mais significativa. Nos municípios a barlavento, as precipitações atingem médias superiores a 1.200 mm chegando a atingir uma média de 1.645 mm em Ibiapina e 1.483 mm em Ubajara. Esse aumento da precipitação se dá pela posição geográfica, por maiores altitudes e pela maior presença de vegetação .



**Figura 6:** Precipitação média por municípios do micro território II  
Fonte: FUNCEME, 2008.

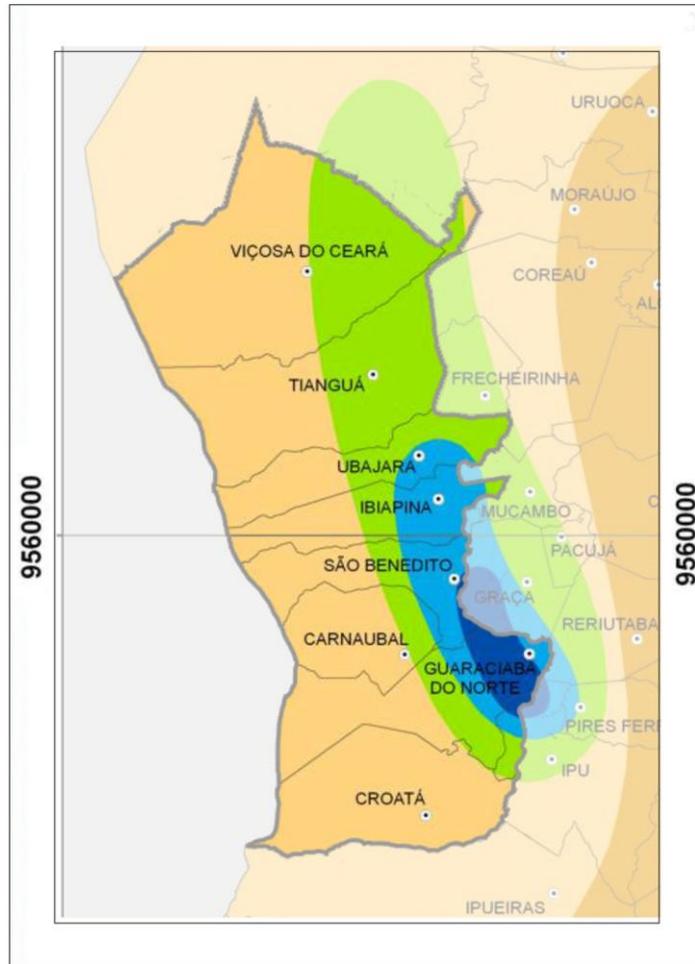
De acordo com a Figura 6 que apresenta a média anual pluviométrica dos municípios da Micro II pode-se concluir que os municípios mais chuvosos são Guaraciaba do Norte e São Benedito. Estes estão localizados a barlavento da Chapada da Ibiapaba, enquanto os municípios com menores média, Carnaubal e Croatá se localizam a sotavento da mesma. Estes apresentam média nula inferior a 600 mm anuais assemelhando-se a média das áreas semi-áridas do Estado do Ceará.

A latitude e, por sua vez, a forte insolação não proporcionam variações significativas de temperaturas durante o ano.

Conforme dados da FUNCEME (2009) que mostram a distribuição mensal das temperaturas dos municípios do território, o mês de março no município de São Benedito apresenta a menor média de temperatura. (16°). Nos municípios de Guaraciaba e Ibiapina os meses de

menor temperatura são os de março e abril (19,4°C). Nos outros municípios o mês mais frio é março. Os meses mais quentes são setembro, outubro, novembro e dezembro. O município de Guaraciaba do Norte é o que apresenta uma das menores médias de temperatura (20° C) que pode ser justificada devido o mesmo apresentar a maior altitude , em torno de 902 metros, influenciando diretamente no clima.

## Ceará Território Serra da Ibiapaba Tipos Climáticos



### Localização no Estado



### Legendas

- ⊙ Sede municipal
- Tropical Quente Semi-Árido
- Tropical Quente Semi-Árido Brando
- Tropical Quente Subúmido
- Tropical Quente Úmido
- Tropical Subquente Úmido

### Escala



### Orientação



Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

**Figura 7:** Representação gráfica do mapa do território Serra da Ibiapaba apresentando os principais tipos de clima  
Fonte: Adaptado do IPECE, 2010.

## 11.8 Características Hidrológicas

O planalto da Ibiapaba possui uma rede de drenagem densa, salientando-se a área de imposição fluvial do rio Poti, na continuação meridional do planalto. As classificações dos rios da região têm como referência o mergulho das camadas que constituem o relevo. Os rios que escoam de acordo com a declividade das camadas, no reverso, são rios de características cataclinais (correm segundo as camadas geológicas). Estes escoam em direção ao reverso do glint (forma de relevo). Temos como exemplo principal o rio Poti, que faz parte da bacia do rio Parnaíba (Piauí), e sulca a parte central da Serra da Ibiapaba, na forma de percée (buraco). Ao norte, o reverso é também sulcado por pequenos cursos d'água conseqüentes que formam estreitas planícies fluviais. Os rios que escoam contra o mergulho das camadas são os rios anaclinais. Os rios anaclinais são afluentes dos rios que estão drenando a depressão periférica no sopé da Ibiapaba, que são os rios Acaraú e Coreaú. Esses rios colocam-se inclusive como rios ortoclinais (forma radial). Em adição, registra-se que ocorre razoável potencial de recursos hídricos subterrâneos na área de pesquisa.

O território se encontra quase que totalmente inserido na bacia hidrográfica do Parnaíba, onde a drenagem principal é representada pelo rio Jaburu. A exceção é uma pequena porção que se encontra inserida na bacia hidrográfica do Coreaú, são os municípios de Ibiapina, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará. Nessa bacia destacam-se os riachos Itaipu e Ubajara. O principal reservatório de água superficial da região é o açude Jaburu I, com capacidade de armazenamento de ordem de 210 milhões de metros cúbicos de água. Esse reservatório é responsável pelo abastecimento da população urbana dos municípios do Território: Viçosa do Ceará, Tianguá, Ubajara, Ibiapina, São Benedito, Carnaubal e Guaraciaba do Norte, abastecendo também os municípios de Mucambo, Pacujá e Graça (território de Sobral). O Jaburu I, possui uma extensão de 150,50 Km, uma vazão de 300 L/s e beneficia uma população de 313.000 habitante, tal adutora é alimentada pelo Açude Jaburu I. ( SRH, 2009).

A depressão periférica do glint da Ibiapaba apresenta superfícies planas e dissecadas com condições climáticas subúmidas a semi-áridas. Nesse segmento rebaixado, as precipitações médias anuais são inferiores ao topo do planalto, estando da ordem de entre 700-900 mm. Os cursos d'água são intermitentes, apresentando um baixo potencial de águas subterrâneas.

Existem obras implantadas através de recursos oriundo de projetos, tal como o projeto São José.

O projeto São José é um Programa de Combate á pobreza Rural. No caso da implantação de sistemas de abastecimento de água, as mesmas são fiscalizadas e executadas pela SOHIDRA. Existem mais de 1400 projetos que já foram realizados pela SOHIDRA dentro do projeto São José. (SOHIDRA, 2010). Tais obras levam a pequenas comunidades uma melhoria de vida e um resgate a dignidade de tais famílias rurais. A Tabela 25 apresenta tais obras.

**Tabela 25:** Obras de abastecimento do Projeto São José nos municípios no período de 2000 a 2009

Municípios	Nº de Obras	Nº de famílias atendidas
Carnaubal	3	256
Croata	9	879
Guaraciaba do Norte	30	3051
São Benedito	5	517
Tianguá	17	1520
Ubajara	14	1391
Viçosa do Ceará	15	1268

Fonte: SDA, Julho de 2009.

O território possui uma expressiva participação no Pacto das águas desenvolvida pela Assembléia Legislativa do estado do ceará. A Tabela 26 apresenta a participação dos municípios.

**Tabela 26:** Participação dos municípios na etapa regional do Pacto das águas.

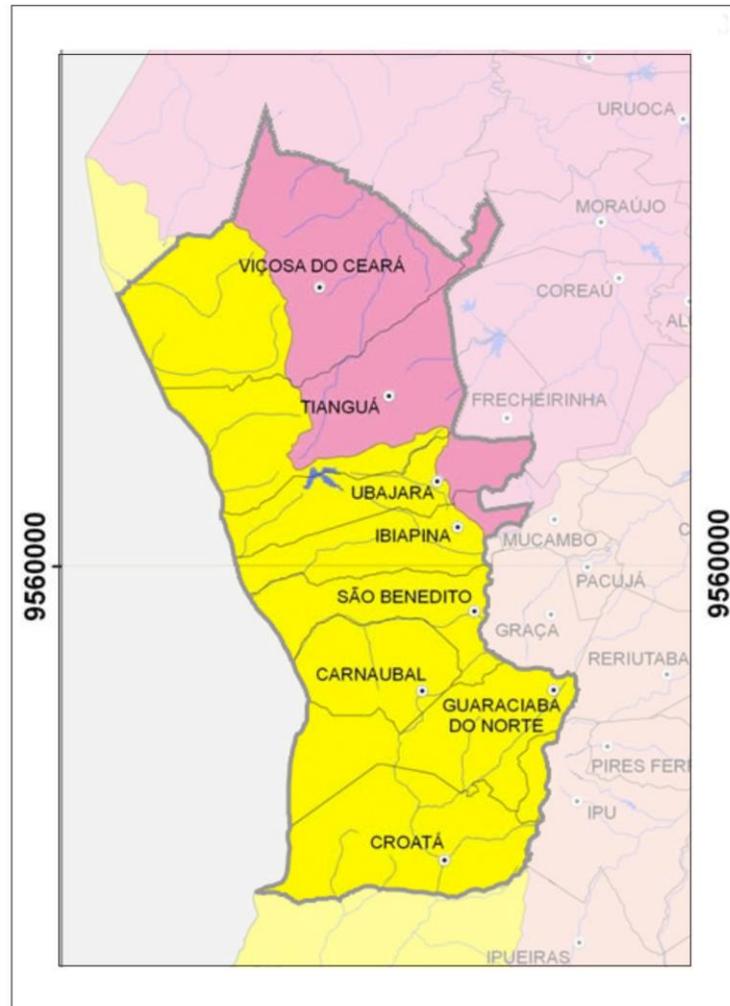
Municípios	Oficina Regional		Oficina Municipal		Seminário Regional	
	Instituições	Participantes	Instituições	Participantes	Instituições	Participantes
Carnaubal	02	02	-	-	-	-
Croata	02	02	-	64	01	02
Guaraciaba do Norte	02	02	-	-	01	01
Ibiapina	09	09	44	89	11	12
São Benedito	06	06	15	42	07	09
Tianguá	14	21	-	-	16	24
Ubajara	03	04	-	-	01	03
Viçosa do Ceará	02	02	22	22	*	*

Fonte: Pacto das Águas, 2009.

A Figura 8 apresenta as bacias hidrográficas que compõem o território.

O território ainda apresenta uma fonte de água, conhecida como Serra Grande, que é utilizada comercialmente, a mesma é adicionada de sais e envazada. Tal fonte encontra-se no município de São Benedito.

## Ceará Território Serra da Ibiapaba Bacias Hidrográficas



### Localização no Estado



### Legendas

- ⊙ Sede municipal
- ~ Drenagens
- 🌊 Açudes e lagoas
- Bacias hidrográficas**
- Acaraú
- Alto Jaguaribe
- Baixo Jaguaribe
- Banabuiú
- Coreaú
- Curu
- Litoral
- Metropolitana
- Médio Jaguaribe
- Parnaíba
- Salgado

### Escala



### Orientação



Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

**Figura 8:** Representação gráfica do mapa do território Serra da Ibiapaba apresentando as bacias hidrográficas que compõem o território

Fonte: Adaptado do IPECE, 2010.

## 11.9 Características Edafológicas

De acordo com JACOMINE, os solos dominantes no território são os Latossolos vermelho-amarelo, Areias Quartzosas (Neossolos Quartzarênicos), Podzólico Vermelho Amarelo (Argissolos), Planossolos Solódicos (Planossolos) e ainda ocorrência de Solos Litólicos (Neossolos Litólicos) .

Os latossolos compreendem a classe de solos que se localizam no reverso imediato da Ibiapaba. Trata-se da faixa mais úmida da chapada. A profundidade desses solos é de aproximadamente 1,50m. Suas cores variam entre vermelho e amarelo, e são caracterizados principalmente, por serem muito profundos, de textura média e, às vezes, argilosa, porosos, muito intemperizados, comumente situados nas áreas sedimentares. Apresentam perfil com horizontes A, Bw e C. Quimicamente são solos ácidos e pobres (distróficos), com baixo potencial de fertilidade natural. Constituem os solos mais antigos do Ceará e ocupam as áreas mais elevadas. Neles se desenvolvem a vegetação do tipo Mata Úmida/Subúmida, Carrasco, Cerradão e vegetação Subcaducifólia de tabuleiro.

Os Neossolos quartzarênicos tem ocorrência expressiva no reverso da Ibiapaba. São solos arenosos constituídos essencialmente por grãos de quartzo, pouco desenvolvidos, profundos e muito profundos, excessivamente drenados, com perfis composto por horizontes A e Ac. Apresentam cores acinzentadas-claras (esbranquiçadas) ou ainda amarelada e vermelho-amarela. Apresentam baixa fertilidade natural (distróficos) e forte a moderadamente ácidos. Estão sob relevo favorável à mecanização agrícola, sendo que a cultura que mais se adapta é o cajueiro e depois o coqueiro. Estão dispersos no litoral e Serra da Ibiapaba e ainda em áreas da região do Cariri. São formados a partir de sedimentos da formação Barreiras. Nele se desenvolve uma vegetação do tipo Pioneira Psamófila, Vegetação Subcaducifólia de Dunas, Vegetação de Tabuleiro, Carrasco e Cerradão.

Os Argissolos (Podzólicos Vermelho-Amarelo Eutrófico) compreendem solos constituídos por material mineral, que têm como características diferenciais argila de atividade baixa e horizonte B textural (Bt), imediatamente abaixo de qualquer tipo de horizonte superficial, exceto o hístico, sem

apresentar, contudo, os requisitos estabelecidos para serem enquadrados nas classes dos Alissolos, Planossolos ou Gleissolos. São de profundidade variável, desde forte e imperfeitamente drenados, de cores avermelhadas ou amareladas, e mais raramente, brunadas ou acinzentadas. A textura varia de arenosa a argilosa no horizonte A e de média a muito argilosa no horizonte Bt, sempre havendo aumento de argila daquele para este. São forte e moderadamente ácidos, com saturação por base alta, ou baixa, predominantemente caulínísticos. Podem apresentar alta ou baixa fertilidade natural. São encontrados, principalmente, nas áreas mais elevadas, mas podem ser encontrados também em áreas de relevo plano e suaves ondulados. São muito susceptíveis à erosão, principalmente por causa da diferença de textura. Encontram-se recobertos por uma vegetação de Floresta Subperenifólia Tropical Plúvio-Nebular (Mata úmida e sub-úmida), Mata Seca, Vegetação de Tabuleiro e Caatinga Arbórea.

Os Planossolos (Planossolo Solódico e Solonetz Solodizado) se encontram distribuídos nas áreas de relevo plano e suave ondulados, ocupando as partes mais baixas da depressão sertaneja e ainda nas áreas de várzea, onde há condições favoráveis ao acúmulo de sódio. São solos rasos, pouco profundos que se caracterizam por apresentar perfis com horizontes A e E, ou mesmo desprovido de E, com textura arenosa sobre um horizonte Bt, às vezes em forma de colunas, de textura média ou argilosa. Em geral são imperfeitamente drenados, de cores acinzentadas e amarelo-claro acinzentadas. Quanto à química possuem média a alta saturação por bases, apresentando elevados teores de sódio no horizonte B, com valores entre 6 e 15 % (característica Solódico), mas também acima de 15%. Por apresentar estes valores possuem caráter solódico, reação alcalina, e a condição de solo halomórfico (salino). Por possuírem condições físicas e químicas desfavoráveis e ainda deficiência hídrica, apresentam fortes limitações ao uso agrícola, sendo aproveitados, portanto para uso na pecuária e pastagens. São originados principalmente de materiais provenientes de alteração de rochas gnáissicas e migmatitos, e em superfície são influenciados às vezes por recobrimento de material sedimentar. São recobertos principalmente por vegetação de Caatinga Arbustiva e Vegetação de Várzea.

Os Neossolos litólicos tem espessura mínima. A maior ocorrência é observada na depressão periférica. Caracterizam-se pela pouca evolução pedológica, rasos, com profundidade igual ou inferior a 50 cm, de textura arenosa ou média, normalmente cascalhenta, com drenagem de moderada à acentuada. Apresentam horizonte A existente diretamente sobre a rocha R, ou sobre a camada de alteração desta - horizonte C. Possuem pedregosidade ou rochosidade na superfície, sendo ainda freqüentemente encontrados associados com afloramento de rochas. Possuem alta ou baixa fertilidade natural, variando de fortemente ácidos a praticamente neutro. Apresentam fortes limitações ao uso agrícola devido a fatores como alta susceptibilidade à erosão, pedregosidade, rochosidade, pouca profundidade, falta d'água e aos fortes declives das áreas serranas.

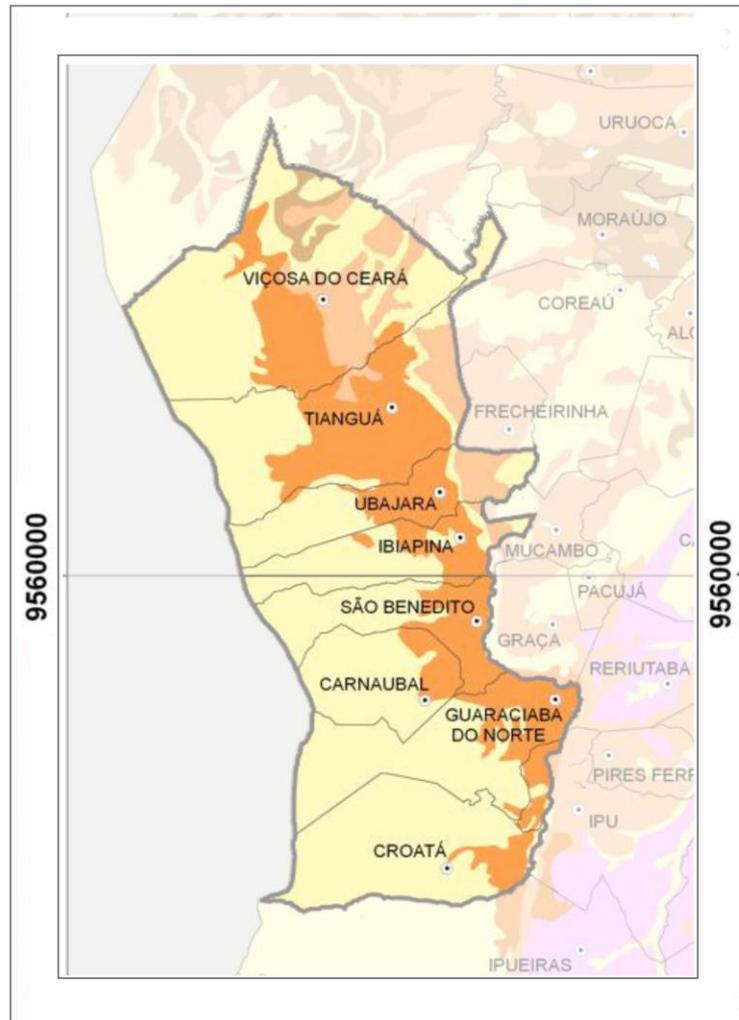
Estão presentes no sertão, nas serras semiáridas e sub-úmidas, em relevos desde plano até montanhoso. Formados a partir de gnaisses, granitos, migmatitos, arenitos, folhelhos, entre outras rochas. Neles se desenvolvem vegetação do tipo Caatinga (arbórea e arbustiva), Mata Seca e Mata Sub-úmida. O Quadro 16 apresenta os tipos de solo por municípios.

Município	Tipos de Solos
Carnaubal	Neossolos Quartzarênicos e Latossolos
Croata	Neossolos Litólicos e Argissolos
Guaraciaba do Norte	Neossolos Quartzarênicos e Latossolos
Ibiapina	Neossolos Quartzarênicos, Neossolos Litólicos, Latossolos e Argissolos
São Benedito	Neossolos Quartzarênicos, Neossolos Litólicos e Latossolos
Tianguá	Neossolos Quartzarênicos, Neossolos Litólicos, Latossolos, Planossolos e Argissolos
Ubajara	Neossolos Quartzarênicos, Neossolos Litólicos, Latossolos e Argissolos
Viçosa do Ceará	Neossolos Quartzarênicos, Neossolos Litólicos, Latossolos, Planossolos e Argissolos.

**Quadro 16:** Distribuição dos solos e tipos de vegetação do Território da Ibiapaba.

**Fonte:** Embrapa, 1999.

## Ceará Território Serra da Ibiapaba Classes de Solos



### Localização no Estado



### Legendas

- Sede municipal
- Argissolos
- Cambissolos
- Chernossolos
- Gleissolos
- Latosolos
- Luvissolos
- Neossolos
- Nitossolos
- Organcossolos
- Planossolos
- Pintossolos
- Vertissolos

CEC: Classificação de solos com o sistema brasileiro de classificação de solos (BRCS) para o 1º nível categórico.

### Escala

50 0 50 km  
PROJEÇÃO UTM, ZONA 24 SUL, DATUM SAD 69.

### Orientação



Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

**Figura 9:** Representação gráfica dos tipos de solos encontrados no Território Serra da Ibiapaba

Fonte: Adaptado IPECE, 2010.

## 11.10 Características Vegetais

O planalto da Ibiapaba, no que se diz respeito ao revestimento vegetal, é caracterizado pelo predomínio do Carrasco. Carrasco é uma vegetação xerófila arbustiva densa, ainda pouco conhecida, que ocorre no domínio semi-árido do nordeste do Brasil, sobre areias quartzosas distróficas profundas, entre 700 e 900 m de altitude. Pode ser encontrada no estado do Ceará, no planalto da Ibiapaba e chapada do Araripe que possui como característica plantas caducifólias, similares à caatinga, e estende-se principalmente pelo platô da Chapada da Ibiapaba. É uma vegetação decorrente da degradação do Cerradão, sendo constituída por um estrato arbustivo fechado. Como espécies mais representativas citam-se o caju, a caroba, o pau mocó, a mimosa, o visgueiro e o araticum. O carrasco apresenta uma grande riqueza de espécies, ocasionado no geral pela variáveis climáticas e edáficas, o mesmo, no entanto é constituído predominantemente de espécies arbustivas e microfanerófitas (plantas de baixo porte) de caules finos. Apresenta grande variabilidade espacial na composição florística e na abundância das populações.

No território também se encontra os resquícios da mata primitiva de Floresta úmida que se restringem à área do Parque Nacional de Ubajara. A floresta úmida é uma mata perenifólia, onde os componentes arbóreos têm prevalência com elevada densidade das espécies. Os componentes herbáceos e arbustivos são pobres em espécies e de pequena densidade. A altitude e a alta nebulosidade dão condições para a ocorrência desse padrão fitogeográfico (SILVA, 2005). O município de Ubajara é o trecho mais representativo da floresta úmida, demonstrando uma mata original, com árvores de grande porte, esgalhamento aberto e rico em cipós. Segundo o IPLANCE (1997) e a SRH (1992), a vegetação que envolve o município de Ubajara é o Carrasco, (vegetação xerófila densa de caules finos), a mata úmida (floresta subperenifólia tropical plúvio-nebular) e a mata seca (floresta subcaducifólia tropical pluvial).

A Floresta Subcaducifólia Tropical Pluvial (Mata Seca) é uma vegetação de caráter semi-caducifólio onde parte de suas espécies perde suas folhas

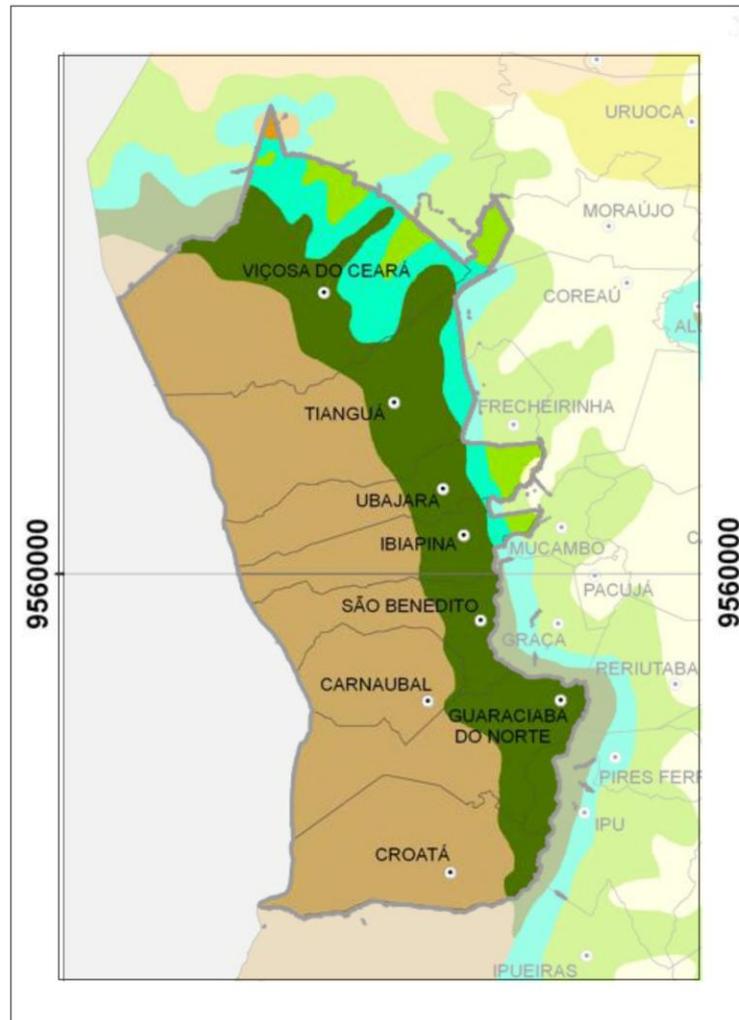
como forma de proteger-se de seca. Ocupa áreas de serras secas, vertente sub-úmidas e encostas e topos de algumas chapadas. Possui um estrato dominante arbóreo – arbustivo, onde apresenta como espécies mais representativas o Gonçalo Alves, o pau d'arco amarelo, o pajeú, a pitombeira, a barriguda, o angico vermelho, o pau-ferro, o feijão-bravo e o coração de negro. O estrato herbáceo-gramíneo desenvolve-se apenas no período chuvoso.

A Floresta Subperenifolia Tropical Plúvio-Nebular (Mata úmida e subúmida) ocupa as áreas mais elevadas dos topos e encostas das serras úmidas do interior cearense, além das bordas e reversos das chapadas e planaltos sedimentares. Possuem algumas variações fisionômicas, apresentando algum caráter de sub-umidade nas áreas onde a umidade do solo e atmosférica é menor. Há um predomínio do estrato arbóreo com presença de epífitas e cipós e alguns arbustos dispersos no interior da mata. Apresenta a maior biodiversidade do interior do Estado. As espécies mais representativas são o pau d'óleo, o cedro, a tatajuba, o pau d'arco amarelo, pau d'arco roxo, frei Jorge, a ingazeira e o mororó. Há uma ocorrência de epífitas como algumas bromeliáceas, cactáceas e orquídeas, indicando um elevado índice de umidade atmosférica.

A Floresta Caducifolia Espinhosa se encontra dispersa em áreas de clima semi-árido da depressão sertaneja, serras secas e na Chapada do Apodi. Apresenta adaptações morfológicas e fisiológicas aos períodos de seca. Possui três estratos: arbóreo, arbustivo e herbáceo. O arbóreo está presente apenas nas superfícies de caatinga mais conservada. E tem como espécies mais representativas o pau branco, o angico, a aroeira, o pereiro, a imburana, o pau d'arco e o juazeiro. O estrato arbustivo é composto por espécies como o feijão bravo, marmeleiro, jurema preta, cumaru, violeta, pereiro, cardeiro e jurubeba. Enquanto o estrato herbáceo e gramíneo torna-se presente apenas durante o período chuvoso, sendo bastante explorado no desenvolvimento da pecuária extensiva.

A Figura 10 apresenta as características vegetais encontradas no território.

## Ceará Território Serra da Ibiapaba Unidades Fitoecológicas



### Localização no Estado



### Legendas

- ⊙ Sede municipal
- Complexo Vegetacional da Zona Litorânea
- Floresta Subperenifólia Tropical Pluvio-Nebular (Mata Úmida, Serrana)
- Floresta Subcaducifólia Tropical Pluvial (Mata Seca)
- Floresta Caducifólia Espirinhosa (Caatinga Arbórea)
- Caatinga Arbustiva Densa
- Caatinga Arbustiva Aberta
- Carrasco
- Floresta Perenifólia Paludosa Marítima
- Floresta Mata Dicotilo-Palmáceae (Mata Ciliar com Carnaubal)
- Floresta Subcaducifólia Tropical Xeromorfa (Cerradão)
- Cerrado

### Escala



### Orientação



Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

**Figura 10:** Representação gráfica do mapa do território Serra da Ibiapaba apresentando as principais unidades fitoecológicas  
Fonte: Adaptado do IPECE, 2010.

### **11.11 Características Geoambientais dos Sistemas Produtivos da Agricultura Familiar**

Os sistemas ambientais identificados no território da Ibiapaba são: Sistemas de Serra e de Sertão.

O Sistema Ecológico de Serra Úmida apresenta situações ambientais diferenciadas e se caracteriza por um conjunto de elementos naturais com destaque para a altitude, topografia, temperatura, umidade e uma variação significativa dos solos. A sua composição é formada por unidades fitoecológicas de florestas subperenifólia tropical Plúvio-Nebular e unidades geomorfológicas de maciços residuais dissecados em cristais e colinas.

O Sistema de Alto da Serra, como o próprio nome já indica se caracteriza pela altitude, garantindo um clima mais ameno e automaticamente um solo mais úmido e bastante variado. Essa condição viabiliza a exploração nativa e cultivada de fruteiras (abacate, graviola, manga, laranja, limão, ata, mamão, etc.), em especial o caju e a banana, como também o café e a agricultura de subsistência (milho, feijão de arranca e mandioca). Na alimentação animal é utilizado para a produção de pastagem cultivada (capim de pisoteio e de corte, cana de açúcar, sorgo e milho) e da pastagem nativa. Na criação animal as espécies mais apropriadas para este sistema são: bovino, ovino, suíno, abelha, peixe e aves.

O Sistema de costela da Serra tem como característica predominante à irregularidade topográfica. Tal sistema localiza-se no lado íngreme da serra (costela) tornando muito difícil as condições de trabalho além de está protegida pela legislação ambiental tornando-a área de reserva permanente, portanto, proibida da exploração agropecuária tradicional ou modernizante. Na parte mais úmida (serra úmida) a mesma é apropriada para exploração de fruteiras arbóreas (jaca, ata, cajá, manga, etc.), como também a criação de abelha e o turismo ecológico comunitário.

O Sistema Ecológico de Sertão pode ser detectado em alguns municípios da Ibiapaba e tem como característica a sua formação geomorfológica de depressão sertaneja submetida a processos de

sedimentação, maciço residual e planície fluvial e unidades fitoecológicas de floresta caducifolia espinhosa e tropical e caatinga arbustiva densa e aberta. Nele são identificadas situações ambientais que promovem condições diferenciadas para a exploração produtiva, em função da qualidade da terra e da disponibilidade da água.

## 12 ASPECTOS ANTRÓPICOS

O território da Ibiapaba tem uma fragilidade quanto ao meio ambiente onde este varia de moderadamente instável à ambientalmente estável devido a causas naturais como a declividade, e a causas antrópicas como o desmatamento para atividades agrícolas. Pela riqueza natural que o território apresenta, a serra da Ibiapaba enfrenta diversos problemas ambientais como desmatamento para plantação de culturas, a utilização da queimada para limpeza do solo, utilização de agroquímicos, o lixo urbano depositado de forma inadequada e ainda problemas de ordem natural como à erosão de áreas de pastos, encostas, etc.

É bem verdade que já existe uma preocupação com o meio ambiente no território, pois algumas iniciativas já estão sendo tomadas, como à criação de Associações de produtores orgânicos e algumas práticas conservacionistas que já vem sendo implantadas em alguns agrossistemas como adubação verde, cobertura orgânica, curvas de nível, plantio direto dentre outras. Vale salientar também que o território apresenta algumas instituições que alavancam tais práticas ambientalistas, são elas: APOI, ADAO, Jaburu Orgânico, Assentamento Agudo, ESPAF, CEPEMA, INSTITUTO IDEIAS, CÁRITAS, dentre outras que muitas vezes não possuem uma ação direta para o meio ambiente mais que contribuem com a idéia de conservação do mesmo.

Vale, no entanto ressaltar que o percentual de agricultores familiares que adotam tais práticas conservacionistas ainda é pequeno e que os habitantes de tais municípios almejam a execução da legislação ambiental já existente para prevenir e remediar ações danosas ao meio ambiente.

### 12.1 Desmatamentos e queimadas

Analisando as diferentes formas de uso do solo, observamos que o mesmo está intrinsecamente ligado aos recursos naturais, observa-se, portanto, que tais áreas estão marcadas pela elevada densidade de ocupação agrícola e pela intensidade de utilização.

O turismo também é uma atividade que está se sobressaindo entre as atividades econômicas dessa região.

Os fatores restritivos ao uso da terra são de natureza topográfica e edáfica face à morfologia do terreno, que possui vertentes íngrimes, restringindo o uso do solo às áreas mais planas como o topo do glint e a depressão periférica cristalina, e o outro fator é a baixa fertilidade dos latossolos provenientes da alteração do arenito. Devido ao desmatamento indiscriminado ali verificado, e o conseqüente uso intenso e continuado dos recursos naturais através de técnicas rudimentares, os processos erosivos se manifestaram, trazendo empobrecimento dos solos, sobretudo, por conta da lixiviação (SOUZA, 2000).

Segundo LIMA (2000), quanto ao uso e à sustentabilidade, a área é favorável às culturas de longo e curto ciclo, com adubação e com a aplicação de corretivos da acidez dos solos. Nesse aspecto, o autor indica como necessário à sustentabilidade local e os aproveitamentos baseados na silvicultura, através do reflorestamento de áreas degradadas, a manutenção de resquícios de mata plúvio-nebular; e o uso urbano turístico controlado, o qual hoje produz sustentabilidade moderada.

Quanto às condições ecodinâmicas e à vulnerabilidade ambiental, a região apresenta ambientes de transição, com tendência à instabilidade e à vulnerabilidade de moderada a alta na área escarpada com desmatamentos indisciplinados.

As depressões sertanejas correspondem também às amplas superfícies de aplainamento que foram elaboradas sobre condições climáticas semi-áridas. Nesses lugares e verificou-se um trabalho intenso de erosão, que rebaixou o relevo, principalmente nas áreas de rochas menos resistentes. Segundo LIMA (2000), a depressão periférica da Ibiapaba apresenta restrições quanto ao seu potencial geoambiental e limitações de uso dos recursos naturais, com solos apresentando fortes limitações ao uso agrícola. Apesar das limitações, estas áreas são extremamente utilizadas para a agricultura tradicional, a mesma é realizada, sobretudo através de desmatamentos com queimadas, os quais deixam os solos expostos às fortes chuvas, ocasionando

a remoção constante dos seus horizontes superficiais, o que acaba provocando uma redução da fertilidade natural e diminuição da produção agrícola.

Segundo dados primários, no município de Ubajara encontra-se uma brigada de Incêndio que atende o território.

Segundo FUNCEME (2009), o território apresentou diversos focos de calor estando o município de Viçosa do ceará um dos que mais apresentou focos de calor no estado, estando o mesmo em 22º lugar do Ranking com 189 focos, seguido por Ubajara com 22 focos no ano, Ibiapina com 12, Carnaubal e São Benedito com 10 focos.

## **12.2 Práticas agrícolas e tipos de erosão**

Por se tratar de um ambiente diferenciado quando comparado à depressão sertaneja, por abrigar melhores condições de temperatura e solos mais férteis, este território está marcado pela elevada densidade de ocupação agrícola e pela intensidade de uso de seu solo. Diversos problemas podem ser verificados na área, dentre eles o que mais se destaca são as queimadas e o desmatamento intenso de áreas de vegetação abundante para dar lugar a grandes áreas de cultivo de hortaliças, principal atividade econômica da Serra.

Como conseqüências vastas áreas se tornam impróprias para a prática da agricultura, o que exige correção de solos, combate a pragas fazendo com que os agricultores, para aumentar a produtividade façam uso indiscriminado de agrotóxicos, o que vem comprometendo cada vez mais a qualidade dos mesmos e principalmente dos recursos hídricos superficiais e/ou subterrâneos. Diversos rios e riachos vêm sendo poluídos por causa dessa prática.

Pelas características do relevo, junto às práticas inadequadas de uso e ocupação do solo o processo de erosão na região é acelerado, principalmente pela erosão linear, aquela que é provocada pela água. Por encontrar um solo desprotegido, por causa do desmatamento que ocorre na área, o efeito da chuva é bem mais significativo. Por apresentar relevo abrupto o solo é carregado vertente abaixo, deixando áreas onde os solos se tornam pobres para a prática de atividades agrícolas.

### 12.3 Tipos de poluição e contaminação

Em função do clima, que não apresenta os parâmetros típicos do semi-árido, e da ocorrência de solos de boa aptidão agrícola, a Ibiapaba constitui-se uma zona de grande potencialidade econômica do estado do Ceará.

Nessa área pela grande aptidão agrícola o uso de agrotóxicos acontece de forma indiscriminada. Dentre os municípios mais afetados Guaraciaba do Norte se destaca, pois este possui grandes áreas devastadas, justamente por concentrar o maior número de hortas, sendo também o maior consumidor de agrotóxico, seguido pela cidade de Carnaubal, devido ao terreno arenoso, de carrasco.

Os problemas são praticamente os mesmos em toda a região da Ibiapaba: uso abusivo de agrotóxicos, queimadas, uso inadequado do solo, falta de um destino adequado do lixo, caça e comércio ilegal de animais silvestres, falta de conscientização ambiental e o mau gerenciamento dos recursos hídricos.

Muitas nascentes e rios estão desaparecendo, em função do desmatamento das matas ciliares; e muitos rios que eram perenes, hoje são temporários. Diante de tantos problemas uma das soluções seria a preservação das matas ciliares, para evitar o assoreamento. Alguns órgãos ambientais têm trabalhado para evitar a devastação, mas esta é presente em todo o território.

Um dos casos mais graves, na área de recursos hídricos, ocorre com o riacho Ninga, no sítio São José, em Ibiapina, que está poluído e em processo de assoreamento. Na mesma situação, encontram-se o Rio Jaburu em Ubajara, e o Riacho Ipuçaba, chegando este último a comprometer a queda d'água da famosa Bica do Ipú (Tianguá esperto *on line*, 2009).

Um dos maiores problemas é que os órgãos ambientais não dispõem de um número significativo de pessoal para uma boa fiscalização, o que agrava mais ainda os problemas ambientais neste território.

## **12.4 Desequilíbrios Ambientais**

No território é muito comum a prática extrativista. Dentre os recursos retirados do meio estão: o coco Babaçu, o Mel, a Carnaúba, Fibra da Bananeira, Cipós, Palha das Palmeiras de Babaçu e a madeira que é utilizada como lenha e para fabricação de móveis e artesanato. O extrativismo no entanto, não tem nenhum acompanhamento, o mesmo é feito de forma indiscriminada e sem controle o que acarreta problemas para o meio ambiente.

Outra problemática encontrada no território é a introdução de espécies exóticas, como a do Nim indiano, que foi trazido para o Brasil em 1992 e que se adaptou muito bem, a mesma possui um crescimento rápido e é utilizada como Repelente natural, porém a mesma compete com as outras espécies vegetais e por isso causa dano.

Outra espécie exótica que ocorre no território é o Eucalipto. O mesmo foi introduzido no Brasil em 1909 em São Paulo e até os dias de hoje é utilizada no reflorestamento de áreas. O problema de tais práticas de introdução de plantas exóticas é o desconhecimento de como elas poderão impactar e diminuir a biodiversidade nativa.

## **12.5 Programas Ambientais No Território**

Na área da APA e do Parque foram iniciadas em 2000 a implantação de um projeto de educação ambiental na rede municipal de ensino, em parceria com as Prefeituras, capacitando diretores e professores, como forma de conseguir uma maior adesão da comunidade na preservação do meio ambiente.

Com isso, já foram atendidos Viçosa do Ceará, Ibiapina, Ubajara e Tianguá. O gerente da APA, Sebastião Soares, coloca, por sua vez, que também estão sendo feitas articulações com os municípios para a implantação de Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente.

Proprietários rurais com áreas ainda bem conservadas estão sendo incentivados a criar Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), sendo que a Cachoeira da Floresta, de propriedade do Hotel Serra Grande,

deverá ser a primeira RPPN da Ibiapaba. A FUNECE também trabalha na área de preservação, propondo a criação de Parques Municipais.

## 13 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO AMBIENTAL

O diagnóstico da Dimensão Ambiental possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro a seguir, conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: aspectos geoambientais e aspectos antrópicos, que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

AMBIENTE INTERNO	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
1. Fauna e Flora, Clima, Fontes de água, Cachoeiras, Solo agricultável, Unidades de conservação.	1. Ineficiência na Fiscalização (ausência de autarquia ambiental) Caça predatória e comércio ilegal de animais, Uso indiscriminado de agrotóxico, Desmatamento e queimadas, Utilização de lenha.
2. Potencial turístico	2. Existência de lixão, Lançamentos de efluentes não tratados os rios, Poluição dos recursos hídricos, Ações pontuais de educação ambiental.
3. Artesanato (cerâmica), Atividades agro ecológicas. Discussão dos consórcios sobre os aterros sanitários, Linha de crédito do BNB para financiamento às cooperativas e associações para a Usina de Reciclagem	3. Ausência de registros das fontes de água. Ausência da Companhia de polícia ambiental. 4. Queima da cana de açúcar para beneficiamento. 5. Destruição de APP <sup>s</sup>
AMEAÇAS	OPORTUNIDADE
1. Introdução de espécies exóticas sem estudo dos impactos ambientais; 2. Turismo degradador, Especulação imobiliária, Indústrias poluidoras, Exclusão do Município de Viçosa do Ceará no mapeamento do Semiárido	1. Incentivo do selo município verde, Agenda 21. 2. Políticas públicas voltadas para o meio ambiente, Matrizes energéticas (eólica e biodiesel), Programa do território, Existência de órgãos públicos voltados para o meio ambiente.

**Quadro 17** :Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Ambiental

**Fonte:** Oficinas Territoriais, 2011.

**Parte II c**

**DIMENSÃO SOCIOECONOMICA**

**Aspectos Socioeconômicos**

**Aspectos do Setor Produtivo**

**Situação Fundiária**

**Financiamento e Comercialização**

**Assessoria Técnica**



## 14 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

A configuração socioeconômica do território foi trabalhada de forma bastante ampla e aprofundada no “Estudo Propositivo para a Dinamização Econômica do Território”, utilizado como referência maior para o presente diagnóstico do PTDRS. Em linhas muito gerais, pretende-se reunir e analisar as informações sobre a dinâmica socioeconômica do Território Rural Serra da Ibiapaba, apontando suas fragilidades ou estrangulamentos, suas fortalezas ou acúmulos, as ameaças ou implicações e, sobretudo, as potencialidades tanto dos sistemas produtivos, quanto das cadeias valores na ambiência dos negócios e serviços territoriais com possibilidade de fortalecer a dinâmica socioeconômica. Ao trabalhar essa dimensão, o foco não foi exclusivo nas questões econômicas, procura-se também analisar seus impactos no social, além de procurar integrar as outras dimensões com as questões socioeconômicas.

Esse diagnóstico tem como objetivo também se tornar insumo gerador dos projetos e das informações para a elaboração da estratégia de desenvolvimento sustentável do território. Procurou-se identificar a organização social e econômica do território segundo suas potencialidades, capazes de se tornarem dinamizadoras do desenvolvimento e geradoras das competências sistêmicas para a sustentabilidade. Caracterizando-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e do desenvolvimento constante da produtividade e da intersectorialidade socioprodutiva.

Procurou-se também identificar resultados econômicos com níveis de eficiência, através da capacidade de usar e articular recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando redes de pequenas empresas. Dessa forma, buscou-se identificar a organização dos sistemas locais de produção, que possam transformar as vantagens comparativas locais em vantagens competitivas regionais.

Para atingir esses objetivos, buscou-se fundir e sintetizar todo o conhecimento da realidade, tendo por base o conjunto de informações de dados secundários disponíveis do território, complementadas com consultas e leituras diretas da realidade concreta e discutidas num processo dialógico entre técnicos e os atores sociais, o que nos possibilitou um conteúdo interpretativo dos fenômenos encontrados na realidade estudada e explicar os problemas, suas causas e seus efeitos, identificando as potencialidades e limitações com o propósito de fundamentar e de estabelecer as diretrizes, as estratégias e as proposições com viabilidade assegurada para o desenvolvimento sustentável do território.

No diagnóstico, procura-se registrar o entendimento da complexidade e da diversidade que, em geral, caracterizam o ambiente rural do território, considerando que essas sociedades são compostas de categorias, de camadas e de classes sociais que mantêm relações entre si (agricultores familiares, assentados, fazendeiros, empresas, assalariadas e diaristas, acampados, arrendatários e parceiros, atravessadores, agroindústrias, bancos, fornecedores de insumos, comércio local, poder público, organizações da sociedade civil, etc.). A ação de cada um depende da ação ou da reação dos outros, bem como do seu entorno ambiental, social, político, institucional e econômico.

Na prática, pode ser que nem todas as informações necessárias estejam apresentadas de forma a possibilitar o pleno entendimento e a caracterização da realidade complexa, porém todos os esforços foram empreendidos para obter o maior número delas, com a preocupação de que, quanto mais organizado e completo for o nível e o domínio das informações pelos atores sociais, técnicos e representações do Estado, maior será a confiabilidade e a coerência das propostas de mudanças.

## 14.1 Indicadores Socioeconômicos

### 14.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Território Serra da Ibiapaba apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano obtido a partir da média do IDH-Municipal (IDHM) divulgado pela ONU, através de seu Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este índice abrange três dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O IDHM é obtido pela média aritmética simples de três subíndices: IDHM – Longevidade, obtido a partir da esperança de vida ao nascer; IDHM – Educação, resultado da combinação da porcentagem de adultos alfabetizados com taxa de matrícula nos ensinos elementar, médio e superior; IDHM – Renda, que é obtido a partir da PIB per capita, ajustado ao poder de paridade de compra e com retornos marginais decrescentes à renda a partir de um determinado patamar de referência.

O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total). Municípios com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo, os municípios com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano e municípios com IDH superior a 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

**Tabela 27** – Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

IDH	Classificação
$\leq 0,499$	Baixo
0,500 a 0,799	Médio
$\geq 0,800$	Alto

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

**Tabela 28** – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Global e dimensão-educação do estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 1991-2000.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)							
	Global				Educação			
	1991		2000		1991		2000	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Ceará	0,597	-	0,699	-	0,604	-	0,772	-
Território	0,483	-	0,619	-	0,455	-	0,695	-
Carnaubal	0,461	158	0,609	133	0,429	166	0,703	95
Croatá	0,440	176	0,557	182	0,430	163	0,673	145
Guaraciaba do Norte	0,501	101	0,629	96	0,481	109	0,694	113
Ibiapina	0,489	122	0,646	56	0,480	110	0,740	30
São Benedito	0,481	135	0,618	119	0,466	129	0,700	100
Tianguá	0,523	66	0,640	72	0,472	118	0,696	108
Ubajara	0,520	75	0,657	38	0,521	64	0,715	70
Viçosa do Ceará	0,451	170	0,593	158	0,362	179	0,636	171

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

**Tabela 29** – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dimensão-longevidade e renda do estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 1991-2000.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)							
	Longevidade				Renda			
	1991		2000		1991		2000	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Ceará	0,613	-	0,713	-	0,563	-	0,616	-
Território	0,565	-	0,662	-	0,429	-	0,500	-
Carnaubal	0,545	149	0,629	162	0,408	141	0,496	102
Croatá	0,527	164	0,558	184	0,363	179	0,441	177
Guaraciaba do Norte	0,574	111	0,693	92	0,447	83	0,501	91
Ibiapina	0,590	76	0,695	88	0,398	157	0,503	84
São Benedito	0,547	147	0,629	161	0,431	110	0,525	52
Tianguá	0,588	80	0,695	89	0,510	19	0,529	42
Ubajara	0,574	110	0,701	76	0,465	53	0,555	21
Viçosa do Ceará	0,578	108	0,693	91	0,412	135	0,450	162

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Segundo a classificação do PNUD, somente os municípios de Guaraciaba do Norte, Tianguá e Ubajara, alcançaram, em 1991, a classificação de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Para o ano de 2000, todos os municípios apresentaram classificação de médio desenvolvimento humano. O IDH territorial foi de 0,486 e 0,619, respectivamente, para os anos de 1991 e 2000, logo, com classificação médio desenvolvimento humano. Para os dois anos o IDH estadual foi superior que o IDH territorial.

Dentre os municípios, os que apresentara melhor classificação no ranking dos municípios do estado foi Tianguá em 1991, na 66ª posição, e Ubajara em 2000, na 38ª. Os municípios que apresentaram pior classificação no ranking foram Croatá e Viçosa do Ceará, nas 184 e 158, respectivamente,

em 2000. Vale ressaltar o recuo de posições na classificação do ranking do município de Ibiapina entre os anos de 1991 e 2000. Em 1991, ocupou o 122º lugar e em 2000 o 56º lugar, perdendo assim 66 posições.

Para o IDH-Educação, podemos verificar que, em 1991, somente o município de Ubajara apresentou Índice superior a 0,500. Este mesmo município ocupou nessa ocasião o 64º lugar no ranking. Vale ressaltar que o município de Viçosa do Ceará foi o que apresentou menor índice naquele ano, com 0,362, ocupando a 179ª posição. Em 2000, podemos verificar que alguns dos municípios apresentaram o IDH-Educação superior a 0,700, logo, estão bem próximos de alcançarem a classificação alto índice de desenvolvimento para essa dimensão. Ainda em 2000, o município de Ubajara se caiu 6 posições e ficou na 70ª posição. Vale ressaltar a melhora significativa do município de Ibiapina, saindo da 110ª posição para 30ª posição. O IDH-Educação territorial foi de 0,455 em 1991 e de 0,695 em 2000, uma melhora bastante significativa para essa dimensão do IDHM, levando a mudança de classe do território.

Se analisarmos o IDH nas dimensões Longevidade e Renda, podemos verificar que, em 1991, nenhum município apresentou o IDH-Longevidade inferior a 0,500, no entanto, para esse mesmo ano, somente um município apresentou IDH-Renda superior a 0,500, no caso, Tianguá. Para o ano de 2000, a melhora no IDH-Longevidade pode ser notada para todos os municípios, inclusive para o Território que saiu de 0,565 em 1991 para 0,662 em 2000. Uma melhora incipiente foi verificada para o IDH-Renda, onde todos os municípios se mantiveram no intervalo de 0,441 a 0,555. Podemos inferir então que essa dimensão (Renda) tão importante para a melhoria da qualidade de vida das pessoas do território não foi decisiva no aumento do IDHM territorial.

Para comparação entre os anos 1991 e 2000, foi calculado a Taxa de Crescimento do IDH-M. Para a análise da posição relativa do município no contexto estadual, foram criadas as seguintes referências. Recuo Fraco – menos de dez posições perdidas; Recuo Médio – entre 10 e 20 posições perdidas e Recuo Forte – mais de 20 posições perdidas. Critérios similares foram utilizados para registrar o avanço de cada município no ranking estadual.

**Tabela 30** – Classificação da tendência de recuo de posições no *ranking* estadual referente ao Índice de Desenvolvimento Humano.

Tendência do Recuo	Classificação
< 10 posições	Recuo Fraco
10 a 20 posições	Recuo Médio
> 20 posições	Recuo Forte

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

De acordo com a Tabela 30, podemos verificar que a maior taxa de crescimento do IDH-Global dos municípios foi de Carnaubal e Ibiapina, com 32% de crescimento. O município que apresentou menor taxa de crescimento global foi Tianguá, com 22% de crescimento. Verificamos ainda que o crescimento do IDH-Global do território foi superior ao crescimento do estado do Ceará, com 28% de crescimento, contra 17%.

Como o IDH-Global é calculado através de uma média simples através dos valores das três dimensões, onde o IDH-Educação obteve uma taxa de crescimento de 53%, o IDH-Longevidade, 17% de crescimento, e, o IDH-Renda, 16% de crescimento. Podemos concluir que a dimensão educação do IDH foi decisiva para o aumento do IDH-Global territorial. Em seguida, as dimensões que foram importantes no crescimento do IDH-global foram a Longevidade e a Renda, praticamente com as mesmas taxas. Podemos verificar que o IDH-Renda apresentou a menor taxa de crescimento, o que reflete diretamente na qualidade de vida das pessoas do território, isto é, influi de forma significativa no poder de compra das pessoas do território.

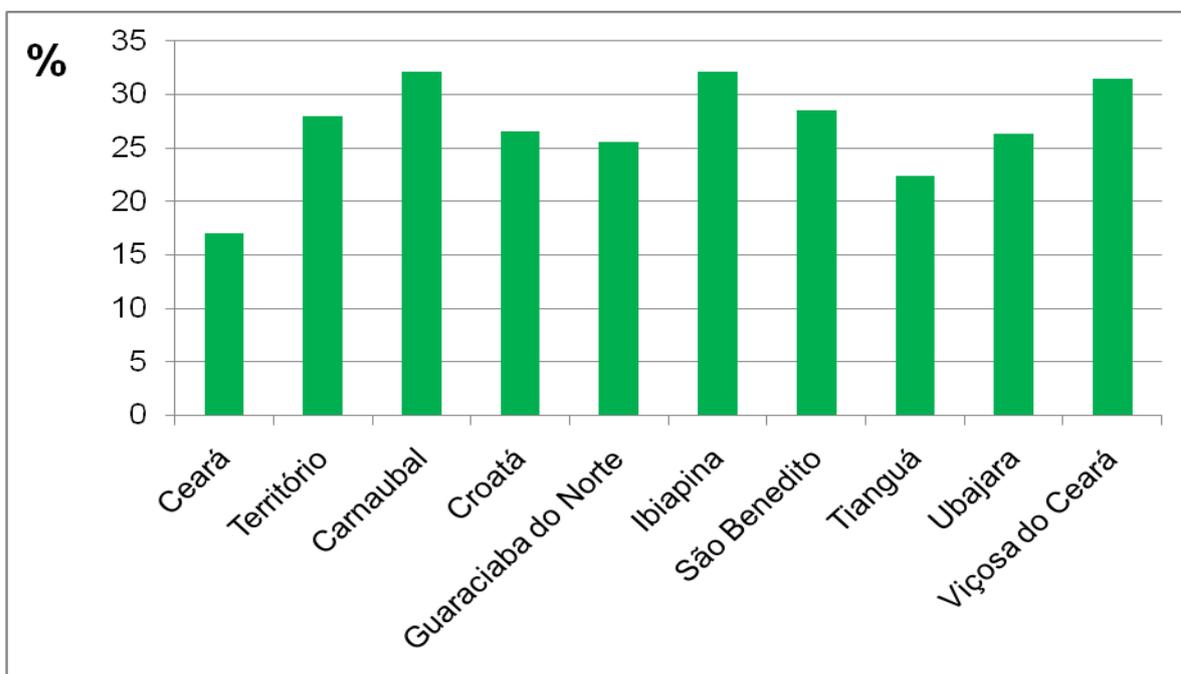
Quanto a tendência de recuo das posições do ranking estadual, podemos verificar que no IDH-Global, apenas os municípios de Carnaubal, Ibiapina e Ubajara apresentaram “recuo forte”. Ainda para esse índice, os municípios de Croatá e Tianguá não obtiveram recuo. Para o IDH-Educação, os municípios de Carnaubal, Ibiapina e São Benedito, apresentaram “recuo forte”, já Guaraciaba e Ubajara não recuaram no *ranking*.

**Tabela 31** – Taxas de crescimento dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)-Global/Educação/Longevidade/Renda e tendências de recuo de posições no *ranking* estadual referente ao IDH do estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, para o período de 1991-2000.

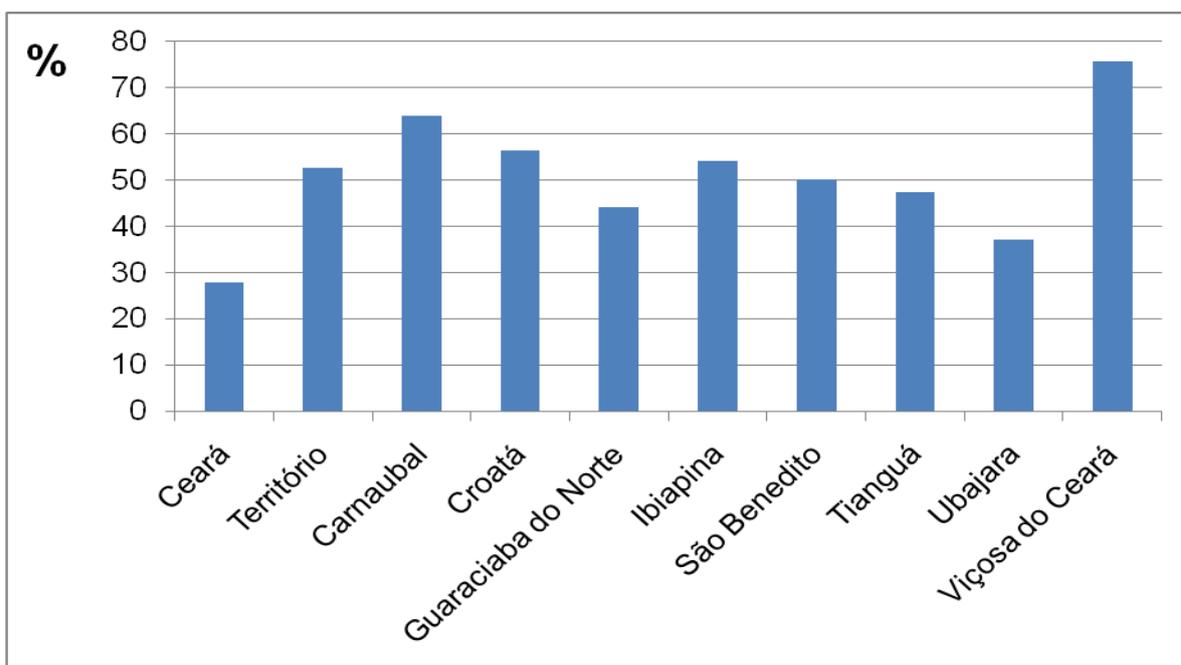
Municípios	Taxa de Crescimento do IDH (%)				Tendência do Recuo			
	Global	Educação	Longevidade	Renda	Global	Educação	Longevidade	Renda
Ceará	17	28	16	9	-	-	-	-
Território	28	53	17	16	-	-	-	-
Camaubal	32	64	15	22	Recuo Forte	Recuo Forte	Não Recuou	Recuo Forte
Croatá	27	57	6	21	Não Recuou	Recuo Médio	Não Recuou	Recuo Fraco
Guaraciaba do Norte	26	44	21	12	Recuo Fraco	Não Recuou	Recuo Médio	Não Recuou
Ibiapina	32	54	18	26	Recuo Forte	Recuo Forte	Não Recuou	Recuo Forte
São Benedito	28	50	15	22	Recuo Médio	Recuo Forte	Não Recuou	Recuo Forte
Tianguá	22	47	18	4	Não Recuou	Recuo Médio	Não Recuou	Não Recuou
Ubajara	26	37	22	19	Recuo Forte	Não Recuou	Recuo Forte	Recuo Forte
Viçosa do Ceará	31	76	20	9	Recuo Médio	Recuo Fraco	Recuo Médio	Não Recuou

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

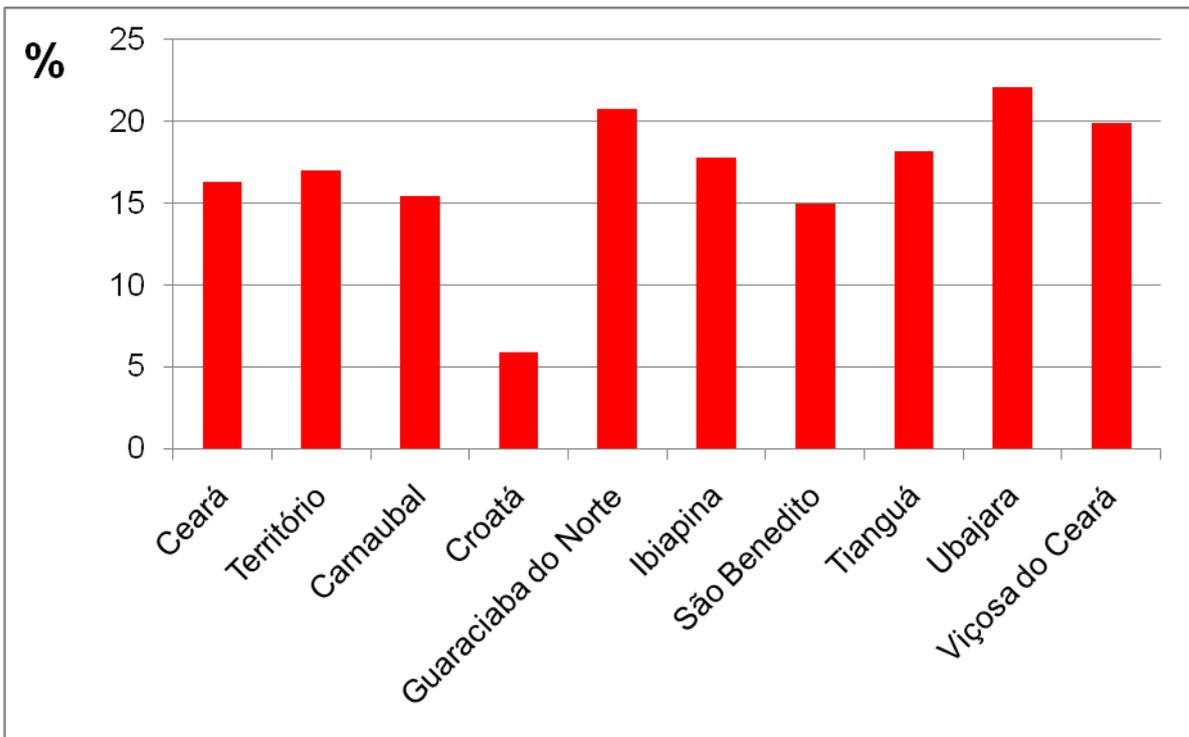
Já para o IDH-Longevidade, somente Guaraciaba, Ubajara e Viçosa apresentaram recuo no *ranking*. No IDH-Renda, dimensão de elevada importância para a qualidade de vida das pessoas, somente os municípios de Ibiapina, São Benedito e Ubajara, apresentaram “recuo forte”, enquanto que Guaraciaba, Tianguá e Viçosa do Ceará, não obtiveram recuo no *ranking*.



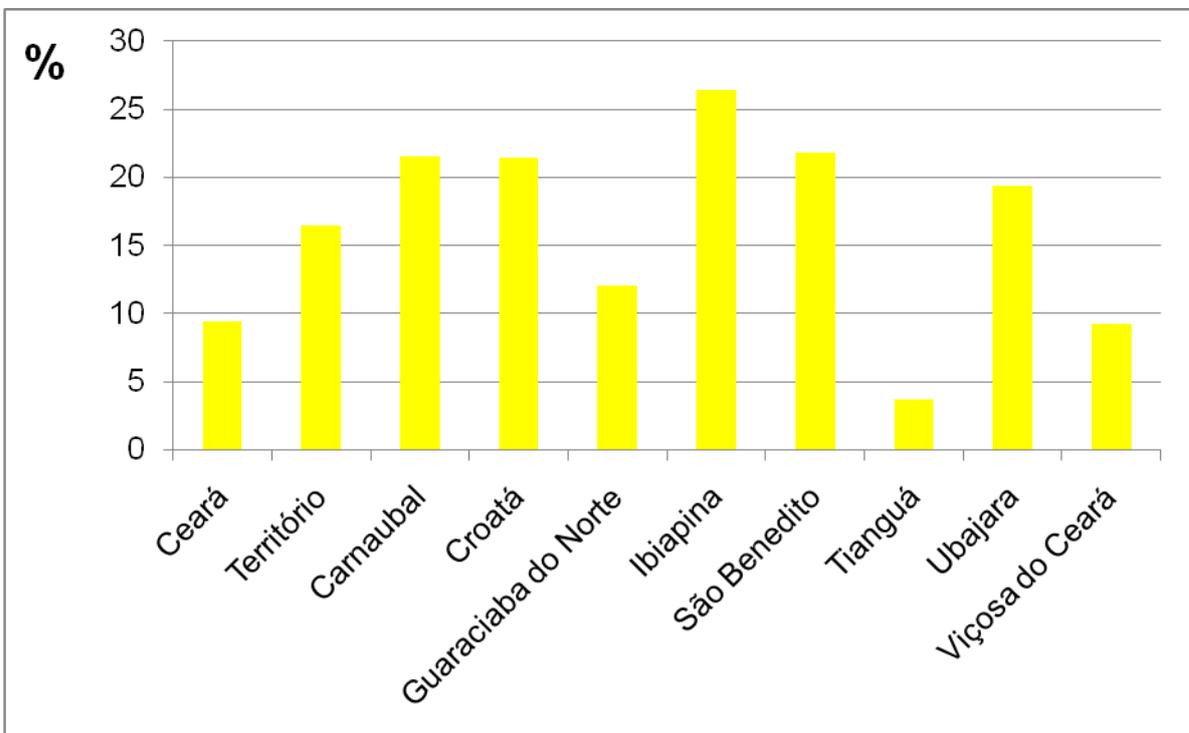
**Figura 11.** Taxa de crescimento da dimensão IDH-Global, período de 1991-2000.  
Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)



**Figura 12.** Taxa de crescimento da dimensão IDH-Educação, período de 1991-2000.  
Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)



**Figura 13.** Taxa de crescimento da dimensão IDH-Longevidade, período de 1991/2000  
 Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)



**Figura 14.** Taxa de crescimento da dimensão IDH-Renda, período de 1991-2000.  
 Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Na Figura 11, verificamos que a taxa de crescimento média dos municípios do território corresponde a taxa de crescimento territorial do IDH-Global, foi de 28%. Os municípios que merecem destaque nesse índice são Carnaubal e Ibiapina, com taxas de crescimento de 32%. O que apresentou menor crescimento foi Tianguá com 22%. Essa taxa de crescimento pode ser considerada bastante significativa para o território, o que reflete, em termos gerais, a melhoria da qualidade de vida da população.

Na Figura 12, verificamos que a taxa de crescimento média dos municípios do território corresponde a taxa de crescimento territorial do IDH-Educação, foi de 53%. O município que merece destaque nesse índice é Viçosa do Ceará com uma taxa de crescimento de 76%. O que apresentou menor crescimento foi Ubajara com 37%. Em termos gerais, todos os municípios apresentaram um crescimento bastante significativo, o que reflete em possíveis melhores índices globais a longo prazo.

Na Figura 13, verificamos que a taxa de crescimento média dos municípios do território corresponde a taxa de crescimento territorial do IDH-Longevidade, foi de 17%. Os municípios que merecem destaque nesse índice são Ubajara e Guaraciaba com taxas de crescimento de 22 e 21%. O que apresentou menor crescimento foi Croatá com 6%. Em termos gerais, os municípios apresentaram um crescimento significativo nesse índice, refletindo assim numa expectativa de vida da população.

Na Figura 14, verificamos que a taxa de crescimento média dos municípios do território corresponde a taxa de crescimento territorial do IDH-Renda, foi de 16%. O município que merece destaque nesse índice é Ibiapina com uma taxa de crescimento de 26%. O que apresentou menor crescimento foi Tianguá com 4%. Em termos gerais, os municípios apresentaram um baixo crescimento nesse índice, refletindo assim num menor poder de compra da população.

#### 14.1.2 Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)

O Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) teve sua primeira versão desenvolvida em 1997 pelo Instituto de Pesquisa e Informação do

Ceará (IPLANCE), posteriormente foi atualizado com os dados do ano de 2000 por este mesmo instituto. A partir de 2004, o índice é calculado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

O objetivo principal deste índice é possibilitar a hierarquização dos municípios do Estado do Ceará segundo seu nível de desenvolvimento, medido com base em um conjunto de trinta indicadores fisiográficos, fundiários e agrícolas, sociais, demográficos, econômicos e de infra estrutura de apoio. O IDM é calculado a cada dois anos e permite seus usuários acompanhar a evolução do desenvolvimento de seu município. O Índice de Desenvolvimento Municipal do Território Serra da Ibiapaba foi obtido a partir da média do IDM dos municípios que o compõe.

Esse índice foi incluído também no diagnóstico, com o objetivo de deixar o levantamento de dados mais representativo da realidade atual, já que os IDHM disponíveis dos municípios do território estão bastante defasados (1991-2000).

Nas Tabelas 32 e 33, podemos verificar o IDM-Global e seus indicadores (fisiográficos, fundiários e agrícolas; demográficos e econômicos; infra estrutura; e, sociais) nos anos de 2001 e 2008 para o Território Serra da Ibiapaba e seus municípios. Além disso, nessas tabelas podemos visualizar a posição dos municípios que compõem o território no ranking estadual.

De acordo com a tabela 06, verificamos que o município de Tianguá é o que apresenta um maior IDM-Global, de 43,70 para o ano de 2006. O município que apresenta menor índice para esse mesmo ano foi Carnaubal com um valor de 22,72. Verificando o *ranking* para esse mesmo ano, podemos visualizar que Aracati encontra-se na 17ª posição e Jaguaruana na 126ª posição. Já para o ano de 2008, podemos notar que o município que apresentou o melhor índice foi novamente Tianguá com 44,84 e na 11ª posição, e o que ficou pior colocado foi Viçosa do Ceará com 26,44 na 102ª posição.

Para o IDM – Fisiográficos, Fundiários e Agrícolas, podemos verificar que, em 2006, Ibiapina, São Benedito, Tianguá e Ubajara, merecem papel de destaque no território e no cenário estadual, ocupando as 3ª, 9ª, 5ª e

7ª posição, respectivamente. O que se verifica é que esses mesmos municípios no ano de 2008 se mantiveram nas posições ou melhoraram suas posições no *ranking*. Com exceção de Ibiáina que caiu para a 5ª posição.

O município mais bem colocado no que se refere ao IDM – Demográficos e Econômicos em 2006 foi Croatá, na 56ª posição. No ano de 2008, o município de Ubajara deu um salto nas posições e ocupa a 58ª posição. Vale ressaltar também a classificação no ano de 2008 do município de Viçosa do Ceará, ocupando a 162ª posição, estando entre os últimos classificados no ranking estadual.

**Tabela 32** - Índices de Desenvolvimento Municipal (IDM), por grupos de indicadores, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2006-2008.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)											
	Global				Fisiográficos, fundiários e agrícolas				Demográficos e econômicos			
	2006		2008		2006		2008		2006		2008	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Território	31,61	-	33,81	-	66,02	-	79,92	-	12,81	-	10,74	-
Carnaubal	22,72	126	28,65	84	31,37	116	38,84	117	6,99	162	8,52	144
Croata	25,60	102	31,69	56	23,52	149	55,83	52	22,05	56	9,62	129
Guaraclaba do Norte	27,28	87	35,36	39	54,68	33	99,13	2	11,27	130	10,09	120
Ibiapina	33,47	48	34,23	44	93,85	3	92,15	5	16,67	83	12,12	96
São Benedito	37,12	32	31,79	55	77,23	9	82,04	6	16,33	87	8,61	142
Tianguá	43,70	17	44,84	11	89,17	5	97,38	3	14,90	97	12,89	90
Ubajara	36,19	37	37,46	28	81,25	7	93,83	4	12,50	120	17,41	58
Viçosa do Ceará	26,76	90	26,44	102	77,13	10	80,12	8	1,73	179	6,63	162

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

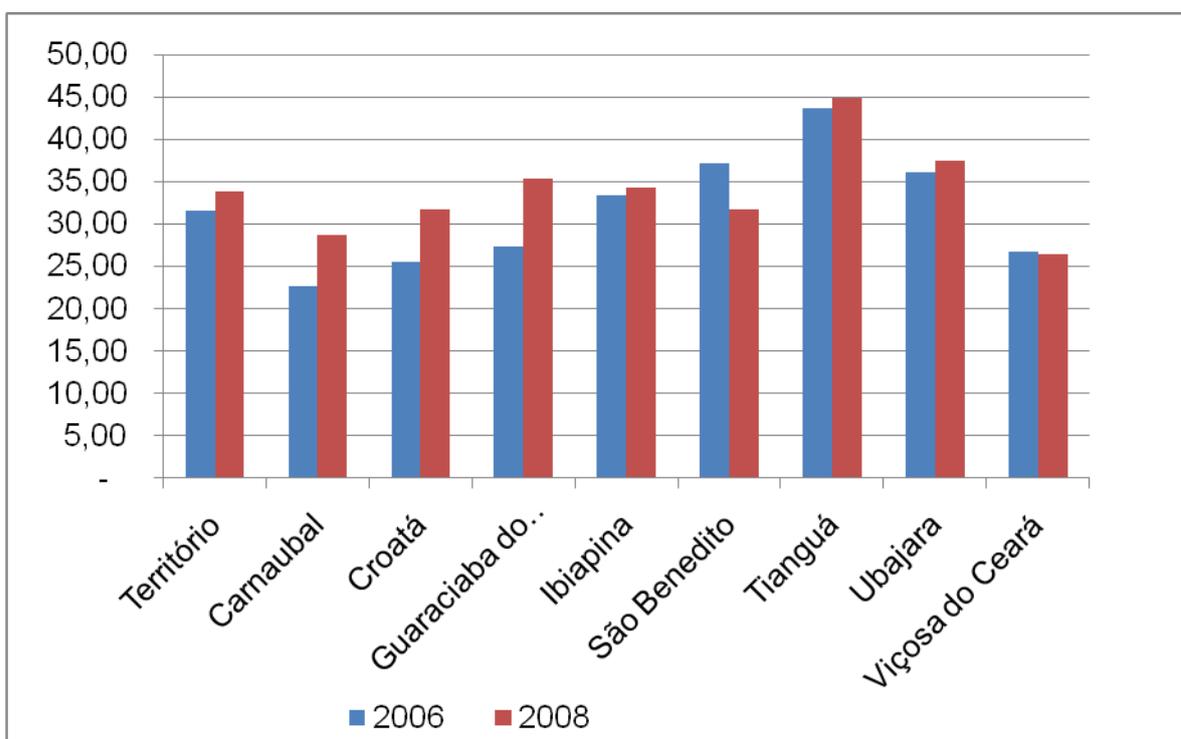
**Tabela 33** - Índices de Desenvolvimento Municipal (IDM), por grupos de indicadores, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2006-2008.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)							
	Infra-estrutura				Sociais			
	2006		2008		2006		2008	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Território	17,02	-	24,24	-	30,57	-	36,42	-
Carnaubal	9,64	166	27,43	63	42,89	33	47,92	45
Croatá	11,83	159	22,82	106	45,00	26	50,75	37
Guaraciaba do Norte	20,05	109	28,58	53	23,13	120	22,59	136
Ibiapina	6,56	177	17,55	150	16,79	150	34,00	94
São Benedito	25,89	64	27,87	60	29,04	83	24,34	133
Tianguá	36,92	18	34,13	19	33,83	67	55,05	28
Ubajara	14,89	141	18,44	145	36,11	56	38,59	78
Viçosa do Ceará	10,37	162	17,07	151	17,81	141	18,12	155

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Para o IDM – Infra Estrutura, podemos verificar que, em 2006, Tianguá merece papel de destaque no território e no cenário estadual, ocupando a 18ª posição. No ano seguinte (2008), os municípios de Carnaubal e Guaraciaba do Norte conseguiram recuar várias posições nesse mesmo índice, 103 e 56 posições, respectivamente. O município de Ibiapina e Viçosa apresentaram os piores índices, posicionando-se em 150ª e 151ª posições, no ano de 2008, respectivamente.

O município mais bem colocado no que se refere ao IDM – Sociais em 2006 foi Carnaubal, na 26ª posição. No ano de 2008, Tianguá deu um salto nas posições e ocupa a 28ª posição. Vale ressaltar a classificação no ano de 2008 do município de Viçosa do Ceará, ocupando a 155ª posição, estando assim, mau classificado no *ranking* estadual. Para esse mesmo índice, Ibiapina ocupava a 150ª posição em 2006 e foi para a 54ª posição no ano de 2008, recuando 96ª posições no *ranking* estadual.



**Figura 15.** Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)-Global, período de 2006-2008.  
 Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Na figura acima, verificamos que a tendência da maioria dos municípios foi de crescimento dos valores do IDM-Global, com exceção dos municípios de São Benedito e Viçosa do Ceará. Ainda na tabela acima, podemos notar que somente os municípios de Carnaubal, Croatá e Guaraciaba do Norte, apresentaram um crescimento significativo em seu IDM-Global. Enquanto que o IDM de Ibiapina, Tianguá e Ubajara, praticamente se mantiveram constantes.

#### 14.1.3 Produto Interno Bruto (PIB)

O produto interno bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (país, estado, cidade, território), durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc.). O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, e tem como objetivo, mensurar a atividade econômica de uma região, isto é, com esse indicador, pode-se inferir o crescimento econômico de uma dada região. Vale ressaltar que no cálculo do PIB não são considerados os insumos de produção (matérias-primas, mão-de-obra, impostos e energia), isso para que esses valores não sejam contabilizados duas vezes.

Na Tabela 34, podemos verificar o PIB do estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios durante o período de 2004 a 2008.

**Tabela 34** – Produto Interno Bruto a preços de mercado, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2004-2008.

Municípios	Produto interno bruto a preços de mercado (R\$ mil)				
	2004	2005	2006	2007	2008
Ceará	36.866.273	40.935.248	46.303.058	50.331.383	60.098.877
Território	769.156	830.442	1.006.126	1.071.510	1.315.293
Carnaubal	30.969	32.846	39.590	42.379	54.946
Croatá	38.203	42.545	52.520	47.747	67.624
Guaraciaba do Norte	100.946	109.043	133.194	142.834	171.297
Ibiapina	86.006	87.517	104.649	111.071	132.136
São Benedito	108.765	116.161	142.148	152.125	183.753
Tianguá	220.880	241.589	294.709	302.082	375.972
Ubajara	87.001	95.245	111.443	127.409	153.104
Viçosa do Ceará	96.385	105.496	127.875	145.863	176.461

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Podemos verificar que o PIB territorial saiu de um valor de, aproximadamente, 769 milhões de reais em 2004 para cerca de 1,3 bilhões em 2008. Cresceu cerca de 546 milhões de reais num período de 5 anos. O que verificamos é que houve um crescimento contínuo do PIB territorial, durante o período observado. O crescimento do PIB territorial acompanhou a tendência do crescimento do PIB do estado do Ceará, que praticamente dobrou para o mesmo período, entre os anos de 2004 e 2008.

No ano de 2004, o município de Tianguá foi responsável por 29% do PIB territorial, um volume muito relevante se considerarmos que o território é composto por 8 municípios. Esse mesmo município, em 2008, reduziu sua contribuição percentual no PIB territorial para 28%. No entanto, se compararmos o PIB de 2008 de Tianguá com o do ano de 2004, podemos verificar que o PIB cresceu 70%. O mesmo podemos verificar para São Benedito, pois nesse mesmo período o seu PIB cresceu 69%.

O município que menos contribuiu para o PIB territorial no ano de 2004 foi o município de Carnaubal, com apenas 4%. Em 2008, esse mesmo município contribuiu com o mesmo percentual, 4%.

Todos os municípios do território apresentaram crescimento no PIB durante o período observado.

Através da tabela abaixo, podemos visualizar o PIB do estado do Ceará, do Território Serra da Ibiapaba e de seus municípios distribuídos nos setores produtivos, e assim, analisá-los quanto seu comportamento na contribuição do PIB. Podemos verificar que nessa tabela constam valores monetários deflacionados do PIB, isto é, considera-se a inflação no cálculo do PIB. Por isso a divergência nos valores dos PIB's encontrados na tabela 08, pois esses foram calculados a preços de mercado.

De acordo com a Tabela 35, podemos verificar que no setor Agropecuária o PIB territorial em 2007 foi de 183 milhões de reais e em 2008 foi para 219 milhões. Para esse mesmo setor, verificamos que, em 2007, os principais municípios contribuintes para o PIB territorial nesse setor foram Tianguá e Ibiapina. No ano de 2008 essa tendência se repetiu. Para o ano de 2008, verificamos que o município de Carnaubal foi o que menos contribuiu com o PIB territorial do setor, com apenas 3,4 milhões de reais.

No setor produtivo da Indústria, verificamos que os valores de setor na contribuição do PIB territorial foram inferiores ao setor da Agropecuária, isso tanto para 2007 quanto para 2008. O principais contribuintes nesse setor são Tianguá e Ubajara. Os dois juntos corresponderam, em 2008, por uma fatia de 47% do PIB territorial do setor. Os municípios de Carnaubal, Croatá e Ibiapina foram os que menos contribuíram para o PIB territorial desse setor, com apenas 6%, no ano de 2008.

**Tabela 35** – Produto Interno Bruto por setores produtivos, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2007-2008.

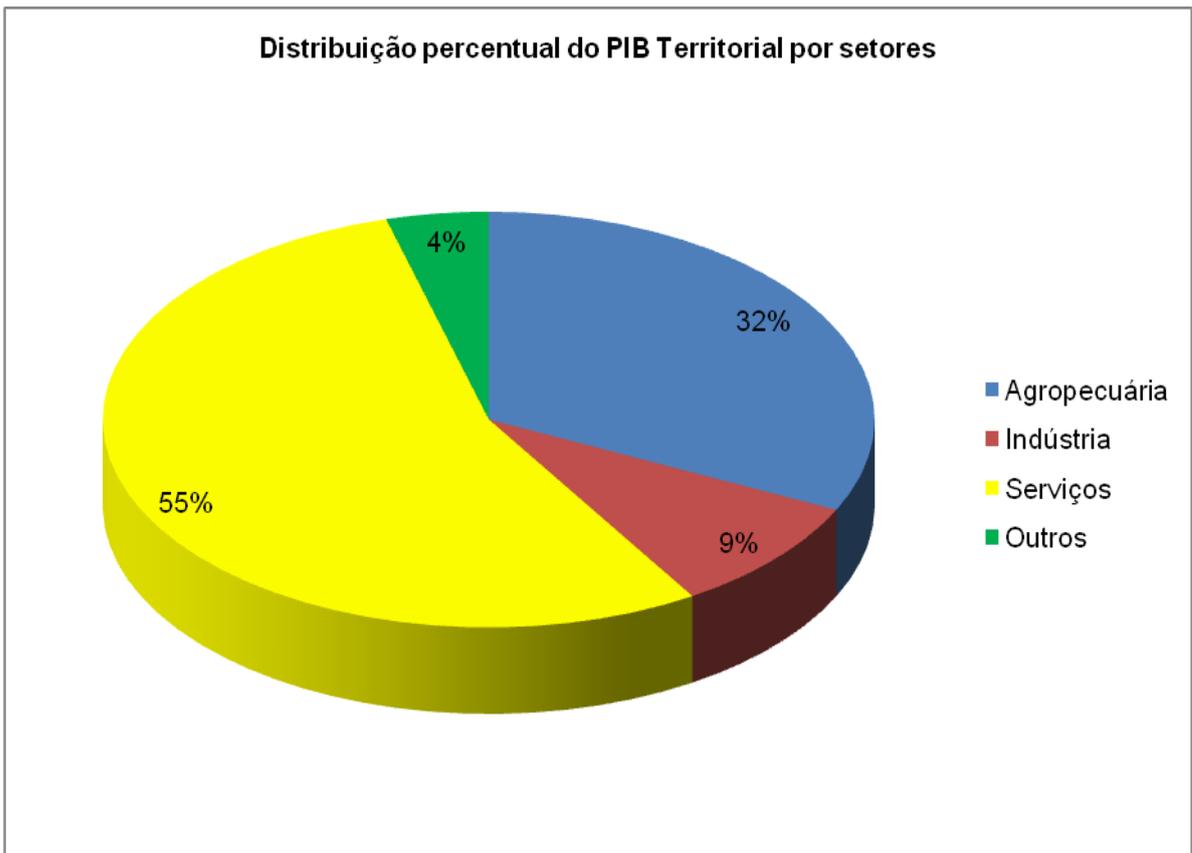
Município	PIB Municipal - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional							
	Total		Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Ceará	28.223.377	31.109.189	1.534.015	1.926.349	5.836.870	6.444.271	17.397.050	18.925.959
Território	600.829	680.839	182.669	219.055	55.923	61.157	334.405	371.434
Carnaubal	23.770	28.442	5.525	7.437	2.192	2.562	15.312	17.644
Croatá	26.789	35.004	7.456	13.199	2.687	2.289	15.839	18.674
Guaraciaba do Norte	80.093	88.669	27.176	30.291	5.640	5.894	44.219	49.264
Ibiapina	62.288	68.398	30.411	35.678	4.031	3.935	26.151	27.142
São Benedito	85.299	95.117	22.895	24.987	8.636	10.354	49.270	55.107
Tianguá	169.341	194.616	47.416	61.968	14.153	15.671	96.779	105.323
Ubajara	71.437	79.252	21.191	23.414	11.696	13.039	35.030	39.122
Viçosa do Ceará	81.811	91.342	20.596	22.082	6.887	7.413	51.806	59.159

Fonte: IPEADATA (IPEA, 2010)

Finalmente, e como principal contribuinte do PIB territorial total, o setor de Serviços aparece como o setor de grande importância para o território. De longe, o município de Tianguá é o que mais movimentou valores, chegando em 2008 a movimentar, somente, nesse setor cerca de 105 milhões de reais. O município que movimentou uma menor quantia nesse setor foi Carnaubal com apenas 18 milhões.

Na figura 06, podemos verificar a distribuição percentual dos setores produtivos (Agropecuária, Indústria, Serviços, etc.) na participação da totalização do PIB territorial.

Verificamos que, o Setor de Serviços chega a corresponder por uma fatia de 55% do PIB total territorial, levando assim papel de destaque no cenário produtivo territorial. Depois do setor de Serviços, vem a Agropecuária, ocupando o segundo lugar na composição do PIB territorial, respondendo por 32%. O setor Industrial aparece depois do setor Industrial com 9% na composição total do PIB territorial.



**Figura 16.** Distribuição percentual do Produto Interno Bruto do Território Serra da Ibiapaba, 2008.

Fonte: IPEADATA (IPEA, 2010)

O PIB *per capita* é um outro indicador bastante utilizado na macroeconomia e tem como objetivo mensurar a atividade econômica de uma determinada região. Sendo que, diferentemente, do PIB, o PIB *per capita* faz referência também ao número de habitantes da região em questão. O PIB *per capita* é calculado a partir do PIB de uma determinada região dividido pelo número de habitantes da região em questão.

Na Tabela 36, podemos verificar o PIB *per capita* do estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios durante o período de 2004 a 2008.

Podemos notar que o PIB *per capita* do estado do Ceará é bem superior ao do Território Serra da Ibiapaba em todos os anos do período analisado. O PIB *per capita* territorial foi de R\$ 2.704,00 em 2004 e foi para R\$ 4.354,00 em 2008. O aumento foi de R\$ 1.650,00 em cinco anos, cerca de 61% de crescimento.

Dentre os municípios que compõem o território, Ibiapina foi o que apresentou maior PIB *per capita* em 2004, com um valor de R\$ 3.700,00. Nos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008, o município de Icapuí passou a ser o com maior PIB *per capita*, com R\$ 3.726,00, R\$ 4.410,00, R\$ 4.811,00, e, R\$ 5.515,00. Em todos esses anos (2005, 2006, 2007 e 2008), o PIB *per capita* do município de Ibiapina foi menor do que o do estado do Ceará. O município que apresentou menor PIB *per capita* foi Carnaubal, isso para todos os anos analisados.

**Tabela 36** – Produto Interno Bruto *per capita*, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2004-2008.

Municípios	Produto interno bruto <i>per capita</i> (R\$)				
	2004	2005	2006	2007	2008
Ceará	4.622	5.055	5.635	6.149	7.112
Território	2.704	2.870	3.425	3.673	4.354
Carnaubal	1.929	2.023	2.412	2.649	3.305
Croatá	2.292	2.532	3.101	2.757	3.745
Guaraciaba do Norte	2.695	2.870	3.457	3.891	4.493
Ibiapina	3.700	3.726	4.410	4.811	5.515
São Benedito	2.619	2.773	3.364	3.531	4.090
Tianguá	3.383	3.612	4.305	4.675	5.557
Ubajara	3.000	3.237	3.734	4.309	4.957
Viçosa do Ceará	2.018	2.185	2.620	2.760	3.170

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

#### 14.1.4 População Economicamente Ativa (PEA)

Compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definidas: População Ocupada - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias); e, População Desocupada - aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.).

Na tabela 37, podemos verificar a PEA por região (urbana e rural) do Território Serra da Ibiapaba e seus municípios em dois anos 1991 e 2000.

Podemos visualizar que o contingente do PEA no território em 1991 foi de, aproximadamente, 73 mil pessoas, enquanto em 2000 foi de 98 mil, cerca de 25 mil pessoas a mais. Verificamos também que o PEA rural foi maior, nos dois anos, do que o PEA urbano, isso se considerarmos o PEA territorial. Além disso, verificamos também que o PEA rural territorial cresceu do ano de 1991 para o ano de 2000. Essa mesma situação pôde ser verificada, para todos municípios do território, com exceção de Carnaubal. Isso é explicado pela elevada aptidão agropecuária do território.

**Tabela 37** – População Economicamente Ativa (PEA), segundo o Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 1991-2000.

Município	População Economicamente Ativa (PEA)					
	Total		Urbana		Rural	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Território	73.258	98.334	29.494	47.497	43.764	50.837
Carnaubal	4577	4975	1753	2319	2824	2656
Croatá	4490	6875	1428	2941	3062	3934
Guaraciaba do Norte	9970	12876	3297	5594	6673	7282
Ibiapina	6002	8684	2035	3152	3967	5533
São Benedito	12243	15751	5365	8416	6878	7335
Tianguá	15138	22612	8993	14873	6145	7739
Ubajara	8121	11440	3268	5256	4853	6184
Viçosa do Ceará	12718	15119	3355	4946	9362	10173

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Na Tabela 38, podemos verificar a taxa de participação por gênero da PEA em relação a população total do Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, no ano de 2000.

**Tabela 38** - Taxa de Participação da PEA em relação a população total, segundo o Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, em 2000.

Município	Taxa de Participação (%)		
	Total	Homens	Mulheres
Território	50,88	71,09	31,08
Carnaubal	43,36	60,86	26,50
Croatá	57,80	79,47	37,30
Guaraciaba do Norte	49,11	73,08	25,39
Ibiapina	51,81	71,25	32,63
São Benedito	52,12	70,79	34,03
Tianguá	52,22	73,41	31,71
Ubajara	54,96	75,53	34,52
Viçosa do Ceará	45,70	64,34	26,56

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Analisando a tabela acima, podemos verificar que, com exceção do município de Carnaubal, todos os municípios apresentam uma taxa de participação superior a 45%, inclusive o Território Serra da Ibiapaba (50,88%). Podemos verificar também que a taxa de participação dos homens é maior do que das mulheres, em todos os municípios observados. Com exceção de Carnaubal, todos os municípios apresentaram uma taxa de participação dos homens superior a 61%.

Nas Tabelas 39 a 41, podemos verificar o número de empregos formais por setores de atividade econômica (Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública, Construção Civil, Comércio, Serviços, Administração Pública, Agropecuária-Extrativismo Vegetal-Caça e Pesca) e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, no ano de 2009.

De acordo com as tabelas abaixo, podemos verificar que a administração pública seguida do Comércio são os setores de atividades econômicas que mais ocupam pessoas, isto é, que possuem o maior número de empregos formais, com 11.526 e 2.705, respectivamente, para o Território Serra da Ibiapaba. Se pensarmos na magnitude do estado do Ceará, a leitura é diferente, onde os setores de administração pública e serviços são os maiores empregadores.

#### 14.1.5 Renda *per capita*

A Tabela 42 fornece informações sobre renda *per capita* e taxa de crescimento da renda *per capita*, para o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios. Entende-se por renda *per capita* a razão entre o somatório da renda familiar *per capita* de todos os domicílios e o número total de domicílios no município. A renda familiar *per capita* de cada domicílio é definida como a razão entre a soma da renda mensal de todos os indivíduos da família residentes no domicílio e o número dos mesmos.

**Tabela 39** - Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2009.

Municípios	Total			Extrativa Mineral			Indústria de transformação		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Ceará	1.236.261	679.291	556.970	2.713	2.466	247	236.851	143.852	92.999
Território	18.723	7.940	11.100	15	14	1	618	420	198
Carnaubal	771	229	649	-	-	-	7	6	1
Croatá	871	341	359	-	-	-	-	-	-
Guaraciaba do Norte	2.591	841	2.406	-	-	-	100	71	29
Ibiapina	1.377	534	568	-	-	-	102	92	10
São Benedito	3.190	1.390	1.800	-	-	-	76	62	14
Tianguá	4.485	2.126	2.359	-	-	-	274	145	129
Ubajara	3.146	1.632	1.514	-	-	-	40	29	11
Viçosa do Ceará	2.292	847	1.445	15	14	1	19	15	4

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

**Tabela 40** - Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2009.

Municípios	Serviços industriais de utilidade pública			Construção civil			Comércio		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Ceará	6.874	5.886	988	58.435	54.184	4.251	185.522	113.583	71.939
Território	38	34	4	205	189	16	2.705	1.685	1.020
Carnaubal	-	-	-	-	-	-	25	15	10
Croatá	-	-	-	-	-	-	19	12	7
Guaraciaba do Norte	-	-	-	1	-	1	285	172	113
Ibiapina	-	-	-	1	-	1	101	53	48
São Benedito	36	32	4	49	44	5	386	214	172
Tianguá	2	2	-	138	132	6	1.448	957	491
Ubajara	-	-	-	13	12	1	298	173	125
Viçosa do Ceará	-	-	-	3	1	2	143	89	54

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

**Tabela 41** - Número de empregos formais por setores de atividade econômica e gênero, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2009.

Municípios	Serviço			Administração pública			Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Ceará	334.959	193.511	141.448	386.474	144.527	241.947	24.433	21.282	3.151
Território	1.436	629	807	11.526	3.318	8.208	2.180	1.651	529
Carnaubal	19	11	8	720	197	523	-	-	-
Croatá	9	5	4	843	324	519	-	-	-
Guaraciaba do Norte	144	54	90	2.048	532	1.516	13	12	1
Ibiapina	91	33	58	1.017	294	723	65	62	3
São Benedito	313	173	140	1.909	562	1.347	421	303	118
Tianguá	602	254	348	1.825	454	1.371	196	182	14
Ubajara	164	65	99	1.149	264	885	1.482	1.089	393
Viçosa do Ceará	94	34	60	2.015	691	1.324	3	3	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

**Tabela 42** - Renda *per capita* e taxa de crescimento da renda *per capita*, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 1991-2000.

Municípios	Renda per capita - R\$ de 2000		Taxa de Crescimento (%)
	1991	2000	
Ceará	58,59	82,04	40,04
Território	52,72	79,74	51,23
Carnaubal	44,82	75,97	69,52
Croatá	34,31	54,72	59,47
Guaraciaba do Norte	56,62	78,44	38,54
Ibiapina	42,40	79,26	86,91
São Benedito	51,73	90,85	75,62
Tianguá	82,56	92,53	12,08
Ubajara	63,39	108,47	71,12
Viçosa do Ceará	45,96	57,65	25,42

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

A taxa de crescimento da renda *per capita* territorial (51%) acompanhou a tendência de crescimento desse mesmo parâmetro em nível estadual (40%), no entanto a uma taxa maior. A renda per capita territorial saiu de 52,72 reais, em 1991, para 79,74 reais em 2000, aumentou 27,02 reais.

No geral, os municípios apresentam uma renda *per capita* baixa, variando de R\$ 34,31 no município de Croatá a R\$ 82,56 no município de Tianguá, em 1991. Em 2000, a renda *per capita* variou de R\$ 54,72 a R\$ 108,47, para os municípios de Croatá e Ubajara, respectivamente. A renda *per capita* territorial foi inferior a renda estadual em R\$ 5,87 em 1991 e R\$ 2,30 em 2000. Dentre os municípios, o que apresentou uma maior taxa de crescimento da renda *per capita* foi Ibiapina, com, aproximadamente, 87%. O que apresentou menor crescimento foi o município de Tianguá com 12% de crescimento.

Os baixos valores de renda *per capita* dos municípios, geralmente, refletem os elevados níveis de pobreza da população.

## **15 ASPECTOS DO SETOR PRODUTIVO**

### **15.1 Setor Agropecuário**

No Território Serra da Ibiapaba o setor agropecuário responde por aproximadamente 32% do PIB. O setor agropecuário fica atrás apenas do setor de serviços, com 55% do PIB.

A produção agropecuária do território é bastante diversificada, e estão mais focalizadas na produção de hortaliças, tomate, cana-de-açúcar, mandioca, algumas fruteiras e também na floricultura. No entanto, as cadeias produtivas da agricultura familiar que se destacam são as seguintes: maracujá, tomate, cana-de-açúcar, horta em geral e bovinocultura de leite.

#### 15.1.1 Sistemas de produção agrícola

##### *15.1.1.1 Agricultura de sequeiro*

A agricultura de sequeiro é um sistema de produção agrícola totalmente depende das condições pluviométricas. Como sabemos, o nordeste brasileiro apresenta uma condição de alta irregularidade pluviométrica, tanto em quantidade quanto na sua frequência, o que torna esse sistema muito frágil e resulta muitas vezes em quedas de produção e em casos mais drásticos, até mesmo em não produção das culturas.

##### *15.1.1.2 Agricultura irrigada*

A agricultura irrigada utiliza-se da tecnologia da irrigação. A irrigação é uma técnica utilizada na agricultura que tem por objetivo o fornecimento controlado de água para as plantas em quantidade suficiente e no momento certo, assegurando a produtividade e a sobrevivência da plantação.

Complementa a precipitação natural, e em certos casos, enriquece o solo com a deposição de elementos fertilizantes.

Esse sistema de produção não é dependente da pluviosidade, pois aplica água as planta de forma artificial, no entanto, exige um certo nível tecnológico e grande parte dos agricultores de base familiar não possuem recurso financeiro suficiente para implantá-lo em suas propriedades.

### 15.1.2 Produção Agrícola

#### 15.1.2.1 *Culturas permanentes*

Elas são assim denominadas porque após a colheita não necessitam de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos. Mesmo que não haja o replantio se faz necessário cuidados especiais para cada tipo de cultura como a poda e adubação periódica.

Normalmente são cultivadas após a broca, que consiste na derruba e retirada da madeira, aceiramento, queima (fogo), encoivramento e a queima complementar. Essa área após preparada é utilizada por vários anos com a monocultura implantada, onde anualmente, realiza-se apenas roço ou um gradeamento nas entrelinhas das plantas.

#### 15.1.2.2 *Culturas Temporárias*

As lavouras temporárias são aquelas culturas de curta duração (via de regra, menor que um ano) e que necessitassem, geralmente de replantio após cada colheita.

Normalmente são cultivadas nos sistemas conhecidos como no toco ou itinerante, também conhecida pelos agricultores familiares como broca, que consiste na derruba e retirada da madeira, aceiramento, queima (fogo), encoivramento e a queima complementar. Essa área preparada só é utilizada nos dois primeiros anos e depois entra em pousio até atingir o ponto de broca novamente.

Na Tabela 43, podemos verificar a evolução de área, produção e valor das principais culturas das lavouras temporárias e permanentes do Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, período de 2006 a 2009.

**Tabela 43** – Evolução de área, produção e valor das principais culturas das lavouras temporárias e permanentes, segundo o Território Serra da Ibiapaba, 2006-2009.

Produto	Área Colhida (ha)				Produção							
					Quantidade (t)				Valor (R\$ mil)			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Abacate	374	398	397	393	3.316	3.810	3.650	3.465	1.157	1.739	1.953	1.884
Amendoim (em casca) (2)	100	113	116	125	96	85	133	100	201	188	319	230
Arroz (em casca) (2)	1.905	1.780	1.905	1.690	1.890	569	1.904	1.110	1.513	453	508	1.055
Banana (cacho) (1)	2.899	2.469	2.994	3.035	33.290	36.859	38.478	37.096	17.863	18.955	23.886	21.908
Batata-doce (2)	273	326	396	516	3.235	4.018	5.143	5.432	1.626	1.931	2.827	3.045
Café (em grão) (1)	2.390	2.407	2.445	2.459	984	1.116	1.097	1.027	3.508	4.143	3.990	3.844
Cana-se-açúcar (2)	6.571	17.926	17.989	18.017	374.875	1.041.972	1.034.310	1.029.618	15.132	45.029	49.409	52.761
Castanha de caju (1)	2.278	2.551	2.780	2.855	698	809	676	615	630	693	610	523
Cebola (2)	-	10	12	15	-	9	10	114	-	4	5	61
Coco-debaia (1)	388	414	449	489	8.149	9.003	9.785	10.482	2.929	3.675	4.506	5.458
Fava (em grão) (2)	266	273	269	352	105	62	119	101	71	41	82	145
Feijão (em grão) (2)	28.545	21.465	26.850	28.862	12.066	4.327	9.857	4.775	10.510	3.690	12.711	6.159
Fumo (em folha) (2)	23	25	20	7	31	30	20	6	140	124	86	26
Goiaba (1)	66	73	73	73	421	516	575	542	161	232	279	241
Laranja (1)	717	725	740	746	6.541	6.990	6.174	5.996	3.368	3.866	3.011	3.321
Mamão (1)	305	332	388	432	15.905	17.855	21.769	23.654	5.913	7.268	11.323	15.815
Mamona (2)	220	162	237	735	131	69	58	333	76	43	46	373
Mandioca (2)	9.910	10.960	11.710	12.020	85.188	66.237	91.322	66.322	14.293	19.054	21.485	16.239
Melancia (2)	124	154	171	208	3.572	4.809	5.691	6.639	1.031	1.548	1.671	2.152
Milho (em grão) (2)	23.680	19.259	22.295	21.280	16.577	4.438	13.159	7.881	6.631	1.917	5.411	3.943
Pimenta-do-reino (1)	4	3	2	-	2	1	1	-	9	7	7	-
Tangerina (1)	198	200	207	207	1.598	1.586	1.536	1.532	621	567	738	787
Tomate (2)	1.010	932	961	1.000	62.240	58.352	63.786	65.289	48.345	55.988	65.267	55.196
Urucum (semente) (1)	44	46	49	58	19	17	22	26	58	66	88	106
<b>Total</b>	<b>82.290</b>	<b>83.003</b>	<b>93.455</b>	<b>95.574</b>	<b>630.929</b>	<b>1.263.539</b>	<b>1.309.275</b>	<b>1.272.155</b>	<b>135.786</b>	<b>171.221</b>	<b>210.218</b>	<b>195.271</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Se considerarmos a área de produção, em disparado o feijão ocupa o primeiro lugar, com 29 mil hectares de área colhida, muito maior que a cultura que ocupa o segundo lugar em área colhida que foi o milho com 21 mil hectares

(Tabela 17). A área do feijão praticamente se manteve constante entre os anos de 2006 e 2009. Já sua produção caiu drasticamente, se considerarmos esse mesmo período, saindo de 12 mil toneladas em 2006 para 5 mil toneladas em 2009. O valor da produção de feijão também apresentou uma tendência de queda, isso muito por conta da queda na produção.

Culturas como feijão e milho são bastante cultivadas em todo território, por isso apresentam uma elevada área plantada, cerca de 50 mil hectares (em 2009), respectivamente. A agricultura familiar é quem cultiva essas cultura no território, com função principal de subsistência. Essas culturas são cultivadas em quase sua totalidade em sistema de produção de sequeiro, ficando a mercê da pluviosidade.

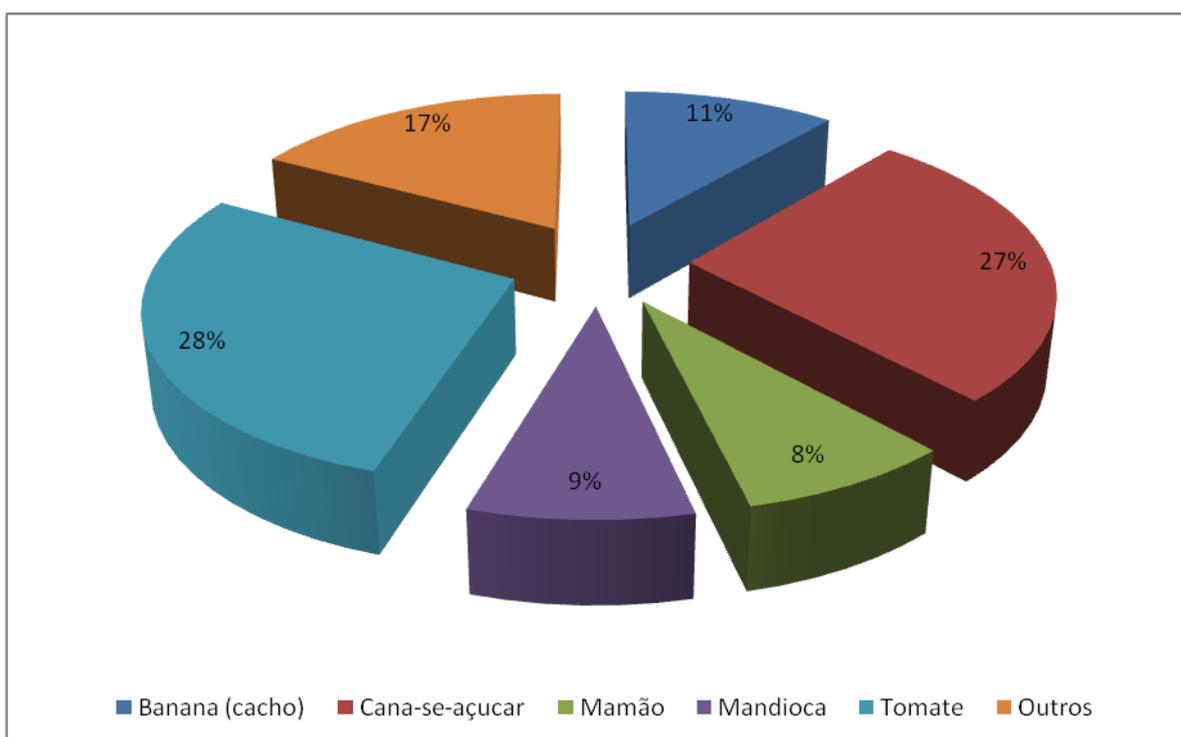
No entanto, se considerarmos o valor econômico das culturas, percebemos que o tomate ocupa o primeiro lugar. Com apenas 1.000 hectares plantados e pro apresentar um alto valor econômico, o valor total da produção do tomate, chegou em 2009 a 55 milhões de reais. Para essa mesma cultura, o valor total da produção em 2008 chegou a um valor bem acima do ano seguinte, com 65 milhões de reais. Isso porque o preço praticado no ano de 2008 foi superior ao do ano de 2009, já que a produção do ano de 2008 foi inferior a do ano de 2009 em 1.000 toneladas.

A cana-de-açúcar, também apresentam papel de importância na economia do setor agropecuário do território. A cana-de-açúcar ocupa o segundo lugar quando consideramos o valor econômico das culturas, ficando logo depois do tomate, com 53 milhões de reais. Leva destaque também, pelo fato de estar presente em um dos circuitos turísticos de grande importância para o estado do Ceará, onde seus produtos, como: aguardente artesanal, mel, rapadura, doces, etc., atendem a demanda dos turistas em pontos estratégicos do território. Esses pontos estão localizados, principalmente, nos municípios de Tianguá e Ubajara.

Outra cultura que merece destaque é a mandioca. Sua área colhida saiu de, aproximadamente, 10 mil hectares em 2006 para 12 mil hectares em 2009. Sua produção não acompanhou a mesma tendência, com uma queda na produção, saindo de 85 mil toneladas em 2006 e 66 mil toneladas em 2009. Apesar disso, o valor da produção cresceu, saindo de 14 milhões de reais em 2006 para 16 milhões em 2009.

Podemos notar, ainda na tabela acima, que culturas como banana e mamão, apresentam-se como culturas de alto valor econômico, e por isso deve ser esclarecido que são culturas que exigem do produtor um certo nível tecnológico a ser empregado.

Na Figura 17, podemos verificar a distribuição do valor da produção das principais culturas das lavouras temporárias e permanentes do Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, período de 2006 a 2009.



**Figura 17.** Distribuição percentual do valor da produção de lavouras temporárias e permanentes do Território Serra da Ibiapaba, 2010.

Fonte: IPEADATA (IPEA, 2010)

Como falado anteriormente, o tomate ocupa o primeiro lugar, com 28% na composição do valor total das culturas temporárias e permanentes. É uma cultura cultivada por grandes empresas do setor e por agricultores

familiares, no entanto, é sabido que é uma cultura bastante sensível a pragas e doenças, o que resulta em altos níveis de aplicação de agroquímicos, que na maioria das vezes, são desrespeitados prazos e frequências de aplicação dos mesmos.

A cana-de-açúcar ocupa o segundo lugar no valor da produção, com uma fatia de 27% do valor total das culturas temporárias e permanentes. Principalmente, pelo fato das casas de engenho e também por existir algumas usinas de álcool na região.

Em seguida vem a cultura da banana e a mandiocultura, com 11% e 9% do valor total da produção de lavouras temporárias e permanentes, respectivamente. Produções típica da agricultura familiar do território. A mandiocultura é disseminada por praticamente todo o território brasileiro, onde exhibe, ao lado dessa importância econômica, um lado cultural. Uma outra face é a de estar associada a baixos níveis de produtividade e de remuneração dos produtores, resultando em desestímulo para a cadeia produtiva.

### 15.1.3 Sistemas de Produção Animal

#### 15.1.3.1 *Pecuária Extensiva*

A pecuária extensiva é aquela que é desenvolvida em grandes extensões de terras, com gado solto, geralmente sem grandes aplicação de recursos tecnológicos, investimentos financeiros nem recursos veterinários importantes.

#### 15.1.3.2 *Pecuária Intensiva*

A pecuária intensiva é aquela que é praticada utilizando-se recursos tecnológicos avançados, tais como: confinamento, reprodução através de inseminação artificial, ração com altos níveis nutricionais; controle via satélite etc.

#### 15.1.4 Produção Animal

Nas Tabelas 44 a 46, podemos verificar os efetivos dos rebanhos bovinos, suínos, caprinos, ovinos e de aves do estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, anos de 2008 e 2009.

Podemos verificar que o rebanho bovino do território praticamente se manteve constante nos anos de 2008 e 2009. Essa mesma tendência pode ser observado para os municípios que compõem o território. Dentre os municípios, o que apresenta maior rebanho bovino é Viçosa com 12.400 cabeças no ano de 2009. Em seguida, vem o município de Tianguá com um efetivo bovino de 10.550 cabeças. O Território Serra da Ibiapaba totaliza um efetivo bovino de, aproximadamente, 62 mil cabeças, respondendo apenas por 2,5% do rebanho total do estado do Ceará.

**Tabela 44** – Efetivo dos rebanhos bovinos e suínos, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Efetivo (cabeças)			
	Bovinos		Suínos	
	2008	2009	2008	2009
Ceará	2.460.523	2.494.482	1.152.598	1.160.410
Território	58.766	62.454	75.367	81.150
Carnaubal	3.779	3.920	4.550	4.850
Croatá	3.046	3.866	3.060	3.280
Guaraciaba do Norte	7.488	8.542	5.050	5.980
Ibiapina	6.560	6.720	6.810	7.330
São Benedito	9.184	9.100	4.150	4.380
Tianguá	10.296	10.550	14.650	15.480
Ubajara	6.200	7.356	8.562	9.550
Viçosa do Ceará	12.213	12.400	28.535	30.300

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Ao analisarmos o rebanho suíno, verificamos que, assim como o bovino, o efetivo permaneceu praticamente constante nos anos de 2008 e 2009. Saiu de 75.367 cabeças em 2008 para 81.150 em 2009 no Território

Serra da Ibiapaba. O mesmo aconteceu com os municípios do território. O município com maior efetivo é Viçosa do Ceará com 30.300 cabeças em 2009. Em seguida vem Tianguá com 15.480 cabeças. O município com menor rebanho é Croatá com apenas 3.280 cabeças em 2009. O rebanho do território apresenta um número significativo se considerarmos o efetivo estadual, chegando a 7% do total estadual.

O rebanho de caprinos do Território Serra da Ibiapaba aumentou em 1.760 cabeças do ano de 2008 para o ano de 2009. O maior efetivo caprino no território é do município de Viçosa do Ceará, com 10.000 cabeças, cerca de um terço do rebanho do território. O menor rebanho é do município de São Benedito, com apenas 1.350 no ano de 2009. O rebanho de caprinos do território chega a 3% do total estadual.

Podemos verificar que o rebanho de ovinos é bem inferior ao de caprinos. Para o ano de 2009, o rebanho de ovinos foi quase três vezes menor do que o de caprinos.

O rebanho de ovinos cresceu, aproximadamente, 1.310 cabeças do ano de 2008 para o ano de 2009. Dentre os maiores rebanhos, temos o do município de Viçosa do Ceará com mais de 3.500 cabeças, somente no ano de 2009. O município com menor rebanho de ovinos é São Benedito, com apenas 700 cabeças no ano de 2009.

**Tabela 45** - Efetivo dos rebanhos caprinos e ovinos, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Efetivo (cabeças)			
	Caprinos		Ovinos	
	2008	2009	2008	2009
Ceará	998.787	1.015.927	2.030.982	2.071.098
Território	29.680	31.440	9.890	11.200
Carnaubal	4.250	4.500	1.320	1.400
Croatá	3.540	3.800	1.200	1.350
Guaraciaba do Norte	1.750	1.880	950	1.100
Ibiapina	2.950	3.100	850	1.000
São Benedito	1.200	1.350	620	700
Tianguá	4.620	4.710	1.100	1.250
Ubajara	1.920	2.100	750	900
Viçosa do Ceará	9.450	10.000	3.100	3.500

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

**Tabela 46** - Efetivo de aves, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Efetivo (cabeças)			
	Galinhas		Galos, frangas, frangos e pintos	
	2008	2009	2008	2009
Ceará	7.914.552	8.014.121	16.655.602	16.607.399
Território	578.308	651.458	854.363	795.692
Carnaubal	5.380	5.500	10.500	11.350
Croatá	7.300	7.450	25.800	27.600
Guaraciaba do Norte	14.500	15.200	27.300	29.400
Ibiapina	10.731	10.800	391.589	396.430
São Benedito	11.200	11.300	28.650	30.000
Tianguá	383.837	439.836	147.900	112.729
Ubajara	113.310	127.872	130.824	94.183
Viçosa do Ceará	32.050	33.500	91.800	94.000

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Como podemos ver, o efetivo de galinhas do território responde por 8% do total estadual (ano de 2009), um número bastante significativo se

considerarmos o tamanho do território. Já para o efetivo de galos, frangas e pintos, o território responde por 5% do efetivo total estadual.

Os maiores rebanhos de galinha encontram-se nos municípios de Tianguá e Ubajara, com um número bem superior a metade do efetivo territorial. O município que apresenta menor efetivo de galinhas é Carnaubal, com apenas 5.380 cabeças.

Quanto ao efetivo de galos, frangas e pintos, podemos verificar que o quadro muda e os maiores rebanhos encontra-se no município de Ibiapina. Esse município responde por 50% do efetivo total do território.

Nas Tabelas 47 a 49 podemos verificar a quantidade produzida e o valor da produção de leite, ovos de galinha e mel do estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, anos de 2008 e 2009.

**Tabela 47.** Número de vacas ordenhadas, produção de leite e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Vacas ordenhadas (cabeças)		Produção de leite			
			Quantidade (mil litros)		Valor (R\$ mil)	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	516.353	524.314	425.210	432.537	321.427	337.943
Território	10.050	10.990	6.573	7.170	6.105	6.888
Carnaubal	600	700	366	431	340	413
Croatá	420	450	286	304	264	289
Guaraciaba do Norte	1.600	1.800	992	1.107	942	1.063
Ibiapina	750	820	461	507	438	486
São Benedito	1.600	1.800	1.094	1.233	1.007	1.171
Tianguá	1.980	2.120	1.374	1.469	1.305	1.469
Ubajara	750	900	484	578	445	549
Viçosa do Ceará	2.350	2.400	1.516	1.541	1.364	1.448

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Podemos verificar que a quantidade produzida de leite nos anos de 2008 e 2009 no Território Serra da Ibiapaba, foi de 6.6 e 7.2 milhões de litros de leite, respectivamente. Praticamente, a produção e o valor da produção se mantiveram constantes nesses anos. Já que, o valor da produção, saiu de 6,1 milhões de reais para 6,9 milhões de reais, de 2008 para 2009.

Os municípios de Tianguá e Viçosa do Ceará estão ao lado na quantidade produzida e no valor da produção, onde despontam como os

maiores produtores de leite do território, com 3 milhões de litros de leite, quase a metade da produção total do território. Croatá aparece como o menor produtor de leite do território com 300 mil litros e com um valor da produção de 289 mil reais.

**Tabela 48.** Produção de ovos e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Produção de ovos (Galinha)			
	Quantidade (mil dúzias)		Valor (R\$ mil)	
	2008	2009	2008	2009
Ceará	117.923	123.281	251.884	284.810
Território	10.361	11.932	26.937	28.732
Carnaubal	31	31	78	81
Croatá	41	42	104	110
Guaraciaba do Norte	84	88	215	228
Ibiapina	75	62	200	161
São Benedito	65	65	171	169
Tianguá	8.302	9.163	21.586	21.991
Ubajara	1.576	2.288	4.098	5.490
Viçosa do Ceará	187	193	485	502

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

**Tabela 49** - Produção de mel e valor da produção, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Produção de mel de abelha			
	Quantidade ( kg)		Valor (R\$ mil)	
	2008	2009	2008	2009
Ceará	4.072.702	4.734.959	13.186	17.044
Território	54.784	83.650	250	474
Carnaubal	7.500	26.000	30	147
Croatá	13.700	18000	55	102
Guaraciaba do Norte	3.500	17.000	14	96
Ibiapina	904	650	5	4
São Benedito	150	800	1	5
Tianguá	2.800	3.200	14	19
Ubajara	8.400	7.500	42	42
Viçosa do Ceará	17.830	10.500	89	59

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

A produção de ovos de galinha acompanha a tendência do efetivo de galinhas, onde os maiores produtores são os municípios de Tianguá e Ubajara, com um total de 11 milhões de dúzias de ovos, o que resulta num valor total de 27,5 milhões de reais.

A produção do território chega a ser 10% da produção estadual. O mesmo acontece quando avaliamos o valor da produção, chega também a 10%, o que reflete que o preço praticado no território é semelhante ao do estado do Ceará. Se consideramos a quantidade produzida e o valor da produção do estado do Ceará e do Território, verificamos que o preço praticado pela dúzia de ovos de galinha no Ceará é de R\$ 2,31 e no Território de R\$ 2,41. Isso reflete que os preços praticados no mercado local é um pouco diferenciado, cerca de R\$ 0,10 a mais, talvez pela distância do grande centro consumidor que é Fortaleza.

No ano de 2008, a produção de mel do território chegou a apenas 1,3% do total do estado do Ceará. No ano seguinte, em 2009, subiu para 1,8%. A produção de mel no estado do Ceará apresentou um tímido crescimento dos anos de 2008 para 2009, crescendo 16%. Já o valor da produção do estado do Ceará saiu de 13 milhões de reais (2008) para 17 milhões (2009), houve um acréscimo de 4 milhões de reais em apenas uma ano. Assim, podemos verificar que a produção de mel e o valor total da produção ainda é muito irrisória na composição total do estado do Ceará para essa cadeia em específico.

## **14.2 Extrativismo**

A exploração da lenha, do carvão e da palha da carnaubeira são as atividades extrativistas mais desenvolvidas no estado do Ceará e tem um papel importante em sua economia.

A extração da lenha e do carvão são atividades extremamente degradadoras do meio ambiente, pois sem um manejo racional, isto é, agroflorestal, não existe nenhum tipo de cuidado com o ecossistema no manejo adotado em sua exploração.

No caso da carnaúba, a situação é completamente diferente. Por ser uma espécie extremamente adaptada ao extrativismo, não sofre conseqüências tão grave no seu processo de extração. Se torna grave quando a retirada da espécie é com finalidade de desocupação de espaço para implantação de culturas agrícolas. Há também um desperdício significativo da bagana (palha picotada para extração da cera), que em vez de ser utilizada como cobertura morta em cultivos agrícolas, tornando um sistema de cultivo mais sustentável, na maioria das vezes, é queimada.

Na Tabela 50, podemos verificar a produção e o valor da produção dos principais produtos extrativos vegetais do estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, em 2008 e 2009.

**Tabela 50** - Produção e valor da produção dos principais produtos extrativos, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Produção extrativa vegetal			
	Quantidade (t)		Valor (R\$ mil)	
	2008	2009	2008	2009
Carnauba (cera)				
Ceará	2.478	2.294	15.616	14.705
Croatá	-	-	-	-
Viçosa do Ceará	0	0	1	2
Carnauba (pó)				
Ceará	5.492	5.497	17.464	18.026
Croatá	3	4	14	19
Tianguá	2	2	9	12
Viçosa do Ceará	2	2	7	12
Carnauba (fibra)				
Ceará	1.423	1.454	861	975
Carnaubal	1	2	1	2
Croatá	7	7	5	6
Ibiapina	3	3	2	3
Tianguá	4	5	3	5
Ubajara	1	2	1	2
Viçosa do Ceará	25	27	20	27
Carvão vegetal				
Ceará	11.499	11.340	3.593	3.952
Carnaubal	26	27	11	13
Croatá	24	23	10	11
Guaraciaba do Norte	6	6	2	3
Ibiapina	9	11	4	5
São Benedito	6	7	3	3
Tianguá	45	47	20	22
Ubajara	19	20	8	9
Viçosa do Ceará	27	31	11	15
Lenha (1)				
Ceará	4.550.237	4.525.309	33.933	35.212
Carnaubal	7.800	7.240	83	81
Croatá	11.350	10.100	120	119
Guaraciaba do Norte	1.850	1.750	20	20
Ibiapina	5.100	5.640	55	65
São Benedito	2.300	2.180	24	24
Tianguá	11.200	10.600	124	130
Ubajara	4.700	4.540	51	55
Viçosa do Ceará	10.500	9.850	111	116

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Dentre os produtos do extrativismo vegetal, verificamos que nenhum deles é tão significativo, refletindo que a vocação do território não é na extração vegetal, seja pelo fato de não possuir áreas adequadas para a instalação da cultura da carnaúba, seja pelo fato de que não se utilizam da enorme reserva de lenha que possui no território.

## 16 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

Na Tabela 51, podemos verificar o número de imóveis rurais por tamanho imóvel e classificação de áreas do estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, em 2005.

De acordo com a tabela abaixo, verificamos que o número total de imóveis do território é de 8.644 imóveis, ocupando uma área de, aproximadamente, 277 mil hectares. Deste número de imóveis, a grande maioria é classificada como minifúndios, que reflete de certa forma o padrão da agricultura familiar do território.

Podemos verificar que 31 propriedades do território ocupam uma área de 64 mil hectares, sendo assim classificadas como grandes propriedades. Outras 145 propriedades ocupam uma área de 50 mil hectares, classificadas como médias propriedades. As propriedades classificadas como pequenas ocupam uma área de 81 mil hectares em um número total de 1 mil propriedades. Finalmente, as propriedades classificadas como minifúndios, ocupam 81 mil hectares, em um número total de 7.114 propriedades.

Assim, observa-se uma grande parte da área dos imóveis do território estão nas mãos de poucos, isto é, em imóveis classificados como grandes propriedades.

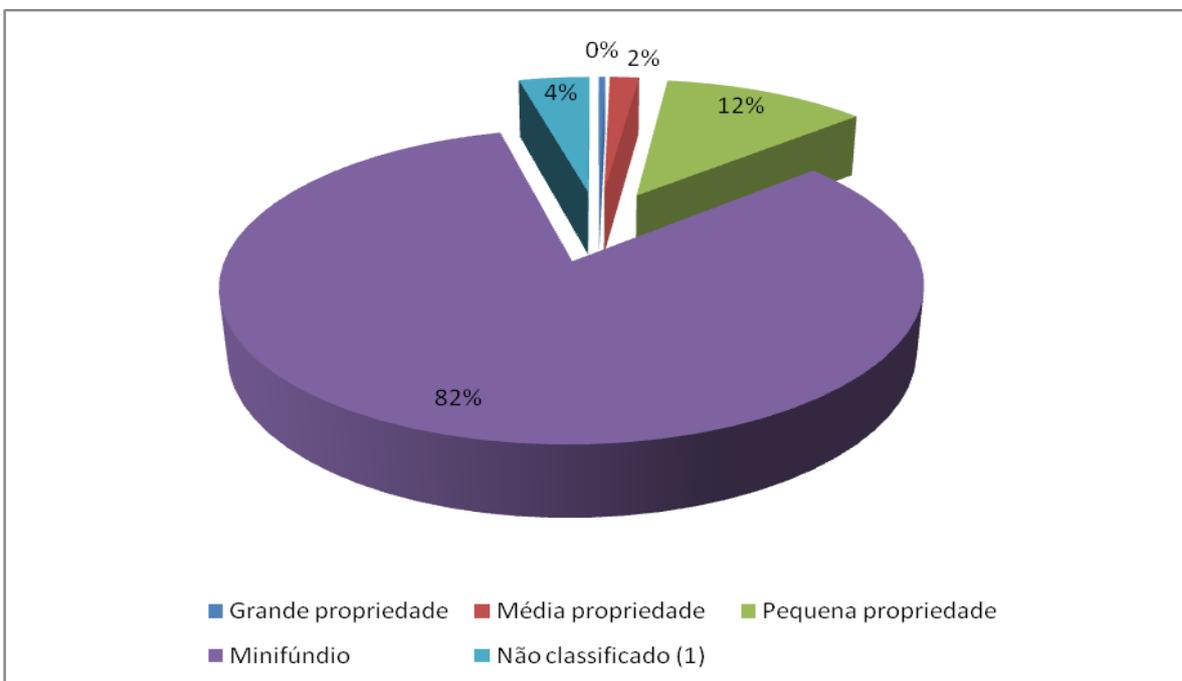
Vale ressaltar que no município de Croatá, nenhuma propriedade foi classificada como grande propriedade. Nos municípios de Guaraciaba do Norte e Ibiapina, somente 1 propriedade em cada um foi classificada dessa maneira.

**Tabela 51** - Número e área dos imóveis rurais, por tamanho do imóvel e classificação das áreas, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, em 2005.

Municípios	Imóveis rurais											
	Total		Grande propriedade		Média propriedade		Pequena propriedade		Minifúndio		Não classificado (1)	
	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)
Ceará	148.767	9.786.124	1.492	2.372.180	7.646	2.607.399	33.397	3.095.364	101.551	1.694.466	4.681	16.715
Território	8.644	276.976	31	63.727	145	49.815	1.006	81.335	7.114	81.416	348	683
Carnaubal	286	22.548	7	9.382	12	4.592	62	5.363	195	3.211	10	0
Croatá	239	7.545	-	-	2	789	51	3.845	166	2.846	20	65
Guaraciaba do Norte	1.312	29.148	1	708	11	3.242	139	10.915	1.128	13.912	33	372
Ibiapina	653	15.687	1	1.171	11	3.192	74	5.897	522	5.394	45	33
São Benedito	1.297	24.558	2	2.745	13	3.280	116	8.037	1.147	10.457	19	40
Tianguá	1.317	49.162	4	14.033	29	9.574	164	12.928	1.095	12.626	25	2
Ubajara	1.148	38.924	3	15.224	13	5.158	92	7.788	1.011	10.589	29	166
Viçosa do Ceará	2.392	89.404	13	20.465	54	19.989	308	26.562	1.850	22.382	167	7

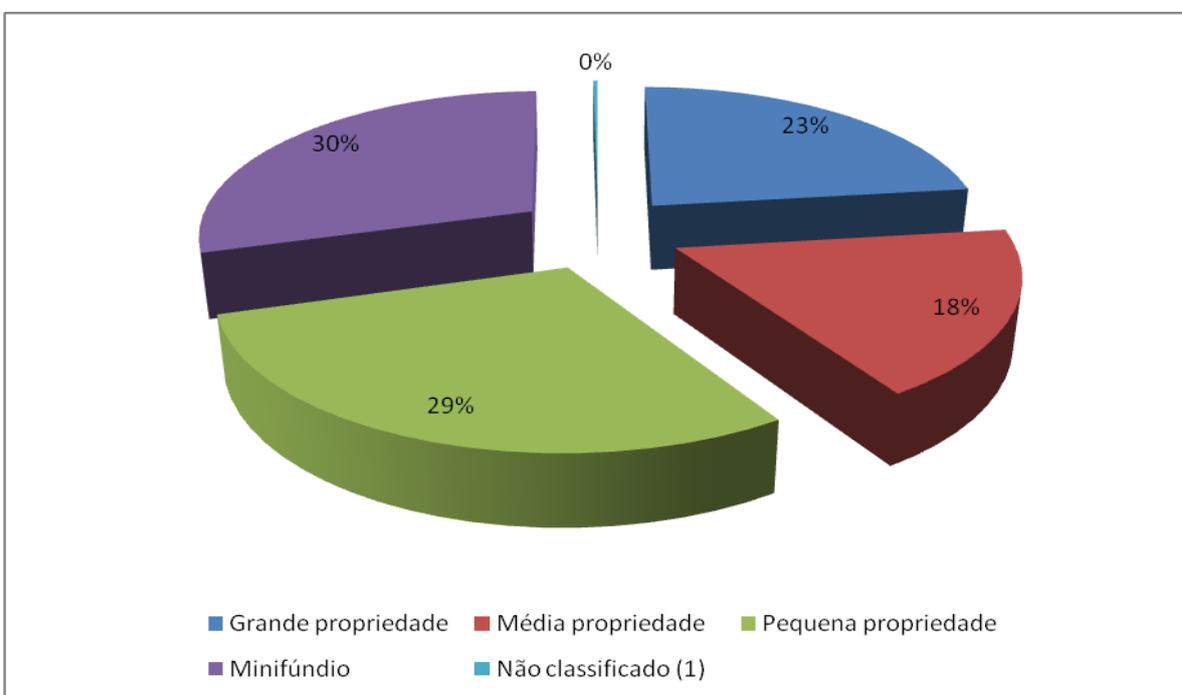
Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Nas Figuras 18 e 19, verificamos a distribuição percentual do número e área de imóveis de acordo com a classificação de áreas dos municípios do Território Serra da Ibiapaba, em 2005.



**Figura 18.** Distribuição percentual do número de propriedades por classificação de áreas do Território Serra da Ibiapaba, 2005.

Fonte: IPEADATA (IPEA, 2010)



**Figura 19.** Distribuição percentual da área ocupada pelas propriedades por classificação de áreas do Território Serra da Ibiapaba, 2005.

Fonte: IPEADATA (IPEA, 2010)

Verificamos que 82% das propriedades são classificadas como minifúndios, refletindo que a estrutura fundiária territorial tem como base a agricultura familiar. O que chama atenção também é que 12% das propriedades são classificadas como pequenas propriedades. Logo, se somarmos o percentual de minifúndios e pequenas propriedades, perceberemos que 94% das propriedades estão nas mãos de agricultores de base familiar. Esse número é bastante significativo e deve dar subsídios as políticas públicas do território.

Ainda analisando a distribuição do número de propriedades no território, verificamos que somente 2% encontram-se classificados como média propriedade e somente 4% como grande propriedade.

Quando fazemos a análise da distribuição da área dos imóveis rurais de acordo com sua classificação, notamos que o quadro fica diferente, onde 23% da área dos imóveis está ocupada por propriedades classificadas como grande propriedade. Nas classes média, pequena e minifúndios, a divisão é mais uniforme e a distribuição percentual é de 18%, 29% e 30%, respectivamente. Isso reflete uma boa distribuição de terras no território, que é reflexo de todo um contexto histórico. Esses dados subsidiam ao território a importância e a necessidade de uma política de reforma agrária mais igualitária e efetiva para o Brasil, Ceará, Território Serra da Ibiapaba.

Na Tabela 52, verificamos que no Território Serra da Ibiapaba não foram realizados cadastros e nem foram regularizados imóveis rurais nos anos de 2008 e 2009. No entanto, sabemos que desde o ano de 2010 o IDACE vem realizando cadastro e regularizando imóveis rurais em todo estado do Ceará, porém, esses dados ainda não se encontram disponíveis.

**Tabela 52** - Cadastro técnico e regularização fundiária de imóveis rurais, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Imóveis rurais							
	Cadastrados				Regularizados			
	Programado		Realizado		Programado		Realizado	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	18.470	39.433	15.390	34.746	12.776	18.202	10.682	18.301
Território	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

## 16.1 Número de assentamentos e assentados/as da reforma agrária

**Tabela 53** -. Assentamento de trabalhadores rurais, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, implantados em 2008 e 2009.

Municípios(2)	Assentamento de trabalhadores rurais (1)					
	Número de imóveis		Área (ha)		Famílias beneficiadas	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	42	73	9.165,08	13.240,94	340	566
Território	4	3	1.809	363	39	20
Carnaubal	-	1	0,00	229,82	-	6
São Benedito	1	2	20,34	133,59	6	14
Viçosa do Ceará	3	-	1.789,00	-	33	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

## **17 FINANCIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO**

### **17.1 Comercialização da produção de base familiar e artesanal**

Sabe-se que o território vem comercializando os mercados institucionais PAA e Pnae, porém somente com levantamentos que vem sendo realizado pela base de serviços de comercialização do território poderemos materializar a magnitude das quantias comercializadas, assim como, das quantidades e principais produtos.

### **17.2 Crédito no apoio a agricultura familiar**

Na política de credito para os Agricultores Familiares, vale destacar o forte apoio para investimento e o custeio para a produção, em especial o PRONAF nos últimos anos. Entretanto, há uma necessidade de desburocratizar o crédito para apoio a colheita, beneficiamento e/ou estoque temporário, possibilitando aos agricultores uma colheita tranqüila para uma logística de comercialização adequada e no tempo certo, aguardando o melhor preço para os produtos, sem a urgência de vender a qualquer preço para poder pagar os custos desse elo final da cadeia produtiva. A ausência desse financiamento para apoio a comercialização vem fortalecendo a cada dia mais a rede de atravessadores do território.

Nas Tabelas 54 e 55, verifica-se financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e pecuária por finalidades (custeio, investimento e comercialização) do estado do Ceará, do Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, em 2008.

Verifica-se que, em 2008, foram fechados 7.626 contratos, sendo concedido um montante de 24,6 milhões de reais no Território Serra da Ibiapaba. Desse total, 75% dos contratos foram da Agricultura, com um montante de recurso financiado de 15,7 milhões, enquanto que na pecuária, foi financiado cerca de 8,7 milhões de reais.

O número de contratos da Pecuária, no ano de 2008, não levou em consideração o município de São Benedito, devido a incoerência na informação desse dado.

Verifica-se que o Território Serra da Ibiapaba correspondeu por uma fatia de 4,5% do total financiado no estado do Ceará. Nota-se que 5,5% do número total de contratos foram concedidos no território, isso no ano de 2008.

Analisando para o ano de 2009, percebe-se que o número de contratos no território caiu para 6.165, com o valor total de financiamentos em torno de 24,3 milhões, permanecendo no mesmo patamar que o ano anterior. Desse total, foram concedidos 21 milhões para a agricultura e 3,2 milhões de reais para a pecuária.

O número de contratos da Pecuária, no ano de 2009, assim como o ano anterior, não levou em consideração o município de São Benedito, devido a incoerência na informação desse dado.

Ao fazer a comparação com o estado do Ceará, verifica-se que o Território Serra da Ibiapaba correspondeu por uma fatia de 4,4% do total financiado no estado do Ceará, enquanto o número de contratos, manteve o percentual em torno de 5% do número total de contratos, o que praticamente não mudou o cenário do ano anterior.

Quanto a finalidade dos investimentos, em 2008, pode-se notar que, no Território Serra da Ibiapaba, a distribuição foi a seguinte: 5,9 milhões de reais para o custeio; e 18,6 milhões em investimento. Não houve financiamento concedido para comercialização. Para a finalidade investimento, cerca de 11,3 milhões foram concedidos para a agricultura e 7,3 milhões para a pecuária.

No ano de 2009, verifica-se que, no Território Serra da Ibiapaba, a distribuição foi a seguinte: 3,8 milhões de reais para o custeio; 20,5 milhões em investimento. À exemplo do ano anterior, também não houve montante destinado à comercialização. Dos 3,8 milhões utilizados em custeio, quase 100% foi destinado a agricultura. Para a finalidade investimento, cerca de 17 milhões foram concedidos para a agricultura e 3 milhões para a pecuária.

**Tabela 54 -** Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária, por finalidade, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008.

Municípios	Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas							
	2008							
	Total		Custeio		Investimento		Comercialização	
	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)
	<b>Total</b>							
Ceará	137.243	542.354.509	20.881	110.950.971	116.231	278.000.097	131	153.403.442
Território	7.626	24.619.799	1.106	5.926.687	6.520	18.693.112	-	-
Camauabal	472	992.298	15	77.211	457	915.087	-	-
Croatá	523	905.131	1	43.454	522	861.678	-	-
Guaraciaba do Norte	1.027	2.450.637	41	387.301	986	2.063.337	-	-
Ibiapina	469	1.113.844	79	423.086	390	690.758	-	-
São Benedito	1.448	3.005.091	135	762.826	1.313	2.242.265	-	-
Tianguá	1.191	3.715.564	251	1.232.753	940	2.482.811	-	-
Ubajara	740	9.037.617	100	2.114.958	640	6.922.659	-	-
Viçosa do Ceará	1.756	3.399.617	484	885.098	1.272	2.514.518	-	-
	<b>Agricultura</b>							
Ceará	49.466	288.262.071	16.780	74.304.380	32.577	77.661.614	109	136.296.077
Território	5.735	15.727.462	1.099	4.458.217	4.636	11.269.245	-	-
Camauabal	351	804.612	15	77.211	336	727.401	-	-
Croatá	383	752.362	1	43.454	382	708.908	-	-
Guaraciaba do Norte	942	2.301.917	40	367.066	902	1.934.851	-	-
Ibiapina	449	1.097.861	79	423.086	370	674.775	-	-
São Benedito	1.369	2.861.715	133	733.081	1.236	2.128.634	-	-
Tianguá	752	3.134.079	250	1.229.253	502	1.904.825	-	-
Ubajara	600	2.535.858	97	699.968	503	1.835.890	-	-
Viçosa do Ceará	889	2.239.059	484	885.098	405	1.353.960	-	-
	<b>Pecuária</b>							
Ceará	87.777	254.092.438	4.101	36.646.591	83.654	200.338.482	22	17.107.365
Território	1.812	8.748.961	5	1.438.725	1.807	7.310.236	-	-
Camauabal	121	187.686	-	-	121	187.686	-	-
Croatá	140	152.770	-	-	140	152.770	-	-
Guaraciaba do Norte	85	148.720	1	20.235	84	128.485	-	-
Ibiapina	20	15.982	-	-	20	15.982	-	-
São Benedito	-	-	-	-	-	-	-	-
Tianguá	439	581.485	1	3.500	438	577.985	-	-
Ubajara	140	6.501.759	3	1.414.990	137	5.086.769	-	-
Viçosa do Ceará	867	1.160.558	-	-	867	1.160.558	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Dentre os municípios, Ubajara, seguido de Tianguá e Viçosa do Ceará foram os que acessaram mais créditos para financiamento, com 9; 3,7 e 3,4 milhões de reais, respectivamente, isso no ano de 2008. Para o ano de

2009, São Benedito assumiu a liderança com 9 milhões em financiamentos concedidos, seguido de Ubajara com 3,4 milhões e Tianguá; 3,3 milhões.

**Tabela 55** -. Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária, por finalidade, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2009.

Municípios	Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas							
	2009							
	Total		Custeio		Investimento		Comercialização	
	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)
	<b>Total</b>							
Ceará	113.618	551.363.361	14.298	117.129.449	99.179	284.011.763	141	150.222.149
Território	6.165	24.356.511	657	3.811.302	5.508	20.545.209	-	-
Carnaubal	464	1.133.851	9	71.262	455	1.062.589	-	-
Croatá	340	817.082	2	15.042	338	802.040	-	-
Guaraciaba do Norte	962	3.276.089	53	744.019	909	2.532.070	-	-
Ibiapina	520	1.884.997	102	511.949	418	1.373.048	-	-
São Benedito	1.347	8.946.316	120	666.764	1.227	8.279.553	-	-
Tianguá	979	3.256.049	187	775.071	792	2.480.979	-	-
Ubajara	744	3.395.522	89	749.200	655	2.646.322	-	-
Viçosa do Ceará	809	1.646.605	95	277.997	714	1.368.608	-	-
	<b>Agricultura</b>							
Ceará	40.342	310.181.889	11.096	71.715.634	29.117	110.522.402	129	127.943.852
Território	4.680	20.942.199	652	3.760.927	4.028	17.181.272	-	-
Carnaubal	434	914.259	9	71.262	425	842.997	-	-
Croatá	205	641.162	2	15.042	203	626.120	-	-
Guaraciaba do Norte	851	2.992.414	52	742.542	799	2.249.872	-	-
Ibiapina	507	1.799.412	102	511.949	405	1.287.463	-	-
São Benedito	1.249	8.689.378	118	636.854	1.131	8.052.524	-	-
Tianguá	573	2.276.779	187	775.071	386	1.501.708	-	-
Ubajara	536	2.652.868	87	730.210	449	1.922.658	-	-
Viçosa do Ceará	325	975.926	95	277.997	230	697.930	-	-
	<b>Pecuária</b>							
Ceará	73.276	241.181.472	3.202	45.413.815	70.062	173.489.361	12	22.278.297
Território	1.387	3.157.375	3	20.466	1.384	3.136.908	-	-
Carnaubal	30	219.593	-	-	30	219.593	-	-
Croatá	135	175.920	-	-	135	175.920	-	-
Guaraciaba do Norte	111	283.674	1	1.477	110	282.197	-	-
Ibiapina	13	85.585	-	-	13	85.585	-	-
São Benedito	-	-	-	-	-	-	-	-
Tianguá	406	979.270	-	-	406	979.270	-	-
Ubajara	208	742.654	2	18.990	206	723.664	-	-
Viçosa do Ceará	484	670.678	-	-	484	670.678	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

## 18 SERVIÇOS, TURISMO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA

### 18.1 Serviços

#### 18.1.1 Serviços no meio rural

Os serviços no meio rural se destacam a partir das principais cadeias produtivas do território como, horticultura em geral, o da mandioca, colheita do Feijão e milho e da floricultura.

#### 18.1.2 Serviços no meio urbano

Os serviços se configuram como um setor bastante expressivo, com algumas atividades que o empurram para um patamar que representa mais de 50% do PIB territorial.

**Tabela 56** -. Empresas de serviços, por atividade econômica, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008.

Municípios	Empresas de serviços									
	2008									
Total	Transporte e armazenamento	Comunicação	Alojamento e alimentação	Intermediação financeira	Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	Administração pública, defesa e seguridade social	Educação	Saúde e serviços sociais	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	
Ceará	9.219	890	316	5.570	33	834	899	65	132	480
Território	195	2	10	95	-	26	33	7	9	13
Carnaubal	5	-	1	-	-	-	4	-	-	-
Croatá	10	-	-	6	-	1	3	-	-	-
Guaraciaba do Norte	25	1	-	19	-	-	4	-	1	-
Ibiapina	20	-	1	10	-	1	6	-	-	2
São Benedito	30	1	1	13	-	5	3	-	4	3
Tianguá	56	-	4	29	-	9	4	3	3	4
Ubajara	25	-	1	12	-	3	5	2	-	2
Viçosa do Ceará	24	-	2	6	-	7	4	2	1	2

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Em 2008, são 195 empresas prestadoras de serviços, atuando em diversas áreas. O maior número delas são dos setores de alojamento e alimentação, com 95 empresas, correspondendo a 49% do total; e o de administração pública, defesa e seguridade social, com 33 empresas e

correspondendo a 17% do total. O município de Tianguá aponta como o que apresenta maior número de empresas de serviços em todos os setores, isso pelo tamanho territorial e por apresentar um maior desenvolvimento econômico. Carnaubal é o município que possui o menor número de empresas prestadoras de serviços, com apenas 5 empresas, sendo uma na área de comunicação e quatro na área de administração pública, defesa e seguridade social.

As outras atividades colaboram com os seguintes percentuais: transporte e armazenamento, 1%; comunicação, 5,1%; atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, 13,3%; educação, 3,6%; serviços sociais, 4,5%; e, outros serviços coletivos, sociais e pessoais, 6,6%.

**Tabela 57** - Empresas de serviços, por atividade econômica, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2009.

Municípios	Empresas de serviços									
	2009									
	Total	Transporte e armazenamento	Comunicação	Alojamento e alimentação	Intermediação financeira	Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	Administração pública, defesa e seguridade social	Educação	Saúde e serviços sociais	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais
Ceará	9.199	895	334	5.582	32	907	895	65	154	335
Território	189	2	10	95	-	27	33	7	9	6
Carnaubal	5	-	1	-	-	-	4	-	-	-
Croatá	10	-	-	6	-	-	3	-	-	1
Guaraciaba do Norte	25	1	-	19	-	-	4	-	1	-
Ibiapina	19	-	1	10	-	2	6	-	-	-
São Benedito	27	1	1	13	-	5	3	-	4	-
Tianguá	56	-	4	29	-	11	4	3	3	2
Ubajara	24	-	1	12	-	3	5	2	-	1
Viçosa do Ceará	23	-	2	6	-	6	4	2	1	2

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Em 2009, são 189 empresas prestadoras de serviços, atuando em diversas áreas. O maior número delas são dos setores de alojamento e alimentação, com 95 empresas, correspondendo a pouco mais de 50 % do total; e o de administração pública, defesa e seguridade social, com 33 empresas e correspondendo a 17,5% do total. O município de Tianguá aponta como o que apresenta maior número de empresas de serviços em todos os setores, isso pelo tamanho territorial e por apresentar um maior desenvolvimento econômico. Carnaubal é o município que possui o menor

número de empresas prestadoras de serviços, com apenas 5 empresas, sendo uma na área de comunicação e quatro na área de administração pública, defesa e seguridade social.

As outras atividades colaboram com os seguintes percentuais: transporte e armazenamento, 1%; comunicação, 5,3%; atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, 14,3%; educação, 3,7%; serviços sociais, 4,7%; e, outros serviços coletivos, sociais e pessoais, 3,2%.

Na Tabela 58, pode-se verificar as cooperativas ativas por classes do estado do Ceará, do Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, em 2008 e 2009.

**Tabela 58** -. Cooperativas ativas, por classes, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008-2009.

Municípios(1)	Cooperativas ativas																							
	Total		Classes																					
			Agropecuária		Produção		Intra-estrutura		Educatonal		Crédito		Habitacional		Consumo		Mineração		Trabalho		Transporte		Saúde	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009		
Ceará	201	154	30	23	4	2	7	7	3	2	12	10	.	.	1	1	.	.	57	22	47	55	40	32
Território	1	1	1	1	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
Guaraciaba do Norte	1	1	1	1	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

O território possuía 1 cooperativa em 2008 e no ano de 2009 esse número permaneceu. A única cooperativa existente no território pertencia a classe da Agropecuária.

## 18.2 Turismo

Viajando para o interior o turista encontra uma região de grande apelo ecológico. O destaque é para o Parque Nacional de Ubajara, que abriga um dos últimos resquícios de Mata Atlântica do Brasil. Localizado na Serra da Ibiapaba, na divisa com o Piauí, o Parque possui uma infra-estrutura invejável

para o turismo ecológico, que inclui visitas a cavernas, trilhas no meio do mato e banhos em rios e lagoas de águas cristalinas.

Na Tabela 59, pode-se verificar a oferta nos meios de hospedagem do Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, em 2008 e 2009.

**Tabela 59** - Oferta nos meios de hospedagem, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008-2009.

Região/municípios turísticos(2)	Oferta nos meios de hospedagem (1)					
	Estabelecimentos		Unidades habitacionais (3)		Leitos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Território	41	44	771	840	1.873	2.033
Carnaubal	2	2	15	15	28	28
Croatá	2	1	13	6	27	15
Guaraciaba do Norte	3	6	42	83	119	202
Ibiapina	3	3	42	42	91	99
São Benedito	6	7	93	113	207	249
Tanguá	11	11	347	347	815	815
Ubajara	9	9	145	160	360	399
Viçosa do Ceará	5	5	74	74	226	226

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

O número de estabelecimentos para hospedagem no território, em 2008, foi de 41 e no ano de 2009 aumentou para 44. Dentre os municípios que possuem uma maior oferta, encontra-se Tanguá (11), seguido por Ubajara (9), muito por conta de um ponto turístico que é o Parque Nacional de Ubajara. Somente Tanguá respondeu em 2009 por 25% do número total de estabelecimentos hoteleiros do território.

Abaixo, estão listadas os principais atrativos turísticos do Território Serra da Ibiapaba.

**Tabela 60.** Atrativos turísticos, segundo o Território Serra da Ibiapaba e seus municípios.

Municípios	Atrativos turísticos
Carnaubal	Cachoeira do rio Inhuçu; Balneário com cascatas.
Guaraciaba do Norte	Cachoeiras com formações rochosas e mata primária; Planalto com altitude aproximada de 900m, densas florestas e vales cortados de regatos perenes.
Ibiapina	Cachoeira, ladeiras, bicas, vegetação exuberante e visão de toda chapada; Barragem.
São Benedito	Horto florestal (área reservada); Cachoeira.
Tianguá	Cachoeiras encravadas entre as matas, uma delas compõe um conjunto formado por monólitos; Furna, rio, bicas; Mirante; Matas preservadas.
Ubajara	Cachoeiras que se precipitam em quatro lanços de pedras contínuos, entorno coberto de vegetação. Bica formada por três saltos d'água cercada de densa vegetação; Parque Nacional com 835m de altitude, grutas, mirantes, cachoeiras, vegetação exuberante, cerrados, caatinga e fauna variada.
Viçosa do Ceará	Mirantes situados em pedras com fontes de água natural e densa vegetação em seu entorno; Cachoeiras; Morro do Céu; Inscrições rupestres.

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

### 17.3 Comércio

Sabemos que o comércio é um dos setores mais fortes da economia, movimentando e fazendo circular grandes volumes monetários dentro de um município, logo, também dentro de um território. No Território Serra da Ibiapaba não é diferente. Nas Tabelas 61 e 62, pode-se verificar os estabelecimentos comerciais varejistas do estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, em 2008 e 2009.

**Tabela 61** - Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Estabelecimentos comerciais varejistas											
	Total		Automóveis, camionetas, utilitários, motocicletas e motonetas		Peças e acessórios para veículos, motocicletas e motonetas		Bicicletas e triciclos e suas peças e acessórios		Pneumáticos e câmaras de ar		Combustíveis, lubrificantes e gás liquefeito de petróleo (GLP)	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	82.808	82.806	929	929	3.975	3.975	976	976	333	333	1.930	1.930
Território	2.985	2.984	28	28	167	167	45	45	27	27	60	60
Carnaubal	164	164	-	-	4	4	1	1	-	-	4	4
Croatá	154	154	-	-	6	6	5	5	1	1	4	4
Guaraciaba do Norte	483	482	6	6	28	28	6	6	3	3	10	10
Ibiapina	195	195	-	-	10	10	4	4	-	-	5	5
São Benedito	443	443	5	5	23	23	7	7	5	5	8	8
Tianguá	859	859	17	17	59	59	18	18	14	14	17	17
Ubajara	268	268	-	-	16	16	2	2	2	2	4	4
Viçosa do Ceará	419	419	-	-	21	21	2	2	2	2	8	8

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

**Tabela 62** -. Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Estabelecimentos comerciais varejistas											
	Mercadorias em geral (1)		Lojas de departamentos, magazines e lojas de variedades		Produtos de gêneros alimentícios		Bebidas		Tecidos, vestuário e artigos de armarinho		Calçados, artigos de couro e de viagem	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	28.100	28.095	392	392	3.239	3.238	1.313	1.313	14.875	14.871	1.358	1.356
Território	1.097	1.096	22	22	82	82	19	19	486	486	62	62
Carnaubal	77	77	-	-	2	2	2	2	30	30	5	5
Croatá	69	69	5	5	3	3	2	2	23	23	3	3
Guaraciaba do Norte	191	190	8	8	14	14	2	2	58	58	12	12
Ibiapina	65	65	1	1	4	4	2	2	24	24	8	8
São Benedito	124	124	2	2	16	16	3	3	68	68	11	11
Tianguá	242	242	4	4	29	29	3	3	171	171	13	13
Ubajara	108	108	1	1	4	4	3	3	47	47	3	3
Viçosa do Ceará	221	221	1	1	10	10	2	2	65	65	7	7

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

**Tabela 63** -. Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Estabelecimentos comerciais varejistas											
	Ótica, relojoaria e joalheria		Artigos de "souvenirs", bijuterias e artesanato		Perfumaria e produtos farmacêuticos		Medicamentos veterinários, artigos para animais, ração e animais		Máquinas, aparelhos e equipamentos elétrico-eletrônicos de uso doméstico e pessoal		Máquinas, equipamentos e materiais de informática e comunicação	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	1.377	1.377	974	974	3.313	3.313	1.127	1.128	1.191	1.191	1.991	1.991
Território	55	55	15	15	116	116	36	36	63	63	63	63
Carnaubal	2	2	-	-	5	5	2	2	-	-	2	2
Croatá	1	1	-	-	4	4	-	-	-	-	-	-
Guaraciaba do Norte	9	9	-	-	14	14	6	6	6	6	9	9
Ibiapina	7	7	-	-	10	10	3	3	2	2	8	8
São Benedito	11	11	5	5	30	30	4	4	16	16	11	11
Tianguá	16	16	7	7	27	27	10	10	22	22	24	24
Ubajara	5	5	2	2	12	12	3	3	8	8	9	9
Viçosa do Ceará	4	4	1	1	14	14	8	8	9	9	-	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

**Tabela 64** - Estabelecimentos comerciais varejistas, por gênero de atividades, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Estabelecimentos comerciais varejistas													
	Artigos fotográficos e cinematográficos, instrumentos musicais e acessórios, discos e fitas		Artigos de decoração e utilidades domésticas		Madeira e seus artefatos		Material para construção		Livros, artigos de papelaria, jornais e revistas		Artigos esportivos, brinquedos e artigos recreativos		Outros	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	462	462	3.157	3.157	457	457	6.498	6.499	1.548	1.548	385	385	2.908	2.916
Território	18	18	140	140	27	27	234	234	33	33	14	14	76	76
Carnaubal	1	1	11	11	-	-	16	16	-	-	-	-	-	-
Croatá	2	2	6	6	-	-	14	14	2	2	-	-	4	4
Guaraciaba do Norte	2	2	24	24	7	7	45	45	6	6	1	1	16	16
Ibiapina	-	-	16	16	2	2	15	15	2	2	1	1	6	6
São Benedito	6	6	20	20	7	7	36	36	7	7	3	3	15	15
Tianguá	5	5	42	42	8	8	67	67	10	10	6	6	28	28
Ubajara	1	1	11	11	2	2	14	14	3	3	2	2	6	6
Viçosa do Ceará	1	1	10	10	1	1	27	27	3	3	1	1	1	1

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Vale ressaltar que o número de estabelecimentos comerciais praticamente se manteve constante no período observado, onde, em 2008, foi de 2.985 estabelecimentos comerciais varejistas, atuando em diversas áreas. O maior número delas são dos setores de mercadorias em geral, com 1097

estabelecimentos, correspondendo a 36,7% do total; o de tecidos e vestuário, com 486 estabelecimentos e correspondendo a 16,2 % do total; o de material para construção, com uma fatia de 7,8% . Os municípios de Tianguá, São Benedito e Viçosa do Ceará despontam como os que apresentam maior número de estabelecimentos em todos os setores, isso pelo tamanho territorial e por apresentar um maior desenvolvimento econômico. Croatá é o município que possui o menor número de estabelecimentos comerciais, com apenas 154 estabelecimentos.

As outras atividades que merecem destaque são: produtos de gênero alimentícios, com 2,7%; peças e acessórios para veículos, motocicletas e motonetas, 5,6%; perfumaria e produtos farmacêuticos, 3,8% .

#### **17.4 Indústria**

A indústria costuma ser um dos setores mais fortes da economia, movimentando e fazendo circular grandes volumes monetários dentro de um município, no entanto, o mesmo não ocorre para municípios do Território Serra da Ibiapaba.

A política de interiorização da indústria, do Governo do Estado em parceria com as prefeituras municipais por meio de incentivos fiscais tem sido um atrativo para levar grupos empresariais a se instalarem nos municípios do interior cearense.

Na Tabela 65, pode-se verificar as empresas industriais do estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, em 2008 e 2009.

**Tabela 65** -. Empresas industriais ativas, por tipo, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008-2009.

Municípios	Empresas industriais									
	Total		Extrativa mineral		Construção civil		Utilidade pública		Transformação	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Ceará	15.431	15.431	218	222	2.381	2.439	111	111	12.660	12.659
Território	331	340	1	1	61	64	3	3	272	272
Carnaubal	21	21	-	-	1	1	-	-	20	20
Croatá	2	2	-	-	-	-	-	-	2	2
Guaraciaba do Norte	23	23	-	-	2	2	-	-	21	21
Ibiapina	11	14	-	-	1	2	1	1	11	11
São Benedito	34	36	-	-	6	6	-	-	30	30
Tianguá	93	96	-	-	26	27	1	1	68	68
Ubajara	49	50	-	-	17	18	1	1	31	31
Viçosa do Ceará	98	98	1	1	8	8	-	-	89	89

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

O território possuía 331 indústrias no ano de 2008 e foi para um número de 340 em 2009. As indústrias do território correspondem por uma fatia de apenas 2,2% do total estadual. As indústrias do setor de transformação do território somam 272, tanto para 2008 como para 2009, e respondem por cerca de 80% do número total do território. Da mesma forma, no Ceará, as indústria de transformação corresponde por 82%, logo, o território acompanha essa mesma tendência.

## 19 INFRA ESTRUTURA: ELÉTRICA, HÍDRICA E DE ESTRADAS

### 19.1 Energia Elétrica

O Território Serra da Ibiapaba está bem assistido no que se refere a infra estrutura de energia elétrica. Nas Tabelas 66 e 67, pode-se verificar o consumo e o número de consumidores de energia elétrica por classes de consumo do estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, em 2008 e 2009.

**Tabela 66** -. Consumo medido de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008.

Municípios	Consumo de energia elétrica (mwh)									
	2008									
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poderes públicos	Iluminação pública	Serviços públicos	Próprio	Revenda
Ceará	7.526.045	2.456.488	1.958.270	1.424.163	687.137	385.245	367.578	236.177	10.987	-
Território	137.328	41.340	5.861	10.639	50.266	6.468	11.818	10.796	139	-
Carnaubal	5.472	2.283	16	434	1.403	422	904	10	-	-
Croatá	6.454	2.429	18	334	2.512	310	699	154	-	-
Guaraciaba do Norte	14.634	5.275	167	1.315	6.177	705	991	5	-	-
Ibiapina	10.529	2.728	49	640	5.020	295	989	773	35	-
São Benedito	18.526	5.884	88	1.731	7.455	1.009	1.759	542	58	-
Tianguá	39.568	12.601	372	3.823	10.405	1.626	2.743	7.966	31	-
Ubajara	25.576	4.480	5.129	1.417	10.955	825	1.427	1.342	-	-
Viçosa do Ceará	16.569	5.660	21	945	6.341	1.278	2.306	4	15	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Houve um aumento de 4% no consumo de energia entre os anos de 2008 e 2009. Em 2009, o total consumido foi de 142,5 mil Mwh, sendo que os principais consumidores do território são os usos rural, residencial e iluminação pública.

**Tabela 67** - Consumo medido de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2009.

Municípios	Consumo de energia elétrica (MWh)									
	2009									
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poderes públicos	Iluminação pública	Serviços públicos	Próprio	Revenda
Ceará	7.823.070	2.607.762	1.985.871	1.510.511	694.377	399.644	380.339	233.101	11.466	-
Território	142.664	44.597	6.001	11.148	51.374	6.562	11.958	10.859	165	-
Carnaubal	5.552	2.405	17	462	1.350	411	897	11	0	-
Croatá	6.512	2.582	17	355	2.373	293	726	167	0	-
Guaraciaba do Norte	16.082	5.767	168	1.453	6.899	716	1.052	28	0	-
Ibiapina	10.823	2.947	47	677	4.963	326	1.046	778	38	-
São Benedito	19.535	6.476	94	1.870	7.696	1.021	1.780	530	68	-
Tianguá	40.149	13.231	399	3.857	10.258	1.701	2.608	8.051	43	-
Ubajara	26.216	4.888	5.199	1.437	11.140	842	1.420	1.291	0	-
Viçosa do Ceará	17.795	6.301	60	1.038	6.695	1.253	2.429	3	16	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

**Tabela 68** - Consumidores de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2008.

Municípios	Consumidores de energia elétrica									
	2008									
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poderes públicos	Iluminação pública	Serviços públicos	Próprio	Revenda
Ceará	2.629.661	2.132.492	5.943	151.276	303.994	28.400	5.697	1.634	225	-
Território	88.192	54.652	68	4.677	27.255	1.279	210	44	7	-
Carnaubal	5.275	3.406	4	366	1.359	115	22	3	-	-
Croatá	5.285	3.453	1	213	1.527	72	14	5	-	-
Guaraciaba do Norte	12.012	7.234	8	678	3.900	168	22	2	-	-
Ibiapina	6.684	3.546	8	365	2.659	84	18	2	2	-
São Benedito	13.968	7.907	11	830	4.971	208	24	15	2	-
Tianguá	20.396	14.935	16	1.195	3.971	233	34	10	2	-
Ubajara	9.606	5.757	17	533	3.114	144	36	5	-	-
Viçosa do Ceará	14.966	8.414	3	497	5.754	255	40	2	1	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Quando analisamos o número de consumidores do território em 2008, verifica-se que o número total é de, aproximadamente, 88 mil consumidores, dentre eles, a classe residencial responde por 54 mil consumidores, responde por uma fatia de 61% do total. Uma outra classe com grande número de consumidores de energia elétrica no território é a classe

rural, com 27 mil consumidores, respondendo por cerca de 31% do número total no território.

Dentre os município com maior número de consumidores, temos Tianguá, Viçosa do Ceará e São Benedito, com 21, 15 e 14 mil consumidores, respectivamente.

**Tabela 69** -. Consumidores de energia elétrica, por classes de consumo, segundo o estado do Ceará, Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, 2009.

Municípios	Consumidores de energia elétrica									
	2009									
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poderes públicos	Iluminação pública	Serviços públicos	Próprio	Revenda
Ceará	2.739.086	2.219.849	5.874	154.746	320.736	29.308	6.615	1.727	231	-
Território	91.876	57.422	73	4.806	27.953	1.303	253	58	8	-
Carnaubal	5.271	3.447	4	377	1.301	105	29	8	-	-
Croatá	5.822	3.760	2	223	1.736	77	18	6	-	-
Guaraciaba do Norte	12.485	7.579	9	731	3.979	158	24	5	-	-
Ibiapina	6.952	3.751	9	363	2.708	91	26	2	2	-
São Benedito	14.357	8.195	11	833	5.055	214	29	16	4	-
Tianguá	21.190	15.625	17	1.240	4.016	241	38	12	1	-
Ubajara	9.995	6.020	17	527	3.233	151	40	7	-	-
Viçosa do Ceará	15.804	9.045	4	512	5.925	266	49	2	1	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Verifica-se nas Tabela 42 e 43 que, do ano de 2008 para o ano de 2009 houve um crescimento significativo no número de consumidores do território, saindo de 88 mil para quase 92 mil consumidores, dentre eles, a classe residencial responde por 57 mil consumidores, responde por uma fatia de 62% do total. Uma outra classe com grande número de consumidores de energia elétrica no território é a classe rural, com 28 mil consumidores, respondendo por cerca de 30% do número total no território.

## 19.2 Hídrica

Essencial à vida, a água é um elemento fundamental ao desenvolvimento de diversas atividades humanas, inclusive, é indispensável para o desenvolvimento rural sustentável. Além de constituir componente básico da biomassa, da paisagem e do ambiente. Numerosos são os exemplos de sucesso nos países relativamente mais desenvolvidos, cujos programas de

abastecimento hídrico, tornaram-se prioridade e fizeram parte de políticas públicas de desenvolvimento econômico.

O Território Serra da Ibiapaba está bem assistido no que se refere a infra estrutura hídrica. Na Tabela 70, pode-se verificar as principais fontes de abastecimento hídrico do Território Serra da Ibiapaba e seus municípios, isso, tanto para abastecimento humano, como para suas mais diversas finalidade (dessedentação animal, irrigação, balneabilidade, etc.).

Abaixo, pode-se visualizar um dos açudes monitorados pelo Programa de Gerenciamento de Águas Territoriais. Esse açude, chama-se Jaburu I. Está localizado no município de Ubajara, tem capacidade para 210.000 m<sup>3</sup>, e é uma importante fonte de abastecimento hídrico do município. Assim como, sua água é utilizada também com fins de produção agropecuária.

**Tabela 70** - Capacidade, cota e volume dos principais açudes monitorados pelo Programa de Gerenciamento de Águas Territoriais, segundo as bacias hidrográficas/açude do Território Serra da Ibiapaba, agosto de 2010.

Bacias hidrográficas/ Açudes	Municípios	Capacidade (mil m <sup>3</sup> )	Cota (m)				Volume (mil m <sup>3</sup> )		
			Sangria	Estação chuvosa passada	Início do ano	Atual	Final da estação chuvosa passada	Início do ano	Atual
-	Território	210.000	-	-	-	-	210.142	191.773	189.299
Jaburu I	Ubajara	210.000	723	723,09	721,68	721	210.142	191.773	189.299

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Foi projetada uma adutora, localizada no município de Tianguá, para beneficiar 194 mil pessoas. A adutora Ibiapina 2ª Etapa terá 150 km de extensão e será abastecida pelo açude Jaburu I.

**Tabela 71** - Adutoras construídas, em construção e projetadas no Território Serra da Ibiapaba, 1996-2008.

Adutora	Município	Fonte Hídrica	Extensão (km)	Vazão (l/s)	População beneficiada	Conclusão/ Situação
Projetadas						
Ibiapina 2ª Etapa	Tianguá	Açude Jaburu I	150,0	315	194.000	Projetado

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

De acordo com a Sohida, foram construídos 19 poços no território em 2009. Sendo apenas um deles em São Benedito e 18 em Viçosa do Ceará.

**Tabela 72** - Poços construídos pela SOHIDRA no Território Serra da Ibiapaba, 2009.

Municípios	Localidades	Coordenadas (1)		Profundidade (m)	Vazão (l/h)
		Norte (N)	Leste (E)		
Viçosa do Ceará	Macajetuba	9603768	260899	84,00	6.700
Viçosa do Ceará	Pirapora	9605948	237055	53,00	4.500
Viçosa do Ceará	Padre Vieira / Rua Caboré	9604452	241247	80,00	1.100
Viçosa do Ceará	Sítio Cacimbão	959990	268133	80,00	4.100
Viçosa do Ceará	Sítio Pará II	9607226	264355	69,00	6.700
Viçosa do Ceará	Lagoa Seca	9597614	266136	72,00	4.600
São Benedito	Carnaúba	9548540	288546	80,00	5.500
Viçosa do Ceará	Campo Redondo	9616700	255835	60,00	4.200
Viçosa do Ceará	Sítio Batelha	9615366	243112	40,00	4.000
Viçosa do Ceará	Oiticica	9601394	217117	72,00	800
Viçosa do Ceará	Boqueirão dos Bitonhos / Baixa do Cedro	9613110	283753	54,00	11.300
Viçosa do Ceará	Juazeiro	9619624	282053	...	...
Viçosa do Ceará	Angelim	9614168	264587	...	...
Viçosa do Ceará	Passagem da Onça	9618730	262002	...	...
Viçosa do Ceará	Boqueirão do São Gonçalo	9234789	435382	28,00	3.300
Viçosa do Ceará	Cipoal	9616804	275319	60,00	9.900
Viçosa do Ceará	Sítio Fechado	9601258	276516	60,00	3.300
Viçosa do Ceará	Carrapateria de Baixo	9609166	275528	60,00	800
Viçosa do Ceará	Boqueirão dos Bitonhos / Baixa do Cedro	9613110	283753	54,00	11.300

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

Além dessas fontes hídricas, sabemos que o território é muito rico no que diz respeito a pluviometria anual e também por apresentar solos como elevado potencial de armazenamento de água, sendo também umas das

principais alternativas de abastecimento hídrico principalmente para produção agropecuária no território.

### 18.3 Estradas

O Território Serra da Ibiapaba está bem assistido no que se refere a infra estrutura de estradas. Sua principais rodovia são a BR-020 e a BR-222, rodovias federais que cortam o território e ligam diversos estados a Fortaleza.

Na Tabela 73, pode-se verificar as principais vias de acesso aos municípios do Território Serra da Ibiapaba.

**Tabela 73** - Vias de acesso de Fortaleza aos municípios do Território Serra da Ibiapaba.

Municípios	Vias de acesso
Carnaubal	BR-020>CE-257>187>323
Croatá	BR -222>CE-183>366>327
Guaraciaba do Norte	BR-020>CE-257>187
Ibiapina	BR-222>CE-187
São Benedito	BR-222>CE-187
Tianguá	BR-222>CE-187
Ubajara	BR-222>CE-187
Viçosa do Ceará	BR-222>CE-187

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2010 (IPECE, 2010)

## 20 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

O diagnóstico da Dimensão Socioeconômica possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro a seguir, conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: os aspectos socioeconômicos, os aspectos do setor produtivo, serviços, comércio e indústria, ação fundiária, financiamento e comercialização, assessoria e assistência Técnica que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

<b>ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOECONOMICA</b>	
<b>AMBIENTE INTERNO</b>	
<b>PONTOS FORTES</b>	<b>PONTOS FRACOS</b>
1. Existência de vários pontos turísticos, Clima e flora diferenciados, Povo hospitaleiro, Existência de festivais municipais e territoriais que incentivam o turismo, Existência do Parque de Ubajara,	1. Maioria dos pontos turísticos dentro de propriedades privadas. Deficiência da divulgação do potencial turístico. Deficiência de infraestrutura hoteleira e de transporte. Deficiência de formação profissional para o turismo. Ineficiência de sinalização turística
2. Proximidade dos municípios, Acessos viários aos distritos municipais, Cisterna de placa, Cobertura da eletrificação, Rede de abastecimento de água, Existência da central de abastecimento (CEASA), Duplicação da BR 222 no perímetro urbano de Tianguá, Pavimentação asfáltica do trecho Croatá/Ipueiras, Existência da CE 187.	2. Conservação da malha viária aos distritos municipais, Deficiência iluminação pública, Ausência de pavimentação asfáltica em estradas ligando alguns municípios da Ibiapaba ao Estado do Piauí, baixa taxa de saneamento básico na zona rural e urbana, defesa Civil sem estrutura nos municípios, ausência de um centro de comercialização voltado para a agricultura familiar, ausência de um centro para as feiras livres, CE 187 com largura inadequada.
3. Solos agricultáveis, Existência de um centro de comercialização (CEASA-Tianguá), Infraestrutura de escoamento da produção, Clima favorável (flores, hortifrutigranjeiros),	3. Limitada absorção da matéria prima (cana de açúcar), Inadimplência dos compradores da matéria prima (cana de açúcar) com fornecedores, Baixa produtividade das culturas (não utilização de tecnologias adequadas), Assistência técnica não atende a demanda, forma de contratação dos técnicos (agentes rural), Sistema de transporte da produção inadequado. Infraestrutura de escolas agrícolas sem utilização (jaburu, Croata). Irregularidades dos imóveis (Titulação das terras), Uso indiscriminado de agrotóxicos,

<b>ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOECONOMICA</b>	
	Queima da cana de açúcar.
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
1. Patrimônio cultural do território. Criação do plano meio norte. Linhas de crédito específicas para o turismo (BNB + BB)	1. Sazonalidade do turismo (fim de semana), Desmatamento e construção inadequadas (desordenamento), Turismo sexual, Aumento do uso de drogas, Aumento da violência, Caça predatória pelo turista.
2. Construção do aeroporto em São Benedito, Existência de estradas pavimentadas para a escoamento da produção, Programa Luz para Todos, Projeto já aprovado pelo Prodetur.	2. Fragilidade no controle fitossanitário, Açude Jaburu como a única fonte de abastecimento de água das maiorias das cidades, Presença de atravessadores, Risco para o transporte com fluxo grande da BR.
3. Apoio a comercialização PNAE, PAA, Linhas de crédito disponível – PRONAF, produção de orgânicos (selos).	3. Indefinição do limite territorial (CE/Piauí). Oscilação de preço devido a entrada de produtos de outros estados,

**Quadro 17:** Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Socioeconômica

**Fonte:** Oficinas Territoriais, 2011.



**Parte II d**  
**DIMENSÃO POLITICO**  
**INSTITUCIONAL**  
**Territorialização e Gestão Publica**  
**Infraestrutura Institucional**  
**Governabilidade e Gestão Social**



## 21 TERRITORIALIZAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

Um novo projeto para o Brasil Rural deve ter um enfoque territorial de desenvolvimento da sociedade, que contemple as várias dimensões de sustentabilidade (econômica, social, política, tecnológica, cultural e ambiental) na perspectiva de fortalecer a gestão social e ampliar as redes sociais locais de cooperação para dinamizar a economia e melhorar a qualidade de vida das populações rurais. Este projeto é parte de um projeto maior de implantação de outro estilo de desenvolvimento, estruturado a partir de três temas fundamentais, ou seja, (1) Desenvolvimento socioeconômico, (2) Respeito ao meio ambiente e (3) Redução das desigualdades sociais e regionais.

Nessa direção, cabe ao Estado brasileiro, em todas as suas instâncias (municipal, estadual e federal) executar uma política pública que garanta a estrutura e recursos orçamentários capazes de viabilizar a idéia-conceito de desenvolvimento territorial rural que, segundo a 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (1ª CNDRSS 2008), pode ser compreendido como “um processo que articula e busca conciliar os diversos interesses de atores e grupos sociais, setores econômicos, práticas culturais, bem como diversas realidades e disponibilidade de recursos ambientais em nome de uma melhor qualidade de vida para esta e para as futuras gerações que vivem em regiões rurais”.

Esta idéia-conceito se materializa nos eixos estratégicos: (1) Combinação do econômico-produtivo com o territorial; (2) Democratização do acesso à renda e das riquezas existentes no rural brasileiro; (3) Ampliação dos investimentos sociais para as populações rurais, o que significa falar em previdência social, saneamento, habitação, energia, saúde, segurança, estradas, transporte, informação, esporte e lazer e (4) Organização social e participação política que, entre outras coisas, refere-se à articulação político-institucional, a relação entre a União - Estados e municípios, as novas institucionalidades e a participação da sociedade.

Considerando este marco referencial e, em especial, os componentes da idéia-conceito de desenvolvimento territorial rural (que não desconhece a sua intrínseca relação com o urbano), principalmente no que se refere ao eixo estratégico Organização social e participação política, esta dimensão do Plano pretende explorar um conjunto de elementos de diagnóstico que possam caracterizar o atual arranjo político-institucional do território, que consiste na análise das estruturas de poder existentes, visando o fortalecimento das novas institucionalidades e sua governabilidade socioterritorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública, ampliada e democrática.

De posse desse conjunto de elementos de diagnóstico analisado e validado pelo território, esta dimensão deve gerar os objetivos estratégicos no sentido de aperfeiçoar o atual arranjo político-institucional, que vai ser concretizado nas estratégias, eixos temáticos, programas e projetos da referida dimensão.

É importante salientar que a dimensão político-institucional deve dialogar com as demais dimensões do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) à medida que ela é o alicerce que dá sustentação ao próprio Plano, principalmente no que diz respeito à construção de uma ambiência político-institucional e sociocultural favoráveis à participação da sociedade civil na formulação, implantação, monitoramento e avaliação de políticas públicas (ou ações sociais públicas), bem como na concretização das intenções inscritas no referido Plano.

### **21.1 Estrutura do Poder Local e Territorial**

A construção democrática dos espaços públicos no contexto da estratégia de desenvolvimento territorial, no Brasil de hoje e, mais especificamente no Nordeste brasileiro, requer ampliar o olhar para entender a complexidade e multiplicidade de fatores inerentes a tal construção. Este olhar deve permitir caminhar pela natureza das relações entre Estado e sociedade civil, pela questão da representatividade, pelas matrizes culturais e pelos formatos institucionais que os encontros vão assumindo e, a depender da

convergência de intenções e propósitos entre Estado e sociedade civil, as relações serão movidas por projetos distintos, isto é, ora por projetos políticos compartilhados, ora por projetos políticos complementares como estratégia de implantação do ajuste neoliberal que exige, cada vez mais, o encolhimento das responsabilidades sociais do Estado.

Refletir sobre a estrutura do poder local e a governabilidade territorial é uma exigência apontada pelo território à medida que se reconhece que o “sujeito” do desenvolvimento territorial são as forças sociais, econômicas e político-institucionais, operando na forma de autogestão e, sobremaneira, atuando em redes sociais, econômicas e institucionais (arranjos), o que significa dizer legitimada de expressão conferida pela participação cidadã co-responsável.

Os quadros 19 a 23 dimensionam a representação político-partidária do território, do Poder Executivo Municipal e os quadros 6 a 10 demonstram os mandatos dos vereadores/as, considerando os processos eleitorais de cinco mandatos (e com informações disponíveis para consulta 1993-1996 a 2009-2012 a), ao tempo reflete o desenho das forças partidárias no âmbito do poder executivo e suas relações de aliança (espaço de diálogo e poder de negociação como aliado) ou oposição (espaço de diálogo e poder de negociação como oposição) com o governo estadual e federal, no período antes referido.

Assim, o primeiro elemento destacado no diagnóstico diz respeito à estrutura do poder local e territorial, sintetizado nos quadros 01 a 05 que retratam o desenho político-partidário do território, nos últimos dois mandatos, tendo como referência a representação do poder executivo e a representação das câmaras municipais.

### 21.1.1 Poder Executivo

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 1992	REPRESENTAÇÕES PARTIDÁRIAS 1993/1996		
		PARTIDOS	PREFEITOS	PREFEITAS
<b>MICRO TERRITÓRIO I</b>				
Ibiapina		PDT	X	
Tianguá		PFL	X	
Ubajara		PSDB	X	
Viçosa		PFL	X	
<b>MICRO TERRITÓRIO II</b>				
Carnaubal		PSDB	X	
Croatá		PSDB	X	
Guaraciaba		PSDB	X	
São Benedito		PMDB	X	

**Quadro 18** - Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 1993-1996

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais/ *site* tse.gov.br

Na fonte pesquisada não foram disponibilizadas informações acerca do número de eleitores na eleição de 1992.

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 1996	REPRESENTAÇÕES PARTIDÁRIAS 1997/2000		
		PARTIDOS	PREFEITOS	PREFEITAS
<b>MICRO TERRITÓRIO I</b>				
Ibiapina	13.385	PSDB		X
Tianguá	29.924	PSD	X	
Ubajara	16.917	PSDB	X	
Viçosa	27.681	PSDB	X	
<b>MICRO TERRITÓRIO II</b>				
Carnaubal	9.449	PSDB	X	
Croatá	9.782	PSDB	X	
Guaraciaba	19.710	PMDB	X	
São Benedito	24.947	PTB	X	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais/ *site* tse.gov.br

**Quadro 19** - Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 1997 - 2000

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 2000	REPRESENTAÇÕES PARTIDÁRIAS 2001/2004		
		PARTIDOS	PREFEITOS	PREFEITAS
<b>MICRO TERRITÓRIO I</b>				
Ibiapina	14.837	PSDB		X
Tianguá	35.175	PSDB	X	
Ubajara	18.981	PFL	X	
Viçosa	31.174	PSDB	X	
<b>MICRO TERRITÓRIO II</b>				
Carnaubal	10.647	PPS	X	
Croatá	11.244	PSDB	X	
Guaraciaba	23.085	PMDB	X	
São Benedito	28.622	PSDB	X	

**Quadro 20:** Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 2001 - 2004

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais/ *site* tse.gov.br

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 2004	REPRESENTAÇÕES PARTIDÁRIAS 2005/2008		
		PARTIDOS	PREFEITOS	PREFEITAS
<b>MICRO TERRITÓRIO I</b>				
Ibiapina	15.645	PMDB	X	
Tianguá	39.229	PSDB	X	
Ubajara	21.060	PPS	X	
Viçosa	34.162	PSDB	X	
<b>MICRO TERRITÓRIO II</b>				
Carnaubal	11.461	PPS	X	
Croatá	12.162	PSDB		X
Guaraciaba	25.719	PSDB	X	
São Benedito	32.730	PPS	X	

**Quadro 21** - Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 2005 - 2008

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais/

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 2008	REPRESENTAÇÕES PARTIDÁRIAS 2009/2012		
		PARTIDOS	PREFEITOS	PREFEITAS
<b>MICRO TERRITÓRIO I</b>				
Ibiapina	17.069	PTB	X	
Tianguá	43.235	PMDB		X
Ubajara	22.635	PSB	X	
Viçosa	38.163	PSDB	X	
<b>MICRO TERRITÓRIO II</b>				
Carnaubal	12.287	PPS	X	
Croatá	13.343	PSDB	X	
Guaraciaba	28.540	PSDB	X	
São Benedito	35.371	PMDB	X	

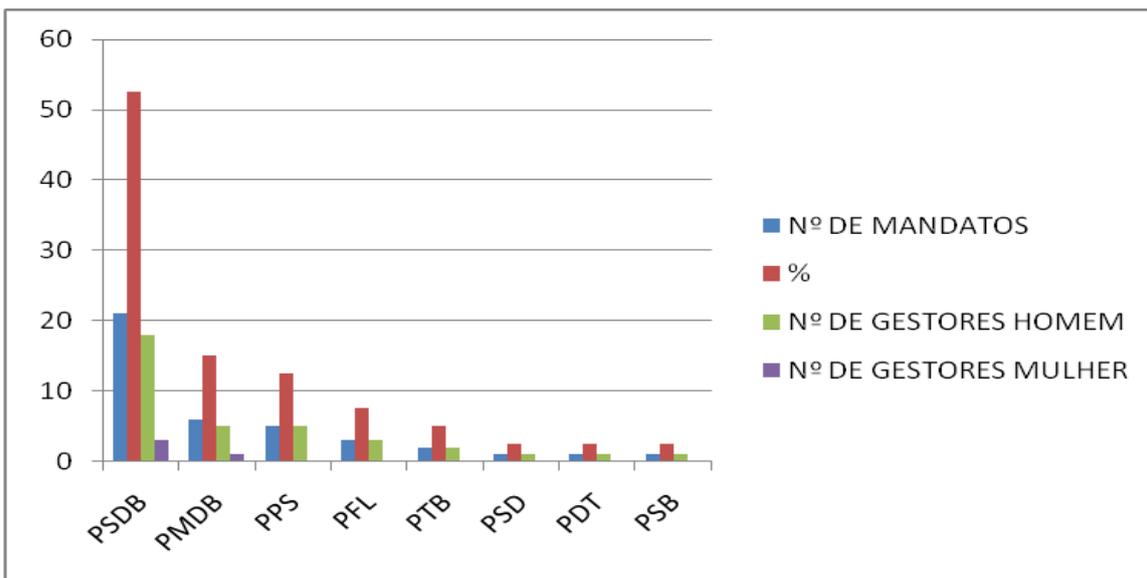
**Quadro 22** - Composição do Poder Executivo Municipal – Mandato 2009 - 2012

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais/

PARTIDO	Nº DE MANDATOS	%	Nº DE GESTORES	
			HOMEM	MULHER
PSDB	21	52,5	18	3
PMDB	06	15	5	1
PPS	05	12,5	5	
PFL	03	7,5	3	
PTB	02	5	2	
PSD	01	2,5	1	
PDT	01	2,5	1	
PSB	01	2,5	1	
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>100</b>	<b>36</b>	<b>4</b>

**Quadro 23** - Predominância de mandatos dos partidos, período 1993 a 2012.

Fonte: Análise da consultoria a partir da consolidação das informações dos cinco mandatos - 1993 a 2012



**Figura 20:** Comparativos entre os partidos e entre os gestores homens e mulheres.  
 Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais/

Diante do exposto o partido com maior nº de mandato foi o PSDB com 52,5%, em seguida vem o PMDB com 15%, seguido do PPS com 12,5%, do PFL com 7,5%, do PTB com 5%. Os demais partidos ficaram com 2,5%.

Conforme números, dois aspectos nos chama a atenção, a hegemonia do PSDB durante cinco mandatos e a pouca participação das mulheres na gestão pública, apenas dois municípios do território conseguiram eleger duas mulheres. Os municípios que tiveram mulheres como gestoras foram Ibiapina com dois mandatos e Croatá com dois mandatos.

Durante o processo de implementação da estratégia de Desenvolvimento Territorial, os gestores públicos têm se mantidos ausentes, são raros os eventos em que os prefeitos do território comparecem, e quando acontece ficam apenas para os momentos de abertura. Percebe-se que a presença, ausência, ou apoio na implementação da estratégia, independe da cor partidária.

Não conseguimos visualizar nos gestores uma proposta de unidade partidária, na verdade, o que prevalece são as oportunidades criadas em função das conjunturas nacional ou estadual, por esta razão é que há sempre troca de partidos, conforme quadro acima dos cinco mandatos, o território contou com a participação de oito partidos diferentes.

Segundo a análise do Comitê de Gestão Territorial, alguns gestores do executivo municipal, principalmente os de cargo majoritário - prefeitos, ainda não incorporaram a visão do desenvolvimento territorial como uma oportunidade para o desenvolvimento do Território. Neste sentido, há necessidade de se buscar uma nova percepção das políticas públicas.

Além disso, destacaram que a lentidão dos processos participativos gera desinteresse do gestor e isso acaba fortalecendo a crença de que tudo só se consegue através de negociação político partidário e que os projetos só virão a partir da articulação com deputados e/ou lideranças maiores de partidos ligadas ao poder executivo federal.

Outro ponto destacado é a carência na elaboração de projetos, pois falta equipe qualificada para constituir o núcleo técnico (dois anos de atraso), sendo essencial assegurar capacitação em elaboração de projetos, bem como para os servidores efetivos/pessoas com maior tempo nas instituições governamentais e não governamentais. A rotatividade das representações municipais nas diversas instancias organizacionais existentes nos territórios (CONDIRI, núcleo dirigente, CMDR).

Os espaços de participação se ampliaram muito a partir de iniciativas oriundas dos governos federal e estadual. O dialogo governo e sociedade tem se ampliado- conselhos criados, movimentos populares, visão das comunidades tradicionais ,representação no legislativo.E preciso ter clareza da participação que a sociedade quer.

A dificuldade de projetar a mulher na política é grande- falta formação política/ações de encorajamento, aliadas à questão histórico -cultural –e preciso ter um processo de resgate da participação da mulher na política. É preciso criar mecanismos para abrir espaços (ação junto aos sindicatos...).

A participação da mulher como gestora tem aumentado consideravelmente (secretarias municipais atualmente são 15, necessitando mais ousadia para a ocupação de cargo majoritários e para o legislativo).

### 21.1.2 Poder Legislativo

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 1996	VEREADORES/AS 1997/2000			
		PARTIDOS	Nº	HOMEM	MULHER
Ibiapina	13.385	PSD	4	3	1
		PSDB	5	4	1
Tanguá	29.924	PPB	1	1	
		PSD	6	6	
		PSDB	9	8	1
Ubajara	16.917	PFL	2	2	
		PMDB	2	2	
		PSDB	5	5	
		PPB	1	1	
		PSD	1	1	
Viçosa do Ceará	27.681	PFL	2	2	
		PL	1	1	
		PPS	1	1	
		PSDB	9	9	
		PTB	3	2	1
<b>MICRO I</b>	<b>87.907</b>		<b>52</b>	<b>48</b>	<b>4</b>
Carnaubal	9.449	PDT	2	2	
		PFL	2	2	
		PSD	1	1	
		PSDB	4	4	
Croatá	9.782	PFL	2	2	
		PPB	1	1	
		PSD	1	1	
		PSDB	3	3	
Guaraciaba	19.710	PMDB	5	3	2
		PPB	1		1
		PSDB	6	4	2
São Benedito	24.947	PMDB	5	5	
		PTB	9	9	
<b>MICRO II</b>	<b>63.888</b>		<b>42</b>	<b>37</b>	<b>5</b>

**Quadro 24** - Representação nas Câmaras Municipais – legislatura 1997 - 2000

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Ceará, 2004 e 2008/ TRE, Eleições 2004 e 2008.

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 2000	VEREADORES/AS 2001/2004			
		PARTIDOS	Nº	HOMEM	MULHER
Ibiapina	14.837	PSDB	4	4	
		PPS	2	1	1
		PFL	1	1	
		PDT	1	1	
		PP	2	2	
Tanguá	35.175	PCdoB	1	1	
		PP	1	1	
		PSD	8	8	
		PTB	2	2	
		PSDB	5	5	

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 2000	VEREADORES/AS 2001/2004			
		PARTIDOS	Nº	HOMEM	MULHER
Ubajara	18.981	PFL	3	3	
		PMN	1	1	
		PSD	1	1	
		PMDB	1	1	
		PPS	2	2	
		PSDB	3	1	2
		PTB	2	2	
Viçosa do Ceará	31.174	PFL	2	2	
		PSD	4	4	
		PPS	3	3	
		PSDB	6	6	
<b>MICRO I</b>	<b>100.167</b>		<b>55</b>	<b>52</b>	<b>3</b>
Carnaubal	10.647	PPS	2	2	
		PSDB	3	3	
		PSD	2	1	1
		PTB	3	3	
Croatá	11.244	PSDB	3	3	
		PP	1	1	
		PMDB	2	1	1
		PSD	1	1	
Guaraciaba	23.085	PMDB	6	4	2
		PPS	1	1	
		PSDB	4	4	
		PP	1	1	
		PSD	2	1	1
São Benedito	28.622	PFL	1		1
		PP	5	5	
		PSDB	7	7	
		PMDB	1	1	
		PPS	1		1
<b>MICRO II</b>	<b>73.598</b>		<b>46</b>	<b>39</b>	<b>7</b>

**Quadro 25:** Representação nas Câmaras Municipais – legislatura 2001 - 2004  
**Fonte:** IBGE, Censo Demográfico, Ceará, 2004 e 2008/ TRE, Eleições 2004 e 2008.

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 2004	VEREADORES/AS 2005/2008			
		PARTIDOS	Nº	HOMEM	MULHER
Ibiapina	15.645	PFL	1	1	
		PP	1	1	
		PMDB	2	1	1
		PSDB	3	3	
Tanguá	39.229	PFL	1	1	
		PPS	2	2	
		PT	1	1	
		PL	1	1	
		PSDB	2	1	1
Ubajara	21.060	PFL	1	1	
		PPS	3	3	
		PTB	1	1	
		PMDB	1		1

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 2004	VEREADORES/AS 2005/2008			
		PARTIDOS	Nº	HOMEM	MULHER
Viçosa do Ceará	34.162	PSDB	1	1	
		PPS	2	2	
		PSDB	4	4	
		PRP	1	1	
		PT	1	1	
<b>MICRO I</b>	<b>110.096</b>		<b>29</b>	<b>26</b>	<b>3</b>
Carnaubal	11.461	PPS	3	3	
		PSDB	1	1	
		PTB	1	1	
		PRP	1	1	
		PSDC	2	2	
Croatá	12.162	PMDB	3	2	1
		PSDB	3	3	
		PPS	2	1	1
Guaraciaba	25.719	PL	1	1	
		PP	1	1	
		PSDB	2	1	1
		PMDB	3	3	
		PPS	1	1	
São Benedito	32.730	PMN	1	1	
		PRP	1	1	
		PTB	1	1	
		PPS	2	1	1
			<b>31</b>	<b>27</b>	<b>4</b>
<b>MICRO II</b>	<b>82.072</b>		<b>31</b>	<b>27</b>	<b>4</b>

**Quadro 26** - Representação nas Câmaras Municipais – legislatura 2005 - 2008

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Ceará, 2004 e 2008/ TRE, Eleições 2004 e 2008.

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 2008	VEREADORES/AS 2009/2012			
		PARTIDOS	Nº	HOMEM	MULHER
Ibiapina	17.069	PMDB	3	2	1
		PSB	1	1	
		PSDB	3	3	
		DEM	1	1	
		PT	1		1
Tinguá	43.235	PRB	4	3	1
		PMDB	2	1	1
		DEM	1	1	
		PT	2	2	
		PSDB	1	1	
Ubajara	22.635	PTB	3	2	1
		PR	1	1	
		PMDB	2	1	1
		PSB	3	3	
Viçosa do Ceará	38.163	PT	2	1	1
		PSDB	6	6	
		PRB	1	1	
		PPS	1	1	
		PSB	1	1	

MUNICÍPIOS	Nº ELEITORES 2008	VEREADORES/AS 2009/2012			
		PARTIDOS	Nº	HOMEM	MULHER
<b>MICRO I</b>	<b>121.102</b>		<b>39</b>	<b>32</b>	<b>7</b>
Carnaubal	12.287	PPS	2	2	
		PRB	3	3	
		PRP	1	1	
		PR	2	2	
Croatá	13.343	PSB	4	4	
		PMDB	3	1	2
		PPS	1		1
		PSDB	1	1	
Guaraciaba	28.540	PSDB	3	3	
		PRB	1		1
		PTB	1	1	
		PP	2	1	1
		PMDB	1		1
		PT	1	1	
São Benedito	35.371	PP	1		1
		PTB	1	1	
		PSDB	1	1	
		PPS	2		2
		PRP	2	2	
		PMDB	2		1
<b>MICRO II</b>	<b>89.541</b>		<b>35</b>	<b>24</b>	<b>10</b>

**Quadro 27** - Representação nas Câmaras Municipais – legislatura 2009 – 2012

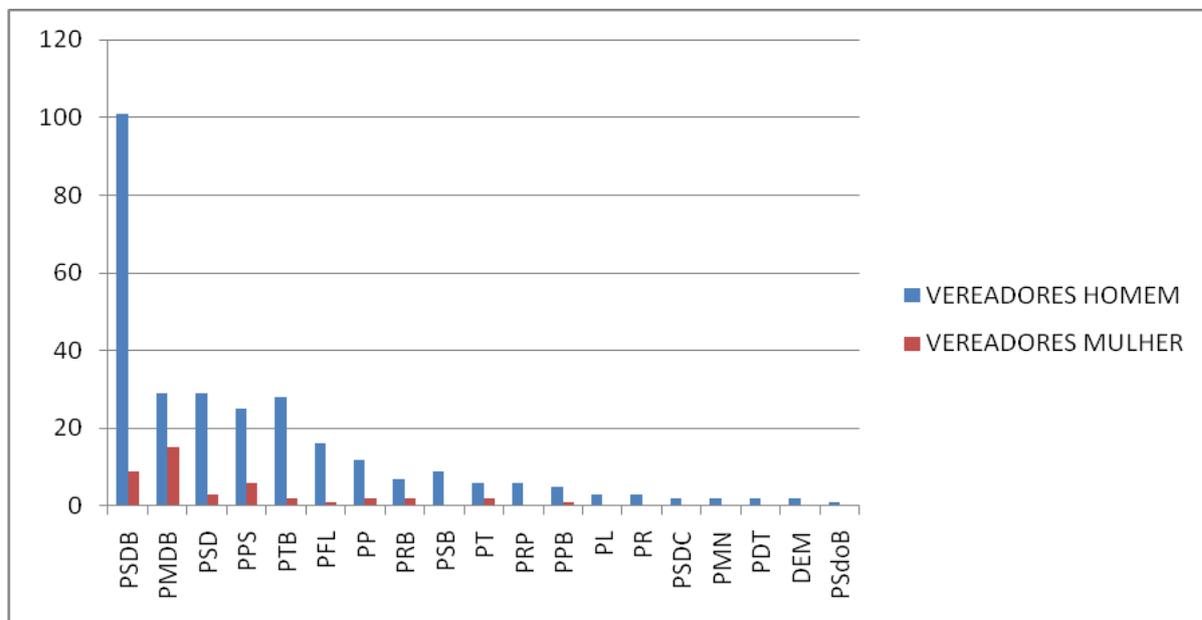
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Ceará, 2004 e 2008/ TRE, Eleições 2004 e 2008.

PARTIDOS	Nº VEREADORES	DE	%	VEREADORES/AS	
				HOMEM	MULHER
PSDB	110		33,23	101	9
PMDB	44		13,29	29	15
PSD	32		9,67	29	3
PPS	31		9,37	25	6
PTB	30		9,06	28	2
PFL	17		5,14	16	1
PP	14		4,23	12	2
PRB	9		2,72	7	2
PSB	9		2,72	9	
PT	8		2,42	6	2
PRP	6		1,81	6	
PPB	6		1,81	5	1
PL	3		0,91	3	
PR	3		0,91	3	
PSDC	2		0,60	2	
PMN	2		0,60	2	
PDT	2		0,60	2	
DEM	2		0,60	2	

PARTIDOS	Nº DE VEREADORES	%	VEREADORES/AS	
			HOMEM	MULHER
PSdoB	1	0,30	1	
<b>TOTAL</b>	<b>331</b>	<b>100,00</b>	<b>288</b>	<b>43</b>

**Quadro 28:** Consolidação dos quatro mandatos de vereadores período 1997 - 2012

**Fonte:** IBGE, Censo Demográfico, Ceará, 2004 e 2008/ TRE, Eleições 2004 e 2008.



**Figura 21:** Consolidado dos mandatos de vereadores 1997/2012

**Fonte:** Análise da consultoria a partir da consolidação das informações dos cinco mandatos - 1993 a 2012.

Conforme quadro consolidado de nº 11 e o gráfico 2, os números demonstram a mesma tendência constatada nos quadros dos mandatos do poder executivo, ou seja: predominância do PSDB no período, o partido teve 33,23%, em seguida vem o PMDB com 13,29%, seguidos dos partidos PSD, PPS e PTB na faixa de 9%, dos PFL com 5,14%, do PP com 4,23 e dos demais variando na faixa de 0,3 a 2,72%. Também demonstram que a participação feminina nas câmaras de vereadores, no período de vinte anos, quatro mandatos, ainda é muito baixa, apenas 12,99% foram ocuparam a casa.

Assim como nos cargos do executivo, os números demonstram não haver fidelidade partidária, durante os quatro mandatos 19 partidos contaram com vereadores eleitos, isso demonstra que a troca de partidos depende das conjunturas nacional e estadual.

Durante a realização dos eventos territoriais constata-se que a participação dos vereadores é muito reduzida. Quanto ao funcionamento das Câmaras de Vereadores algumas utilizam audiências públicas, porém esta prática ainda é muito tímida, referidas audiências acontecem quando os municípios sofrem problemas graves, a exemplo de secas, e muito raramente quando solicitadas por iniciativas populares.

O Comitê avaliou que a composição política partidária trouxe pequenas alterações (maioria nem sempre está com o executivo- do lado do prefeito), o que pode significar e/ou trazer mais independência. Mas, também disseram que as câmaras municipais são estruturadas muito mais para fortalecer o executivo, tendo em vista, as articulações feitas para eleger os seus presidentes).

Ressaltou o pouco preparo dos/as vereadores/as, principalmente na proposição de projetos que tragam benefícios para o povo e que a população esta bastante ausente do seu papel de acompanhar e fiscalizar o trabalho do legislativo.

Estão representados nas Câmaras Municipais os mais diversos segmentos, a exemplo de Trabalhadores/comerciantes/servidores públicos/evangélicos/proprietários rurais/médicos/profissionais liberais

Não há discussão com a participação da sociedade e não existem instrumentos de acompanhamento do orçamento público municipal. As audiências públicas são recursos pouco utilizados pela população.

## **21.2 Estrutura administrativa e atuação das instituições públicas e da sociedade civil no território com potencial de integração**

Antes de apresentar elementos de diagnóstico mais específico deste tema é necessário refletir sobre elementos de diagnóstico apontados no estudo do tema “Institucionalidades para a Gestão Social do Desenvolvimento Territorial Rural”, na Série Documentos do CONDRAF Nº 01 (2005) que, entre outras coisas, aborda na forma de convergências/divergências e considerações/ sugestões a referida temática com base no conjunto de estudos já realizados.

A primeira variável de diagnóstico refere-se ao panorama da institucionalidade, compreendido pelos componentes: (1) Articulação dos Atores sociais; (2) Composição do CMDR; (3) Caráter dos Conselhos; (4) Legitimidade da representação; (5) Papel do CMDR enquanto formulação e gestão de políticas públicas e (6) Capacitação e qualidade da participação dos atores sociais.

A segunda variável de diagnóstico aborda as bases territoriais e institucionais das diferentes esferas de gestão social, compreendida pelos componentes: (1) Abrangência e interação das ações; (2) Amplitude e enfoque dos debates; (3) Continuidade e descontinuidade das ações e (4) Mecanismos de apoio ao funcionamento das institucionalidades.

Outra variável trata dos principais avanços e obstáculos nos âmbitos: (1) do Desenvolvimento rural municipal; (2) da Articulação e cooperação entre os diferentes atores sociais; (3) da Organização, da participação e da capacitação dos atores locais, em especial dos agricultores familiares e das comunidades e (4) do Ambiente institucional e da consolidação de novas institucionalidades.

Considerando esta última variável, o Quadro 12 procura destacar no Território a atuação de diversas instituições públicas que ofertam uma variedade de serviços e/ou ações com potencial de integração, no sentido de verificar a estrutura administrativa e a capacidade de atuação das instituições públicas nas diferentes esferas de governo, no contexto do desenvolvimento e da teia de relações sociais do território.

#### 21.2.1 Governos Federal e Estadual

O território conta com atuação de diversas instituições públicas ofertando uma variedade de serviços. Como o Plano tem uma abrangência territorial, este passa a exigir destas instituições um maior nível de integração de suas ações, razões pelas quais, priorizamos destacar os principais serviços prestados ao território com potencial de integração entre as instituições.

TIPOS DE SERVIÇOS	INSTITUIÇÕES/AÇÕES COM POTENCIAL DE INTEGRAÇÃO
1. Acesso ao Crédito	<p><b>Banco do Brasil</b> – Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS.  <b>Atividades do DRS priorizadas no território:</b>            Biodiesel em todos os municípios do território, exceto Ibiapina;            Fruticultura em Guaraciaba do Norte</p> <p><b>Banco do Nordeste do Brasil</b>  <b>Atividades priorizadas no território:</b>  <b>Agência São Benedito:</b> Cana de açúcar, fruticultura (maracujá), Apicultura  <b>Agência Tianguá:</b> Cana de açúcar, fruticultura (maracujá), Apicultura</p>
2. Assessoria/ Assistência Técnica e Capacitação	<p><b>SEBRAE – Sede em Sobral.</b>  <b>Atividades priorizadas no território:</b>  <b>Agência Ipu</b> (municípios Croatá e Guaraciaba do Norte): Turismo, Artesanato, Comércio Varejista, Bovinocultura de Leite e Apicultura  <b>Regional Tianguá</b> ( Carnaubal, Ibiapina, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará: Turismo, Artesanato, Comércio Varejista, Agroindústria (cachaça e polpa de frutas), horticultura orgânica e avicultura.</p> <p><b>EMATERCE, INSTITUTO AGROPOLOS E ATES/INCRA</b>            Assistência/Assessoria Técnica Ambiental e Social para o fortalecimento da agricultura familiar e assentados da reforma agrária.</p>
3. Infra-estrutura	<p><b>Caixa Econômica Federal</b>            Elaboração, acompanhamento e controle social aos projetos sociais, econômicos e ambientais implantados pelos municípios e estado em parceria com o Governo Federal.</p> <p><b>FUNASA</b>            Elaboração, acompanhamento e controle social aos projetos de saneamento básico no território.</p>
4. Meio Ambiente	<p><b>ICM/IBAMA</b>            Recuperação e preservação ambiental de áreas degradadas e em potencial de degradação.</p> <p><b>SEMACE</b>            Licença ambiental para os projetos implantados nos territórios demandantes desta ação</p>
6. Abastecimento e Comercialização	<p><b>CONAB</b>            Elaboração e acompanhamento aos Projetos de Aquisição de Alimentos com Doação Simultânea – PAA.</p> <p><b>DAS/MDS</b>            Elaboração e acompanhamento aos Projetos de Aquisição de Alimentos com Doação Simultânea – PAA e PAA LEITE.</p>

<b>TIPOS DE SERVIÇOS</b>	<b>INSTITUIÇÕES/AÇÕES COM POTENCIAL DE INTEGRAÇÃO</b>
8. Reforma Agrária	<b>INCRA e PROJETO CRÉDITO FUNDIÁRIO</b> Fortalecimento e recuperação de áreas de assentamentos de reforma agrária <b>IDACE</b> Acompanhamento ao processo de regularização fundiária no território.
9. Certificação de produtos de origem animal	<b>Superintendência do Ministério da Agricultura SFA</b> Serviços de Inspeção Federal – SIF <b>ADAGRE</b> Serviços de Inspeção Estadual – SIE <b>Prefeituras Municipais</b> Serviços de Inspeção Municipal – SIM
10. Acompanha as políticas de Desenvolvimento Agrário	<b>Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário – DFDA –CEARÁ</b>
11. Acesso ao conhecimento	<b>Centro Vocacional Tecnológico:</b> Formação e capacitação profissional <b>Instituto Federal de Educação:</b> Ensino Superior <b>Universidade Aberta do Brasil:</b> Ensino à distância
12. Acesso ao emprego	<b>SINE/IDT:</b> Informação sobre oportunidade de trabalho e renda
13. Serviços de Transito	<b>DETRAN:</b>

**Quadro 29:** Serviços Prestados pelas Instituições com Potencial de Integração.

**Fonte:** Pesquisa da Consultoria junto às Instituições com atuação no Território.

Tomando como referência os serviços de acesso ao crédito, vamos constatar que o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco do Brasil e o SEBRAE priorizaram em comum a atividade da fruticultura. Além destas três instituições que por natureza da atividade se faz necessário a integração de ações, outras apresentam grande potencialidade para integrar ações, as quais podemos citar: CONAB; ADAGRI e SFA na certificação dos produtos processados e EMATERCE, INSTITUTO AGROPOLOS e ATES/INCRA na prestação de serviços de assistência técnica.

No entanto, a integração de ações ainda se constitui num grande desafio, haja vista, que a vivência das instituições é de desenvolver suas ações de forma isolada, trazendo como consequência a desarticulação da oferta de políticas públicas, e, por conseguinte, a desarticulação da demanda.

O Comitê de Articulação Estadual – CAE do Programa Territórios da Cidadania, vem desenvolvendo esforços no sentido de melhorar a oferta de políticas públicas e de qualificar as demandas apresentadas pela sociedade de forma geral. Desta forma, a constituição dos Comitês Temáticos como instância propositiva e de qualificação da demanda e os grupos temáticos do CAE, vêm se configurando como uma experiência que poderá produzir bons frutos para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade. Vale destacar que apesar do CAE ter sido constituído para articular ações do Programa Territórios da Cidadania- PTC, este comitê também vem articulando ações para os territórios rurais que ainda não fazem parte do PTC.

O Comitê destacou como exemplo de integração o PAA –através da Ematerce/Banco do Nordeste/Conab/ e das secretarias municipais de Educação, saúde, ação social e agricultura. E que não há integração: Apls cachaça e apicultura com Sebrae/Ematerce,Banco do Nordeste, prefeituras e Projeto São José e Projetos de financiamento do PRONAF A- ações nas áreas de assentamentos.

Sobre as dificuldades de integrar ações foi destacado o planejamento isolado que leva a visão parcial do problema e a falta de participação dos beneficiários, bem como a carência de recursos humanos e a multiplicidade de ações programas e projetos.

Outro ponto é a decisão política para o enfrentamento de problemas complexos (requer ação de vários setores) a partir de uma Agenda de prioridades do território/municípios

Quanto aos serviços que são essenciais ao território e não são ofertados foram destacadas, a Certificação de produtos vegetais; implantação de um laboratório para análise de solo e análise de resíduos agroquímicos- produtos alimentares e o fato do licenciamento ambiental ser realizado pela SEMACE somente em Fortaleza.

Ainda destacaram a coleta seletiva; destinação dos resíduos sólidos/matadouro/veterinário/análise de solo e água/universidade pública / hospital regional/delegacia da mulher/ Ronda e Polícia Cidadã/laboratórios para exames especializados/acessibilidade.

## 21.2.2 Governo Municipal

TIPOS DE SERVIÇOS	INSTITUIÇÕES	LOCALIZAÇÃO
Infraestrutura	Secretaria de Obras	
Meio Ambiente	Secretaria de Meio Ambiente	
Educação	Secretaria de Educação	Todos os municípios
Assistência Técnica e Desenvolvimento rural sustentável; Recursos Hídricos	Secretaria de agricultura; Secretaria de Desenvolvimento Sustentável;	
Comunicação	Secretaria de Comunicação	
Saúde	Secretaria de Saúde	Todos os municípios
Assistência Social	Secretaria de Ação Social; Desenvolvimento Social e Cidadania	Todos os municípios
Gestão e controle	Secretaria de finanças	
Emprego e renda	Secretaria de Ação Social, Trabalho E Empreendedorismo	
Cultura esporte e lazer	Secretaria Cultura e Desporto	
Turismo	Secretaria de Turismo	
Administração e Finanças	Secretaria de Administração	Todos os municípios
Aquicultura e Pesca	Secretaria de Aquicultura e Pesca	
Indústria e Comércio	Secretaria de Indústria e Comércio	
Agronegócios	Secretaria de Agronegócios	

**Quadro 30:** Tipos de Serviços Prestados pelos Municípios no Território  
 Fonte: Fonte: Pesquisa da Consultoria junto às Secretarias Municipais.

A análise deste quadro não é muito diferente da análise anterior, ou seja, apesar das secretarias municipais estarem muito próximas, a experiência

tem mostrado que elas, muitas vezes, desenvolvem atividades de forma desarticulada, sem relacionar as ações e os objetivos que tem em comum.

Essa atuação isolada, pode ocasionar superposição de papéis e recursos de toda ordem, apontando necessariamente, para um planejamento melhor dos entes municipais no que se refere à otimização dos recursos e uma melhor oferta dos serviços públicos. Portanto, articular ações de âmbito municipal também ainda se constitui como um grande desafio a ser enfrentado pelos gestores municipais.

### 21.2.3 Estrutura Sociorganizativa e Política da Sociedade Civil

Assim como as instituições públicas, também são várias as entidades da sociedade civil que prestam serviços ou desenvolvem ações importantes na busca do desenvolvimento do território. Assim, destacamos aquelas com maior potencial de integração de ações, tendo em vista, a consonância com o Plano, cuja abrangência é territorial:

<b>TIPOS DE AÇÕES/SERVIÇOS</b>	<b>ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES</b>
Política Sindical	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR
	Sindicatos dos Servidores Públicos
Reforma Agrária	Movimento dos Sem Terras
	Fórum dos Assentados/as
	Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
Convivência com o Semi Árido	Fórum Cearense pela Vida no Semi Árido
Meio Ambiente	Organizações Não Governamentais – ONGs que trabalham a temática ambiental
Recursos Hídricos	Comitês de Bacias Hidrográficas
Articulação/organização dos/as Apicultores/as	Cooperativa de Pequenos Produtores.
Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas voltadas para projetos produtivos e desenvolvimento sustentável dos municípios.	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável – CMDS
Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas de Saúde	Conselhos Municipais de Saúde
Acompanhamento e controle	Conselho da Assistência Social

TIPOS DE AÇÕES/SERVIÇOS	ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES
social de ações e políticas públicas de Assistência Social	
Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas de Educação.	Conselho de Educação
Acompanhamento e controle social de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes	Conselho Tutelar; Conselho Municipal de Crianças e Adolescentes
Religião	Pastorais Sociais e Regiões Episcopais

**Quadro 31** - Tipos de Ações e Serviços Prestados por Entidades e Organizações da Sociedade Civil com Potencial de Integração

**Fonte:** Pesquisa da consultoria junto às entidades e organizações da sociedade civil.

O processo de articulação de ações entre entidades da sociedade civil, por natureza das ações exige um esforço maior, haja vista que as bandeiras de lutas de cada uma, muitas vezes se dão em campos opostos, o que é importante, e a questão aqui colocada não trata de juntar todas para atuarem conjuntamente, até porque é fundamental preservar a identidade e o espírito de lutas de cada entidade.

No entanto, tem sempre movimentos que exigem de outros um apoio maior para sobreviverem em espaços bastante competitivos, principalmente entre grandes e pequenos, citando a exemplo as organizações de caráter produtivo. Portanto, a identificação de temas de interesse que exigem ações articuladas, sem haver perda de identidade e autonomia, torna fator preponderante para o fortalecimento de entidades representativas da sociedade civil.

## **22 INFRA ESTRUTURA INSTITUCIONAL TERRITORIAL**

### **22.1 Municipalização das Políticas Públicas**

A municipalização foi adotada como diretriz para a execução de políticas públicas descentralizadas. A idéia-conceito “descentralização” significa a transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias mais elevadas (União) para instâncias de unidades espacialmente menores (município), conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão para unidades territoriais de menor amplitude e escala.

Não pode, portanto, ser confundida com desconcentração, que representa apenas a distribuição da responsabilidade executiva de atividades, programas e projetos, sem transferência da autoridade e autonomia decisória.

Na prática, entretanto, a descentralização acarretou em quase todos os municípios sérias conseqüências, entre elas destacam-se: (1) As responsabilidades foram transferidas, mas os recursos ou não o foram ou foram transferidos em quantidades insuficientes, desconsiderando a realidade das prefeituras municipais; (2) As prefeituras não foram preparadas para receber os encargos transferidos; (3) As ações foram programadas de forma desintegrada e desarticulada, uma vez que a complexidade dos problemas sociais não foi considerada; (4) Os órgãos federais assumiram o papel de coordenar as ações e repassar recursos, desobrigando-se da responsabilidade de programar as políticas regionais e (5) A adoção de critérios regressivos na distribuição de recursos, descentralizando proporcionalmente os encargos sociais, promoveu a fragmentação do tecido social, aumentando as desigualdades.

Avançar na perspectiva da descentralização significa garantir em todo o país as políticas de enfrentamento à fragmentação do tecido social e a garantia dos direitos sociais, efetivadas na integração dos governos federal, estadual e municipal, numa concepção regional ou territorial, fortalecendo o poder dos seus executores/atores. Devem assumir, portanto, o caráter universal e estruturante, sem, contudo, deixar de considerar a multiculturalidade e a diversidade dos excluídos socialmente.

No nosso caso específico, o governo federal adotou uma política de redistribuição de recursos aos municípios, de acordo com os impostos arrecadados e o número de habitantes, sem considerar o endividamento dos estados e municípios. Em função de tudo isso, o que se pode constatar, na prática, foi à desconcentração, em vez de descentralizar e municipalizar as políticas públicas.

Considerando que cada vez mais, os governos municipais passam a ter sob a sua responsabilidade o enfrentamento de questões relativas à saúde, saneamento, educação, habitação, meio ambiente e diante da dependência da receita pública originária da arrecadação realizada pelos governos estaduais e pelo Governo Federal e que são transferidos aos municípios, torna-se necessária a adoção de medidas por parte dos municípios, para que diminuam sua vulnerabilidade e encontrem meios próprios para avançar na realização dos seus programas prioritários.

Assim, um elemento de diagnóstico considerado neste item refere-se ao orçamento público municipal que tem origem em duas matrizes, ou seja, (1) Transferências governamentais de caráter federal e estadual e (2) Receitas oriundas da arrecadação de impostos do próprio município.

#### 22.1.1 Transferências Governamentais

As transferências mencionadas são originárias do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, Fundo de Desenvolvimento da Educação – FUNDEB, Convênios, Transferências de Capital, dentre outros, que constituem o montante orçamentário.

Os quadros 32 a 35 detalham as transferências em nível federal no período de 2000 a 2009 considerando, em separado, cada transferência, ou seja, Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB).

O orçamento destinado à saúde nos no Território, originário de Receitas de impostos e Transferências constitucionais e transferências do SUS

está sintetizado no quadro 9 e refere-se aos repasses dos anos 2006, 2007, 2008 e 2009.

<b>FPM VALOR EM 1,00</b>					
<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Ibiapina	5.611.683	6.434.544	7.913.137	8.614.678	9.218.353
Tianguá	11.222.214	12.869.088	15.826.273	14.768.018	15.802.891
Ubajara	6.546.963	7.506.968	9.231.993	9.845.346	10.535.261
Viçosa do Ceará	9.352.804	10.724.240	14.507.417	13.537.350	14.485.983
<b>TOTAL MICRO I</b>	<b>32.733.663</b>	<b>37.534.841</b>	<b>47.478.818</b>	<b>46.765.392</b>	<b>50.042.487</b>
Carnaubal	4.676.402	5.362.120	6.594.280	6.153.341	6.584.538
Croatá	4.676.402	5.362.120	7.913.137	7.384.009	7.901.445
Guaraciaba do Norte	8.414.875	9.651.816	10.550.849	11.076.014	11.852.168
São Benedito	8.417.524	9.651.816	11.869.705	12.306.682	13.169.076
<b>TOTAL MICRO II</b>	<b>26.185.203</b>	<b>30.027.873</b>	<b>36.927.970</b>	<b>36.920.047</b>	<b>39.507.227</b>
<b>TOTAL</b>	<b>58.918.866</b>	<b>67.562.714</b>	<b>84.406.788</b>	<b>83.685.438</b>	<b>89.549.714</b>

**Quadro 32 - Transferências governamentais FPM**

Fonte: Tesouro Nacional, *on line*, 2010.

<b>FUNDEF (até 2006) E FUNDEB (2007 a 2010) VALOR EM 1,00</b>					
<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Ibiapina	3.785.661	5.284.250	7.010.833	7.557.993	8.298.414
Tianguá	10.709.511	14.389.015	19.473.444	22.421.072	25.283.901
Ubajara	4.422.109	6.508.646	8.697.014	10.780.059	11.701.613
Viçosa do Ceará	10.463.480	14.152.053	18.616.933	21.070.412	24.209.348
<b>TOTAL MICRO I</b>	<b>29.380.761</b>	<b>40.333.964</b>	<b>53.798.224</b>	<b>61.829.536</b>	<b>69.493.276</b>
Carnaubal	2.541.770	3.453.910	4.474.765	5.238.695	6.251.240
Croatá	3.414.496	4.133.405	5.465.283	6.088.458	6.427.153
Guaraciaba do Norte	8.977.676	9.585.370	13.092.831	13.712.944	16.416.645
São Benedito	6.338.312	9.140.761	12.783.874	14.136.275	16.758.973
<b>TOTAL MICRO II</b>	<b>21.272.254</b>	<b>26.313.446</b>	<b>35.816.752</b>	<b>39.176.371</b>	<b>45.854.011</b>
<b>TOTAL</b>	<b>50.653.015</b>	<b>66.647.410</b>	<b>89.614.976</b>	<b>101.005.907</b>	<b>115.347.287</b>

**Quadro 33 - Transferências governamentais ICMS - COTA DO FUNDEF (até 2006) e FUNDEB**

Fonte: Tesouro Nacional, *on line*, 2010

<b>ICMS COTA-PARTE VALOR 1,00</b>				
<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Ibiapina	912	1.190.886	1.195.322	1.455.202
Tianguá	...	3.274.715	3.021.413	4.072.778
Ubajara	...	2.068.018	1.986.626	2.021.970

<b>ICMS COTA-PARTE VALOR 1,00</b>				
Viçosa do Ceará	1.302	1.479.562	1.394.098	1.578.780
<b>TOTAL MICRO I</b>	<b>2.214</b>	<b>8.013.181</b>	<b>7.597.459</b>	<b>9.128.730</b>
Carnaubal	...	1.006.640	958.371	1.251.780
Croatá	...	487.647	743.814	1.181.262
Guaraciaba do Norte	1.138	1.334.929	1.179.895	1.593.515
São Benedito	...	1.535.079	1.397.391	...
<b>TOTAL MICRO II</b>	<b>1.138</b>	<b>4.364.295</b>	<b>4.279.471</b>	<b>4.026.557</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.352</b>	<b>12.377.476</b>	<b>11.876.930</b>	<b>13.155.287</b>

**Quadro 34** - Transferências governamentais ICMS COTA-PARTE

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará – 2006, 2007, 2008 e 2009

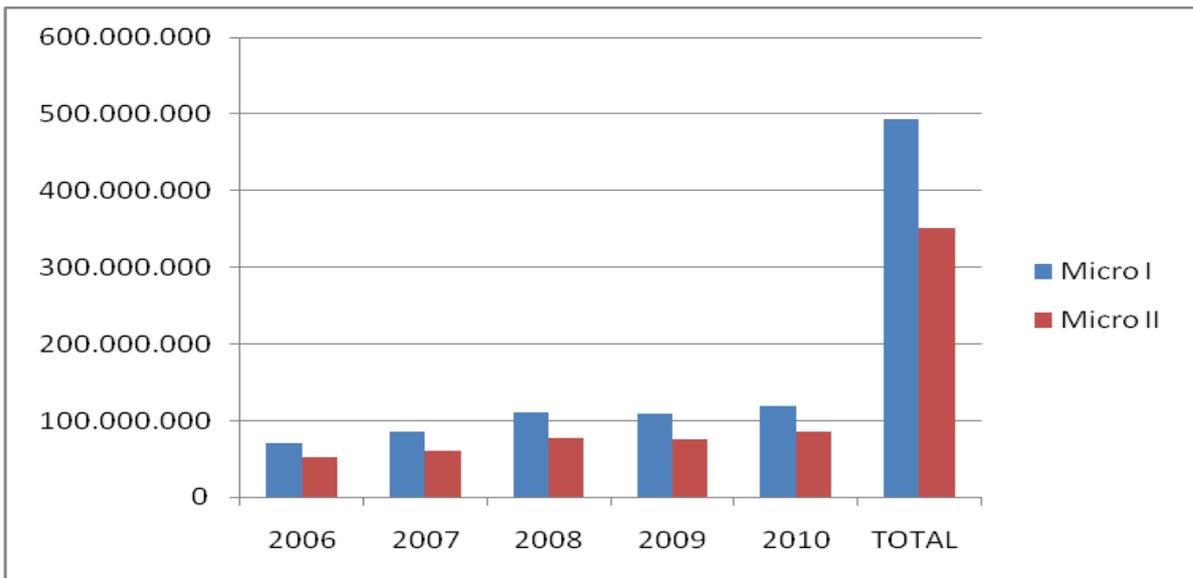
Na fonte pesquisada não encontramos informações inerentes aos anos 2009 e 2010 quanto aos repasses de recursos do ICMS.

Tendo como referência os anos de 2006 e 2008, os quais foram repassados recursos de ICMS, PMM, FUNDEF/FUNDEP, o montante de recursos foi de 121.949.357,00 e 187.177.051,00, respectivamente, tendo um aumento de 53,48% entre 2006 e 2008. Em 2010, sem os recursos do ICMS, o volume foi de 204.897.001,00 equivalendo a um aumento de 9,46% em relação a 2008.

<b>MICRO</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>TOTAL</b>
Micro I	70.127.605	85.466.264	110.405.772	108.594.928	119.535.763	<b>494.130.332</b>
Micro II	51.821.752	60.620.790	76.771.279	76.096.418	85.361.238	<b>350.671.477</b>
<b>TOTAL</b>	<b>121.949.357</b>	<b>146.087.054</b>	<b>187.177.051</b>	<b>184.691.346</b>	<b>204.897.001</b>	<b>844.801.809</b>

**Quadro 35** - Resumo das transferências governamentais anos 2004 a 2009 (FPM + FUNDEF (até 2006) e FUNDEB + ICMS COTA-PARTE)

Fonte: Análise feita pela consultoria a partir da consolidação das informações – 05/11/2010



**Figura 22:** Comparativo entre os micros territórios do Resumo das transferências governamentais anos 2004 a 2009 (FPM + FUNDEF (até 2006) e FUNDEB + ICMS COTA-PARTE)

De acordo com os números acima, constatamos que a distribuição total entre 2006 a 2010 dos recursos com as transferências governamentais de ICMS, PMM, FUNDEF/FUNDEP, entre os micros territórios o Micro I recebe o maior volume de recursos com 58,49%. Entre os municípios encontramos a seguinte situação: Micro I, em primeiro lugar vem o município de Tianguá com 34,69%, em segundo Viçosa do Ceará com 31,75%, em terceiro Ubajara com 18,25% e por fim Ibiapina com 15,30%. Na Micro II, em primeiro vem o município de Guaraciaba 33,60%, em segundo o município de São Benedito 33,50%, em terceiro vem o município de Croatá com 17,53% e finalmente vem o município de Carnaubal com 15,37%.

## TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS PARA A SAÚDE

Município	Receitas de impostos e transferências constitucionais				Receitas transferências do SUS				Receitas transferências do SUS/hab %			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Ibiapina	8.561.434	9.842.434	12.149.699	13.433.757	1.872.305	2.424.681	2.689.760	3.022.808	78	105	112	125
Tianguá	18.702.086	20.952.609	26.580.705	25.746.128	4.453.315	5.195.907	6.405.152	8.234.186	69	80	94	107
Ubajara	11.064.307	12.330.723	14.703.690	16.403.051	2.302.564	2.647.057	3.242.052	3.946.558	77	89	104	126
Viçosa do Ceará	14.053.320	15.900.480	21.550.820	21.561.970	3.475.660	3.656.062	5.129.031	5.553.908	71	69	92	98
<b>TOTAL MICRO I</b>	<b>52.381.147</b>	<b>59.026.246</b>	<b>74.984.914</b>	<b>77.144.906</b>	<b>12.103.844</b>	<b>13.923.707</b>	<b>17.465.995</b>	<b>20.757.460</b>	<b>295</b>	<b>343</b>	<b>402</b>	<b>456</b>
Carnaubal	7.134.316	7.999.202	10.092.887	9.619.383	1.341.110	1.940.615	2.114.859	2.315.758	81	121	127	138
Croatá	6.429.657	7.732.663	11.537.146	11.536.879	1.158.911	1.408.053	1.556.751	2.437.795	68	81	86	133
Guaraciaba do Norte	12.498.543	14.111.352	16.044.714	17.191.562	2.839.768	3.013.000	3.226.863	3.712.852	73	82	84	96
São Benedito	12.813.734	14.549.732	18.458.369	19.745.232	2.778.451	2.832.307	4.009.679	5.472.182	65	65	89	120
<b>TOTAL MICRO II</b>	<b>38.876.250</b>	<b>44.392.949</b>	<b>56.133.116</b>	<b>58.093.056</b>	<b>8.118.240</b>	<b>9.193.975</b>	<b>10.908.152</b>	<b>13.938.587</b>	<b>287</b>	<b>349</b>	<b>386</b>	<b>487</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>91.257.397</b>	<b>103.419.195</b>	<b>131.118.030</b>	<b>135.237.962</b>	<b>20.222.084</b>	<b>23.117.682</b>	<b>28.374.147</b>	<b>34.696.047</b>	<b>582</b>	<b>692</b>	<b>788</b>	<b>943</b>

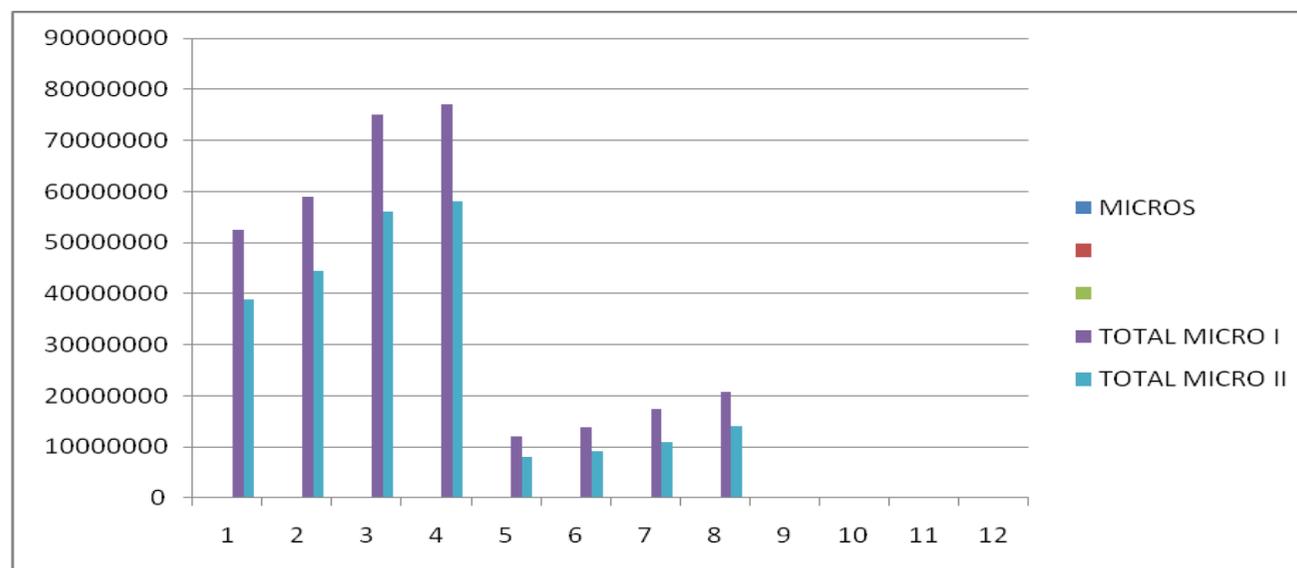
**Quadro 36** - Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 -2009

**Fonte:** Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS – Ministério da Saúde – DATASUS – Indicadores Municipais

MICROS	Receitas de impostos e transferências constitucionais				Receitas transferências do SUS				Receitas transferências do SUS/hab %			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
TOTAL MICRO I	52.381.147	59.026.246	74.984.914	77.144.906	12.103.844	13.923.707	17.465.995	20.757.460	295	343	402	456
TOTAL MICRO II	38.876.250	44.392.949	56.133.116	58.093.056	8.118.240	9.193.975	10.908.152	13.938.587	287	349	386	487
<b>TOTAL</b>	<b>91.257.397</b>	<b>103.419.195</b>	<b>131.118.030</b>	<b>135.237.962</b>	<b>20.222.084</b>	<b>23.117.682</b>	<b>28.374.147</b>	<b>34.696.047</b>	<b>582</b>	<b>692</b>	<b>788</b>	<b>943</b>

**Quadro 37:** Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 - 2009

Fonte: Análise feita pela consultoria a partir da consolidação das informações – 05/11/2010



**Figura 23 :** Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 - 2009

De acordo com os dados do quadro e facima figura, constatamos uma evolução dos recursos entre os anos 2006 a 2009 de 52,43%. Neste momento não faremos uma análise sobre os resultados alcançados da aplicação destes recursos no território, pois esta análise encontra-se no eixo que trata da saúde no território.

As receitas tributárias dos municípios são compostas dos impostos por ele arrecadados, que são: Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, Imposto Sobre Serviços – ISS, Taxas diversas e Contribuição de Melhorias.

Estes impostos complementam a receita do município, já que maior parte destas vem dos repasses acima especificados. Abaixo descreveremos nos dados das tabelas como estes se comportam na série de três anos e serão descritos em mil reais.

MUNICIPIOS	2005	2006	2007	2008
<b>MICRO I</b>				
Ibiapina	890	450.377	563.370	594.518
Tianguá		1.168.593	1.429.189	1.686.785
Ubajara		1.199.387	728.370	754.418
Viçosa	1.156	795.640	1.143.953	1.608.239
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>2046</b>	<b>3.613.997</b>	<b>3.864.882</b>	<b>4.643.960</b>
<b>MICRO II</b>				
Carnaubal		396.128	371.263	487.841
Croatá		299.225	330.037	388.634
Guaraciaba	678	801.912	844.966	941.521
São Benedito		877.003	1.015.481	1.175.724
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>678</b>	<b>2.374.268</b>	<b>2.561.747</b>	<b>2.993.720</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2724</b>	<b>5.988.265</b>	<b>6.426.629</b>	<b>7.637.680</b>

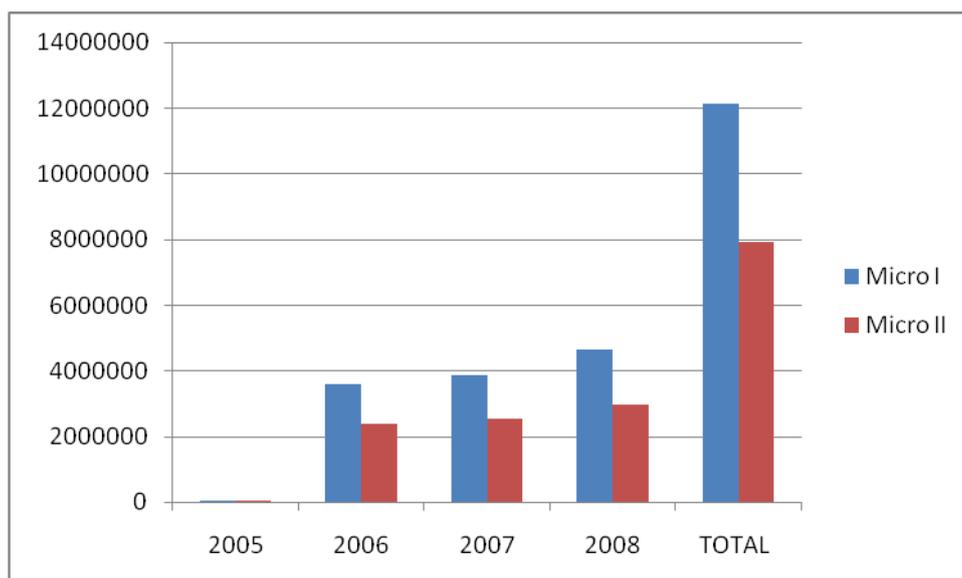
**Quadro 38 - Arrecadação Orçamentária dos Municípios**

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará- Anos 2005, 2006, 2007 e 2008

MICRO	2005	2006	2007	2008	TOTAL
Micro I	2046	3.613.997	3.864.882	4.643.960	12.124.885
Micro II	678	2.374.268	2.561.747	2.993.720	7.930.413
<b>TOTAL</b>	<b>2724</b>	<b>5.988.265</b>	<b>6.426.629</b>	<b>7.637.680</b>	<b>20.055.298</b>

**Quadro 39: Resumo da Arrecadação Orçamentária dos Municípios**

Fonte: Análise feita pela consultoria a partir da consolidação das informações – 05/01/2011



**Figura 24:** Arrecadação Orçamentária dos Municípios

De acordo com os números acima, constatamos que o micro território I arrecada 64,22% do volume total de recursos. Entre os municípios encontramos a seguinte situação: Micro I, em primeiro lugar vem o município de Tianguá com 35,34%, em segundo Viçosa do Ceará com 29,27%, em terceiro Ubajara com 22,12% e por fim Ibiapina com 13,27%. Na Micro II, em primeiro vem o município de São Benedito 38,69%, em segundo o município de Guaraciaba 32,64%, em terceiro vem o município de Carnaubal com 15,83% e finalmente vem o município 12,84%.

Assim como no item das transferências, as arrecadações têm relação direta com o número de habitantes de cada município, portanto, a liderança dos municípios entre os micros está relacionada diretamente com esta questão, uma vez que os municípios citados como maiores recebedores e arrecadadores de recursos são os que têm maior número de habitantes.

Porém, isso não significa que municípios de menor população não possa ampliar o seu nível de arrecadação, por exemplo ampliando a capacidade de prestação de serviços, maior consciência da sua população pelo pagamento do IPTU, enfim, existem possibilidades reais dos municípios ampliarem a sua capacidade de arrecadação.

## 2.2 Territorialização das Políticas Públicas (Município/Estado/União)

Os elementos de diagnóstico acima e as reflexões que eles sugerem, indica que o Estado brasileiro ainda não conseguiu pensar as políticas públicas como condição de garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos e, nesse contexto, as políticas/programas assumem um caráter compensatório e reparador que, por sinal, não respondem aos direitos, na forma de lei, assegurados na Constituição democrática de 1988.

Por outro lado e, mais recentemente, tem-se observado a vontade político-administrativa das esferas de governo municipal, estadual e federal em estabelecer canais de articulação e cooperação para a execução de políticas públicas (ou ações sociais públicas). Um exemplo dessa vontade é o Pacto pela Territorialização do Estado do Ceará, onde a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) assumiu, em 2009, conjuntamente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o compromisso de cooperar para a implantação integrada de políticas públicas, adotando a abordagem territorial em todo o estado do Ceará.

A capacidade de articulação e cooperação entre as instituições existentes no território é muito particular e sutil para que se possa abordar de forma avaliativa em maior ou menor grau. Sabe-se que de acordo com a capacidade de articulação política que cada gestor municipal desenvolve com outros espaços como o legislativo, o executivo estadual e a união, determinam a possibilidade de maior ou menor alocação de recursos ou de políticas públicas para os municípios que conformam o Território da Serra da Ibiapaba.

O governo do Estado do Ceará vem desenvolvendo uma iniciativa importante quanto ao Plano Plurianual, trata-se de promover debates junto a população com vistas à priorização de ações, bem como para prestações de contas das ações implementada pelo PPA, para tanto vem promovendo este debate de forma participativa envolvendo representantes das oito macro regiões de planejamento em conjunto com os territórios de identidades. A seguir as ações ofertadas por macroregiões e por territórios de identidades para o exercício 2010.

## 22.2.2 Ações Públicas Ofertadas pelo Governo Estadual

<b>SECRETARIAS</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
<b>Secretaria de Infra- estrutura - SEINFRA</b>	<b>76.182.671,00</b>	<b>13,10</b>
Rodoviário do Estado do Ceará – Ceará III	11.707.012,00	-
Otimização de Segurança do trânsito	62.500,00	-
Programa de Telecomunicações do Estado	410.000,00	-
Aeroportuário	2.534.398,00	-
Rodoviário do Estado do Ceará	10.393.605,00	-
Suprimento e Universalização do Atendimento com Energias Elétricas	2.739.204,00	-
Transporte Metro-Ferrovário	45.606.052,00	-
Modernização da Gestão Pública	2.730.000,00	-
<b>Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social</b>	<b>12.645.756,00</b>	<b>2,17</b>
Ronda	898.000,00	-
Defesa Civil Permanente	9.000,00	-
Proteção às Crianças, Adolescentes, Mulheres e Minorias	625.000,00	-
Segurança Moderna e com inteligência	10.553.646,00	-
Coordenação e Manutenção Geral	10.000,00	-
Valorização do Servidor	50.000,00	-
Gestão de Tecnologia da Informação	500.110,00	-
<b>Secretaria da Justiça e Cidadania</b>	<b>7.823.000,00</b>	<b>1,35</b>
Infra-Estrutura do Sistema Penitenciário do Ceará - INFRAPEN	4.115.000,00	-
Gestão do Sistema Penitenciário – GESPEN	3.230.000,00	-
Promoção da Qualificação e Ressocialização do Preso e Egresso - PROATIVOS	393.000,0	-
Gestão de Tecnologia da Informação	85.000,00	-
<b>Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA</b>	<b>24.403.127,00</b>	<b>4,20</b>
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Pecuária	17.600,00	-
Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza Rural	10.228.733,00	-
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	4.094.724,00	-

<b>SECRETARIAS</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – SÃO JOSÉ III	2.843.428,00	-
Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER	3.291.165,00	-
Programa de Combate à Pobreza Rural no Ceará – Projeto SÃO JOSÉ II	2.027.956,00	-
Ação Fundiária	1.899.518,00	-
<b>Secretaria de Educação – SEDUC</b>	<b>76.770.400,00</b>	<b>13,20</b>
Padrões Básicos de Funcionamento das Unidades de Ensino	26.311.991,00	-
Qualidades da Educação Básica Nas Zonas Rural e Urbana	1.267.210,00	-
Organização e Gestão Democrática da Educação Básica	443.410,00	-
Cooperação Entre Estado e Município	20.970.280,00	-
Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência	187.869,00	-
Programa de Atendimento à Pessoa Idosa	46.988,00	-
Coordenação e Manutenção Geral	1.029.806,00	-
Desenvolvimento e Gestão de Políticas de juventude	24.781.800,00	-
Valorização do Servidor	332.064,00	-
Gestão de Tecnologia da Informação	1.398.982,00	-
<b>Secretaria da Saúde - SESA</b>	<b>119.816.674,00</b>	<b>20,60</b>
Sistema Integral de Assistência Farmacêutica	4.362.251,00	-
Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada – Empréstimo BID	88.572.862,00	-
Fortalecimento da Atenção e Saúde nos Níveis Secundário e Terciário	25.200.537,00	-
Gestão, Controle Social e Institucional do SUS	2.200,00	-
Vigilância em Saúde	1.657.824,00	-
Gestão de Tecnologia da Informação	21.000,00	-
<b>Secretaria da Cultura - SECULT</b>	<b>1.329.234,00</b>	<b>0,23</b>
Biblioteca Cidadã	250.334,00	-
Programa de Incentivo às Artes e Culturas do Ceará	1.044.000,00	-
Memória Cultural	34.900,00	-
<b>Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH</b>	<b>4.631.978,00</b>	<b>0,80</b>
Oferta Hídrica Estratégica para Múltiplos usos	100.000,00	-
Suprimento Hídrico para Centros Urbanos e Rurais	4.531.978,00	-
<b>Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE</b>	<b>43.628.923,00</b>	<b>7,50</b>
Transferência de Tecnologias para o Desenvolvimento Regional Integrado	1.028.302,00	-
Ceará Digital	381.857,00	-

<b>SECRETARIAS</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
Formação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento	7.390.613,00	-
Gestão do Sistema de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Superior	2.230.351,00	-
Pesquisa e Desenvolvimento Científico	50.000,00	-
Coordenação e Manutenção Geral	32.430.800,00	-
Valorização do Servidor	67.000,00	-
Gestão e Tecnologia da Informação	50.000,00	-
<b>Secretaria do Esporte</b>	<b>2.656.359,00</b>	<b>0,46</b>
Esporte Educacional	1.435.159,00	-
Gestão de Equipamentos e Instalações Esportivas	1.221.200,00	-
<b>Secretaria das Cidades</b>	<b>31.712.050,00</b>	<b>5,45</b>
Estruturação e Requalificação Urbana	380.000,00	-
Desenvolvimento Urbano de Pólos Regionais – Cidades do Ceará II	872.335,00	-
Habitacional	2.613.629,00	-
Desenvolvimento e Integração Regional	1.397.282,00	-
Saneamento Ambiental do Ceará	26.448.804,00	-
<b>Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS</b>	<b>14.904.696,00</b>	<b>2,56</b>
Programa de Apoio as Reformas Sociais do Ceará – PROARES – FASE II	7.620.070,00	-
Segurança Alimentar Nutricional	41.550,00	-
Proteção Social Básica	786.608,00	-
Trabalho Competitivo, Alcançado a Empregabilidade	3.037.160,00	-
Desenvolvendo o Empreendedorismo e o Artesanato	771.000,00	-
Programa de Atenção à Pessoa com deficiência	50.000,00	-
Programa de Atendimento à Pessoa Idosa	125.000,00	-
Desenvolvimento a Gestão de Políticas de Juventude	1.656.700,00	-
Proteção Social Especial	816.608,00	-

<b>SECRETARIAS</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
<b>Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico - CEDE</b>	<b>26.000.000,00</b>	<b>4,47</b>
Gestão do fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará	26.000.000,00	-
<b>Conselho Estadual de Educação</b>	<b>90.000,00</b>	<b>0,02</b>
Valorização do Servidor	90.000,00	-
<b>Secretaria do Turismo- SETUR</b>	<b>10.731.000,00</b>	<b>1,85</b>
Desenvolvimento de Destino e Produtos Turísticos	1.000,00	-
Programa de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Ceará – PRODETUR/CE	5.300.000,00	-
Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR Nacional	5.430.000,00	-
<b>Encargos Gerais do Estado</b>	<b>128.2223.040,00</b>	<b>22,05</b>
<b>TOTAL</b>	<b>581.548.908,00</b>	<b>100,00</b>

**Quadro 40** - Plano Plurianual - PAA

Fonte: SEPLAG, 2010.

No debate do PPA tomou-se como referência a Macrorregião de Planejamento Sobral/Ibiapaba o que compreende dois Territórios: o de Sobral e Ibiapaba. No entanto, os debates e os eventos de prestação de contas foram realizados em separado, a partir dos territórios de identidade de Sobral e de Ibiapaba. Os números demonstram uma maior aplicação de recursos nas áreas da saúde com 20%, educação com 13,20%, infraestrutura com 13,10% e ciência e tecnologia com 7,5%.

O momento do PPA é avaliado pelos colegiados territoriais como de fundamental importância, uma vez que abre um espaço para a participação da sociedade, no entanto, os territórios clamam por oportunidades mais reais de deliberarem sobre os recursos ofertados pelo governo.

#### 22.2.4 Instituições e Entidades com Atuação Regionalizada

Instituições com sede no Território	Instituições com sede em outros territórios e atendem municípios do território	Municípios do território atendidos	Municípios de outros Territórios Atendidos pelas Instituições com sede ou atuação no Território
5º CREDE – Tianguá		Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, São Benedito, Tianguá Ubajara e Viçosa do Ceará.	Ipu
13ª CRES – Tianguá		Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, São Benedito, Tianguá Ubajara e Viçosa do Ceará.	
Banco do Nordeste do Brasil – São Benedito		Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, São Benedito..	
Banco do Nordeste do Brasil – Tianguá		Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará.	
	<b>SEBRAE</b> – Escritório Ipu	Croata e Guaraciaba do Norte.	Catunda, Hidrolândia, Ipú, Ipueiras, Nova Russas e Pires Ferreira.
EMATERCE – Ibiapina Tianguá		Ibiapaba, Tianguá, Guaraciaba do Norte, São Benedito, Tianguá e Ubajara	<b>Território de Inhamuns Crateús:</b> Ipu
INSS – Guaraciaba do Norte		Guaraciaba do Norte e Croatá.	Ipu, Reriutaba e Pires Ferreira.
INSS – São Benedito		Carnaubal, Ibiapaba, São Benedito e Ubajara.	
INSS – Viçosa do Ceará		Viçosa do Ceará e Tianguá.	
	<b>SEPLAG Plano Pluri Anual – PPA</b> Macrorregião de Planejamento	Viçosa do Ceará, Tianguá, Ubajara, Ibiapina, São Benedito, Carnaubal, Guaraciaba do Norte e Croata.	<b>Território dos Vales do Curu:</b> Irauçuba. <b>Território de Inhamuns Crateús:</b> Ipu, Hidrolândia e Pires Ferreira. <b>Território de Sobral:</b> Alcântara, Cariré, Coreaú, Freicherinha,, Forquilha, Graça, Groaíras,, Massapé,

Instituições com sede no Território	Instituições com sede em outros territórios e atendem municípios do território	Municípios do território atendidos	Municípios de outros Territórios Atendidos pelas Instituições com sede ou atuação no Território
			Meruoca, Moraújo, Mocambo, Pacujá, , Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota.
	<b>Regional da FETRAECE – Sobral</b>	Viçosa do Ceará, Tianguá, Ubajara, Ibiapina, São Benedito, Carnaubal, Guaraciaba do Norte e Croata.	<b>Território:Sobral</b> Alcântara, Cariré, Coreaú, Forquilha, Freicherinha, Graça, Groaíras, , Massapé, Meruoca, Moraújo, Mocambo, Pacujá, , Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota. <b>Território Inhamuns:</b> Hidrolândia <b>Território Litoral Extremo Oeste:</b> Camocim, Chaval, Granja, Jijoca de Jericoacoara, Cruz, Acaraú, Bela Cruz, Marco, Morrinhos, Martinópolis, Uruoca e Barroquinha.
	<b>Comitê da Bacia Hidrográfica do Coreaú – Sede Sobral</b>	Ibiapina, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará	<b>Território Litoral Extremo Oeste:</b> Acaraú, Barroquinha, Bela Cruz, Cruz, Camocim, Chaval, Granja, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Martinópolis, Uruoca.
	<b>Comitê de Bacia do Parnaíba</b>	Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará	<b>Território Inhamuns Crateús:</b> Ararendá, Crateús, Independência,. Ipaporanga, Ipueiras, Novo Oriente, Poranga, Quiterianópolis, Tamboril, <b>Território Litoral Extremo Oeste:</b> Granja

**Quadro 41** - Instituições e Entidades com Atuação Regionalizada

Fonte: Pesquisa junto às instituições e aos *site* e documentos oficiais

De acordo com o quadro acima detectamos a seguinte situação quanto a atuação das instituições de abrangência territorial:

**Entidades com sede no território e que atendem apenas municípios do território:** 13ª CRES – Tianguá, Banco do Nordeste do Brasil – São Benedito, Banco do Nordeste do Brasil – Tianguá, INSS – São Benedito, INSS – Viçosa do Ceará.

**Entidades com sede no território e que atendem municípios do e fora do território:** 5º CREDE – Tianguá, EMATERCE – Ibiapina Tianguá, INSS – Guaraciaba do Norte.

**Entidades com sede em outros territórios e que atendem municípios do e fora do território:** SEBRAE – Escritório Ipu, **SEPLAG Plano Pluri Anual – PPA** Macrorregião de Planejamento, **Regional da FETRAECE – Sobral**, **Comitê da Bacia Hidrográfica do Coreaú – Sede Sobral**, **Comitê de Bacia do Parnaíba.**

## 23 GOVERNABILIDADE E GESTÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO

Entende-se por gestão social o processo através do qual o conjunto dos atores locais de um território se envolve não só nos espaços de deliberação e consulta das políticas para o desenvolvimento da sociedade, mais sim, e mais amplamente, no conjunto de iniciativas que vão desde a sensibilização e mobilização desses agentes locais até a implantação, monitoramento e avaliação das ações planejadas, passando pelas etapas de diagnóstico, de elaboração de planos, de negociação e pactuação de políticas e projetos.

O que significa dizer que a gestão social deve ser compreendida como mecanismo de gestão compartilhada de diferentes segmentos sociais, contribuindo para o movimento de ampliação dos espaços democrático-participativos (esfera pública), de descentralização político-administrativa, reafirmando, portanto, formas de organização e de relações sociais com sustentabilidade, transparência e efetivo sentimento de co-responsabilidade.

A gestão social constitui-se para o território de Ibiapaba um duplo desafio: de um lado, o de dar significado às novas institucionalidades como condição para garantir a permanência e a sustentabilidade do desenvolvimento territorial. Isto significa falar da necessidade de reconstruir novas expressões das relações sociopolíticas que estimule as mudanças culturais e institucionais na sociedade local que remetem, simultaneamente, para processos maiores de fortalecimento e democratização do poder local, descentralização administrativa, aperfeiçoamento na utilização de recursos, participação ampla na formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas, estabelecimento de mecanismos de diálogo e controle social da atuação do poder estatal, identificação e/ou recuperação do potencial produtivo, sociocultural e ambiental e fortalecimento e valorização da identidade territorial.

De outro lado, avançar na concretização das estratégias e proposições apontadas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e nos demais instrumentos de planejamento já

existentes, o que exigirá uma postura atuante e efetiva do colegiado territorial na articulação, negociação, pactuação e gestão do referido plano.

Como instrumento concreto de gestão social no território, dois macro processos vêm sendo desenvolvidos de forma articulada e simultânea: a constituição e funcionamento do colegiado de desenvolvimento de desenvolvimento territorial, e o processo de planejamento territorial tendo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável como ferramenta de gestão importante para o próprio colegiado.

### **23.1 Constituição e Atuação do Colegiado para a Gestão Social do Território**

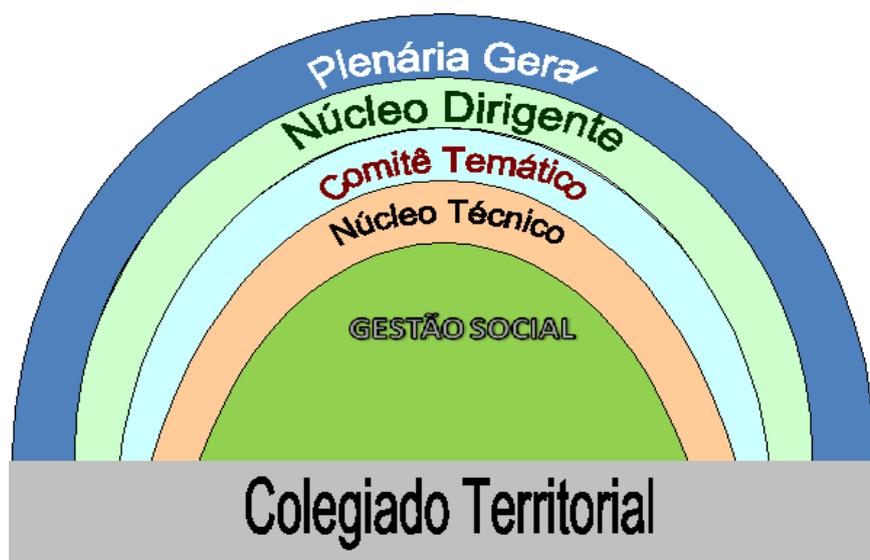
A idéia-conceito de Gestão Social aportada pela SDT/MDA (2005) refere-se ao *“processo através do qual o conjunto dos atores locais de um território se envolve não só nos espaços de deliberação e consulta das políticas para o desenvolvimento da sociedade, mais sim, e mais amplamente, no conjunto de iniciativas que vão desde a sensibilização e mobilização desses agentes e fatores locais até a implantação, monitoramento e avaliação das ações planejadas, passando pelas etapas de diagnóstico, de elaboração de planos, de negociação e pactuação de políticas e projetos”*.

O que significa dizer que a gestão social deve ser compreendida como mecanismo de gestão compartilhada de diferentes segmentos sociais, contribuindo para o movimento de ampliação dos espaços democrático-participativos e de descentralização político-administrativa, reafirmando formas de organização e de relações sociais com sustentabilidade, transparência e efetivo sentimento de co-responsabilidade.



**Figura 25:** Elementos do Processo da Gestão Social  
 Fonte: Documento Referencial SDT/MDA, 2005.

Este marco referencial indica para o Território da Serra da Ibiapaba tem um duplo desafio: de um lado, o de dar significado as novas institucionalidades como condição para garantir a permanência e a sustentabilidade do desenvolvimento territorial. De outro lado, avançar na concretização dos objetivos, estratégias e proposições apontadas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e nos demais instrumentos de planejamento já existentes, o que exigirá uma postura mais atuante e efetiva do colegiado territorial na articulação, negociação, pactuação e gestão do referido Plano.



**Figura 26:** Composição do Colegiado Territorial  
 Fonte: Documento Referencial SDT/MDA, 2005.

**A. PLENÁRIA GERAL:** Instância de decisão e deliberação sobre os rumos estratégicos do desenvolvimento do território. No PTRS tem papel fundamental em acompanhar a implementação do plano, com atenção especial no alcance e cumprimento da Visão de Futuro, Diretrizes e Objetivos Estratégicos.

**B. NÚCLEO DIRIGENTE:** Instância de coordenação política do colegiado, coordena o processo de implementação das deliberações da Plenária Geral. No PTDRS exercerá função fundamental na negociação de recursos e no acompanhamento do processo de implementação das ações e dos projetos.

**C. COMITÊS TEMÁTICOS:** Instância de proposições de ações e de projetos a serem deliberadas pela Plenária Geral do Colegiado Territorial. No PTDRS atua no acompanhamento ao processo de implementação das ações previstas nos projetos territoriais.

O colegiado territorial vem se consolidando como uma institucionalidade fundamental para a construção da gestão social do território. Constituído a partir de um processo participativo e de um amplo debate com os mais diversos

segmentos da sociedade civil, a sua composição obedeceu aos critérios definidos pela paridade de representantes da sociedade civil e do Poder Público, ficando, portanto, assim formatado:

### COMPOSIÇÃO DA PLENÁRIA GERAL DO COLEGIADO TERRITORIAL

ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL - SC	Nº DE REPRESENTANTES
APOI	1
BODEGA DO POVO	1
CREA	1
ESCOLA DE FORMAÇÃO PP	1
FAEC	1
FETRAECE	1
FUNDAÇÃO CEPEMA	1
IDAGRI	1
SINDICATO DOS MOTOTAXISTA	1
RITUR	1
ASSOCIAÇÃO DOS AGENTES DE EDEMIAS	1
CDL	2
COMITÊ DE BACIAS	2
COMUNIDADES CIGANAS	2
COMUNIDADES INDÍGENAS	2
COMUNIDADE DOS QUILOMBOLAS	2
FÓRUM DOS ASSENTADOS	2
FÓRUM DE CONVIVÊNCIA SA	2
IMPrensa	2
MOVIMENTO DE MULHERES	2
SINDICATO RURAL	2
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	2
CMDS / CMDR	8
FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS	8
SINDICATO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS – STTR	8
CONDERI	4
SEGMENTOS RELIGIOSOS	16
<b>TOTAL SOCIEDADE CIVIL</b>	<b>77</b>

**Quadro 42:** Composição do Colegiado Territorial

Fonte: Plenárias Territoriais e Oficinas Territoriais, 2010

INSTITUIÇÕES DO PODER PÚBLICO - PP	Nº DE REPRESENTANTES
ADAGRI	1
BANCO DO BRASIL	1
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL	1
CAGECE	1
CEASA	1
CEF	1
CENTEC	1

<b>INSTITUIÇÕES DO PODER PÚBLICO - PP</b>	<b>Nº DE REPRESENTANTES</b>
CERES	1
COGERH	1
CODEVASF	1
CREDE	1
EMATERCE	1
INSTITUTO CHICO MENDES	1
INSTITUTO AGROPOLOS	1
IFET	1
IDACE	1
INCRA	1
SECRETARIA DAS CIDADES	1
SEBRAE	1
SEMACE	1
SENAR	1
SENAC	1
SINE/ IDT	1
COMITE DAS BACIAS	2
CÂMARAS DE VEREADORES	8
PREFEITURAS	8
CMDS / CMDR	8
MINISTÉRIO PÚBLICO	8
CONDERI	4
<b>TOTAL PODER PÚBLICO</b>	<b>61</b>
<b>TOTAL SC + PP</b>	<b>138</b>

**Quadro 43:** Composição do Colegiado Territorial  
Fonte: Plenárias Territoriais e Oficinas Territoriais, 2010

### COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DIRIGENTE

<b>MICRO I</b>		<b>REPRESENTANTES</b>	<b>ENTIDADES</b>
Titular	SC	Maria de Lourdes Camilo	Fórum de Convivência c/ o Semi-árido
Suplente	SC	Neudenis Albuquerque Maria	ESPAF
Titular	SC	Francisca de Sousa Santos	STTR/Tianguá
Suplente	<b>SC</b>	Vicentina Amador Albuquerque	CMDS/Viçosa
Titular	PP	Jorge Mauricio Mapurunga	Prefeitura /Viçosa
Suplente	PP	João de Freitas Lopes	Prefeitura /Ibiapina
Titular	PP	Antônio Araújo da Silva	Prefeitura/Tianguá
Suplente	PP	Maria do Socorro Pessoa Vasconcelos	CONDERI/Ubajara
<b>MICRO II</b>		<b>REPRESENTANTES</b>	<b>ENTIDADES</b>
Titular	SC	Osmar Gomes da Silva	STTR/São Benedito

MICRO I		REPRESENTANTES	ENTIDADES
Suplente	SC	Andrea Rufino da Silva	Indígenas Tapuya Kariri
Titular	SC	João Rodrigues da Silva	STTR - Carnaubal
Suplente	SC	Antonia Valnê Correia Brito	STTR/Carnaubal
Titular	PP	Angela Marta de Vasconcelos	CMDS/São Benedito
Suplente	PP	Domingos Ramos Felinto	Prefeitura/Croatá
Titular	PP	Francisco Alves dos Santos	Câmara dos Vereadores
Suplente	PP	José Ferreira Batista	CMDS/ Guaraciaba

**Quadro 44:** Composição do Colegiado Territorial

Fonte: Plenárias Territoriais e Oficinas Territoriais, 2010

## COMPOSIÇÃO DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO COLEGIADO TERRITORIAL

COMITÊ	REPRESENTANTES
<b>1. EDUCAÇÃO E CONTEXTUALIZADA E CULTURA</b>	FETRAECE, CARITAS, STTRs, SENAR, Secretárias municipais de educação e cultura, BNB, UVA, Banco do Brasil, INTA, NAEC (Núcleo de arte, educação e cultura de São Benedito), CVTs, Associação dos Artesãos de Ibiapaba, Sindicato dos Servidores Publico Municipais, conselhos setoriais, CREDE5 (Tianguá).
<b>2. DIREITO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL</b>	ESPAF (Escola de formação política), Pastoral Social Diocesana, secretárias municipais de ação social, conselhos setoriais, Ministério Público, defensoria pública, polícias civil e militar, corpo de bombeiro, CCEV ( Comunidade casa, esperança e vida) , AA (Alcoólicos Anônimos).
<b>3. ORGANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO</b>	Secretárias municipais de agricultura, EMATERCE, STTRs, CEPEMA, Bodega do Povo, CEASA, FAEC, SENAR, INSTITUTO AGROPOLOS, Secretárias Municipais do meio ambiente, APOI (Associação dos Produtores Orgânicos da Ibiapaba), Federação das Associações Comunitárias e Entidades Rurais (São Benedito e Guaraciaba do Norte), Associação dos Pequenos Produtores de Flores da Ibiapaba e Instituto Ideiais (Sede São Benedito), BNB, Banco do Brasil, CAIXA, Fórum dos Assentados, SEBRAE, COOPERBIO
<b>4. AÇÕES FUNDIÁRIAS</b>	INCRA, IDACE, FETRAECE, STTRs, EMATERCE, Secretarias Municipais de Agricultura.
<b>5. SAÚDE, SANEAMENTO E ACESSO A ÁGUA</b>	Secretarias Municipais de Obras e de Saúde, Cagece, Cogerh, Codevasf, Comitê de Bacias (Coreaú e Parnaíba), Fórum Micro Regional de Convivência com o Semiárido, FUNASA, Associações Municipais dos

COMITÊ	REPRESENTANTES
	Agentes Comunitários de Saúde, Célula Regional de Saúde (CRES 6 - Tianguá) e ADAGRI.
<b>6. INFRAESTRUTURA</b>	Secretarias Municipais de Obras, DER, DNIT, SOHIDRA, CAGECE, CAIXA e Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA CE).
<b>7. GESTÃO TERRITORIAL</b>	Instituto Agropolos do Ceará, ESPAF, Núcleo Dirigente, Articuladora Territorial, EMATERCE, Procuradorias Municipais
<b>8. MEIO AMBIENTE</b>	Instituto Chico Mendes (Ubajara e Viçosa), Secretarias Municipais do Meio Ambiente, COMDEMAS e Instituto Pau D'Arco, Fundação CEPEMA, EMATERCE e Comitê Gestor do Projeto "Orgânicos da Ibiapaba" (Sebrae).
<b>9. GÊNERO, GERAÇÃO, RAÇA E ETNIA</b>	Movimento Ibiapabano de Mulheres (MIM), STTRs, Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres (CMDM) e EMATERCE, Associação das Mulheres Tianguaenses, Centro de Referência da Mulher (Viçosa e Tianguá), Conselho do/a Idoso/a, Associação Indígena Tapuya Kariri (São Benedito) e Associação Comunitária do Quilombo Três Irmãos (Croatá).
<b>10. TURISMO</b>	Instituto Chico Mendes e Instituto Pau D'Arco, Secretarias Municipais de Turismo, CONDERI, Rede Ibiapabana de Turismo (RITUR), Sebrae, CDL, Cooperativa dos Guias de Turismo do Parque Nacional de Ubajara.

**Quadro 45:** Composição do Colegiado Territorial

Fonte: Plenárias Territoriais e Oficinas Territoriais, 2010

## 24 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL

O diagnóstico da Dimensão Político Institucional possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro a seguir, conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: territorialização e gestão pública, infraestrutura institucional, governabilidade e gestão social que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

<b>ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL</b>	
<b>AMBIENTE INTERNO</b>	
<b>PONTOS FRACOS</b>	<b>PONTOS FORTES</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Representatividade e diversidade existente no Colegiado.</li> <li>2. Colegiado em processo de reconhecimento do Território. Processo de articulação iniciado. Exercício para aprovação das propostas de financiamento ocorridas.</li> <li>3. Sentimento de identidade explicitados nos eventos regionais ocorridos após as discussões iniciadas sobre a estratégia territorial.</li> <li>4. Existência de entidades e segmentos organizadas que refletem sobre a realidade do Território.</li> <li>5. Proximidade geográfica dos municípios com bom acesso</li> <li>6. Aprovação de Projetos de financiamento como exercício do território (2 plenárias)</li> <li>7. Participação e apresentação do Território da Ibiapaba em experiências no Salão Estadual e Nacional</li> <li>8. Participação na Rede Estadual dos Colegiados Territoriais</li> <li>9. Movimentos sociais, conselhos, Fóruns que fortalecem a construção da Identidade do Território</li> <li>10. Presença de jornais/site/rádios/TV Diário no território</li> <li>11. Presença de representante dos meios de comunicação no Colegiado</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Alguns dirigentes (gestores do poder público) não estão ainda entendendo a proposta de territorialização.</li> <li>2. Condições materiais insuficientes para um bom desempenho do Núcleo Dirigente.</li> <li>3. O Colegiado, e as instituições públicas municipais e da sociedade civil, de uma maneira geral, não estão habilitadas para elaboração de propostas que atendam as necessidades do território.</li> <li>4. Ainda não há uma consciência coletiva da necessidade de uma integração das forças políticas do poder público e sociedade civil para construção de propostas que atendam os interesses do território.</li> <li>5. Ainda não há uma prática de monitoramento, principalmente da sociedade civil, das ações implementadas pelos governos e entidades da sociedade civil.</li> <li>6. Ainda não há uma prática coletiva para as tomadas de decisões de interesse do território.</li> <li>7. Pouca inserção dos vereadores em processos participativos/formação política precária</li> <li>8. Fragilidade na prática coletiva para tomadas de decisões de interesse do território</li> <li>9. Não há um sistema de monitoramento /pouco controle social</li> </ol>

<b>ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL</b>	
<b>AMBIENTE EXTERNO</b>	
<b>AMEAÇAS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>
<p>1. Eventual alteração que possa vir existir nas propostas de políticas governamentais provocadas pelos resultados das eleições.</p> <p>2. Contratação de organizações não governamental e governamental para executar programas governamentais sem consultar o Colegiado.</p> <p>3. Propostas elaboradas por técnicos de fora do território, sem participação dos envolvidos</p> <p>4. Política de Recursos Humanos nas entidades e instituições são pouco consistentes (ênfase na terceirização/contratação eventual ex: agente rural)</p>	<p>1. Possibilidade de homologação dos territórios de identidades rural estaduais no programa territórios da Cidadania. - Programas governamentais que necessitam de decisão do Colegiado para serem acessada.</p> <p>2. Atuação de novas organizações da sociedade civil, em prol da política do território.</p> <p>3. Inclusão dos temas desenvolvimento sustentável e territorialidade como pauta de discussão nas Universidades.</p> <p>4. Integração das SECIDADES e da SEPLAG ao processo dos PTDRS</p> <p>5. Possibilidade de integração e participação no processo de elaboração do PPA2012/2015</p> <p>6. Plano do Meio Norte</p> <p>7. Realização de concurso publico nos territórios</p>

**Quadro 46:** Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Político Institucional  
**Fonte:** Plenárias e Oficinas Territoriais, 2010



## **Parte III**

### **O PLANEJAMENTO**

**Visão de Futuro**

**Objetivos Estratégicos**

**Diretrizes Principais**

**Eixos Temáticos**

**Programas**

**Projetos**



## O PLANEJAMENTO

O planejamento das atividades relativas à qualificação dos PTDRS teve como embasamento o Guia de Planejamento Territorial que apresenta *As Orientações Gerais para Elaboração e Qualificação do PTDRS*, bem como a matriz de variáveis do *Diagnóstico Territorial* e o apoio da Coordenação Nacional de Brasília.

Para estabelecer a direção das ações foi firmada a parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA e o Instituto Agropolos do Ceará, reunidos como Grupo Técnico de Apoio à Implementação da Estratégia de Desenvolvimento no Estado do Ceará, GTT.

Os encontros do GTT mobilizaram esforços no sentido de articular os territórios e estabelecer um elo de comunicação do Assessor Técnico Territorial com os atores municipais e territoriais, constituídos enquanto Colegiados e demais instancias. Outros profissionais contratados para organizar as informações e dados coletados deram suporte à materialização do plano.

O plano se origina a partir do diagnóstico e da matriz de análise do ambiente interno e externo, delineando os elementos próprios para implementação do planejamento, quais sejam: visão de futuro, Objetivos Estratégicos, Diretrizes Principais, Eixos Temáticos, Programas e Projetos e se efetiva através da criação de um sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação denominado Sistema de Gestão do Plano.

## **25 VISÃO DE FUTURO**

O Território da Serra da Ibiapaba busca o fortalecimento do território através da articulação de seus municípios, propondo, desenvolvendo e gerenciando políticas públicas, com a participação da sociedade civil, considerando seu potencial histórico, ambiental e social e desenvolvendo ações que objetivam a preservação ambiental, a recuperação das áreas degradadas, promovendo o crescimento socioeconômico, cultural e educacional.

## 26 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos foram traçados levando em consideração as dimensões do desenvolvimento, refletidos e entendidos como os grandes propósitos a serem alcançados, transformando os sonhos em realidade.

<b>DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO</b>	
<b>SÓCIO-CULTURAL EDUCACIONAL</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Ampliar a cobertura dos serviços de saúde, facilitar acesso de um maior número de usuários e descentralizar os serviços</li><li>- Garantir o destino adequado dos resíduos sólidos e preservação ambiental</li><li>- Garantir consumo de água de qualidade sem agrotóxico, prevenindo doenças e revitalizar as nascentes do açude Jaburu</li><li>- Garantir uma educação de qualidade do ensino, através da melhoria da qualificação e valorização do profissional e da estrutura física das unidades escolares, como também inserir a comunidade no contexto escolar.</li><li>- Fortalecer a identidade cultural do território da Serra da Ibiapaba, com valorização do patrimônio histórico material e imaterial do território.</li></ul>
<b>AMBIENTAL</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Garantir a preservação e conservação dos recursos naturais do território, a partir da criação das ferramentas legais e instrumentos educacionais</li><li>- Buscar qualidade de vida com sustentabilidade ambiental.</li></ul>
<b>SOCIOECONÔMICA</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Promover a diversificação da produção, aproveitando o excedente da produção, geração de emprego e renda e de energia renovável e promover a organização sócio-produtiva visando garantir comercialização solidária da produção local. Instrumentalizar o agricultor familiar com tecnologias condizentes com a realidade local, técnicos qualificados para atender às necessidades sentidas no território com a visão de sustentabilidade e avançar na universalização da ATER</li><li>- Promover a informatização das Secretarias municipais, aprimorar logística de transporte para o escoamento da produção visando a qualidade dos produtos e a geração de emprego e renda</li><li>- Promover a formação de novos técnicos com novas oportunidades de trabalho no território</li><li>- Segurança e conforto no consumo de alimentos</li></ul>

## DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO

	<p>livres de agrotóxicos, gerando melhor rentabilidade e qualidade de vida aos feirantes e demais expositores</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir ATER condizente com a realidade da reforma agrária</li> <li>- Ampliar o acesso a terra aos beneficiários em potencial</li> <li>- Dotar de infra- estrutura humanística nos assentamentos, fortalecendo as relações interpessoais dos assentados no território</li> <li>- Propiciar maior integração viária no território com maior segurança no traslado dos produtos a serem comercializados, buscar qualidade de vida com sustentabilidade ambiental para a população e visitantes garantindo infra estrutura de saneamento básico</li> <li>- Ter eficácia na organização e segurança da população nas vias públicas, locais e visitantes.</li> <li>- Revitalizar e promover o turismo local como fonte rentável sustentável para o território, garantir comodidade e suporte de informação para o turista e ampliar as opções de hospedagem e receptividade ao turista, com um leque de maiores atrativos.</li> </ul>
POLÍTICO INSTITUCIONAL	- Criar mecanismos de integração e fortalecimento das instituições públicas e da sociedade civil.

**Quadro 47 – Objetivos Estratégicos**

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011

## **27 DIRETRIZES PRINCIPAIS**

As Diretrizes Principais são as grandes linhas mestras que orientam e atraem o processo de desenvolvimento sustentável, neste sentido o fortalecimento da identidade territorial é imprescindível para o enfrentamento de grandes desafios no Território, dentre esses é importante destacar: as desigualdades sociais e regionais, mediante a inserção nas novas dinâmicas socioeconômicas e culturais com sustentabilidade. Lutar por um Brasil sem Miséria e com gente Feliz, lema mencionado em muitas Oficinas e na concretização dessas diretrizes, traçou-se oito grandes linhas:

1. Valorização da cultura local;
2. Enfrentamento as discriminações de gênero, raça, geração e etnia;
3. Efetiva regularização fundiária;
4. Inovar no crescimento urbano com 100% saneamento básico;
5. Educação nos diversos níveis, principalmente superior-universidade regional;
6. Turismo sustentável;
7. Valorizar manifestações culturais respeitando as especificidades
8. Intercâmbio territorial para troca de experiência exitosas no setor produtivo; Adotar a agroecologia como matriz tecnológica da produção;

## 28 EIXOS DE DESENVOLVIMENTO

Os Eixos de Desenvolvimento são as atividades norteadoras do desenvolvimento sustentável do Território, de acordo com os objetivos ou importância dentro de cada dimensão. Foram criados através dos projetos eleitos pela plenária geral por listas de prioridade, dentro dos programas e objetivos estratégicos respectivos.

No tocante a dimensão sociocultural educacional foram eleitos quatro eixos: Educação, Cultura, Saúde, Saneamento e Acesso a Água e Gênero, Geração, Raça e Etnia e Desenvolvimento Social,.

### 28.1 Eixo Educação

Neste eixo foram organizados a partir de seu objetivo estratégico o Programa Educação de Qualidade que gerou sete projetos ,conforme Quadro a seguir:

OBJETIVOS ESTRATEGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Garantir uma educação de qualidade do ensino, através da melhoria da qualificação e valorização do profissional e da estrutura física das unidades escolares, como também inserir a comunidade no contexto escolar.	1.Programa de Educação de Qualidade	<b>Projeto 1.</b> Criação e instalação da Universidade Federal do Território da Ibiapaba; <b>Projeto 2.</b> Ampliação da oferta de cursos de educação profissional nos níveis básico, técnico e tecnológico, focados na organização sustentável da produção e apoio à comercialização do produtor da agricultura familiar e no potencial vocacional do território (turismo). <b>Projeto 3.</b> Ampliar o número de laboratórios de informática e de ciências, bibliotecas, brinquedotecas e quadras poliesportivas; <b>Projeto 4.</b> Criar Centro Integrado de Atendimento às Crianças com Necessidades Especiais; <b>Projeto 5.</b> Implementar o piso salarial dos profissionais do magistério e o Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS; <b>Projeto 6.</b> Criar sistema de avaliação institucional e de ensino-aprendizagem no âmbito interno, restrito aos municípios do Território Serra da

OBJETIVOS ESTRATEGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		Ibiapaba; <b>Projeto 7.</b> Campanha de sensibilização, mobilização e envolvimento público acerca da importância da participação dos pais e responsáveis no cotidiano das escolas; <b>Projeto 8.</b> Criar o cargo de agente educacional a nível municipal; <b>Projeto 9.</b> Promoção de cursos de educação profissional voltados à agricultura familiar.

**Quadro 48:** Eixo Educação

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

## 28.2 Eixo Cultura

Neste eixo foram organizados a partir de seu objetivo estratégico o Programa de Revitalização da Cultura da Serra da Ibiapaba que gerou onze projetos, conforme Quadro a seguir:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
Fortalecer a identidade cultural do Território da Serra da Ibiapaba, de seu patrimônio histórico material e imaterial	1. Programa de Revitalização da Cultura da Serra da Ibiapaba:	<b>Projeto 1:</b> Implantação de equipamentos culturais com fortalecimento de políticas públicas de capacitação nas diversas linguagens e nos mecanismos de captação de recursos. <b>Projeto 2.</b> Promoção da Feira Territorial de Cultura e Artesanato; <b>Projeto 3.</b> Criação do Sistema Municipal de Cultura, composto por secretaria executiva, conselho, fundo municipal de apoio à cultura e plano de cultura; <b>Projeto 4.</b> Instalação e implementação de espaços físicos destinados às manifestações culturais, tais como: teatros, centros culturais, casas de cultura, cinemas e escolas de linguagem (música, dança, teatro, literatura e artes visuais); <b>Projeto 5.</b> Incentivo à criação de instituições para o desenvolvimento da cultura (local e regional); <b>Projeto 6.</b> Elaboração de projetos de âmbito municipal visando o mapeamento e a revitalização da cultura local;

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		<p><b>Projeto 7.</b> Lançamento de campanhas de sensibilização, mobilização e envolvimento público acerca da importância da cultura;</p> <p><b>Projeto 8.</b> Revisão das leis orgânicas dos municípios com a finalidade de fortalecer as políticas públicas culturais;</p> <p><b>Projeto 9.</b> Encaminhar solicitação ao IPHAN visando agilidade dos processos de tombamento dos patrimônios históricos (material e imaterial) dos municípios do Território Serra da Ibiapaba;</p> <p><b>Projeto 10.</b> Estimular a criação de feiras, festivais e demais eventos, além da institucionalização de espaços físicos destinados ao apoio à produção e comercialização de produtos do artesanato local e regional;</p> <p><b>Projeto 11.</b> Capacitar técnicos vinculados às administrações públicas municipais visando à elaboração de projetos culturais e à captação de recursos públicos.</p>

**Quadro 49:** Eixo Cultura

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

### 28.3 Eixo Saúde, Saneamento e Acesso à Água

Este eixo foi organizado a partir de três objetivos estratégicos os quais geraram três programas e para cada um desses foram pensados para o primeiro nove projetos, o segundo seis projetos e o terceiro outros dois projetos, conforme quadro a seguir.

OBJETIVOS ESTRATEGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
<p>1. Ampliar a cobertura dos serviços de saúde, facilitar acesso de um maior número de usuários e descentralizar os serviços</p>	<p>1. Programa Descentralizado da saúde</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Construção de hospital territorial com aquisição de equipamentos e contratação de profissionais especializados em atendimento de média e alta complexidade.</p> <p><b>Projeto 2:</b> Construção de um CAPS AD regional.</p> <p><b>Projeto 3:</b> Implantação do PCCS e estabelecer teto financeiro para profissionais</p> <p><b>Projeto 4:</b> Contratação de profissionais</p>

OBJETIVOS ESTRATEGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		<p>especializados</p> <p><b>Projeto 5:</b> Criar núcleo de promoção da saúde nos municípios</p> <p><b>Projeto 6:</b> Aumento de oferta de leitos e profissionais especializados</p> <p><b>Projeto 7:</b> Estratégias para manter profissionais de saúde (médicos)</p> <p><b>Projeto 8:</b> Implementação do uso de medicamentos homeopáticos na rede de saúde do território</p> <p><b>Projeto 9:</b> Implantação do PCCS e estabelecer teto financeiro para profissionais</p>
<p>2. Garantir o destino adequado dos resíduos sólidos e preservação ambiental</p>	<p>2. Programa de Saneamento Básico</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Criar e fortalecer os consórcios intermunicipais para a estruturação dos serviços de aterros, reciclagem, abatedouros, rede esgotamento sanitário, bem como o centro de controle de zoonose.</p> <p><b>Projeto 2:</b> Exigir dos órgãos competentes análise das águas que abastece as comunidades e áreas urbanas (resíduos de agrotóxicos e metais. Pesados).</p> <p><b>Projeto 3:</b> Limpeza e manutenção de esgoto e canas, drenos, lagoas e boca de lobo</p> <p><b>Projeto 4:</b> Construir abatedouros nas exigências da ANVISA</p> <p><b>Projeto 5:</b> Construção de aterros sanitários</p> <p><b>Projeto 6:</b> Construção de abrigo para animais abandonados.</p>
<p>3. Garantir consumo de água de qualidade sem agrotóxico, prevenindo doenças e revitalizar as nascentes do Açude Jaburu</p>	<p>3. Programa de Revitalização de Nascentes</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Garantir água livre de agrotóxico das nascentes do açude jaburu</p> <p><b>Projeto 2:</b> Estruturar comitê de bacias e ampliar oferta de água potável nas áreas rurais.</p>

**Quadro 50:** Eixo Saúde, Saneamento e Acesso a Água

**Fonte:** Oficinas Territoriais, 2011.

## 28.4 Eixo Gênero, Geração Raça e Etnia e Direito e Desenvolvimento Social.

O atual eixo a partir de seu objetivo estratégico, originou 11 Programas que buscam sua realização através de doze projetos gerados, conforme Quadro a seguir.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
<p>- Fortalecer a identidade cultural do território da serra da Ibiapaba, com valorização do patrimônio histórico material e imaterial do território</p>	1.Programa de educação inclusiva não sexista e anti racista.	<b>Projeto 1:</b> Criação da Delegacia da Mulher com sede em Tianguá.
	2.Programa de atendimento social e cidadania	<b>Projeto 2:</b> Formar o comitê territorial de mulheres.
	3.Programa de saúde das mulheres – Direitos sexuais e direitos reprodutivos	<b>Projeto 3:</b> Construir, aparelhar e reformar creches e pré-escolas e melhorar a qualidade dos serviços em tempo integral.
	3.Programa de enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres	<b>Projeto 4:</b> Realizar ações de sensibilização de mulheres e jovens com deficiência no mercado de trabalho;
	4.Programa da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.	<b>Projeto 5:</b> Estimular através do PNQ a participação de mulheres nos cursos de capacitação e qualificação técnica e gerencial
	5.Programa do desenvolvimento sustentável no Meio rural e urbano	<b>Projeto 6:</b> Implementar o projeto de apoio à geração de trabalho e renda para as comunidades artesanais (PROMOART) numa perspectiva cultural com recorte de gênero e étnico-racial
	6.Programa do direito à terra, moradia digna e infraestrutura social.	<b>Projeto 7:</b> Incentivo a criação de fábricas com produtos regionais/locais e pequenas empresas oportunizando o primeiro emprego para jovens e às mulheres em situação de violência e como chefes de família
	7.Programa de cultura, comunicação e mídia	<b>Projeto 8:</b> Apoiar a capacitação e o intercâmbio entre as mulheres e jovens na convivência com o semi-árido
8.Programa de promoção da autonomia econômica e igualdade no mundo	<b>Projeto 9:</b> Formar agricultoras em comercialização e cooperativismo	
		<b>Projeto 10:</b> Fazer campanha para aprovação da legislação que prevê aposentadoria para as donas de casa
		<b>Projeto 11:</b> Ater para as comunidades
		<b>Projeto 12:</b> Proteção com relação ao assédio sexual e moral

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
	do trabalho	
	9.Programa direito à moradia digna	
	10.Programa direito à saúde com enfoque de gênero, geração, raça e etnia.	
	11.Programa de formação continuada pela equidade social	

**Quadro 51:** Eixo Gênero, Geração, Raça e Etnia e Desenvolvimento Social

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

## 28.5 Eixo Meio Ambiente

Os objetivos estratégicos traçados para a Dimensão Ambiental deram origem ao Programa de Promoção do Meio Ambiente na Serra da Ibiapaba com nove projetos, conforme o Quadro a seguir.

OBJETIVOS ESTRATEGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
<p><b>1.</b> Garantir a preservação e conservação dos recursos naturais do território, a partir da criação das ferramentas legais e instrumentos educacionais</p> <p><b>2.</b> Buscar qualidade de vida com sustentabilidade ambiental.</p>	<p>1.Programa de promoção do Meio Ambiente na Serra da Ibiapaba</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Sensibilização em preservação ambiental, através da Educação Ambiental, Policiamento ambiental para atender o território com unidade localizado em um dos municípios, fiscalização em empresas de comercialização de agrotóxicos;</p> <p><b>Projeto 2:</b> Desativação das áreas de cultivo das margens dos cursos de água, priorizando a bacia hidráulica do açude jaburu e cumprimento da lei que proíbe as queimadas da cana de açúcar para extração;</p> <p><b>Projeto 3:</b> Mapeamento e recuperação de fontes de água, matas nativas, matas ciliares, rios e riachos, especialmente os que abastecem o açude jaburu;</p> <p><b>Projeto 4:</b> Desapropriação para criação de unidades de proteção integral municipais (cachoeiras, bicas e</p>

OBJETIVOS ESTRATEGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		nascentes) ou estadual (não inclui atividades de turismo); <b>Projeto 5:</b> Criação de um comitê tripartite para discutir usinas eólicas no território na perspectiva da justiça socioambiental; <b>Projeto 6:</b> Criação de autarquias ambientais municipais; <b>Projeto 7:</b> Construção de estação de tratamento de esgoto (ETE); <b>Projeto 8:</b> Políticas públicas para sustentabilidade climática; <b>Projeto 9:</b> Manejo ambiental das áreas com a retirada da lenha e matriz energética renovável;

**Quadro 52:** Eixo Meio Ambiente

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

## 28.6 Eixo Organização Sustentável da Produção

Os objetivos estratégicos traçados para esse eixo deram origem a três Programas: o primeiro Fortalecimento das agroindústrias, que gerou quatro projetos; o segundo Programa de Formação contextualizada com dois projetos e o terceiro Programa de Promoção da Infraestrutura para o desenvolvimento produtivo com nove projetos, conforme o Quadro a seguir.

OBJETIVOS ESTRATEGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Promover a diversificação da produção, aproveitando o excedente da produção, geração de emprego e renda e de energia renovável e promover a organização sócio-produtiva visando garantir comercialização solidária da produção	1. Programa de Fortalecimento das agroindústrias	<b>Projeto 1:</b> Projeto de revitalização de mini usinas de cana de açúcar, mandioca e frutas, engenhos e casas de farinha para fortalecimento que contemplem a agricultura familiar a fim de melhorar a produção sem degradar o meio ambiente. <b>Projeto 2:</b> Revitalização dos Engenhos e Casas de Farinha na perspectiva do fortalecimento da agricultura familiar com beneficiamento da cana de açúcar e mandioca e turismo rural. <b>Projeto 3:</b> Projeto de fortalecimento das cooperativas de

OBJETIVOS ESTRATEGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
<p>local.</p> <p><b>2.</b> Instrumentalizar o agricultor familiar com tecnologias condizentes com a realidade local, técnicos qualificados para atender às necessidades sentidas no território com a visão de sustentabilidade e avançar na universalização da ATER</p> <p><b>3.</b> Promover a informatização das Secretarias municipais, aprimorar logística de transporte para o escoamento da produção visando a qualidade dos produtos e a geração de emprego e renda</p> <p><b>4.</b> Promover a formação de novos técnicos com novas oportunidades de trabalho no território</p> <p><b>5.</b> Segurança e conforto no consumo de alimentos livres de agrotóxicos, gerando melhor rentabilidade e qualidade de vida aos feirantes e demais expositores.</p>		<p>comercialização da produção.</p> <p><b>Projeto 4:</b> Criação de Cooperativas e Associações para comercialização da produção.</p>
	<p>2. Programa de Formação contextualizada</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Ampliação do quadro técnico da Assistência Técnica e extensão rural com tecnologias adequadas.</p> <p><b>Projeto 2:</b> Reativação das escolas agrícolas existentes, com funcionamento tipo escola-família / EFAs Captação de recursos para revitalizar (funcionar).</p>
	<p>3. Programa da promoção da infraestrutura para desenvolvimento produtivo</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Educação Ambiental (recolhimento de embalagem de agrotóxicos, coleta seletiva do lixo, fiscalização no uso do agrotóxico e leis ambientais etc.), com capacitação voltadas para a agroecologia, implantar programa de conscientização e controle no uso de agrotóxicos, com orientação sobre legislação ambiental, trabalhista, ADAGRI, ANVISA.</p> <p><b>Projeto 2:</b> Implantar programa de Convivência com o semi-árido (adotar práticas de conservação do solo).Ex Mandalas, SAFs, quintais produtivos, captação <i>in situ</i></p> <p><b>Projeto 3:</b> Revitalização da EMATER através de concurso público</p> <p><b>Projeto 4:</b> Projeto de Informatização das Secretarias de Agricultura do território da Ibiapaba, com acréscimo de pessoal qualificado (Projeto elaborado pela Secretaria de Agricultura de São Benedito).</p> <p><b>Projeto 5:</b> Projeto de revitalização das escolas agrícolas</p> <p><b>Projeto 6:</b> Projeto de suporte à comercialização da produção.</p> <p><b>Projeto 7:</b> Acesso ao transporte adequado para o melhor escoamento da produção</p> <p><b>Projeto 8:</b> Criação de banco de sementes nativas (animal e</p>

OBJETIVOS ESTRATEGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		vegetal). <b>Projeto 9:</b> Centro de Exposição e comercialização da Agricultura Familiar.

**Quadro 53:** Eixo Organização Sustentável da Produção

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

## 28.7 Eixo Ações Fundiárias

O eixo ações fundiárias foi estruturado a partir de dois objetivos, que por sua vez gerou o Programa: Formação em Reforma Agrária com três projetos, conforme o Quadro a seguir.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Garantir ATER condizente com a realidade da reforma agrária	1. Programa de Formação em Reforma Agrária	<b>Projeto 1:</b> Projeto de formação continuada de técnicos no contexto da reforma agrária
2. Ampliar o acesso a terra aos beneficiários em potencial		<b>Projeto 2:</b> Projeto de acesso ao programa de crédito fundiário e o processo de desapropriação de latifúndios improdutivos:
3. Dotar de infraestrutura humanística nos assentamentos, fortalecendo as relações interpessoais dos assentados no território		<b>Projeto 3:</b> Projeto de equipamentos sociais nos assentamentos federais e estaduais

**Quadro 54:** Eixo Ações Fundiárias

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

## 28.8 Eixo Infraestrutura

Os objetivos estratégicos traçados para esse eixo deram origem ao Programa: Melhoria da Infraestrutura da Serra da Ibiapaba que gerou quinze projetos, conforme o Quadro a seguir.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
<p>1. Propiciar maior integração viária no território com maior segurança no traslado dos produtos a serem comercializados, buscar qualidade de vida com sustentabilidade ambiental para a população e visitantes garantindo infraestrutura de saneamento básico</p> <p>2. Ter eficácia na organização e segurança da população nas vias públicas, locais e visitantes.</p>	<p>1. Programa de Melhoria da infraestrutura da Serra da Ibiapaba</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Ligar Coreaú a Viçosa via o Distrito de Oiticica.</p> <p><b>Projeto 2:</b> Criação e implantação de um projeto territorial para a recuperação dos cursos e mananciais hídricos da Ibiapaba, que sofrem os efeitos deletérios do assoreamento.</p> <p><b>Projeto 3:</b> Duplicação da CE 187.</p> <p><b>Projeto 4:</b> Saneamento básico (rural + urbano) com manutenção</p> <p><b>Projeto 5:</b> Estrutura para feiras livres e mercados</p> <p><b>Projeto 6:</b> Construção da estrada São Benedito//Graça</p> <p><b>Projeto 7:</b> Aquisição de equipamentos para conservação da malha viária</p> <p><b>Projeto 8:</b> Construção de Centro de Feiras e Eventos</p> <p><b>Projeto 9:</b> Autarquias de trânsito nos municípios</p> <p><b>Projeto 10:</b> Corpo de bombeiros territorial</p> <p><b>Projeto 11:</b> Desvio dos transportes pesados das áreas urbanas</p> <p><b>Projeto 12:</b> Estruturar os COMDEC (Defesa Civil) CE 327 ligando a serra da Ibiapaba ao Estado do Piauí</p> <p><b>Projeto 13:</b> Pontos de luz nas vias públicas (rural + urbano) expansão de rede de mono para trifásica</p> <p><b>Projeto 14:</b> Criação PROCON Territorial</p> <p><b>Projeto 15:</b> Recuperação da estrada Mucambo/ Ibiapina</p>

**Quadro 55:** Eixo Infraestrutura

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

## 28.9 Eixo Turismo

O eixo atual foi organizado a partir de um objetivo estratégico=s, que por sua vez originou o Programa de Turismo Sustentável da Serra da Ibiapaba, que gerou treze projetos, conforme o Quadro a seguir.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Revitalizar e promover o turismo local como fonte rentável sustentável para o território, garantir comodidade e suporte de informação para o turista e ampliar as opções de hospedagem e receptividade ao turista, com um leque de maiores atrativos.	1. Programa de Turismo Sustentável da Serra da Ibiapaba	<p><b>Projeto 1:</b> Linhas de transportes coletivos intermunicipais</p> <p><b>Projeto 2:</b> Revitalização do bondinho Ubajara</p> <p><b>Projeto 3:</b> Criação de Secretarias Municipais de Turismo</p> <p><b>Projeto 4:</b> Criação de roteiros turísticos temáticos</p> <p><b>Projeto 5:</b> Potencialização dos esportes de aventura e ecoturismo</p> <p><b>Projeto 6:</b> Sinalização turística</p> <p><b>Projeto 7:</b> Divulgação dos pontos turístico</p> <p><b>Projeto 8:</b> Folder territorial</p> <p><b>Projeto 9:</b> Portal para divulgação potencial cultural e turístico</p> <p><b>Projeto 10:</b> Hospedagem domiciliar + ampliar rede de credenciamento hoteleiro</p> <p><b>Projeto 11:</b> Apoio aos representantes na participação de eventos nacionais e internacionais</p> <p><b>Projeto 12:</b> Colônia de férias territorial</p> <p><b>Projeto 13:</b> Bancos 24 horas</p>

**Quadro 56:** Eixo Turismo

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

### 28.10 Eixo Gestão Político Institucional

O eixo gestão político institucional foi organizado a partir do seu objetivo estratégico, organizando o Programa: Acompanhamento da execução do PTDRS e inclusão da proposta de capacitação em ZEE que gerou treze projetos, conforme Quadro a seguir.

OBJETIVOS ESTRATEGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Criar mecanismos de integração e fortalecimento das instituições públicas e da sociedade civil.	1. Acompanhamento da execução do PTDRS e inclusão da proposta de capacitação em ZEE. Processo de articulação com o colegiado e núcleo dirigente no território.	<p><b>Processo 1:</b> Elaborar programa de Comunicação para informação, divulgação, discussão das ações territoriais.</p> <p><b>Projeto 2:</b> Elaborar plano de capacitação para os membros do colegiado ( elaboração de projeto, gestão, planejamento, finanças públicas...)</p> <p><b>Projeto 3:</b> Ampliar o debate sobre desenvolvimento territorial e o</p>

OBJETIVOS ESTRATEGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		<p>fortalecimento da identidade ibiapabana (fóruns, seminários, rodas de diálogos, audiências públicas, bem como a realização do I Salão Territorial da Serra da Ibiapaba .</p> <p><b>Projeto 4:</b> Articular e sensibilizar os gestores municipais e legislador.</p> <p><b>Projeto 5:</b> Projeto para custeio das ações do Núcleo Dirigente (alimentação, deslocamento e hospedagem do Núcleo Dirigente nas atividades do território).</p> <p><b>Projeto 6:</b> Definir o Núcleo Técnico do Colegiado Territorial.</p> <p><b>Projeto 7:</b> Capacitações em gestão territorial e elaboração de projeto para o Núcleo Técnico</p> <p><b>Projeto 8:</b> Comitês temáticos com a participação Núcleo Dirigente para fazer monitoramento das ações</p> <p><b>Projeto 9:</b> Participação ativado Núcleo Dirigente, nas reuniões, nas plenárias e atividades relacionadas ao território.</p> <p><b>Projeto 10:</b> Elaboração de critérios de perfil de instituições a serem contratadas para executar programas e serviços do território. (definir comissão).</p> <p><b>Projeto 11:</b> Programa de mídia (programa de rádio, folder, cartazes, spot, blogs).</p> <p><b>Projeto 12:</b> Realizar um seminário sobre desenvolvimento e gestão territorial.</p> <p><b>Projeto 13:</b> Capacitação do colegiado territorial em ZEE'S.</p>

**Quadro 57:** Eixo Gestão Político Institucional

**Fonte:** Oficinas Territoriais, 2011.

## 29 PROJETOS ESTRATÉGICOS PRIORIZADOS PELO TERRITÓRIO

Levando-se em consideração o grande volume de demandas apresentadas pelo território, e diante da fragilidade do mesmo quanto à capacidade técnica de transformá-las em projetos viáveis e sustentáveis, o colegiado territorial priorizou seis projetos estratégicos com potencial de acelerar o processo de desenvolvimento produtivo no território. Tais projetos foram selecionados a partir das potencialidades locais e vantagens comparativas frente a outras regiões do país, e têm como objetivos finalísticos acelerar o processo de geração de oportunidades de trabalho e renda.

EIXOS/AREAS	PROJETOS
<b>Educação</b>	<b>Projeto 1:</b> Criação e instalação da Universidade Federal da Ibiapaba
<b>Saúde</b>	<b>Projeto 2:</b> Construção de Hospital Territorial com aquisição de equipamentos e contratação de profissionais especializados em atendimento de média e alta complexidade.
<b>Ação Social</b>	<b>Projeto 3:</b> Criação da Delegacia Especializada da mulher com sede em Tianguá.
<b>Meio Ambiente</b>	<b>Projeto 4:</b> Mapeamento e Recuperação de fontes de água, matas nativas e ciliares, rios e riachos, especialmente os que abastecem o açude jaburu.
<b>Organização Sustentável da Produção</b>	<b>Projeto 5:</b> Projeto de revitalização de mini usinas de cana de açúcar, mandioca e frutas, engenhos e casas de farinha para fortalecimento que contemplem a agricultura familiar a fim de melhorar a produção sem degradar o meio ambiente.
<b>Político Institucional</b>	<b>Projeto 6:</b> Elaborar plano de capacitação para os membros do colegiado ( elaboração de projeto, gestão, planejamento, finanças públicas...)

**Quadro 58:** Projetos Estratégicos priorizados pelo Território

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

## **Parte IV**

# **SISTEMA DE GESTÃO DO PLANO**

**Proposição**



## SISTEMA DE GESTÃO DO PLANO

O Sistema de gestão do plano caracteriza por dois processos simultâneos e interrelacionados, um *intrínseco* e outro *extrínseco*. Conforme as Orientações Gerais para a Elaboração e Qualificação do PTDRS, *o processo intrínseco consiste, principalmente, na intensidade de responsabilidade social que o colegiado se atribui ao assumir a gestão no sentido da materialização dos objetivos, metas e resultados e também no contínuo processo de qualificação do próprio sistema. Enquanto que o processo extrínseco consiste na competência social do colegiado buscando a maior governança nos acordos e negociações com parceiros e atores das diversas esferas de concertação possíveis da União.*

Os dois processos prescindem da ação efetiva dos colegiados assumirem a gestão social dos planos. Todavia os territórios carecem ainda de um amadurecimento de suas instancias colegiadas, por conta da transitoriedade de representação dessas instancias, tanto aqueles que elaboraram o plano quanto os que estão na fase de qualificação.

O plano de gestão a ser construído durante o processo de formulação da visão do futuro, dos objetivos estratégicos, das diretrizes, dos eixos de desenvolvimento, dos programas e dos projetos estratégicos territoriais não contemplou os demais elementos de gestão territorial, quais sejam: os instrumentos para a implementação, o gerenciamento social, sua operacionalização (metas e resultados) e a governança sobre os acordos externos e seus instrumentos de controle social (indicadores).

A implementação dos PTDRS tem como ponto de partida a reestruturação das instancias colegiadas de forma que possibilite garantir sua representatividade e retome a formulação dos demais elementos necessários a gestão social do plano territorial.

A gestão social é um processo no qual se estabelece uma nova forma de participação, negociação, alcance de consensos e democratização das

decisões que definem a natureza, foco e prioridades da aplicação dos instrumentos da política. O processo viabilizará a promoção da legitimação de espaços da participação dos atores sociais no contexto da definição das políticas públicas de interesse do Território.

Nessa direção, a gestão aqui apresentada deve ser compreendida como uma proposta que estimula o surgimento de uma ambiência político-institucional favorável à construção de relações sociais mais horizontais e emancipatórias (relações de poder estabelecidas entre os arranjos institucionais locais).

O planejamento, a execução, e o controle (o monitoramento e a avaliação) são etapas imbricadas que compõem gestão, e se realizadas de forma participativa, envolvendo os distintos atores que compõem o Território, poderão produzir as transformações necessárias. Neste Plano toda a etapa de qualificação foi cumprida, com a mais ampla participação da sociedade civil, através de representações de segmentos presentes na Plenária do Território, assim como daquelas instituições públicas presentes na Plenária e Comitês Temáticos. A sua execução se efetivará em função das articulações realizadas pelo Colegiado Territorial e Rede de Colegiados Estadual com os governos Federal, Estadual e Municipal e ainda pelo envolvimento da sociedade organizada que, pelo que ficou demonstrado no processo de elaboração do Plano, já se organiza para sua efetivação. O controle é essencial para a realimentação do processo, assim se poderá tomar as medidas indicadas para o aperfeiçoamento permanente da gestão, daí a necessidade de um tratamento cuidadoso na sua implementação.

Os ciclos de gestão se iniciam por meio do monitoramento e avaliação (M&A), ou seja, antigos e novos atores são sensibilizados e mobilizados para discutir e refletir sobre as ações, bem como identificar o que pode ser redirecionado ou aperfeiçoado.

O papel fundamental das práticas de M&A é medir a eficiência e eficácia da implantação das políticas públicas. O PTDRS se apresenta como o instrumento de planejamento mais amplo e articulado, sem desconsiderar a

importância do diálogo com as demais experiências em andamento no território, subsidiando, permanente e gradativamente, a execução do já mencionado plano e seus resultados.

A gestão social é o responsável também pela identificação dos resultados e impactos, bem como pela formulação de medidas de aperfeiçoamento. O monitoramento é o acompanhamento sistemático das ações passo a passo e está mais relacionado ao andamento das etapas/atividades em si. A avaliação tem intervalos mais amplos, em geral um ano ou um ciclo de projeto, e tem como propósito analisar todos os aspectos possíveis, até mesmo questionar a planificação. Já a monitoria serve para guiar um processo ou projeto sem sair do seu marco inicial. A avaliação, portanto, é mais profunda do que a monitoria e precisa de mais dados e de análises mais complexas.

Assim, a avaliação deve ser trabalhada através dos três indicadores abaixo relacionados:

- De avaliação de processo: verifica se as atividades previstas relacionadas com os produtos/objetivos e o modelo de gestão estão funcionando. Em geral chama-se de monitoria exatamente o acompanhamento sistemático das ações passo a passo, ou, ainda, a avaliação do processo, os avanços e deficiências no processo de planejamento, execução e gestão.
- De avaliação de resultado: verifica se os produtos relacionados com os objetivos foram realizados e alcançados. A avaliação de resultados fornece elementos para a redefinição de objetivos e revisão da estratégia, ou seja, do caminho proposto para se chegar aos objetivos.
- De avaliação de impacto: verifica a contribuição dos produtos/resultados alcançados na solução dos problemas, mudança da realidade, melhoria da qualidade de vida, ou seja, a materialização da visão de futuro. Tais impactos referem-se às

mudanças mais duradouras ou significativas e, portanto, mais difícil de medir. Muitas vezes requer um “marco zero” de informações sobre as condições de vida dos diversos segmentos, em particular da agricultura familiar para permitir a comparação posterior.

Nessa direção, o Colegiado Territorial irá construir o formato teórico-metodológico do controle para a gestão social do desenvolvimento territorial, bem como os mecanismos e instrumentos de monitoramento e avaliação na perspectiva de elevar o patamar de participação cidadã dos atores que conformam o colegiado territorial e dos demais agentes sociais no controle social do PTDRS e nas ações sociais públicas. Em outras palavras, é preciso construir os arranjos institucionais para a gestão do PTDRS capazes de responder pelo processo de monitoramento e avaliação tanto do PTDRS, quanto dos projetos, desafios estes a serem coordenados por uma estrutura colegiada responsável pela gestão social do território.

Essa estrutura colegiada precisa dialogar com as demais estruturas existentes no território, a exemplo dos CMDS, conselhos setoriais, fóruns, e redes, no sentido de fomentar avanços significativos nos componentes que qualificam as relações entre Estado e sociedade civil, ou seja: um desenho institucional que atenda às exigências do projeto de desenvolvimento territorial, o estímulo à presença de uma sociedade civil mobilizada e o compromisso dos gestores públicos com o projeto de participação social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este plano foi materializado com ampla participação do Colegiado Territorial de acordo com o papel atribuído a cada uma de suas instâncias. Portanto, do ponto de vista da apropriação do documento como ferramenta de gestão para a construção do desenvolvimento sustentável, o colegiado respeitando as definições da plenária geral, para implementação do mesmo assumiu:

Ampliar a cobertura dos serviços de saúde, facilitar acesso de um maior número de usuários e descentralizar os serviços; Garantir o destino adequado dos resíduos sólidos e preservação ambiental; Garantir consumo de água de qualidade sem agrotóxico, prevenindo doenças e revitalizar as nascentes do Açude Jaburu; Garantir uma educação de qualidade do ensino, através da melhoria da qualificação e valorização do profissional e da estrutura física das unidades escolares, como também inserir a comunidade no contexto escolar; Fortalecer a identidade cultural do Território da Serra da Ibiapaba, com valorização do seu patrimônio histórico material e imaterial.

Garantir a preservação e conservação dos recursos naturais do território, a partir da criação das ferramentas legais e instrumentos educacionais; Buscar qualidade de vida com sustentabilidade ambiental; Promover a diversificação da produção aproveitando o excedente da produção, geração de emprego e renda e de energia renovável; Promover a organização sócio-produtiva visando garantir comercialização solidária da produção local; Instrumentalizar o agricultor familiar com tecnologias condizentes com a realidade local com técnicos qualificados para atender às necessidades sentidas no território com a visão de sustentabilidade e avançar na universalização da ATER; Promover a informatização das Secretarias Municipais; Aprimorar a logística de transporte para o escoamento da produção visando a qualidade dos produtos e a geração de emprego e renda; Promover a formação de novos técnicos com novas oportunidades de trabalho no território; Segurança e conforto no consumo de alimentos livres de agrotóxicos, gerando melhor rentabilidade e qualidade de vida aos feirantes e demais expositores; Garantir ATER condizente com a realidade da reforma agrária; Ampliar o acesso a terra aos beneficiários em

potencial; Dotar de infraestrutura humanística os assentamentos, fortalecendo as relações interpessoais dos assentados no território; Propiciar maior integração viária no território com maior segurança no traslado dos produtos a serem comercializados, buscar qualidade de vida com sustentabilidade ambiental para a população e visitantes garantindo infraestrutura de saneamento básico; Ter eficácia na organização e segurança da população nas vias públicas, locais e visitantes; Revitalizar e promover o turismo local como fonte rentável sustentável para o território, garantir comodidade e suporte de informação para o turista e ampliar as opções de hospedagem e receptividade ao turista, com um leque de maiores atrativos.

Criar mecanismos de integração e fortalecimento das instituições públicas e da sociedade civil.

Por fim, destaca-se a importância do papel que o colegiado territorial irá desempenhar em conjunto com a rede estadual de colegiados territoriais na divulgação e na negociação de recursos visando à implementação das ações e dos projetos territoriais.

Caberá as instâncias colegiadas dentro de seu papel construir os planos de ação de acordo com o seu nível de atuação e colocarem em prática os projetos conforme prioridades estabelecidas no cronograma de execução.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, CAPISTRANO. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. São Paulo: BRIGUET, 1930.

AFONSO, Cintia Maria. Sustentabilidade. Caminho ou utopia? São Paulo: Annablume, 2006.

AKERMAN, Marco. Saúde e Desenvolvimento Local – princípios, conceitos, práticas e cooperação técnica - São Paulo: Editora HUCITEC, 2ª Ed, 2005.

ARAÚJO, F.S. SAMPAIO, E.V.B.S; FIGUEIREDO, M.A; RODAL, M.J.N; FERNANDES, A.G. Composição florística da vegetação de carrasco, Novo Oriente, CE. In: Rev. bras. Bot. vol. 21 n. 2 São Paulo Aug. 1998.

ARENDDT, HANNAH. O que é Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ARROIO, JOÃO CLÁUDIO TUPINAMBÁ. Economia Popular e Solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006 (Coleção Brasil Urgente).

BARROSO, Gustavo. À Margem da história do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, Fortaleza, 1962.

BORZACCHIELLO, JOSÉ CAVALCANTE, TÉRCIA E DANTAS, EUSTÓGIO (Orgs.). Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

BRANT de Carvalho, Maria do Carmo. In: ÁVILA, Célia M. de (coord.) Gestão de Projetos Sociais - São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária – AAPCS, 1999, p.57-77.

Brasil. Capacita SUAS. Volumes 1, 2 e 3. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais do Pontífice Universidade Católica de São Paulo – 1ª Edição. Brasília: MDS, 2008.

Brasil. MDA/CONDRAF. Documento-base para a Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Documento-base para as Conferências Estaduais. Desenvolvimento Rural Sustentável: por um Brasil rural com gente. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Série Documentos do CONDRAF nº 3. Brasília: 2006.

\_\_\_\_\_. Institucionalidade para a Gestão Social do Desenvolvimento Rural Sustentável. Série Documentos do CONDRAF nº 1. Brasília: 2005.

Brasil. MDA/SDT/NEAD. Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável. Ministério do Desenvolvimento Agrário; com o apoio técnico e

cooperação do IICA. Brasília: CONDRAF, Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003.

BRASIL. MDA/SDT. Documento do Guia de Orientações para elaboração e qualificação do PTDRS. Brasília, DF: MDA, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação, 2009. Disponível em: < www.mec.gov.br>. Acesso em: 27 jun. 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura, 2009. Disponível em: <www.minc.gov.br>. Acesso em: 30 jun. 2010.

Brasil. MESA/FOME ZERO/CONSEA. III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional. Brasília: Documento Base, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Sistema de Avaliação e Monitoramento do PRONAF. Dados sistematizados do BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN e BNDES.

\_\_\_\_\_. Dados atualizados até BACEN: até 06/2008; BANCOOB até 09/2008; BANCO COOPERATIVO SICREDI: até 09/2008; BASA: até 11/2008; BB: até 11/2008; BN: até 10/2008 e BNDES: até 07/2006 - Últimos 3 meses sujeitos à alterações. Data da Impressão: 23 jan. 2009.

BRAVO, MARIA INÊS SOUZA E PEREIRA, POTYARA A.P. (Orgs.). Política Social e Democracia. São Paulo: Cortez RJ - UERJ, 2007.

BRENO BRINGEL, MARIA VICTÓRIA ESPIÑEIRA (Orgs.). Dossiê: Movimentos Sociais e Política. Caderno CRH 54: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA. Salvador: UFBA, 2008.

BRINGEL, BRENO E ESPIÑEIRA, MARIA VITÓRIA (Org). Dossiê Movimentos Sociais e Política. Caderno CRH: revista 21 nº 54. Salvador: UFPB, 2008.

CÂMARA, Gilberto. Análise espacial de dados geográficos. São Paulo: GEOBrasil 2000, 2000.

CÂMARA, Gilberto; MEDEIROS, José Simeão de; MONTEIRO Antônio Miguel Vieira. Geoprocessamento para projetos ambientais. São Paulo: GEOBrasil 2000, 2000.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa ET AL (organizadores). Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2ª Ed. 2009.

CARVALHO, G.M.B.S; SOUZA,M.J.N; SANTOS,S.M. ALMEIDA, M.A.G; FILHO, M.R.F. Adaptado de Compartimentação Territorial e Gestão Regional do Ceará, 2000. In: Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto , Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 3707-3803.

CEARÁ, Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA). Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS). Fortaleza, 2008/2011

CEARA. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável. Síntese dos Indicadores Sociais do Governo do Estado do Ceará, 2008. Fortaleza, 2009.

CEARÁ. Secretaria de Cultura do Estado, 2010. Disponível em:

<[www.secult.ce.gov.br](http://www.secult.ce.gov.br)>. Acesso em: 15 jun. 2010.

CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado, 2010. Disponível em: <[www.seduc.ce.gov.br](http://www.seduc.ce.gov.br)>. Acesso em: 20 jun. 2010.

CEARA. SEDUC / UNICEF. Censo Comunitário Educacional. Fortaleza, 1996.

CEARA. SEDURB. Informações Básicas Municipais de Quixeramobim. Fortaleza, 1998.

DUARTE, E. C. ET AL. Epidemiologia das desigualdades em saúde no Brasil: um estudo exploratório. Brasília, Organização Pan- Americana de Saúde, 2002.

EMBRAPA. Principais classes de solos do sistema brasileiro de classificação: classes usadas nos levantamentos pedológicos do Brasil. s.n.t.

Equipe Técnica da SDT e CONSULTORES Externos. Referências para a Gestão Social dos Territórios Rurais: Guia para o Controle Social – Documento de Apoio Nº 4. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) - Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), Brasília – 2006

Equipe Técnica Estadual do Programa Territórios da Cidadania - CE. (Orgs.) Documento para Discussão e Aprimoramento pelos Colegiados Territoriais Orientações para Pensar os Espaços e Estratégias Organizacionais com vistas à Estruturação, (Re) estruturação ou Fortalecimento dos Colegiados no Contexto do Desenvolvimento Territorial com Sustentabilidade. Fortaleza: Maio 2009 (Texto impresso)

FALCÃO, J.A.G. O Turismo internacional e mecanismo de circulação. In: YAZIGI et al. (Org.) Turismo, espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. 80

FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS. Plano de gestão urbano-ambiental integrada para o Município de Caucaia. Fortaleza: FUNCEME, 1994.

IDACE. Disponível em: <<http://www.idace.ce.gov.br/assessoriaimprensa>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

IPLANCE. Anuário Estatístico do Ceará 1998 / 99. Fortaleza, 2000.

MEDEIROS, José Simeão de. Bancos de dados geográficos e redes neurais artificiais: tecnologias de apoio à gestão do território. (Tese de Doutorado). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999.

- Ministério da Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica. 4ª Ed., 1998.  
Brasília, Organização Pan- Americana de Saúde, 2002.
- Ministério da Saúde. Sistema de Planejamento do SUS: uma construção coletiva-  
organização e funcionamento. Vol. 1., 3ª Ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- Ministério da Saúde. Sistema Nacional de Vigilância em Saúde – Relatório de Situação  
Ceará. Brasília: ministério da Saúde, 2009.
- MIRANDA, CARLOS e COSTA, CRISTINA. Gestão Social do Território:  
Experiências no Estado do Maranhão. Brasília: IICA, 2005.
- MONTAÑO, CARLOS. Terceiro setor e questão social: Crítica ao padrão  
emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2003.
- MORIN, Edgar. Para Onde Vai o Mundo? Tradução de Francisco Morás.  
Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Território e História no Brasil. São Paulo:  
Annablume, 2005.
- OFICINAS DE QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO. Em novembro de 2010.
- PREFEITURAS dos municípios que formam o Território, informações sobre  
cultura e educação, 2010.
- Publicação Especial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).  
Territórios da Cidadania: Integração de políticas públicas para reduzir  
desigualdades. Brasília: Gráfica Santa Bárbara Ltda., 2009.
- PACTO DAS ÁGUAS. Disponível em:< [www.cogerh.com.br](http://www.cogerh.com.br)> Acesso em:  
Novembro de 2010.
- PREVINA. Disponível em:< [www.funceme.br](http://www.funceme.br)> Acesso em: Dezembro de 2010.
- RABELO, Catarina Maria. Documento Técnico: Um sensível olhar sobre a  
atuação-relação entre o colegiado territorial e a equipe técnica no contexto da  
estratégia de desenvolvimento territorial. Mimeo. Fortaleza, 2008/2009.
- RELATÓRIO Periódico da Plenária Territorial, Ceará, 2009.
- \_\_\_\_\_. 2010.
- RELATÓRIO do Encontro dos Comitês Temáticos da Cultura, Educação,  
Juventude e Mulheres, Ceará, 2009.
- OPAS. Indicadores básicos de saúde no Brasil: conceitos e aplicações.  
[ce.html](#)>. Acesso em: 23 out. 2009.
- SOUZA, Simone. (Coord.) História do Ceará. Fortaleza: UFC; Fundação  
Demócrito Rocha, Stylus Comunicações, 1989.